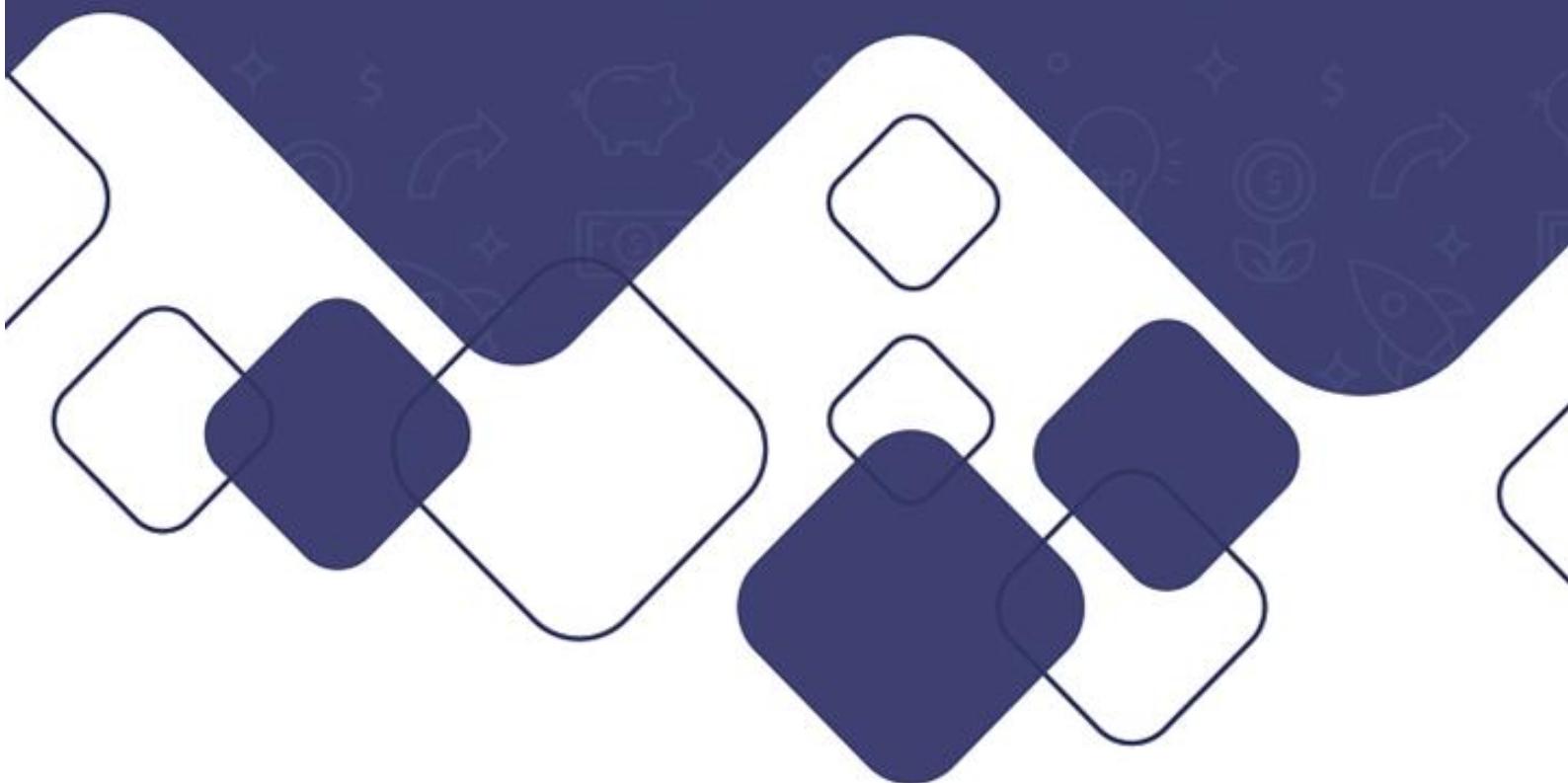


**Certificação
Profissional
ANBIMA**

CPA - 20



Plannes

Edição Atualizada
Agosto 2020

Um novo jeito de ensinar, uma nova forma de aprender

Seja muito bem-vindo(a) à Plannes, uma escola de certificação financeira que nasceu com o propósito de contribuir para a qualificação de quem deseja ingressar ou já atua nos mercados financeiro e de capitais. Com foco na inovação, oferecemos cursos com metodologia de ensino diferenciada, descomplicando o conteúdo para facilitar o seu aprendizado.

A meta da Plannes é ajudar você a realizar o sonho da certificação Anbima, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, imprescindível para quem deseja atuar nesses mercados.

Longe das decorebas, queremos que você, efetivamente, compreenda os temas apresentados em nosso curso, que são exigidos no exame da CPA-10, importante parte do Programa de Certificação Continuada da Anbima, dirigido a profissionais que atuam em agências bancárias e cooperativas de crédito, em contato com o público, no processo de prospecção e venda de produtos de investimento.

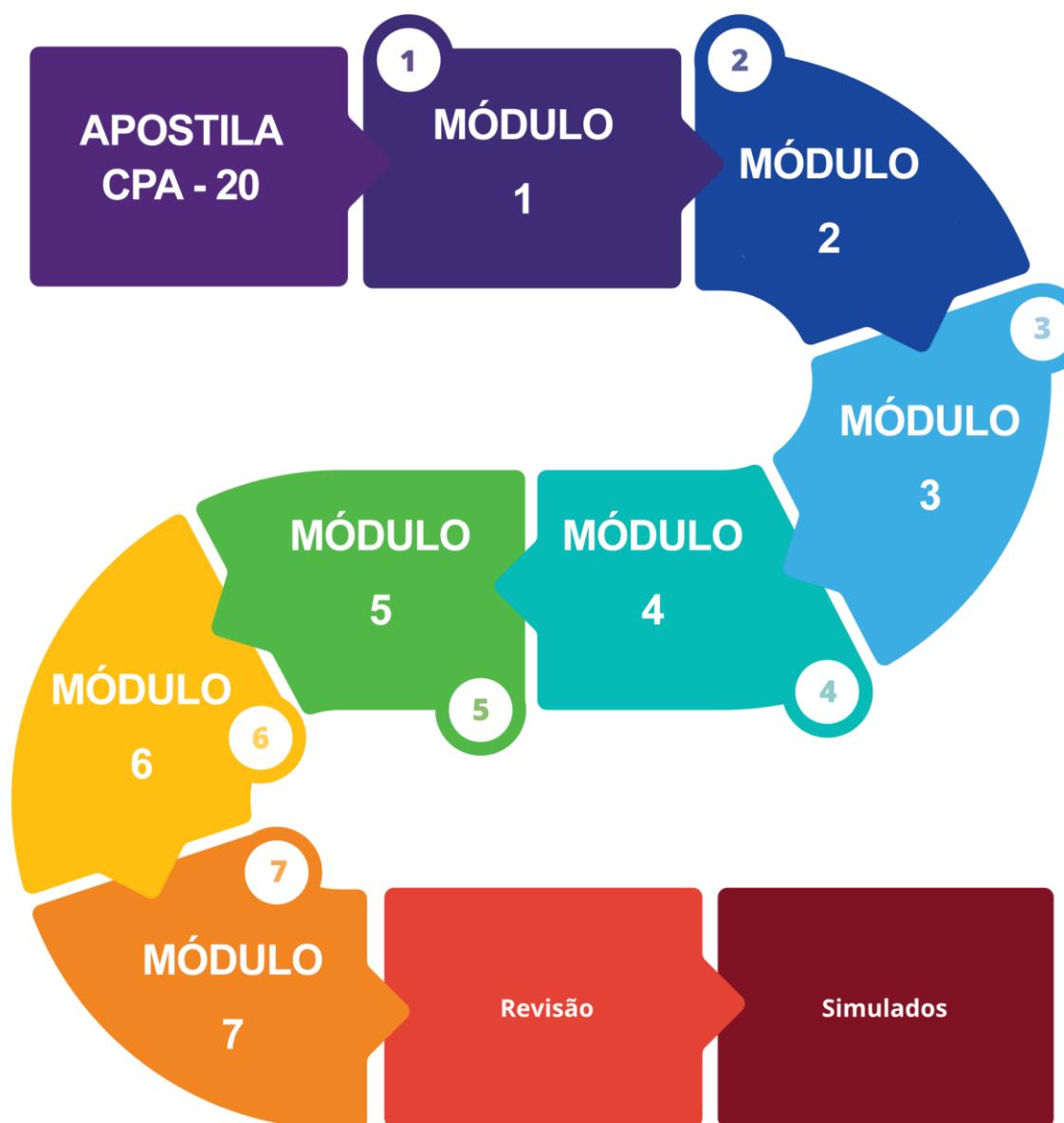
Queremos que você conquiste muito mais do que a aprovação na prova da Anbima. Com o nosso novo jeito de ensinar, esperamos capacitar você para uma trajetória bem-sucedida e de destaque. Conte com a gente!

Jefferson de Souza Lima
Diretor Geral e Fundador da Plannes

Apresentação

Este material didático foi desenvolvido especialmente para você. Fique à vontade. Leia sequencialmente, e com atenção, os textos e diagramas apresentados; anote suas dúvidas; faça esquemas de pontos-chaves durante a sua própria leitura; confira a revisão e realize os simulados de avaliação e o check-list ao final de cada módulo.

Módulos da Apostila CPA-20



Expediente

Plannes Treinamentos e Consultoria

Jefferson de Souza Lima Diretor Geral e Fundador

Daniele Cristina de Freitas Diretora Comercial e Fundadora

Jonathan de Souza Lima Diretor de Marketing e Inovação

Apostila CPA-20



Plannes

Plannes Treinamentos e Consultoria

Av. Paulista, 2.421 – 1º andar, São Paulo - SP

2019 © Plannes Treinamentos e Consultoria



@plannes_oficial



(11) 99658-9447



@plannesoficial



www.plannes.com.br

Sumário

01 Módulo

Página

..... 8

02 Módulo

Página

..... 22

03 Módulo

Página

..... 47

04 Módulo

Página

..... 61

05 Módulo

Página

..... 107

06 Módulo

Página

..... 155

07 Módulo

Página

..... 173

**Respostas e Gabaritos do Simulado**

Respostas Módulo 1	195
Respostas Módulo 2	206
Respostas Módulo 3	227
Respostas Módulo 4	241
Respostas Módulo 5	289
Respostas Módulo 6	334
Respostas Módulo 7	348

MÓDULO 1

CPA20

1. O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é formado por:

- a) agentes deficitários e superavitários.
- b) governo federal e bancos públicos.
- c) um conjunto de regras e bancos.
- d) um conjunto de entidades e instituições que promovem a intermediação financeira.

2. Sobre a função de intermediação financeira desempenhada pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), é correto a afirmar que:

- a) o agente superavitário é aquele que necessita de mais dinheiro do que tem disponível, enquanto o agente deficitário é aquele que necessita de menos dinheiro do que o montante que tem disponível.
- b) a expressão custos de transação representa o valor cobrado por uma corretora para a realização de uma operação e também é denominada taxa de corretagem.
- c) os intermediários financeiros que estejam regularmente inseridos no SFN não podem cobrar taxas de juros mais altas do que as permitidas pela Lei da Usura;
- d) a captação de recursos dos agentes superavitários, mediante contrapartida, e a sua disponibilização aos agentes de deficitários, mediante cobrança de juros, é denominada de intermediação financeira.

3. O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão:

- a) subordinado hierarquicamente ao Banco Central do Brasil.
- b) composto pelos diretores do Banco Central do Brasil.
- c) deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional.
- d) subordinado ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4. É uma atribuição do Banco Central do Brasil (Bacen):

- a) definir as condições e os limites de emissão de papel-moeda.
- b) autorizar o funcionamento de instituições financeiras e promover a fiscalização delas.

- c) eleger os administradores de todas as instituições financeiras privadas.
- d) fiscalizar o funcionamento de sociedades seguradoras.

5. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é:

- a. uma autarquia vinculada ao Ministério da Economia.
- b. composta por um presidente e quatro diretores, todos nomeados pelo Ministro da Economia.
- c. responsável por regulamentar as matérias previstas na Lei das Sociedades Anônimas.
- d. responsável por ressarcir os investidores por danos sofridos em investimentos realizados no mercado de capitais.

6. O órgão responsável pela proteção da captação de poupança popular em investimentos realizados em planos de Previdência Complementar Aberta é:

- a) o Banco Central do Brasil (Bacen).
- b) a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) o Conselho Monetário Nacional (CMN).
- d) a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

7. Indique qual o tipo de banco privado que tem como especialidades:

- I. realizar operações de participação societária de caráter temporário;**
- II. financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro;**
- III. administração de recursos de terceiros.**
 - a) múltiplo.
 - b) comercial.
 - c) de desenvolvimento.
 - d) de investimento.

8. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) é responsável por fiscalizar o mercado de:

- a) previdência complementar aberta.
- b) previdência complementar fechada.
- c) seguros privados.
- d) previdência pública.

9. É um exemplo de Investidor Qualificado:

- a) banco múltiplo.
- b) todo investidor Pessoa Física com mais de R\$ 1 milhão.
- c) todo investidor Pessoa Jurídica com mais de R\$ 1 milhão.
- d) todo investidor, Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, que tenha mais de R\$ 1 milhão em recursos aplicados.

10. Compete ao Conselho Monetário Nacional (CMN):

- a) efetuar a compra e a venda de títulos públicos federais com o objetivo de regular o meio circulante.
- b) fiscalizar, em conjunto com a Receita Federal, as operações que envolvam crimes de sonegação fiscal.
- c) disciplinar o crédito, em todas as suas modalidades, e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras.
- d) aplicar penas administrativas em casos de ocultação de valores provenientes de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.

11. São atribuições do Conselho Monetário Nacional (CMN):

- a) exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas.
- b) disciplinar e fiscalizar privativamente o mercado de futuros, opções e notas comerciais do País.

- c) efetuar, como instrumento da política monetária, as operações de compra e venda de Títulos Públicos Federais.
- d) fixar as diretrizes e normas da política monetária e cambial do País.

12. O Conselho Monetário Nacional (CMN), dentre outras funções, deve:

- a) regular o valor interno da moeda, a fim de evitar desequilíbrios econômicos.
- b) executar a política cambial.
- c) executar a fiscalização do mercado de crédito.
- d) executar a fiscalização do mercado de capitais.

13. Compete privativamente ao Banco Central do Brasil (Bacen):

- a) aprovar os orçamentos monetários de moeda e crédito.
- b) fixar as diretrizes e as normas da política cambial.
- c) fiscalizar as instituições financeiras.
- d) emitir títulos públicos.

14. A quem compete receber depósitos compulsórios:

- a) Banco do Brasil.
- b) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) Comitê de Política Monetária.
- d) Banco Central do Brasil (Bacen).

15. É responsável por conduzir a Política Monetária:

- a) Banco Central do Brasil (Bacen).
- b) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) Conselho Monetário Nacional (CMN).
- d) Anbima.

16. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é responsável pela fiscalização das Sociedades:

- a) Limitadas que possuem seus ativos negociados na Bolsa de Valores.
- b) Anônimas que possuem seus ativos negociados na Bolsa de Valores.
- c) Limitadas que possuem seus ativos negociados na Bolsa de Valores e Mercado de Balcão.
- d) Anônimas que possuem seus ativos negociados na Bolsa de Valores e Mercado de Balcão.

17. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

- a) limita as taxas de juros pagas pelas debêntures de empresas listadas no Novo Mercado da Bovespa.
- b) edita as normas que regulam as operações do mercado de câmbio, inclusive swaps.
- c) fiscaliza as sociedades por cotas de responsabilidade limitada negociadas em bolsa de valores.
- d) protege os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra emissões irregulares de valores mobiliários.

18. Compete à Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

- a) proteger as empresas S.A de capital aberto.
- b) fixar limites de comissões e emolumentos.
- c) fiscalizar os bancos.
- d) realizar operações de redesconto.

19. É o responsável pela fiscalização das operações de Previdência Complementar Aberta:

- a) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).
- b) Superintendência de Seguros Privados (Susep).
- c) Banco Central do Brasil (Bacen).

- d) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

20. Seu cliente possui um determinado valor investido em um Fundo de Previdência Fechada (Fundo de Pensão) e constatou irregularidades na gestão desse fundo. Qual órgão ele deverá procurar para registrar uma denúncia:

- a) Superintendência de Seguros Privados (Susep).
- b) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) Banco Central do Brasil (Bacen).
- d) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

21. Trata-se de uma competência da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc):

- a) fiscalizar as entidades abertas de previdência complementar.
- b) fiscalizar os fundos de investimentos.
- c) definir as diretrizes do mercado de previdência fechada.
- d) fiscalizar as atividades das entidades de previdência fechada complementar.

22. Os códigos da Anbima de Regulação e Melhores Práticas se aplicam, exclusivamente, às:

- a) Sociedades administradoras de fundos de investimento.
- b) Instituições financeiras reguladas pelo Banco Central (Bacen).
- c) Instituições financeiras filiadas e as que aderirem voluntariamente.
- d) Instituições que participaram voluntariamente da elaboração dos Códigos.

23. Compete à Anbima, conforme o Código de Regulação e Melhores Práticas, a:

- a) autorregulação das atividades das corretoras e distribuidoras de valores mobiliários.
- b) fiscalização das operações de crédito.
- c) fiscalização das operações de câmbio.

- d) autorregulação das atividades das instituições que realizam oferta pública de valores mobiliários.

24. Quais das instituições abaixo "necessitam" de autorização da Anbima para exercer suas atividades?

- a) Apenas instituições financeiras.
- b) Corretoras e distribuidoras de valores mobiliários.
- c) Instituições que seguem as regras do código de autorregulação da Anbima.
- d) Fundos de Investimentos.

25. Qual das instituições abaixo está autorizada pelo Banco Central a captar recursos por meio de depósito à vista?

- a) Banco Comercial.
- b) Banco de Investimento.
- c) Anbima.
- d) Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

26. É permitido às Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários:

- a) intermediar operações de câmbio.
- b) fiscalizar Fundos de Investimento.
- c) criar moeda por meio do efeito multiplicador de crédito.
- d) cobrar a corretagem que lhe convém.

27. Um distribuidor aplica, por conta e ordem, um recurso de um cliente em um determinado Fundo de Investimento. Esta operação:

- a) deve ser informada ao administrador.
- b) deve ser informada ao gestor.
- c) é legal, pois a movimentação por conta e ordem é uma sistemática possível.

d) é ilegal, pois todas as movimentações em fundos devem conter identificação.

28. São considerados Investidores Profissionais, segundo critério da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Pessoas Físicas e Jurídicas que atestem possuir conhecimento sobre o mercado financeiro e, também, investimentos superiores a:

- a) R\$ 300 mil.
- b) R\$ 1 milhão.
- c) R\$ 10 milhões.
- d) R\$ 600 mil.

29. Com relação ao Investidor Profissional, assinale a alternativa correta:

- a) Todo o Investidor Profissional é, necessariamente, um Investidor Qualificado.
- b) Todo o investidor que tenha mais de R\$ 10 milhões é um Investidor Profissional.
- c) Somente é Investidor Profissional se a Pessoa Física ou Jurídica tiver investimento financeiro superior a R\$ 1 milhão.
- d) Somente é Investidor Profissional se a Pessoa Física ou Jurídica tiver investimento financeiro superior a R\$ 1 milhão e atestado de conhecimento sobre o mercado.

30. Segundo critério da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), são considerados Investidores Qualificados e Investidores Profissionais, respectivamente, as Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas que atestem possuir investimentos em valor superior a:

- a) R\$ 100 mil e R\$ 1 milhão.
- b) R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões.
- c) R\$ 10 milhões e R\$ 100 milhões.
- d) R\$ 10 mil e R\$ 100 mil.

31. Um cliente que teve problemas com a sua capitalização, que foi vendida de forma indevida, irá recorrer ao:

- a) Banco Central (Bacen).
- b) Superintendência de Seguros Privados (Susep).
- c) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).
- d) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

32. É uma autarquia vinculada ao Ministério da Economia, que fiscaliza e supervisiona as atividades das entidades fechadas de previdência complementar, assim como a execução das políticas para o regime de previdência complementar operado por essas entidades.

- a) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).
- b) Superintendência de Seguros Privados (Susep).
- c) Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).
- d) Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

33. Responsável em conceder autorização de funcionamento às instituições financeiras:

- a) Conselho Monetário Nacional (CMN).
- b) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) Tesouro Nacional.
- d) Banco Central do Brasil (Bacen).

34. Responsável por disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras:

- a) Conselho Monetário Nacional (CMN).
- b) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) Tesouro Nacional

- d) Banco Central do Brasil (Bacen).

35. Deve cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP):

- a) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).
- b) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) Anbima
- d) Superintendência de Seguros Privados (Susep).

36. Tem a função de autorregular o mercado de capitais:

- a) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- b) Comitê Monetário Nacional (CMN).
- c) Anbima
- d) Banco Central do Brasil (Bacen)

37. São funções de sociedades corretoras de valores:

I. exercer funções de agente fiduciário.

II. comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros.

III. praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) Todas as afirmativas.

38. É um exemplo de Investidor Profissional:

- a) todo investidor Pessoa Física com mais de R\$ 1 milhão.

- b) todo investidor Pessoa Física com mais de R\$ 10 milhões.
- c) todo investidor Pessoa Física e Pessoa Jurídica com mais de R\$ 10 milhões.
- d) instituições financeiras.

39. Responsável pela definição da meta de inflação e por coordenar as políticas monetárias, creditícia, orçamentária e da dívida interna e externa:

- a) Comitê de Políticas Monetárias (Copom).
- b) Comitê Monetário Nacional (CMN).
- c) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- d) Banco Central do Brasil (Bacen).

40. A Superintendência de Seguros Privados (Susep) é a entidade responsável pela fiscalização das seguintes operações:

- I – Seguro;**
- II – Capitalização;**
- III – Consórcio;**
- IV – Previdência Complementar Fechada;**
- V – Resseguro.**

Está correto o que se afirma em:

- a) Todas estão corretas.
- b) I, II e IV.
- c) I, II e V.
- d) I, III e V.

41. Entende-se por Investidor não-residente:

- a) somente Pessoas Físicas que residam fora do Brasil.
- b) Pessoa Física ou Pessoa Jurídica que resida fora do Brasil.
- c) Pessoa Física ou Pessoa Jurídica que resida/possua domicílio fora do Brasil ou Fundo de Investimento que for constituído em outro país.

- d) Pessoa Física ou Pessoa Jurídica que resida no Brasil.

42. Dentre as funções da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) está/estão:

- a) fiscalizar a comercialização dos planos de previdência privada como PGBL e VGBL.
- b) responsável pela administração dos fundos de pensão.
- c) autorizar o funcionamento e realizar a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar.
- d) definir as diretrizes e normas do mercado de previdência complementar.

43. São funções de uma Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, exceto:

- a) administrar planos de capitalização.
- b) administrar clubes de investimentos.
- c) administrar fundos de investimentos.
- d) realizar operações de câmbio.

44. Depósito compulsório é um dos instrumentos de política monetária. O recebimento compete a/ao:

- a) Comitê de Política Monetária (Copom).
- b) Banco Central do Brasil (Bacen).
- c) Conselho Monetário Nacional (CMN).
- d) Instituição Financeira na qual o cliente possua a conta.

45. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pode ser definida como uma autarquia federal que:

- a) disciplina e fiscaliza o mercado de títulos e valores imobiliários.
- b) que disciplina e fiscaliza o mercado bancário.
- c) fiscaliza as instituições ligadas aos sistemas de previdência das S.As.

d) disciplina e fiscaliza o mercado de títulos e valores mobiliários.

46. O Banco Central do Brasil (Bacen) é uma autarquia do governo federal e tem como função:

- a) autorizar a emissão de papel-moeda.
- b) autorizar o funcionamento de instituição financeira estrangeira.
- c) coordenar a política monetária.
- d) realizar operações de redesconto.

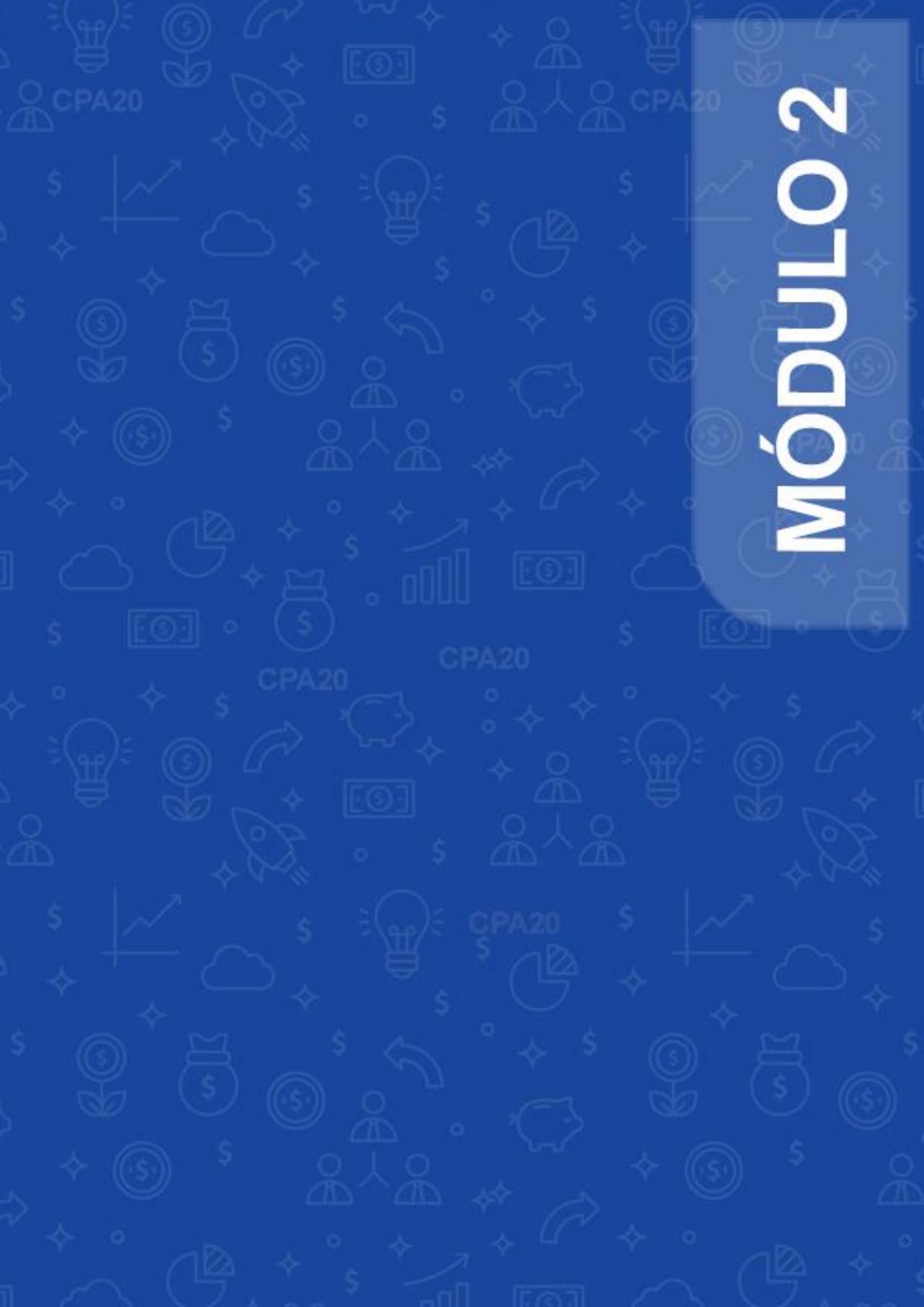
47. O Conselho Monetário Nacional (CMN) tem como função:

- a) exercer a fiscalização das instituições financeiras.
- b) conceder autorização para abertura de bancos estrangeiros no Brasil.
- c) realizar operações de redesconto junto às instituições financeiras.
- d) definir as diretrizes e normas referentes ao câmbio.

48. É a entidade responsável pelas diretrizes das operações de seguro, capitalização e previdência:

- a) Superintendência de Seguros Privados (Susep).
- b) Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).
- c) Conselho Monetário Nacional (CMN).
- d) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

MÓDULO 2



1. Para definir a situação financeira do investidor, como parte do processo de verificação da Adequação do Perfil do Investidor (API) estabelecido no Código de Distribuição de Produtos de Investimento da Anbima, a instituição deverá obter informações do cliente sobre:

I. os tipos de produtos, serviços e operações com os quais o investidor tem familiaridade.

II. o valor e os ativos que compõem o seu patrimônio.

III. a necessidade futura de recursos declarada.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

2. O cadastro dos dados dos clientes das instituições financeiras:

- a) deve reunir o maior número de informações, independentemente da atualização desse cadastro, para a prevenção de lavagem de dinheiro.
- b) deve estar completo e atualizado para auxiliar na verificação da capacidade financeira desses clientes com o objetivo de prevenir o crime de lavagem de dinheiro.
- c) pode ser atualizado pelos canais de atendimento telefônico, sem a necessidade da comprovação desses dados.
- d) pode ser atualizado, a qualquer momento, a critério dessas instituições.

3. O princípio Conheça seu Cliente (KYC) tem, como principal objetivo:

- a) manter os investidores atualizados sobre as características dos produtos bancários.
- b) reunir o maior número de informações para identificar possíveis clientes inadimplentes.

c) alertar os clientes sobre situações em que possam vir a adquirir produtos inadequados ao perfil de risco.

d) realizar o monitoramento contínuo das transações efetuadas pelos clientes para identificar aquelas que são consideradas suspeitas de acordo com o patrimônio e/ou a renda do investidor.

4. Quanto ao registro das operações dos clientes, as instituições financeiras são obrigadas a mantê-lo:

a) integralmente, sem identificar esses clientes, pelo prazo mínimo de cinco anos.

b) integralmente, sem identificar esses clientes, pelo prazo mínimo de dez anos.

c) integralmente, identificando esses clientes, pelo prazo mínimo de cinco anos.

d) integralmente, identificando esses clientes, pelo prazo mínimo de dez anos.

5. De acordo com as normas do Banco Central (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), considera-se um indício de crime de lavagem de dinheiro a realização de transações:

a) que tenham como uma das partes empresas de consultoria e/ou administradoras de bens.

b) de valores superiores a R\$ 10 milhões.

c) nas quais não é possível identificar o beneficiário final.

d) entre empresas de um mesmo grupo empresarial.

6. As instituições financeiras têm a obrigação de comunicar a ocorrência de determinadas operações suspeitas de lavagem de dinheiro ao/à:

a) Ministério Público Federal.

b) Polícia Federal.

c) Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

d) Receita Federal.

- 7. Quanto ao descumprimento das obrigações das medidas de prevenção à lavagem de dinheiro, os agentes sujeitos às penalidades administrativas são o diretor responsável pela implementação e pelo cumprimento dessas medidas e:**
- a) a instituição financeira, apenas.
 - b) os demais administradores da instituição financeira, apenas.
 - c) a instituição financeira e os demais administradores da instituição financeira.
 - d) o funcionário da instituição responsável pela conta, apenas.
- 8. Ao praticar a lavagem de dinheiro, um indivíduo estará criminalmente sujeito à/as:**
- a) pena de inabilitação para o exercício do cargo de administrador das Pessoas Jurídicas.
 - b) penas de reclusão e multa.
 - c) pena de cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.
 - d) pena de reclusão, apenas.
- 9. Um cliente procurou determinada instituição financeira para obter empréstimo pessoal. O funcionário informou ao cliente que:**
- I. poderá reduzir a taxa do empréstimo, se o cliente contratar um seguro de proteção ao crédito.**
- II. poderá lhe conceder o empréstimo, desde que o cliente contrate um seguro de proteção ao crédito.**
- Nesse caso, I e II representam, respectivamente, as práticas:**
- a) de venda casada e de venda casada.
 - b) promocional e de venda casada.
 - c) promocional e promocional.
 - d) de venda casada e promocional.

10. As regras de suitability determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) são aplicáveis às recomendações de produtos ou serviços que sejam realizadas por meio de:

- a) contato pessoal, apenas.
- b) contato pessoal ou telefônico, apenas.
- c) contato pessoal ou comunicação escrita.
- d) contato pessoal ou quaisquer meios de comunicação.

11. Para a compatibilidade da situação financeira do cliente pessoa física e da oferta de um produto de investimento, no processo de Adequação do Perfil do Investidor (API), um profissional deverá verificar:

- a) a profissão exercida pelo cliente.
- b) a finalidade do investimento.
- c) o valor e os ativos que compõem o patrimônio do cliente.
- d) a formação acadêmica e experiência profissional do cliente.

12. Um gerente de uma instituição financeira NÃO poderá recomendar produtos ou serviços quando o cliente:

- a) apresentar perfil classificado como conservador.
- b) apresentar perfil com informações desatualizadas.
- c) ter idade igual ou inferior a 21 anos.
- d) ter um horizonte de investimento de curto prazo.

13. Em procedimentos e controles internos obrigatórios, determinados pelas regras de suitability, a instituição financeira é responsável por:

- a) elaborar relatórios periódicos da verificação da Adequação do Perfil do Investidor (API), submetendo-os ao Banco Central.
- b) contar com uma área jurídica responsável pelo cumprimento das normas.
- c) ter um diretor estatutário responsável pelo cumprimento das normas.

- d) elaborar relatórios periódicos da verificação da Adequação do Perfil do Investidor (API), submetendo-os à auditoria externa.

14. Considerando o balanço patrimonial de uma Pessoa Física conforme abaixo:

ATIVO	EXIGÍVEL		
Circulante	R\$ 330 mil	Exigível de Curto Prazo	R\$ 3 mil
Conta Corrente	R\$ 30 mil	Despesas	R\$ 3 mil
Aplicações Financeiras	R\$ 300 mil	Exigível de Longo Prazo	R\$ 70 mil
Imobilizado	R\$ 1.3 mm	Financiamento Casa	R\$ 70 mil
Imóvel	R\$ 1 mm	Total Exigível	R\$ 73 mil
Carros	R\$ 300 mil	Patrimônio Líquido	R\$ 1.557mm
TOTAL ATIVO	R\$ 1.630 mm	TOTAL PASSIVO + PL	R\$ 1.630 mm

Para determinar o grau de endividamento desse indivíduo, deveria ser considerada a relação entre:

- a) ativo total e passivo exigível.
- b) ativo total e Patrimônio Líquido total.
- c) Patrimônio Líquido e exigível.
- d) ativo e Patrimônio Líquido.

15. Conforme as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), é permitido que um cliente realize uma primeira operação cuja recomendação lhe seja vedada em função da ausência de preenchimento do Análise do Perfil do Investidor (API), desde que o gerente obtenha:

- a) autorização expressa do diretor da instituição responsável pela observância das regras de suitability.
- b) autorização expressa da auditoria externa contratada pela instituição responsável pela observância das regras de suitability.
- c) declaração expressa do cliente e do cônjuge (quando casado) de que estão cientes da ausência de seu perfil.

d) declaração expressa do cliente de que está ciente da ausência de seu perfil.

16. Um investidor decidiu vender todas ações da empresa BRF pois leu, no jornal do dia anterior, que a empresa está sendo alvo de investigação pela operação “Carne Fraca” da Polícia Federal. Com base nas finanças comportamentais, podemos concluir que o investidor agiu influenciado pela:

- a) aversão à perda.
- b) heurística da disponibilidade.
- c) heurística da ancoragem.
- d) heurística da representatividade.

17. Um investidor comprou ações da empresa Petrobras em 1998 pagando R\$ 60,00 por unidade. Hoje em dia, passados mais de 20 anos, a ação está cotada a R\$ 18,00. Esse investidor decide manter suas ações na carteira na esperança de que o preço suba novamente. Esse investidor está agindo influenciado pela:

- a) aversão à perda.
- b) heurística da disponibilidade.
- c) heurística da ancoragem.
- d) heurística da representatividade.

18. O risco de imagem está associado à/ao:

- a) volatilidade do mercado.
- b) risco de uma empresa não honrar seus pagamentos.
- c) má reputação da empresa.
- d) falta de comprador para um determinado ativo.

19. São fatores a serem considerados na avaliação do risco de imagem de uma empresa:

- a) não atender bem os idosos, ingerência política.
- b) incapacidade de honrar seus pagamentos, problemas de caixa.

c) flutuações dos preços ocasionadas por oscilações de mercado, queda no valor da ação.

d) alavancagem financeira, balanço social.

20. Os controles internos, cujas disposições devem estar acessíveis a todos os funcionários da instituição de forma a assegurar que sejam conhecidas a respectiva função no processo e as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da organização, devem prever:

a) a existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico.

b) a promoção dos funcionários mais competentes para ocupar cargos importantes nos setores de controladoria.

c) a inexistência de canais de comunicação que assegurem aos funcionários, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso a confiáveis, tempestivas e compreensíveis informações consideradas relevantes para suas tarefas e responsabilidades.

d) a avaliação anual dos diversos riscos associados às atividades da instituição.

21. A implantação e implementação de uma estrutura efetiva de controles internos, mediante a

a) do Banco Central do Brasil (Bacen).

b) do Conselho Fiscal da instituição financeira.

c) da diretoria da instituição financeira.

d) dos gerentes financeiros da instituição financeira.

22. Sobre os controles internos:

I – é de responsabilidade da diretoria da instituição financeira a implantação e a implementação de uma estrutura de controles internos efetiva.

II – é de responsabilidade dos gerentes e supervisores da instituição financeira a implantação e a implementação de uma estrutura de controles internos efetiva.

III – recomenda-se a segregação das atividades atribuídas aos integrantes da instituição de forma a que seja evitado o conflito de interesses, bem como meios

de minimizar e monitorar adequadamente áreas identificadas como de potencial conflito da espécie.

Está correto o que se afirma em:

- a) Somente I.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

23. Em um processo de lavagem de dinheiro, os participantes que cooperarem com a investigação:

- a) poderão ter suas penas reduzidas em até 1/3 (um terço) da pena total.
- b) poderão ter suas penas reduzidas em até 2/3 (dois terços) da pena total.
- c) serão liberados.
- d) deverão pagar apenas a multa, estando livres da reclusão.

24. Um determinado cliente faz depósitos em vários bancos de valores diversos. Você, como gerente desse cliente, inicia uma conversa informal para tentar coletar mais informações sobre o assunto. Porém, o cliente sempre foge do assunto e parece incomodado com o mesmo. Essa situação, no processo de lavagem de dinheiro, está relacionada a qual etapa?

- a) Colocação.
- b) Ocultação.
- c) Integração.
- d) Sonegação Fiscal.

25. Um cliente com renda mensal declarada de R\$ 1.000,00 recebe, em sua conta corrente, um depósito de R\$ 50.000,00. Neste caso, a instituição financeira deverá:

- a) reportar o nome do cliente para o Banco Central somente após avisá-lo sobre essa ação.

- b) devolver o depósito e reportar o nome do cliente para o Banco Central.
- c) levantar mais informações sobre o cliente e sobre a origem do dinheiro.
- d) reportar o nome do cliente imediatamente para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

26. A multa pecuniária, aplicada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), em casos de condenação por crime de lavagem de dinheiro, será variável e não superior a:

- a) R\$ 20 mil.
- b) R\$ 200 mil.
- c) R\$ 2 milhões.
- d) R\$ 20 milhões.

27. Operação que pode ser caracterizada como exemplo da fase de colocação em um processo de lavagem de dinheiro:

- a) compra de propriedade rural.
- b) tráfico de entorpecentes.
- c) contrabando.
- d) informações bancárias e financeiras incompletas.

28. Insider trader é o:

- a) analista de títulos e valores mobiliários que disponibiliza ao público informações que obteve em razão de sua atividade profissional, já divulgadas ao mercado.
- b) diretor de companhia aberta que é titular de ações e debêntures de emissão da própria companhia.
- c) operador de corretora que, sem tomar risco, aproveita-se da diferença de preço do mesmo ativo em dois mercados diversos para fazer uma operação de arbitragem.
- d) profissional que negocia valores mobiliários de companhia sobre a qual teve acesso a informação não divulgada ao mercado.

29. Para atender às normas de conduta conhecidas como Chinese Wall, uma instituição financeira deve:

- a) evitar atuar com corretoras de títulos e valores mobiliários que apresentem risco de imagem.
- b) segregar a área de Compliance das demais áreas da instituição.
- c) manter o cadastro de seus clientes segregado do cadastro de seus funcionários.
- d) segregar as atividades de administração de recursos próprios e de administração de recursos de terceiros.

30. O funcionário A da corretora de títulos e valores mobiliários XXX, em virtude de sua relação profissional com os administradores da empresa Y, toma conhecimento de que a empresa Y, cujas ações são negociadas na B3, irá incorporar-se à empresa W. Tal fato ainda não foi divulgado ao mercado, mas, como o funcionário A tem certeza de que a referida incorporação produzirá um aumento das cotações das ações da empresa Y, passa a aconselhar seus clientes a comprar tais ações.

Neste caso, o funcionário A:

- a) poderia ter aconselhado seus clientes somente após ampla divulgação da incorporação referida ao mercado.
- b) deveria ter requerido autorização da empresa Y antes de aconselhar seus clientes.
- c) deveria ter publicado o fato relevante da empresa Y.
- d) violou o direito de preferência dos demais acionistas da empresa Y.

31. No relacionamento com o cliente, quando da recomendação de determinada modalidade de investimento, o profissional deve:

- a) priorizar suas metas e, em seguida, os objetivos de investimento de cada cliente.
- b) considerar e observar a situação individual de cada cliente e suas necessidades.
- c) evitar, por ética, investigar a tolerância do investidor ao risco.
- d) aconselhar os investimentos baseando-se, indistintamente, em fatos, opiniões pessoais ou de mercado.

32. Sobre a Análise do Perfil do Investidor (API), indique quais atividades NÃO estão sujeitas às regras do processo “Conheça seu Cliente” (Know your costumer - KYC):

- a) análise e classificação de risco de crédito de uma empresa aberta por meio de agência classificadora de risco.
- b) captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira.
- c) custódia, distribuição e administração de títulos e valores mobiliários.
- d) compra e venda de moeda estrangeira em espécie ou ouro como ativo financeiro.

33. Não é necessário aplicar o Análise do Perfil do Investidor (API) nos casos de investimentos em:

- a) Fundos de Ações.
- b) Fundos Multimercado.
- c) Fundos de Renda Fixa.
- d) Fundos de Renda Fixa Simples.

34. Em relação à Teoria de Finanças Tradicional e à Teoria de Finanças Comportamentais, pode-se afirmar que:

- a) a primeira considera que os indivíduos processam corretamente todas as informações disponíveis no mercado antes de tomarem uma decisão.
- b) a segunda considera que os indivíduos processam corretamente todas as informações disponíveis no mercado antes de tomarem uma decisão.
- c) a primeira considera que as decisões são afetadas por desvios, conhecidos como heurísticas.
- d) ambas as teorias consideram que os investidores, antes de tomarem uma decisão, avaliam todas as informações disponíveis no mercado e as processam sem qualquer desvio.

35. Empresa ZZZ é indiciada na Operação Lava Jato e suas ações caem mais de 10% no dia seguinte”. Os investidores dessa empresa estão agindo segundo qual heurística?

- a) Disponibilidade.
- b) Representatividade.
- c) Ancoragem.
- d) Aversão à Perda.

36. “Nunca mais investirei na empresa XXXX, pois perdi mais de 50% nas ações dessa companhia dez anos atrás”. Esse investidor está agindo de acordo com qual heurística?

- a) Ancoragem
- b) Disponibilidade.
- c) Excesso de Confiança.
- d) Representatividade.

37. Um investidor que busca sempre uma determinada cotação/preço para definir a sua decisão de compra de um certo ativo, está agindo de acordo com a heurística da:

- a) ancoragem.
- b) disponibilidade.
- c) aversão à Perda.
- d) representatividade.

38. “Sempre que o Ibovespa bater 45.000 pontos é hora de comprar ações”. Essa notícia está de acordo com qual heurística?

- a) Ancoragem.
- b) Aversão à Perda.
- c) Disponibilidade.
- d) Representatividade.

39. Alguns clientes realizam trocas excessivas em suas carteiras de ações, ocasionando altos custos de corretagem. Esse comportamento, em finanças

comportamentais, é conhecido como:

- a) ancoragem.
- b) disponibilidade.
- c) excesso de confiança.
- d) ilusão de controle.

40. Dificuldade para vender ações que estão em queda e facilidade para vender ações que estão em alta. Essa é uma característica do investidor que apresenta:

- a) ilusão de controle.
- b) excesso de confiança.
- c) ancoragem.
- d) aversão à perda.

41. São restrições do investidor, exceto:

- a) idade.
- b) horizonte de Investimento.
- c) conhecimento do produto.
- d) desconhecimento ao risco.

42. Um cliente com perfil de investidor classificado como conservador tem interesse em aplicar em fundo de ações. Neste caso, o gerente:

- a) ignora e aplica.
- b) descarta a aplicação.
- c) orienta o cliente sobre o desenquadramento e sugere refazer o perfil.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

43. Um investidor comprou uma ação por R\$ 50,00. Em seguida, o valor da cotação caiu e o investidor toma a decisão de só vendê-la quando a cotação apresentar um valor acima de R\$ 50,00. Esse investidor está agindo de acordo com a heurística de:

- a) disponibilidade.
- b) representatividade.
- c) ancoragem
- d) efeito de estruturação.

44. Em uma conversa com o senhor José, o consultor de investimentos identificou que ele apresenta o viés de “Aversão à Perda”. Ele chegou a essa conclusão porque verificou que o senhor José tende a manter:

- a) posições perdedoras e também manter posições ganhadoras.
- b) posições ganhadoras e também manter posições perdedoras.
- c) posições perdedoras e se desfazer rapidamente de posições vencedoras.
- d) posições ganhadoras e se desfazer rapidamente de posições perdedoras.

45. Uma empresa que teve problemas com a Lava Jato teve afetado o:

- a) Risco Legal.
- b) Risco de Imagem.
- c) Risco de Mercado.
- d) Risco de Crédito.

46. No processo de lavagem de dinheiro, a ordem das etapas é:

- a) Colocação, Ocultação e Integração.
- b) Preparação, Colocação e Integração.
- c) Ocultação, Colocação e Integração.
- d) Colocação, Integração e Ocultação.

47. Sobre um participante de um crime de lavagem de dinheiro que coopera com a investigação, pode-se afirmar que ele:

- a) não tem direito a redução da pena.

- b) pode ter a pena reduzida em até 1/3 da pena total.
- c) pode ter a pena reduzida em até 2/3 da pena total.
- d) será livre.

48. A Convenção de Viena, de 1998, trata de medidas de prevenção a/ao:

- a) sonegações fiscais.
- b) tráfico ilícito de entorpecentes.
- c) tráfico de animais em extinção.
- d) destruição das matas.

49. Qual a principal função da Chinese Wall?

- a) evitar a transferência de riqueza entre os cotistas.
- b) criar barreiras para entradas de produtos chineses na economia.
- c) evitar conflitos de interesses.
- d) aumentar a eficiência das empresas.

50. É um exemplo da fase de colocação em um processo de lavagem de dinheiro:

- a) realizar o tráfico de entorpecentes.
- b) realizar transferências entre várias contas.
- c) comprar um imóvel.
- d) sacar valores abaixo de R\$ 10 mil.

51. Um cliente declara ganhar R\$ 2.000,00 por mês, porém está movimentando R\$ 100.000,00 pelo terceiro mês seguido. O gerente que identificou essa situação deverá fazer o quê?

- a) Nada, pois poderia causar a perda desse cliente.
- b) Bloquear a conta desse cliente para não transacionar mais e evitar novas transferências.

- c) Conversar com o cliente e sugerir mudar de banco.
- d) Tratar esse caso como suspeita de lavagem de dinheiro e não comunicar o cliente.

52. Um jovem de 23 anos com renda declarada de R\$ 5 mil e patrimônio de R\$ 50 mil começou a receber diversas transferências em sua conta corrente com valores expressivos. O gerente da conta, ao questioná-lo sobre a movimentação, percebeu que o jovem era “laranja” de uma empresa de confecção que já teve sua conta encerrada unilateralmente no mesmo banco. Esse caso enquadra-se em qual etapa do processo de lavagem de dinheiro?

- a) Colocação.
- b) Ocultação.
- c) Integração.
- d) Não se caracteriza como crime.

53. O cliente de uma corretora começou a realizar diversas operações de compra e venda de ações sem fundamento algum. Considerando as etapas do processo de lavagem de dinheiro, essa pode ser uma estratégia de:

- a) colocação.
- b) ocultação.
- c) integração.
- d) não se caracteriza como crime.

54. O risco de perda quando a instituição não pode executar os termos de um contrato é conhecido como:

- a) Risco Legal.
- b) Risco de Imagem.
- c) Risco Soberano.
- d) Risco de Mercado.

55. As instituições financeiras devem comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) as operações de depósito em espécie, saque em espécie ou saque em espécie por meio de cartão pré-pago, de valor igual ou

superior a:

- a) R\$ 50 mil.
- b) R\$ 100 mil.
- c) R\$ 150 mil.
- d) R\$ 200 mil.

56. Qual é a finalidade do Selo Anbima?

- a) Atestar que o fundo tem um bom rendimento compatível com o grau de risco.
- b) Demonstrar o compromisso das Instituições Participantes em atender às disposições do Código de Autorregulação.
- c) Garantir que o investimento não possui risco.
- d) Mostrar os fundos com mais de R\$ 1 bilhão em recursos sob gestão.

57. Na empresa onde trabalha, o senhor José teve acesso, sem querer, a uma informação que ainda não está disponível ao mercado. Chegando em casa, ele conta a informação para a Dona Maria, que, por sua vez, abre o home broker e compra ações dessa empresa. Quem cometeu uma conduta antiética e qual foi essa conduta?

- a) Somente o senhor José, pois foi ele quem descobriu a informação. A conduta antiética foi a Insider Trading
- b) Somente a Dona Maria, pois foi ela quem realizou a operação. A conduta antiética foi a Insider Trading.
- c) Ambos cometem a conduta antiética conhecida como Front Running.
- d) Ambos cometem a conduta antiética conhecida como Insider Trading.

58. Um gerente de uma instituição financeira está dispensado do dever de verificar a adequação de produtos, serviços e operações ao perfil quando o cliente:

- a) tiver a certificação da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

- b) tiver sua carteira de valores mobiliários administrada por administrador autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) for diretor de instituição financeira.
- d) for graduado em Direito, Economia e/ou Administração.

59. Um participante de um crime de lavagem de dinheiro, que cooperar com a investigação, pode ter sua pena reduzida _____. Já o indivíduo que praticou o crime de lavagem de dinheiro por meio de organização criminosa terá sua pena aumentada _____. Marque a alternativa que complete corretamente as lacunas.

- a) Não tem direito a redução da pena e em até 1/3 da pena total.
- b) em até 1/3 da pena total e em até 2/3 da pena total.
- c) em até 2/3 da pena total e em até 1/3 da pena total.
- d) em até 2/3 da pena total e em até 2/3 da pena total.

60. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) puniu o criminoso com uma multa. Qual será o valor da multa que ele terá que pagar?

- a) R\$ 10 milhões.
- b) R\$ 14 milhões.
- c) R\$ 20 milhões.
- d) R\$ 28 milhões.

61. São produtos de investimentos, segundo o Código Anbima de Distribuição de Produtos:

- I. Caderneta de Poupança.**
- II. Produtos de Previdência Complementar.**
- III. Ações e seus derivados.**

Está correto o que se afirma em:

- a) todas as afirmativas.

- b) I e III
- c) somente II
- d) somente III

62. Em relação ao crime de lavagem de dinheiro, que tipo de pena pode ser imposta a quem o pratica?

- a) Reclusão de até 3 anos mais multa.
- b) Reclusão de até 10 anos, somente.
- c) Reclusão de até 10 anos mais multa.
- d) Reclusão de até 3 anos, somente.

63. Um investidor teve acesso a uma informação que ainda não está disponível ao mercado. Ciente de que essa informação pode impactar o preço das ações, ele liga para o seu operador e pede a ele que compre ações da empresa em questão. O operador acredita que o cliente pode saber de algo, e compra essas ações antes de realizar a compra para o cliente. Qual conduta antiética cada um cometeu?

- a) Ambos cometem Insider Trading.
- b) Ambos cometem Front Running.
- c) O operador cometeu Insider Trading enquanto o investidor cometeu Front Running.
- d) O operador cometeu Front Running enquanto o investidor cometeu Insider Trading.

64. A fase do processo de lavagem de dinheiro caracterizada pelo retorno e pela introdução na economia formal dos recursos oriundos de atividades ilícitas, na forma de aplicações aparentemente lícitas, é conhecida por:

- a) Colocação.
- b) Ocultação.
- c) Integração.
- d) Omissão.

65. A fase do processo de lavagem de dinheiro, caracterizada pela ação de criminosos que inserem recursos gerados de atividades ilícitas no sistema financeiro, especialmente de países com legislação menos restritiva, é conhecida por:

- a) Colocação.
- b) Ocultação.
- c) Integração.
- d) Omissão.

66. O principal órgão responsável pelo combate à lavagem de dinheiro no Brasil é:

- a) Ministério da Fazenda.
- b) Polícia Federal.
- c) Banco Central
- d) COAF.

67. No âmbito do "Conheça seu cliente" e com base na legislação, as instituições financeiras devem:

- a) Identificar os principais clientes antes ou depois de as operações terem sido efetuadas.
- b) Aceitar os clientes que não se sintam confortáveis em passar todas as informações necessárias.
- c) Preocupar-se apenas com clientes classificados como Pessoas Politicamente Expostas - PEP.
- d) Manter controles e registros internos que permitam verificar a compatibilidade entre movimentações de recursos, atividade econômica e capacidade financeira de cada cliente.

68. Na verificação da adequação de produtos e serviços ao perfil do cliente, o profissional deve checar se:

I - o produto, serviço ou operação é adequado aos objetivos de investimento do cliente;

II - a situação financeira do cliente é compatível com o produto, serviço ou operação; e

III - o cenário econômico é condizente com a operação proposta.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.

69. Quando um cliente se recusa a fornecer informações a um profissional para que este verifique a adequação de sua recomendação de produtos ou serviços ao perfil do cliente, o profissional deve:

- a) Recomendar produtos se o cliente assinar uma declaração que isente o profissional do seu dever de verificação de adequação de suas recomendações.
- b) Recomendar produtos se o cliente assinar um atestado que está ciente dos riscos envolvidos na operação.
- c) Recomendar produtos se o cliente for alertado que a recomendação feita pode não estar de acordo com o seu perfil de investimento.
- d) Se abster de recomendar produtos de investimentos a este cliente

70. Considere as seguintes afirmativas sobre Lavagem de Dinheiro:

I. Operações suspeitas devem ser comunicadas às autoridades competentes e ao cliente suspeito no prazo máximo de 24 horas.

II. O órgão responsável por averiguar indícios de crimes de lavagem de dinheiro no Brasil é o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

III. Cabe ao COAF disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas em Lei.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

71. Considere as seguintes etapas do processo de lavagem de dinheiro:

- I. Colocação.**
- II. Ocultação.**
- III. Cooperação.**
- IV. Integração.**

72. As etapas que constituem o processo de lavagem de dinheiro estão corretamente expressas apenas em:

- a) I, II, III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) I, II e III.

73. Considere as seguintes instituições:

- I. Seguradoras, as corretores de seguros e as entidades de previdência complementar ou de capitalização.**
- II. Administradoras de cartões de credenciamento ou cartões de crédito, bem como as administradoras de consórcios para aquisição de bens ou serviços**
- III. Empresas de arrendamento mercantil (leasing) e as de fomento comercial (factoring)**

De acordo com a Lei que dispõe sobre crimes de ""lavagem"" ou ocultação de bens, direitos e valores, representam instituições sujeitas a essa lei apenas aquelas expressas em:

- a) I e II.

- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

74. A fase de ocultação do crime de Lavagem de dinheiro se caracteriza por:

- a) Trazer o dinheiro ilícito de volta a economia, agora com origem aparentemente legal.
- b) Confundir o rastreamento do dinheiro através de diversas transferências e empréstimos.
- c) Fazer o dinheiro entrar na instituição financeira.
- d) Aumentar o lucro da instituição financeira.

75. A atividade de Distribuição de Produtos de Investimentos compreende:

- a) Oferta de produtos de investimentos de forma individual ou coletiva.
- b) Apenas a realização efetiva de negócios e não as ofertas não concretizadas.
- c) Realização de negócios com produtos de investimentos apenas por meio de agências bancárias.
- d) Apreçamento de Ativos Financeiros.

76. Não estão sujeitas às normas do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Distribuição de Fundos de Investimentos:

- a) Bancos de desenvolvimento
- b) As sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.
- c) Os Administradores e Gestores Fiduciários, quando distribuem seus próprios fundos.
- d) As Agências de Rating.

77. As instituições participantes devem identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos existentes em suas atividades. Para tanto, é necessário:

I. Manter em documento escrito regras, procedimentos e controles que assegurem a integridade, a segurança e a confiabilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados.

II. Documentar os papéis e as responsabilidades de forma claramente definida.

III. Prever regras e procedimentos sobre o Plano de Continuidade de Negócios.

IV. Avaliar periodicamente a adequação dos sistemas, as rotinas e os procedimentos para gerenciamento de riscos.

Está correto o conteúdo em:

- a) I e III.
- b) I, II e III.
- c) I, II e IV.
- d) Todas as alternativas.

78. Ao realizar a distribuição de fundos de investimentos, as instituições devem buscar conhecer seus investidores desde o início do relacionamento e durante a manutenção deste. Esse processo é chamado “Conheça seu cliente” e compreende:

- a) A implementação e a manutenção de regras e procedimentos que descrevam o processo, por escrito.
- b) Procedimentos de atualização cadastral que deve ocorrer apenas quando o cliente mudar de endereço ou emprego.
- c) Informar às outras áreas do banco que o cliente é investidor e, portanto, não precisa de crédito.
- d) O registro do saldo dos investimentos do cliente no final do mês, sem necessidade de manter dados de todas as movimentações.

79. Para verificar a adequação dos Produtos de Investimento ao perfil do Investidor, as instituições participantes deverão classificar seus produtos, considerando no mínimo:

- a) Riscos associados ao produto, perfil dos emissores e prestadores de serviços, existência de garantias e prazos de carência.
- b) Riscos associados ao produto, nível de alavancagem e taxas cobradas (administração e performance).
- c) Perfil dos emissores e prestadores de serviços, prazos de carência e vencimento do produto, caso exista.
- d) Existência de garantias, impostos cobrados (IOF, IR) e prazos de carência.

MÓDULO 3

- 1. O Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia representa, em valores monetários e para determinado período, a soma de todos os bens e serviços:**
 - a) intermediários e finais, a preço de custo.
 - b) finais, a preço de custo.
 - c) intermediários e finais, ao valor de mercado.
 - d) finais, ao valor de mercado.
- 2. O índice de inflação oficialmente utilizado pelo governo brasileiro para verificar o cumprimento da meta de inflação é o:**
 - a) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).
 - b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).
 - c) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
 - d) Índice de Preços ao Consumidor (IPC).
- 3. A taxa de referência para o cálculo da remuneração devida em empréstimos realizados entre instituições financeiras no Brasil é a:**
 - a) Taxa Selic.
 - b) Taxa Depósitos Interbancários (DI).
 - c) Taxa Referencial (TR).
 - d) Taxa Básica Financeira (TBF).
- 4. A Taxa Depósitos Interbancários (DI) é apurada:**
 - a) diariamente e aplicada com base em dias úteis.
 - b) diariamente e aplicada com base em dias corridos.
 - c) mensalmente e aplicada com base em dias úteis.
 - d) mensalmente e aplicada com base em dias corridos.

5. A taxa de juros utilizada no cálculo da remuneração dos saldos de contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é a:

- a) Taxa Básica Financeira (TBF).
- b) Taxa Referencial (TR).
- c) Taxa Selic.
- d) Taxa Depósitos Interbancários (DI).

6. Um dos objetivos do Comitê de Política Monetária (Copom) é:

- a) autorizar a emissão de papel-moeda.
- b) controlar a taxa de inflação oficial.
- c) regular o volume de crédito na economia.
- d) definir a meta da taxa Selic.

7. A diferença entre as taxas de juros nominal e real é dada pela taxa de:

- a) câmbio.
- b) inflação.
- c) juros básica.
- d) desconto.

8. Um fluxo de pagamentos denominado zero cupom terá o recebimento do rendimento:

- a) periodicamente.
- b) no momento zero.
- c) junto do principal no vencimento ou no resgate, o que acontecer primeiro.
- d) por ser zero cupom, não têm rendimento.

9. As reservas internacionais de um país representam:

- a) o saldo que o governo desse país detém em moedas estrangeiras.

- b) o saldo da dívida externa desse país.
- c) os títulos públicos emitidos pelo país.
- d) o crédito disponível ao país junto a investidores estrangeiros.

10. Instrumento utilizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) para controlar a liquidez do mercado financeiro:

- a) Política Fiscal.
- b) Política Monetária.
- c) Política Cambial.
- d) Política Creditícia.

11. Em um cenário de elevação da taxa básica e juros (Selic) é esperada, por consequência, a:

- a) elevação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- b) redução do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- c) redução da taxa Depósitos Interbancários (DI).
- d) elevação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

12. Um determinado produto de investimento apresentou uma rentabilidade nominal de 12% nos últimos 12 meses. Nesse mesmo período, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou uma alta de 15%. Sendo assim, podemos afirmar que o retorno real do investidor foi:

- a) igual ao IPCA.
- b) igual à Taxa Real.
- c) negativo.
- d) positivo.

13. No Brasil, o índice de preço cuja taxa de variação é adotada como meta de inflação é o:

- a) Índice de Preços por Atacado (IPA).

- b) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- c) Índice Nacional de Custo de Construção (INCC).
- d) Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

14. Dentre os índices abaixo, qual é o que mais impacta o desempenho do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

- a) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- b) Índice de Preços ao Consumidor (IPC).
- c) Índice de Preços por Atacado (IPA).
- d) Índice Nacional de Custo de Construção (INCC).

15. A alíquota de recolhimento de compulsório sobre depósito à vista aumenta, e não há qualquer ação compensatória por parte da autoridade monetária. Nesse cenário, em relação à liquidez do mercado financeiro e às taxas de juros, ocorrem, respectivamente:

- a) elevação e elevação.
- b) redução e redução.
- c) redução e elevação.
- d) elevação e redução.

16. Em relação a um país que exportou mais bens para o exterior do que importou, pode-se dizer que a Balança Comercial foi:

- a) superavitária.
- b) deficitária.
- c) maior que balança de pagamentos.
- d) negativa.

17. O que acontece se houver uma elevação da taxa flutuante sem intervenção Banco Central (Bacen)?

- a) Valoriza moeda local.

- b) Desvaloriza moeda local.
- c) Aumenta as reservas internacionais.
- d) Diminui as reservas internacionais.

18. De acordo com a paridade de juros, no regime de câmbio flutuante, tudo mais igual, um aumento nos juros pagos pelos depósitos em uma moeda, de determinado país, permite que:

- a) essa moeda seja depreciada em relação às moedas estrangeiras.
- b) essa moeda seja valorizada em relação às moedas estrangeiras.
- c) os juros pagos pelos depósitos em moeda estrangeira diminuam.
- d) não ocorram alterações nas taxas de câmbio.

19. A taxa de câmbio (PTAX) divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) é apurada a partir da média apurada das operações:

- a) realizadas no mercado futuro de dólar comercial.
- b) relativas às exportações de mercadorias.
- c) realizadas no mercado interbancários de câmbio.
- d) relativas às importações de mercadorias.

20. Um aplicação financeira obteve um ganho aparente de 15%. Se considerarmos que, no período, a inflação acumulada foi de 5%, pode-se concluir que a taxa real será:

- a) igual a 10%.
- b) igual a 20%.
- c) superior a 10%.
- d) inferior a 10%.

21. Um investidor efetuou uma aplicação em títulos de renda fixa, que lhe proporcionou um rendimento de 3%. Nesse mesmo período, a taxa de inflação registrou deflação de 2%. A taxa real de juros dessa aplicação foi:

- a) negativa.

- b) superior à nominal.
- c) inferior à nominal.
- d) igual à nominal.

22. Dada a taxa nominal de 10% e a de inflação de 4%, qual é o cálculo para obtenção da taxa real:

- a) $((1,10/1,04) - 1) \times 100$
- b) $((1,10/1,04) \times 100) - 1$
- c) $((1,04/1,10) - 1) \times 100$
- d) $((1,04/1,10) \times 100) - 1$

23. Um capital C aplicado por 2 anos a juros compostos e à taxa i ao mês, proporcionará um montante igual a:

- a) $C(1 + 2i)$
- b) $C(1 + i)^2$
- c) $C(1 + i)^{24}$
- d) $C(1 + 24i)$

24. O Valor Presente em um fluxo de pagamento é:

- a) proporcional à taxa de desconto.
- b) proporcional ao prazo.
- c) inversamente proporcional à taxa de desconto.
- d) inversamente proporcional ao prazo.

25. A composição do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) é:

- a) 60% do Índice de Preços por Atacado (IPA), 30% do Índice Nacional de Custo de Construção (INCC) e 10% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

- b) 60% do Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), 30% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e 10% do Índice de Preços por Atacado (IPA).
- c) 60% do Índice de Preços por Atacado (IPA), 30% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e 10% do Índice Nacional de Custo de Construção (INCC).
- d) 60% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), 30% do Índice de Preços por Atacado (IPA) e 10% do Índice Nacional de Custo de Construção (INCC).

26. Considerando que "C" é o consumo privado; "I" é o total de investimento; "G" são os gastos governamentais; e "NX" são as exportações líquidas, a equação do Produto Interno Bruto (PIB) é:

- a) $C + I + G + NX (X - M)$.
- b) $G + I - NX (X - M)$.
- c) $C - I - G - NX (X - M)$.
- d) $I + C - G - NX (M - X)$.

27. Sabendo que o real está se desvalorizando, podemos dizer que essa situação proporciona a melhora da:

- a) exportação, pois a cotação do real cai e, portanto, estimula a exportação.
- b) exportação, pois favorece a moeda para importação.
- c) importação, pois a moeda favorece o produto importado.
- d) importação, pois a cotação do real cai e, portanto, estimula a importação.

28. É responsável pelo cálculo do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e utiliza o IPCA como parâmetro para definição da Taxa Selic Meta, respectivamente:

- a) Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- b) Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Comitê de Políticas Monetárias (Copom).
- c) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

- d) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Comitê de Políticas Monetárias (Copom).

29. Um aumento nos gastos públicos e um aumento nos impostos, respectivamente, tratam-se de políticas fiscais:

- a) expansionista e contracionista.
- b) contracionista e expansionista.
- c) expansionista e expansionista.
- d) contracionista e contracionista.

30. A taxa de juros real é:

- a) a taxa de juros nominal menos a inflação.
- b) a taxa de juros nominal mais a inflação.
- c) igual à taxa de juros nominal se a inflação for positiva.
- d) igual à taxa de juros nominal se a inflação for negativa.

31. Em um cenário de grande elevação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), qual medida provável deve ocorrer?

- a) Elevação da taxa de câmbio.
- b) Redução da taxa de juros.
- c) Aumento da taxa de juros.
- d) Redução de impostos.

32. Na economia global, o dólar vem ganhando força sobre as moedas de países emergentes. Se o Banco Central (Bacen) tem, como objetivo, estimular as exportações, qual medida provável ele deverá adotar diante desse cenário?

- a) Deixar o câmbio flutuante.
- b) Vender dólares.
- c) Aumentar a tributação de produtos importados.

- d) Reduzir juros.

33. No Brasil, o ciclo econômico apresenta um viés de estabilidade na taxa de inflação e uma taxa de desemprego acima do esperado. Diante desse cenário, na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o que deverá ser determinado?

- a) Aumento da Taxa Selic.
- b) Manutenção da Taxa Selic.
- c) Redução da Taxa Selic.
- d) Nenhuma das anteriores.

34. São estratégias expansionistas para o Produto Interno Bruto (PIB), exceto:

- a) aumento na taxa de compulsório.
- b) redução de impostos.
- c) queda na taxa de compulsório.
- d) redução da Selic Meta.

35. O governo reduziu a tributação no preço final dos automóveis. Em relação à economia, essa medida pode ser um reflexo de que:

- a) o Produto Interno Bruto (PIB) está acima da meta de crescimento.
- b) o Produto Interno Bruto (PIB) está abaixo da meta de crescimento.
- c) a Taxa de câmbio está controlada.
- d) o governo está arrecadando acima da necessidade.

36. Instrumento utilizado pelo Banco Central (Bacen) para controlar a liquidez do mercado financeiro, com uma visão expansionista:

- a) Política Monetária, diminuindo a taxa do depósito compulsório.
- b) Política Monetária, aumentando a taxa de redesconto.
- c) Política Fiscal, diminuindo os gastos.

- d) Política Fiscal, diminuindo os impostos.

37. Um cliente perguntou ao gerente como é calculada a Taxa Referencial (TR). O gerente disse que a TR é calculada a partir da Taxa Básica Financeira (TBF), a qual é uma média dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) prefixados do mercado dos 30 maiores bancos do Brasil sobre a qual aplica-se um redutor para obtenção da TR. A explicação foi correta?

- a) Sim, o gerente explicou tudo corretamente.
- b) Não, pois é considerada a média dos 50 maiores bancos.
- c) Não, pois é a média dos CDBs pós-fixados.
- d) Não, pois considera a média das Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e não a dos CDBs.

38. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é:

- a) calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- b) oficial, utilizado como parâmetro para o sistema de metas de inflação do Brasil.
- c) constituído a partir de pesquisas mensais realizadas nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.
- d) universo de pesquisa composto por famílias com rendimentos monetários de um a dez salários mínimos.

39. Em determinado período, constatou-se uma inflação de 10%. Isso significa que:

- a) os preços, em média, subiram 10%.
- b) o poder de compra da moeda, nesse intervalo, elevou-se em 10%.
- c) o poder de compra da moeda, nesse intervalo, reduziu-se em 10%.
- d) os preços, em média, caíram 10%.

40. Se num determinado período as remessas de lucros, juros, royalties, seguros, viagens internacionais são menores que os valores recebidos do exterior nessas mesmas categorias, o país terá:

- a) déficit na balança comercial.

- b) superávit na balança comercial.
- c) superávit na balança de serviços.
- d) déficit na balança de serviços.

41. Um investidor obteve em uma aplicação financeira durante um ano, um ganho nominal de 14%. Sabendo que o ganho real no período também foi de 14%, pode-se concluir que:

- a) o Imposto de Renda no período foi igual a zero.
- b) a inflação no período foi igual a zero.
- c) a rentabilidade líquida no período foi igual a zero.
- d) o risco desta aplicação é igual a zero.

42. A política cambial atual no Brasil é:

- a) flutuação limpa, na qual o mercado determina o valor do câmbio.
- b) fixa, determinada pelo Banco Central (Bacen).
- c) flutuação suja, com intervenções por parte do Banco Central (Bacen).
- d) fixa, determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

43. Em um regime cambial de taxas perfeitamente flutuantes, o Banco Central:

- a) atua passivamente, devendo ter um montante de reservas internacionais maior do que no regime cambial de taxas fixas.
- b) utiliza as reservas internacionais com vistas a resguardar o país de quaisquer variações na taxa de câmbio.
- c) não intervém no mercado de câmbio, permanecendo inalteradas as reservas internacionais.
- d) busca fazer com que a taxa de câmbio não se desvalorize frente às moedas dos países desenvolvidos.

44. Analise as medidas abaixo:

I. Redução da Taxa Selic.

II. Aumento do depósito compulsório.**III. Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).****IV. Redução dos gastos governamentais.****Quais assertivas representam medidas contracionistas?**

- a) I e III
- b) II e III
- c) II, III e IV
- d) II e IV

45. Em uma situação em que está ocorrendo a desvalorização do real frente ao dólar, podemos afirmar que:

- a) melhora as condições para importações.
- b) melhora as condições para exportações.
- c) não afeta o cenário para exportações e nem para importações.
- d) melhora a situação para viajar para o exterior.

46. Inflação é:

- a) aumento contínuo no nível geral de preços, ocasionando perda do poder aquisitivo da moeda.
- b) declínio acelerado de preços, ocasionando perda do poder aquisitivo da moeda.
- c) pequena elevação dos preços sem ocasionar perda do poder aquisitivo da moeda.
- d) aumento contínuo do nível geral de preços, ocasionando elevação do poder aquisitivo da moeda.

47. Nas suas reuniões a cada 45 dias, o Comitê de Políticas Monetárias (Copom) define:

- a) Taxa Selic Meta.

- b) Taxa Selic Over.
- c) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- d) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

48. Compete privativamente ao Banco Central (Bacen):

- a) autorizar emissão de papel moeda.
- b) fiscalizar as S.As abertas e fechadas.
- c) coordenar a política monetária.
- d) realizar as operações de Open Market.

MÓDULO 4

- 1. Conferem direito a voto nas assembleias de acionistas as ações:**
 - a) preferenciais.
 - b) ordinárias.
 - c) subordinadas.
 - d) garantidas.
- 2. A prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos por uma empresa é característica das ações:**
 - a) preferenciais.
 - b) ordinárias.
 - c) subordinadas.
 - d) garantidas.
- 3. Em uma companhia, os lucros retidos em exercícios anteriores podem ser distribuídos por meio de:**
 - a) dividendos.
 - b) bônus de subscrição.
 - c) ações.
 - d) juros sobre capital próprio.
- 4. Em uma operação com ações, os emolumentos são despesas cobradas:**
 - a) pelo agente fiduciário.
 - b) pela corretora.
 - c) pelo custodiante.
 - d) pela Bolsa de Valores.
- 5. O rendimento obtido com ações nas operações no mercado à vista e nas operações de Day Trade é tributado pelo Imposto de Renda às alíquotas, respectivamente, de:**

- a) 15% e 20%.
- a) b) 17,5% e 22,5%.
- b) 15% e 27,5%.
- c) 17,5% e 25%.

6. Letras de Crédito Imobiliário (LCI) podem ser emitidas por:

- a) bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário.
- b) bancos comerciais e companhias securitizadoras.
- c) sociedades de crédito, financiamento e investimento e companhias hipotecárias.
- d) sociedades de crédito, financiamento e investimento e companhias securitizadoras.

7. Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) podem ser emitidas por:

- a) bancos de investimento.
- b) companhias securitizadoras.
- c) empresas do setor agropecuário.
- d) usinas de açúcar e álcool.

8. As perdas que o titular de uma opção está sujeito podem ser:

- a) de até o valor máximo de uma ação, R\$ 100,00.
- b) o valor pago a título de prêmio da opção.
- c) o titular não perde dinheiro na opção por está fazendo um hedge.
- d) não existe limite para um eventual prejuízo para o titular de uma opção.

9. O prazo mínimo de vencimento das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) é de:

- a) 30 dias.
- b) 60 dias.

c) 90 dias.

d) 120 dias.

10. São isentos do Imposto de Renda sobre os rendimentos das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) as:

a) Pessoas Físicas.

b) Pessoas Jurídicas.

c) Pessoas Físicas e Jurídicas.

d) Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas e instituições financeiras.

11. Certificado de Depósito Bancário (CDB) é:

a) um depósito à vista que representa um ativo da instituição emissora.

b) um depósito à vista que representa um passivo da instituição emissora.

c) um depósito a prazo que representa um ativo da instituição emissora.

d) um depósito a prazo que representa um passivo da instituição emissora.

12. O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) oferece cobertura para o investimento em Certificados de Depósito Bancário (CDB) de um mesmo conglomerado financeiro até o limite de:

a) R\$ 250 mil por Pessoa Física.

b) R\$ 250 mil por Pessoa Física ou Jurídica.

c) R\$ 300 mil por Pessoa Física.

d) R\$ 300 mil por Pessoa Física ou Jurídica.

13. Um investidor investiu em um Certificado de Operações Estruturadas (COE) que aplica em ações de empresas americanas com data de observação a cada semestre e vencimento em 2 anos. Na primeira observação, em 180 dias, o resultado foi positivo, e o investidor obteve lucro de R\$ 1.000,00. Com base nessa informação, qual seria o valor do Imposto de Renda a ser recolhido na fonte?

a) R\$ 225,00.

b) R\$ 175,00.

c) R\$ 200,00.

d) R\$ 150,00.

14. Um Certificado de Depósito Bancário (CDB) resgatado após 200 dias corridos de aplicação terá seus rendimentos tributados à alíquota de:

a) 15,00%.

b) 17,50%.

c) 20,00%.

d) 22,50%.

15. Considerando os tipos de garantias e as espécies das debêntures, corre maior risco de crédito o investidor que adquirir títulos:

a) com garantia real.

b) com garantia flutuante.

c) da espécie quirografária.

d) da espécie subordinada.

16. Um Tesouro IPCA, antiga Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), tem o seu valor nominal atualizado:

a) pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M).

b) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

c) pela Taxa Selic.

d) pela Taxa DI.

17. O Tesouro Selic (antiga Letra Financeira do Tesouro (LFT)) remunera os investidores com juros:

a) semestrais, com base na Taxa DI.

- b) semestrais, com base na Taxa Selic.
- c) no vencimento, com base na Taxa DI.
- d) no vencimento, com base na Taxa Selic.

18. No Tesouro Direto, desde que respeitada a regra do valor mínimo de R\$ 30,00, um investidor pode adquirir fração mínima igual a:

- a) 0,01 título.
- b) 0,05 título.
- c) 0,10 título.
- d) 0,20 título.

19. Uma empresa brasileira compra uma opção de venda (PUT) de dólar com vencimento em 90 dias. Nesse caso, o cenário mais provável é que essa empresa:

- a) tenha uma dívida em dólar para quitar em 90 dias.
- b) tenha um recebimento em dólar em 90 dias.
- c) está apostando na alta do dólar em 90 dias.
- d) precisa comprar uma máquina importada em 90 dias.

20. No Tesouro Direto, a antiga Letra do Tesouro Nacional (LTN) recebeu a nomenclatura de:

- a) Tesouro Selic.
- b) Tesouro IPCA+.
- c) Tesouro Prefixado.
- d) Tesouro Prefixado com Juros Semestrais.

21. A caderneta de poupança oferece remuneração atrelada à:

- a) taxa fixa.
- b) taxa Depósito Interbancário (DI).

- c) Taxa Referencial (TR).
- d) inflação.

22. Seu cliente, um investidor qualificado, quer investir em Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) e questiona você sobre a garantia desse título. Você informa que:

- a) o DPGE é um título que conta com garantia ilimitada do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).
- b) o DPGE é um título que conta com garantia do FGC de até R\$ 250 mil por CPF/CNPJ.
- c) o DPGE é um título que conta com garantia do FGC de até R\$ 20 milhões por CPF/CNPJ.
- d) o DPGE é um título que não conta com a garantia do FGC.

23. No processo de oferta pública de debêntures, a instituição nomeada para defender os interesses dos debenturistas é:

- a) Banco Coordenador.
- e) Ofertante.
- b) Agente Fiduciário.
- c) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

24. Essa característica presente nos mercados futuros não se aplica a outros contratos de derivativos:

- a) possibilidade de fazer hedge de uma posição.
- b) ajustes diários.
- c) possibilidade de fazer uma alavancagem.
- d) registro da operação na clearing da B3.

25. Um cliente de uma distribuidora comprou Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e tem dúvidas sobre as garantias desse título. Você, como consultor financeiro, informa que o CRI:

- a) é um título que tem cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e garantia real.
- b) é um título garantido pelo banco emissor.
- c) tem garantia real que está vinculada à carteira de crédito imobiliário que dá lastro ao certificado.
- d) tem risco zero, pois conta com a garantia real.

26. Em uma operação compromissada, a instituição financeira:

- a) compra um título do investidor, com o compromisso de revenda.
- b) vende um título para o investidor, com o compromisso de recompra.
- c) compra um título do investidor, com o compromisso de não revendê-lo.
- d) vende um título para o investidor, com o compromisso de não recomprá-lo.

27. Os rendimentos obtidos em uma operação compromissada com prazo de 500 dias corridos serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de:

- a) 15%.
- b) 17,5%.
- c) 20%.
- d) 22,5%.

28. A análise técnica de precificação de ações utiliza, como parâmetro para determinar o preço de uma ação:

- a) o comportamento histórico do preço desse ativo.
- b) o balanço patrimonial da empresa.
- c) sua capacidade de geração de caixa para valorização.
- d) a quantidade de negócios realizados no dia da negociação.

29. Seu cliente investiu em uma Letra Financeira (LF) do seu banco que paga cupom semestral. Diante do questionamento dele sobre a dinâmica do Imposto de Renda (IR) nesse título, você responderá que:

- a) o IR será retido somente no vencimento do título à alíquota de 15%.
- b) o IR será retido na fonte a cada pagamento de cupom e a alíquota vai variar de acordo com o prazo de pagamento de cada cupom.
- c) o investidor Pessoa Física que investe em LF está isento de IR.
- d) o IR varia conforme o prazo de permanência e é recolhido pelo próprio investidor via DARF.

30. O investidor que deseja se proteger da queda de preços do dólar e decide fazer um hedge com opções deve:

- a) comprar uma opção de compra de dólar.
- b) vender uma opção de compra de dólar.
- c) comprar uma opção de venda de dólar.
- d) vender uma opção de venda de dólar.

31. Entende-se por ativos de renda variável aqueles cuja remuneração ou retorno de capital:

- a) são corrigidos por taxas pós-fixadas.
- b) são remunerados com base em taxas flutuantes.
- c) não podem ser determinados no momento da aplicação.
- d) são determinados pela variação da taxa de juros.

32. Quando a instituição financeira que está coordenando o processo de underwriting de uma

- a) Block-Trade.
- b) Garantia Firme.
- c) Melhores Esforços.
- d) Risco-Zero.

33. O mercado secundário de títulos:

- a) é aquele no qual as empresas emitentes obtêm recursos para novos investimentos.
- b) encaminha os papéis para o mercado primário.
- c) proporciona liquidez aos papéis negociados no mercado primário.
- d) é aquele no qual o título é negociado pela primeira vez.

34. Pode-se afirmar que uma opção de venda (PUT) está “Out of The Money (OTM)” quando o preço do ativo-objeto no mercado é:

- a) maior do que o preço de exercício.
- b) menor do que o preço de exercício.
- c) maior do que o preço a termo.
- d) menor do que o preço a termo

35. A expressão “1 ação equivale a 1 voto” está associada a uma empresa que possui o capital dividido em:

- a) 100% ações Ordinárias.
- b) 100% ações Preferenciais.
- c) 50% ações Ordinárias e 50% ações Preferenciais.
- d) 51% ações Ordinárias e 49% ações Preferenciais.

36. A proporção de ações ordinárias e de preferenciais das empresas novas e de capital fechado, no momento em que decidem abrir seu capital, é de:

- a) um terço de ações preferenciais, sem direito de voto, e dois terços de ações ordinárias.
- b) no máximo, 49% de ações preferenciais, sem direito a voto.
- c) um terço de ações ordinárias e dois terços de ações preferenciais, sem direito a voto.
- d) no mínimo, 50% de ações ordinárias.

37. No dia seguinte do pagamento de dividendos de uma ação, quando ela fica “Ex.Dividendo”, espera-se que o seu valor de mercado:

- a) não se altere.
- b) seja descontado do valor pago em dividendos.
- c) seja acrescido do valor pago em dividendos.
- d) sofra alterações de acordo com a procura e oferta desse papel.

38. No caso de um grupamento de ações de uma companhia listada na bolsa de valores no Novo Mercado:

- a) ocorre uma diminuição no preço da ação no mercado.
- b) ocorre um aumento do capital social da empresa.
- c) ocorre um aumento no número de ações da empresa no mercado.
- d) não há alteração no patrimônio do investidor.

39. Sobre os ADRs pode-se afirmar que:

- a) representam um lote de ações de empresas não domiciliadas nos Estados Unidos.
- b) representam um lote de ações de empresas domiciliadas nos Estados Unidos.
- c) são cotadas e negociadas em dólar nos mercados da Europa e Ásia.
- d) a legislação veda a negociação em mercado de balcão.

40. O segmento de listagem que requer a existência de Tag Along (extensão do prêmio de controle) para 100% das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo é o:

- a) Tradicional.
- b) Alternativo.
- c) Nível 1.
- d) Nível 2 e Novo Mercado.

41. O investidor Pessoa Física fez as seguintes vendas de ações que seguem abaixo.

NOV/13	DEZ/13	JAN/14	FEV/14
R\$ 18.456,76	R\$ 19.990,45	R\$ 21.345,65	R\$ 22.456,56

Estão isentos de IR os ganhos com as alienações:

- a) somente nos meses de novembro e dezembro de 2013.
- b) em nenhum dos meses, visto que o investidor Pessoa Física que investe em ações não possui isenção de Imposto de Renda.
- c) somente nos meses de janeiro e de fevereiro de 2014.
- d) em todos os meses relacionados na tabela, visto que o investidor teve ganho com a venda das ações.

42. É do tipo zero cupom e possui o valor atualizado diariamente pela taxa Selic:

- a) antiga Nota do Tesouro Nacional (NTN) – Série B.
- b) antiga Letra do Tesouro Nacional (LTN).
- c) antiga Nota do Tesouro Nacional (NTN) – Série C.
- d) antiga Letra Financeira do Tesouro (LFT).

43. A antiga Letra Financeira do Tesouro (LFT) é um título indexado:

- a) à taxa Selic e negociado ao par, com ágio ou deságio.
- b) à taxa CETIP e negociado ao par, com ágio ou deságio.
- c) ao IPCA e negociado com deságio.
- d) ao IGP-M e negociado com ágio.

44. Título público do tipo zero cupom e com remuneração atualizada pelo IPCA:

- a) antiga Nota do Tesouro Nacional (NTN)-B Principal.
- b) Debêntures que pagam juros + IPCA.
- c) antiga Nota do Tesouro Nacional (NTN) – Série B.
- d) antiga Letra do Tesouro Nacional (LTN).

45. Dos títulos públicos federais abaixo, qual oferece ao investidor a possibilidade de recebimento de juros periódicos (cupons):

- a) antiga Letra Financeira do Tesouro (LFT).
- b) antiga Letra do Tesouro Nacional (LTN).
- c) antiga Nota do Tesouro Nacional (NTN) – Série B.
- d) antiga Nota do Tesouro Nacional (NTN)-B Principal.

46. Um investidor ficou sabendo que haverá uma elevação na taxa de juros. Baseado nesta informação, esperando obter rentabilidade significativa ele deverá aplicar em:

- a) Tesouro Selic (antiga Letra Financeira do Tesouro (LFT)).
- b) Ações.
- c) Notas Promissórias com remuneração prefixada.
- d) Tesouro Prefixado (antiga Letra do Tesouro Nacional (LTN)).

47. A relação entre a Taxa de Juros do mercado e o Preço Unitário (PU) de um título público federal de rentabilidade prefixada, como a antiga Letra do Tesouro Nacional (LTN), por exemplo, é:

- a) quanto menor a taxa de juros, menor o PU.
- b) depende do mercado.
- c) indiferente, uma vez que o título já possui taxa prefixada.
- d) quanto maior a taxa de juros, menor o PU.

48. O spread bancário é calculado pela:

- a) razão entre rentabilidade de um banco e seu patrimônio líquido.
- b) razão entre os prazos médios dos ativos de um banco e de seus passivos.
- c) diferença entre a taxa básica do Banco Central (Bacen) e as taxas pagas aos aplicadores de um banco.
- d) diferença entre as taxas cobradas dos tomadores de crédito e as pagas aos aplicadores de um banco.

49. Sobre o Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não pode ser resgatado parcialmente e nem antes do seu vencimento.
- b) É um título público com cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) até o limite de R\$ 40 milhões.
- c) É um título de renda fixa e representa, para seu detentor, um direito de crédito contra o emissor.
- d) Pode ser remunerado por taxa prefixada ou pós fixada.

50. As debêntures:

- a) são destinadas ao financiamento de capital de giro.
- b) são emitidas pelo prazo máximo de 360 dias.
- c) podem ser emitidas por bancos de investimento.
- d) têm suas garantias, se existirem, especificadas na escritura da emissão.

51. Sobre as debêntures, é correto afirmar que:

- a) só podem ser emitidas com prazo superior a 180 dias.
- b) são negociadas no SELIC.
- c) podem ou não ser conversíveis em ações.
- d) têm prazo máximo de emissão de cinco anos.

52. Uma debênture emitida com a cláusula de cross default garante ao investidor:

- a) que, caso o emitente não pague a debênture ou os juros, as outras dívidas podem ser declaradas vencidas automaticamente.
- b) que o pagamento dos juros da debênture não está condicionado ao vencimento de outras dívidas do emitente.
- c) a cobertura da debênture pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).
- d) que as suas debêntures poderão ser convertidas em ações da companhia.

53. As notas promissórias (commercial papers) são títulos que:

- a) possuem garantia real e são emitidos para captação de capital fixo.
- b) possuem garantia real e são emitidos para captação de capital de giro.
- c) não possuem garantia real e são emitidos para captação de capital fixo.
- d) não possuem garantia real e são emitidos para captação de capital de giro.

54. Quanto ao prazo máximo de emissão de uma nota promissória, é correto afirmar que:

- a) a nota promissória pode ser emitida sem prazo máximo.
- b) é de 30 dias para S.A Fechada e de 180 dias para S.A Aberta.
- c) é de 180 dias para S.A Fechada e de 360 dias para S.A Aberta.
- d) é de 360 dias para S.A Fechada e de 180 dias para S.A Aberta.

55. Dos títulos abaixo, qual conta com a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC):

- a) Letra de Crédito Imobiliário (LCI).
- b) Cotas de Fundo que comprem apenas Título Público Federal.
- c) Cédula de Crédito Bancário (CCB).
- d) Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI).

56. As Letras de Crédito Imobiliário (LCI) caracterizam-se por apresentarem:

- a) prazo mínimo de 30 dias para aplicação.
- b) Garantia Real.
- c) tributação de Imposto de Renda para Pessoa Física de 22,5% até 15%.
- d) prazo máximo de 360 dias.

57. Um investidor Pessoa Física não-qualificado deseja investir em uma opção de investimento livre de Imposto de Renda emitido por uma instituição financeira.

Você deve indicar:

- a) Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI).
- b) Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).
- c) Debêntures.
- d) Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

58. Na caderneta de poupança, as aplicações realizadas até o dia 3 de maio de 2012, possuem rentabilidade:

- a) prefixadas ou pós-fixadas.
- b) de 0,5% ao mês para qualquer investidor.
- c) de 1,5 % ao trimestre apenas quando o investidor for Pessoa Física.
- d) de 0,5 % ao mês quando o investidor for Pessoa Física.

59. Na tributação do Imposto de Renda sobre as aplicações financeiras em títulos de renda fixa cujos titulares sejam Pessoas Físicas:

- a) o fato gerador do imposto é a aquisição do título.
- b) os rendimentos estão isentos do imposto.
- c) a Pessoa Física é responsável pela retenção e recolhimento do imposto.
- d) a base do cálculo do imposto é a diferença positiva entre o valor de alienação e o valor de aquisição do título.

60. Seu cliente fez uma aplicação em um Certificado de Operações Estruturadas (COE) e a resgatou após 365 dias (222 dias úteis) com lucro.

Nesse caso, o Imposto de Renda (IR) será cobrado à alíquota de:

- a) 15%.
- b) 20%.
- c) 17,5%.

- d) Pessoa Física é isenta.

61. Uma empresa adquiriu debêntures da BNDESPAR por meio de oferta pública. Os títulos possuem remuneração de 7% ao ano + IPCA. Na tributação dessa aplicação financeira:

- a) a base de cálculo para o Imposto de Renda retido na fonte será obtida com base na taxa de juros firmada na aquisição, adicionada da correção do IPCA.
- b) o Imposto de Renda será retido na fonte à alíquota de 22,50%, independentemente da data de ocorrência da alienação, caso essa ocorra antes da data do vencimento.
- c) o investidor terá o Imposto de Renda retido na fonte no momento da sua aquisição.
- d) o próprio investidor será o responsável pelo cálculo e recolhimento do imposto, quando da entrega de sua declaração de ajuste anual.

62. Com relação ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), assinale a alternativa correta:

- a) trata-se de um fundo do Governo que tem, como objetivo, honrar o risco de crédito de alguns títulos até o valor de R\$ 250 mil.
- b) trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo é prestar garantia de crédito contra as instituições que são associadas ao fundo.
- c) trata-se de um fundo formado por poupadore para honrar o risco de crédito de grandes bancos.
- d) trata-se de uma instituição financeira que possui menos riscos que os grandes bancos.

63. São títulos e valores cobertos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC):

- a) CDB (até R\$ 250 mil), LCI (até R\$ 250 mil) e DPGE (até R\$ 1 milhão).
- b) COE (até R\$ 250 mil), LCI (até R\$ 250 mil) e DPGE (até R\$ 20 milhões).
- c) CDB (até R\$ 250 mil), LCA (até R\$ 250 mil) e DPGE (até R\$ 20 milhões).
- d) CDB (até R\$ 250 mil), LCI (até R\$ 20.000.000,00) e Poupança (até R\$ 250 mil).

64. São contratos de ativos derivativos:

- a) termo, securitização e swap.
- b) opções, ações e futuros.
- c) termo, securitização e futuros.
- d) opções, futuros e swap.

65. Uma das principais diferenças entre o mercado futuro e o mercado a termo é que:

- a) no mercado a termo os contratos são padronizados.
- b) no mercado futuro exige o pagamento do prêmio.
- c) no mercado a termo existe ajuste diário.
- d) No mercado futuro os contratos são padronizados.

66. No mês de novembro de determinado ano, um investidor adquiriu ações da Empresa A por R\$ 75 mil, com custos de corretagem e outras despesas necessárias à realização da operação que somaram R\$ 1.500,00. Em março do ano seguinte, ele vendeu as ações em sua totalidade por R\$ 84 mil. Em relação ao Imposto de Renda devido, é correto afirmar que:

- a) o investidor deve recolher imposto até o último dia útil do mês subsequente ao da venda.
- b) a alíquota é de 20%.
- c) os custos de transação não podem ser abatidos da base de cálculo do imposto.
- d) o investidor está isento, pois o ganho foi inferior a R\$ 20 mil.

67. No mercado a termo de ações da Bovespa, as operações podem ser encerradas:

- a) em períodos múltiplos de 30, 60, 90, 120, 150 e 180 dias.
- b) em, no mínimo, 16 dias e, no máximo, 999 dias corridos.
- c) em qualquer data antes ou após o vencimento do contrato.
- d) em, no mínimo, 16 dias e, no máximo, 999 dias úteis.

68. No mercado futuro:

- a) sempre haverá entrega física de alguma mercadoria.
- b) os contratos só são padronizados no mercado agrícola.
- c) não se exige margem de garantia.
- d) não é possível o alongamento do prazo dos contratos.

69. Um contrato de Depósito Interbancário (DI)-Futuro:

- a) ajuda na formação do Ibovespa à vista.
- b) não é padronizado.
- c) pode ser liquidado antecipadamente.
- d) ajuda na formação do câmbio à vista.

70. As operações feitas no mercado futuro possuem:

- a) ajuste diário.
- b) pagamento de prêmio.
- c) contratos sem padrões.
- d) possuem cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

71. Pode-se afirmar que uma opção de compra está in the money quando o preço do ativo-objeto no mercado é:

- a) maior que o preço de exercício.
- b) menor que o preço de exercício.
- c) maior que o preço a termo.
- d) menor que o preço a termo.

72. No que se refere ao Imposto de Renda de operações com ações no mercado à vista, pode-se compensar perdas com ganhos obtidos:

- a) no mercado de opções, desde que o ativo-objeto seja a ação cuja negociação no mercado à vista implicou perdas.
- b) em operações de Day Trade.
- c) em operações de swap.
- d) com ações, no próprio mês ou nos meses subsequentes.

73. Uma empresa tomou emprestado 1 milhão de dólares. Para proteger-se de possíveis oscilações da moeda estrangeira, a alternativa é:

- a) comprar uma opção de compra de dólar.
- b) vender uma opção de compra de dólar.
- c) comprar uma opção de venda de dólar.
- d) vender uma opção de venda de dólar.

74. O direito de compra de um ativo, a qualquer tempo, pelo respectivo preço preestabelecido, caracteriza uma opção:

- a) Europeia de venda.
- b) Europeia de compra.
- c) Americana de venda.
- d) Americana de compra.

75. Os termos call e put correspondem, respectivamente, a:

- a) opção de venda e opção de compra.
- b) opção de compra e opção de venda.
- c) opção de venda e futuro de dólar.
- d) termo de dólar e opção de venda.

76. Um investidor institucional, ao efetuar uma operação de swap, trocando a remuneração dos ativos de sua carteira de taxa prefixada para taxa pós-fixada, tem como objetivo:

- a) aproximar a rentabilidade à taxa básica de juros.
- b) realizar uma operação de descasamento.
- c) eliminar o risco de inflação.
- d) prefixar a taxa de retorno da carteira.

77. A instituição X fez um swap com posição ativa em dólar e passiva em Selic com a instituição Y com prazo de 360 dias. O dólar subiu. Nesse cenário, como deverá ser feito o ajuste e a tributação?

- a) A favor da instituição X com imposto de 20%.
- b) A favor da instituição X com imposto de 22,50%.
- c) A favor da instituição Y com 20%.
- d) A favor da instituição Y com 22,50%.

78. Qual dos riscos abaixo é diminuído por conta da atividade de uma Clearing House:

- a) Mercado.
- b) Crédito.
- c) Liquidez.
- d) Liquidação.

79. A B3 (antiga Cetip) é o órgão responsável pela liquidação e custódia dos:

- a) Títulos Públicos Federais.
- b) Títulos Públicos Federais e privados.
- c) Títulos Privados.
- d) Ações.

80. É quem representa a comunhão dos debenturistas perante a companhia emissora, com deveres específicos de defender os direitos e interesses dos debenturistas, entre outros citados na lei.

- a) agente fiduciário.
- b) administrador.
- c) corretor.
- d) distribuidor.

81. Brazilian Depositary Receipts (BDR) representa:

- a) ações de empresas com sede no exterior, negociadas no Brasil.
- b) ações de empresas brasileiras, negociadas no exterior.
- c) ações de empresas brasileiras, negociadas nos Estados Unidos.
- d) ações de empresas exclusivamente americanas, negociadas no Brasil.

82. Quando é feito um split das ações, o que acontece com o número de ações e qual o objetivo disso?

- a) aumenta a quantidade de ações para dar maior liquidez.
- b) diminui a quantidade de ações para dar maior liquidez.
- c) Aumenta a quantidade de ações para dar maior transparência as negociações.
- d) Diminui a quantidade de ações para dar maior transparência as negociações.

83. Qual desses títulos oferece isenção de Imposto de Renda para Pessoa Física?

- a) Certificado de Depósito Bancário (CDB).
- b) Letra de Crédito Imobiliário (LCI).
- c) Debêntures.
- d) Letra Financeira (LF).

84. Se o investidor acredita que os juros irão cair, qual título deverá ser comprado?

- a) Tesouro Selic (antiga LFT).
- b) Tesouro Prefixado (antiga LTN).

- c) Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (antiga NTN-B).
- d) Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B Principal).

85. Qual desses títulos têm pagamento de cupom?

- a) Tesouro Prefixado (antiga LTN).
- b) Tesouro Selic (antiga LFT).
- c) Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (antiga NTN-B).
- d) Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B Principal).

86. O índice Preço/Lucro, mede:

- a) em quanto tempo o investidor irá recuperar o valor investido.
- b) o quanto o preço afeta o lucro.
- c) se o preço da ação está inflado.
- d) se o lucro líquido está atrativo.

87. Em qual nível de Governança Corporativa não podem ser emitidas ações preferenciais?

- a) somente no Nível 1.
- b) somente no Nível 2
- c) somente no Nível 2 e Novo Mercado.
- d) somente no Novo Mercado.

88. Uma Nota Promissória Comercial emitida por S.A. Aberta terá como prazos mínimo e máximo, respectivamente:

- a) 30 dias e 180 dias.
- b) 30 dias e 360 dias.
- c) 0 dias e 180 dias.
- d) 0 dias e 360 dias.

89. Qual alternativa apresenta títulos que contam com a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC)?

- a) Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e debêntures.CRA, CRI, LCI e debêntures.
- b) Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e debêntures incentivadas.
- c) Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Letra Financeira (LF).
- d) Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e poupança.

90. Três irmãos possuem uma conta conjunta no Banco Zeta com valor aplicado em Certificado de Depósito Bancário (CDB) de R\$ 750 mil. Depois de 180 dias, esse banco quebra. Quanto cada irmão irá receber do Fundo Garantidor de Crédito (FGC)?

- a) R\$ 250.000,00 cada.
- b) R\$ 83.333,33 cada.
- c) R\$ 150.000,00 cada.
- d) R\$ 200.000,00 cada.

91. Um Certificado de Depósito Bancário (CDB) foi resgatado no 30º dia após a aplicação. Em relação à tributação, esse investidor irá pagar:

- a) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e, depois, Imposto de Renda (IR).
- b) Imposto de Renda (IR) e, depois, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
- c) Somente Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
- d) Somente Imposto de Renda (IR).

92. Uma debênture foi aplicada em 10/12/2018 e resgatada em 10/09/2019. Qual será a alíquota do Imposto de Renda incidente na aplicação:

- a) 22,5%

b) 20%

c) 17,5%

d) 15%

93. Quando a Selic Meta está em 9%, qual será o rendimento da caderneta de poupança naquele mês?

a) 70% da Selic + Taxa Referencial (TR).

b) 0,5% + Taxa Referencial (TR).

c) 1,5% + Taxa Referencial (TR).

d) Dependerá da data de aplicação, se antes ou depois de 04/05/2012.

94. Um Certificado de Depósito Bancário (CDB) resgatado após 252 dias corridos de aplicação terá seus rendimentos tributados à alíquota de:

a) 15,00%.

b) 17,50%.

c) 20,00%.

d) 22,50%.

95. Um investidor quer aplicar em Tesouro Direto; porém, não quer correr risco de reinvestimento. Nesse caso, qual desses títulos NÃO atende essa demanda dele?

a) Tesouro Prefixado (antiga LTN).

b) Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B Principal).

c) Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (antiga NTN-B).

d) Tesouro Selic (antiga LFT).

96. O investidor que acredita que os juros atuais estão altos, mas que devem cair nos próximos anos deve aplicar em:

a) Tesouro Prefixado (antiga LTN).

- b) Certificado de Depósito Bancário (CDB) com 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).
- c) Debêntures Incentivadas com 95% do CDI.
- d) Fundo cambial.
- 97. O senhor João possui R\$ 50 mil na caderneta de poupança e o aniversário dos seus rendimentos é todo dia 10. Porém, nesse mês, ele teve que resgatar R\$ 15 mil antes do aniversário. A rentabilidade da poupança na data de aniversário será sobre:**
- a) R\$ 50 mil.
- b) R\$ 15 mil.
- c) R\$ 35 mil.
- d) Não terá rendimento na data do aniversário.
- 98. O senhor Marcelo tem um título Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (antiga NTN-F) para 2026. Em relação ao Imposto de Renda (IR):**
- a) será cobrado todo mês de maio e novembro, com alíquota de 15%, e no vencimento do título, conforme tabela regressiva.
- b) será cobrado somente no vencimento do título, e utilizará a tabela regressiva.
- c) será cobrado no pagamento de cada juros e no vencimento do título, ambos pela tabela regressiva.
- d) será de 15%, somente sobre os juros semestrais.
- 99. O cliente acredita que o Ibovespa irá subir; porém, não quer registrar perdas caso o Ibovespa caia. Nesse caso, qual seria o melhor investimento pra ele?**
- a) Certificado de Operações Estruturadas (COE) com capital protegido.
- b) Certificado de Depósito Bancário (CDB).
- c) Fundo de Ações.
- d) Fundo Multimercado.
- 100. Um investidor Pessoa Física comprou ações de uma única empresa no dia 11/02/2015 por R\$ 17.327,00 e as vendeu no dia 11/02/2015 por R\$ 19.824,00.**

Qual será a alíquota de Imposto de Renda que incidirá sobre o lucro?

- a) 0%
- b) 15%
- c) 20%.
- d) 25%.

101. Um investidor possui a seguinte carteira de ativos:

Nota do Tesouro Nacional - NTN-B

Letra Financeira do Tesouro - LFT

Nota do Tesouro Nacional série F - NTN-F"

Ele identificou, em diversos relatórios econômicos, forte probabilidade de ocorrer elevação do IPCA. Entende-se, também que, caso a expectativa dos relatórios se concretize, o Banco Central irá atuar para conter essa elevação. Com base nessas informações e esperando obter rentabilidade significativa, ele deverá realizar as seguintes alterações em sua carteira de investimentos:

- a) manter NTN-B, vender LFT e NTN-F e aplicar mais em NTN-B.
- b) manter LFT, vender NTN-F e NTN-B e aplicar mais em LFT.
- c) manter NTN-B e LFT, vender NTN-F e aplicar mais em LFT.
- d) manter LFT e NTN-F, vender NTN-B e aplicar mais em NTN-F.

102. O dividendo é a divisão do lucro de uma companhia. É um direito do qual o acionista:

- a) pode ser privado por meio de assembleia.
- b) pode ser privado a partir da determinação do presidente da companhia.
- c) pode ser privado por meio do estatuto da companhia.
- d) não pode ser privado.

103. Nas operações com ações do tipo Day Trade, qual é a alíquota do Imposto de Renda total e na fonte, respectivamente:

- a) 20% e 0,005%
- b) 15% e 0,005%
- c) 15% e 1%
- d) 20% e 1%

104. Em um underwriting firme:

- a) as instituições financeiras estabelecem como meta um determinado percentual dos títulos a serem oferecidos ao público.
- b) as instituições financeiras irão se esforçar ao máximo para venderem, aos investidores, os ativos de emissão da empresa, mas irão devolver à empresa aquela parte que não conseguirem vender.
- c) as instituições financeiras comprometem-se a subscrever elas próprias qualquer quantidade de ativos que não tenha sido vendida ao público.
- d) o risco fica somente com o underwriter (intermediador financeiro que executa a operação).

105. Os dividendos são:

- a) parte do lucro da empresa paga aos acionistas, depois de descontado o Imposto de Renda.
- b) parte do lucro da empresa paga aos acionistas, antes do desconto do Imposto de Renda.
- c) o total do lucro da empresa pago aos acionistas, depois de descontado o Imposto de Renda.
- d) o total do lucro da empresa pago aos acionistas, antes do desconto do Imposto de Renda.

106. Em relação às operações iniciadas e encerradas no mesmo dia, realizadas com um mesmo ativo, considere as seguintes sentenças:

I. Não possuem tributação diversa daquelas operações em que o investidor mantém sua posição por mais tempo.

II. Resultados positivos e negativos de operações Day Trade intermediadas pela mesma instituição podem ser compensados.

III. A corretora ou distribuidora que receber a ordem do cliente não é responsável pela apuração e pela retenção do Imposto de Renda (IR).

Está(ão) correta(s) a(s) sentença(s):

- a) I e II.
- b) II.
- c) III.
- d) I, II e III.

107. O commercial paper é um título emitido por sociedade financeira ou não financeira do tipo:

- a) não negociável, representativo de uma dívida de curto prazo.
- b) não negociável, representativo de uma dívida de longo prazo.
- c) negociável, representativo de uma dívida de curto prazo.
- d) negociável, representativo de uma dívida de longo prazo.

108. Os dividendos são uma forma de remuneração das sociedades por ações. Os dividendos remuneram os _____ e são baseados _____. Assinale a alternativa que complete corretamente as lacunas.

- a) debenturistas; no lucro bruto.
- b) debenturistas; no lucro líquido.
- c) acionistas; nas vendas brutas.
- d) acionistas; no lucro líquido.

109. IPCA, meta da taxa Selic e taxa prefixada são indexadores, respectivamente, dos seguintes títulos públicos:

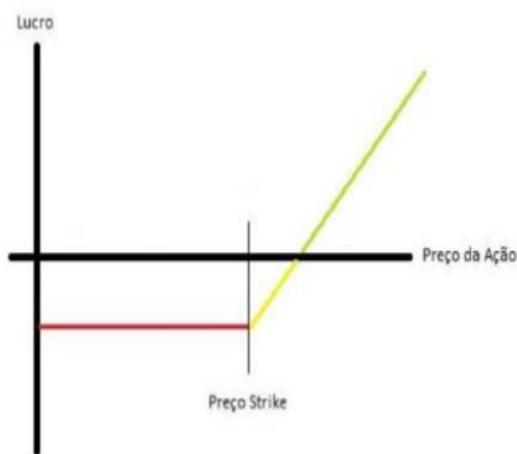
- a) NTN-F, LFT, LTN.
- b) NTN-B, LTN, LFT.
- c) NTN-B, LFT, LTN.

- d) NTN-F, LTN, LFT.

110. Um investidor pessoa física aplicou R\$ 20 mil na caderneta de poupança e resgatou os recursos dois anos e meio depois. Se nesse período a meta da taxa Selic manteve-se constante em 7% ao ano, a remuneração obtida pelo investidor e o valor do Imposto de Renda (IR) incidente sobre o ganho foram, respectivamente, de:

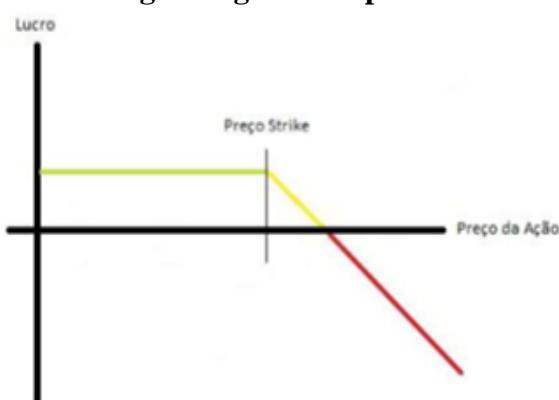
- a) 70% da meta da taxa Selic + TR; 15%.
- b) 0,5% ao mês + TR; investidor é isento de IR.
- c) 70% da meta da taxa Selic + TR; investidor é isento de IR.
- d) 0,5% ao mês + TR; 15%.

111. O seguinte gráfico representa:



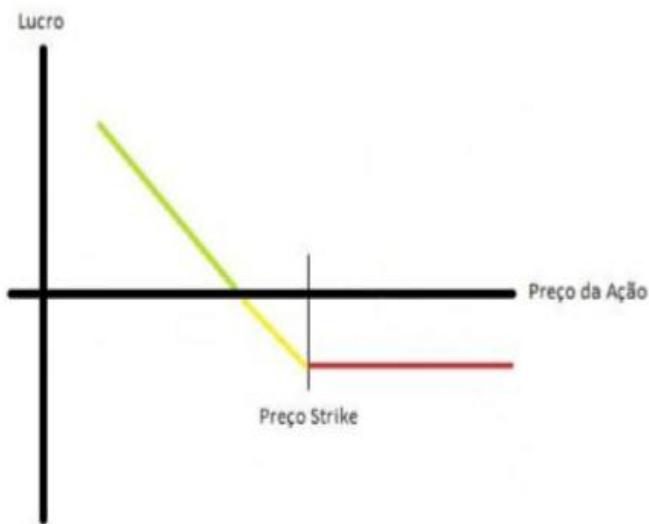
- a) titular de uma call.
- b) titular de uma put.
- c) lançador de uma call.
- d) lançador de uma put.

112. O seguinte gráfico representa:



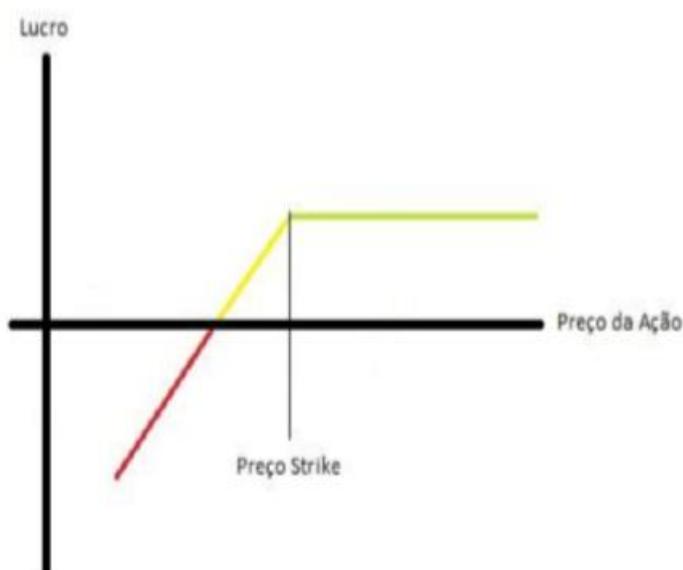
- a) titular de uma call.
- b) titular de uma put.
- c) lançador de uma call.
- d) lançador de uma put.

113. O seguinte gráfico representa:



- a) titular de uma call.
- b) titular de uma put.
- c) lançador de uma call.
- d) lançador de uma put.

114. O seguinte gráfico representa:



- a) Titular de uma call.
- b) Titular de uma put.
- c) Lançador de uma call.
- d) Lançador de uma put.

115. A chamada de margem com garantia ocorre diariamente com base:

- a) no preço de compra no contrato ou ativo no call de fechamento.
- b) na posição de abertura do dia de negociação.
- c) no preço de venda do contrato ou ativo no call de abertura.
- d) na posição de fechamento do dia anterior.

116. Sobre o mercado futuro de Depósito Interfinanceiro (DI) é correto afirmar que:

- a) os especuladores devem vender contratos (taxas) se o objetivo é a aposta na alta das taxas de juros.
- b) os aplicadores em títulos de renda pós-fixados devem vender contratos (taxas) com o objetivo de se proteger de possíveis quedas das taxas de juros.
- c) os aplicadores em títulos de renda fixa pós-fixados devem comprar contratos (taxas) com o objetivo de se proteger de possíveis quedas das taxas de juros.
- d) os especuladores devem comprar contratos (taxas) se o objetivo é a aposta na queda das taxas de juros

117. No que se refere à tributação em derivativos, é correto afirmar que:

- a) a alíquota do ganho no mercado de opções é de 25%, independentemente do prazo, e o regime é o de tributação definitiva.
- b) a alíquota do ganho no mercado de swap é de 15%, independentemente do prazo, e o regime é o de tributação definitiva.
- c) a base de cálculo do Imposto de Renda em mercado futuro é a soma algébrica dos ajustes diários positivos, excluindo-se os ajustes diários negativos.

- d) a base de cálculo do Imposto de Renda de uma opção de compra ou de venda é o ganho líquido auferido no encerramento de opções de mesma série.

118. Um produtor de milho teme que, no próximo ano, ocorra uma baixa no preço do milho. Ele pode proteger-se desse risco na B3 (antiga BMF&BOVESPA):

- a) vendendo opções de compra de milho.
- b) comprando opções de venda de milho.
- c) vendendo ações de compra de milho.
- d) comprando e vendendo opções de venda de milho.

119. Considerando as aplicações financeiras de renda variável feitas por Pessoas Físicas, é possível afirmar que:

- a) Os ganhos líquidos auferidos devem ser oferecidos à tributação na declaração de ajuste anual.
- b) O Imposto de Renda (IR) pago pode ser deduzido do devido na declaração de ajuste anual.
- c) Os ganhos líquidos auferidos em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores e em operações com ouro, ativo financeiro, não estão sujeitos à tributação pelo IR, uma vez que as Pessoas Físicas gozam de imunidade.
- d) Os ganhos líquidos auferidos em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores e em operações com ouro, ativo financeiro, são isentos do IR, até o limite de R\$ 20 mil, para o total das alienações de cada ativo realizadas em cada mês.

120. Uma opção de venda de ações com preço de exercício próximo ao preço corrente à vista é:

- a) em períodos múltiplos de 30, 60, 90, 120, 150 e 180 dias.
- b) em, no mínimo, 16 dias e, no máximo, 999 dias corridos.
- c) em qualquer data, antes ou após o vencimento do contrato.
- d) em, no mínimo, 16 dias e, no máximo, 999 dias úteis.

121. O lançador da opção de compra de ações tem:

- a) a obrigação de pagar o prêmio.
- b) a obrigação de vender a ação pelo preço de exercício.
- c) a obrigação de comprar a ação pelo preço de exercício.
- d) a obrigação e o direito de vender a ação pelo preço de exercício.

122. O direito de subscrição concede ao acionista a possibilidade de:

- a) comprar novas ações e manter inalterada sua posição relativa no capital social da empresa.
- b) votar em assembleias.
- c) ter preferência para recebimento de juros e capital próprio.
- d) vender ações e, assim, não ter sua participação diluída, no caso de aumento de capital.

123. Seu cliente possui uma dívida em dólar para pagar em um ano. Para proteger-se da oscilação da moeda estrangeira, você o aconselha a:

- a) comprar uma put de dólar.
- b) vender uma call de dólar.
- c) comprar dólar a termo
- d) vender dólar futuro

124. Os Títulos Públicos Federais são emitidos por qual órgão?

- a) Banco Central (Bacen).
- b) Tesouro Nacional.
- c) Banco do Brasil.
- d) Conselho Monetário Nacional (CMN).

125. A bonificação, em uma sociedade por ações, ocorre mediante a incorporação de reservas e lucros, sendo:

- a) distribuição de parte do lucro da empresa aos acionistas, depois de descontado o Imposto de Renda.
- b) oferecidas novas ações a preço de mercado a seus acionistas.
- c) distribuídas novas ações gratuitamente a seus acionistas.
- d) oferecidas novas ações a preço abaixo do valor de mercado a seus acionistas.

126. São custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic):

I – Letra Financeira (LF).

II – Tesouro Prefixado (antiga LTN).

III – Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

IV – Tesouro Selic (antiga LFT).

V – Nota do Tesouro Nacional Série A (NTN-A).

Assinale a alternativa que apresenta as afirmativas corretas.

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) II, IV e V.

127. O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) é o conjunto de:

- a) entidades, sistemas e mecanismos relacionados com o processamento e a liquidação de operações de transferência de fundos, de operações com moeda estrangeira ou com ativos financeiros e valores mobiliários.
- b) instituições financeiras, cooperativas de crédito e centrais depositárias de ações e de títulos de dívida corporativa.
- c) sistemas eletrônicos disponibilizados pelo governo brasileiro para transferência de recursos e pagamento de tributos em âmbito federal, estadual e municipal.
- d) sistemas e mecanismos relacionados com as transferências e liquidações de câmbio utilizados por agentes de outras nacionalidades para realização de

operações de importação e exportação com o Brasil.

128. Os sistemas que integram o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) NÃO incluem o Sistema:

- a) de cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).
- b) de Transparência de Reservas (STR).
- c) de Registro, de compensação, de liquidação e custódia da B3, antiga Cetip.
- d) Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

129. A reforma conduzida pelo Banco Central (Bacen) no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) trouxe mudanças importantes, entre as quais se destaca a:

- a) manutenção da tabela de tarifas operacionalizadas por bancos comerciais e caixas econômicas.
- b) reestruturação das operações de empréstimos, principalmente das operações de leasing e CDC.
- c) realização de transferências de fundos interbancárias com liquidação em tempo real, em caráter irrevogável e incondicional.
- d) definição de um capital mínimo baseado no risco de crédito para os bancos comerciais e bancos de investimento.

130. Após a emissão, a negociação de títulos e valores mobiliários ocorre no mercado:

- a) secundário.
- b) derivativo.
- c) complementar.
- d) primário.

131. Encerrou, recentemente, o lançamento de um fundo imobiliário de um grande empreendimento na zona sul de São Paulo. O investidor que não participou do lançamento, se tiver interesse em investir neste fundo, poderá ter acesso a ele:

- a) no mercado primário.

- b) no mercado secundário.
- c) no escritório do fundo.
- d) diretamente com o responsável pela oferta.

132. Compreender o conceito de ações, assim como os principais tipos (Ordinárias e Preferenciais), formas de remuneração e tipos de ordens; entender conceito de IPO, assim como definições sobre split, inplit, juros sobre a principal característica da ação ordinária no Brasil é ter:

- a) Dividendos mínimos garantidos.
- b) Direito a voto nas assembleias da empresa.
- c) Preferência no recebimento de dividendos.
- d) Rentabilidade garantida.

133. As ações preferenciais no Brasil têm como características:

- a) Não ter direito a voto em assembleias da empresa e ter preferência na distribuição de dividendos.
- b) Não ter direito a voto em assembleias da empresa e ter garantidos dividendos mínimos obrigatórios.
- c) Ter direito a voto nas assembleias da empresa e ter preferência na distribuição de dividendos.
- d) Ter direito a voto nas assembleias e ter garantidos dividendos mínimos obrigatórios.

134. Uma diferença entre o Inplit e o Split é que:

- a) No Split, há uma redução no número de ações, ao contrário do Inplit, caracterizado por um aumento.
- b) No Inplit há uma modificação no balanço da empresa, ao contrário do Split.
- c) No Split há um aumento no número de ações. Já no Inplit há uma diminuição.

- d) O Inplit não produz qualquer efeito sobre a estrutura de capital da empresa, ao contrário do Split.

135. A bonificação em uma sociedade por ações ocorre mediante a incorporação de reservas e lucros, sendo:

- a) Distribuídas debêntures gratuitamente a seus acionistas.
- b) Oferecidas novas ações a preço de mercado a seus acionistas.
- c) Distribuídas novas ações gratuitamente a seus acionistas.
- d) Oferecidas novas ações a preço abaixo do valor de mercado a seus acionistas.

136. O direito de subscrição concede ao acionista a possibilidade de:

- a) Comprar novas ações e manter inalterada sua posição relativa no capital social da empresa.
- b) Votar em assembleias.
- c) Ter preferência para recebimento de juros e capital próprio.
- d) Vender ações e, assim, não ter sua participação diluída, no caso de aumento de capital.

137. A alíquota de imposto de renda total incidente sobre um ganho de capital de R\$500.000,00 originado por negociação de ações no mercado à vista, sendo que a data de compra foi diferente da data de venda, é de:

- a) 15%.
- b) 17,5%.
- c) 20%.
- d) 22,50%

138. Um investidor realiza um ganho de capital com ações quando:

- a) Recebe dividendos.
- b) Vende ações por um preço superior àquele incorrido para comprar essas ações.

- c) Recebe juros sobre capital próprio.
- d) Compra novas ações a preços mais baixos.

139. No que se refere ao Imposto de Renda de operações com ações no mercado à vista, pode-se compensar perdas com ganhos obtidos no mercado de opções, desde que o ativo-objeto seja a ação cuja negociação no mercado à vista implicou perdas

- a) em operações de day trade
- b) em operações com títulos públicos
- c) com ações, no próprio mês ou nos meses subsequentes
- d) As Agências de Rating.

140. A alíquota de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF para operações de day-trade de renda variável é de:

- a) 0,005% e o IR total devido é de 20% sobre o ganho.
- b) 0,005% e o IR total devido é de 15% sobre o ganho.
- c) 1% e o IR total devido é de 15% sobre o ganho.
- d) 1% e o IR total devido é de 20% sobre o ganho.

141. No que se refere ao IR sobre operações realizadas na B3, está(ão) correta(s) a(s) sentença(s):

I. A alíquota do IR sobre os ganhos financeiros líquidos auferidos em operações não day-trade de valor inferior a R\$ 5 milhões realizadas em bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas é de 15%.

II. Os ganhos auferidos nas operações de day-trade estão sujeitos à alíquota de 20%.

III. A corretora que intermediar as operações não day-trade será a responsável pela retenção do IRRF de 0,05%.

- a) II.
- b) III.
- c) I e II.

- d) I, II e III.

142. Considerando as aplicações financeiras de renda variável feitas por pessoas físicas, é possível afirmar que:

- a) Os ganhos líquidos auferidos devem ser oferecidos à tributação na declaração de ajuste anual.
- b) O IR pago pode ser deduzido do devido na declaração de ajuste anual.
- c) Os ganhos líquidos auferidos em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores e em operações com ouro, ativo financeiro, não estão sujeitos à tributação pelo IR, uma vez que as pessoas físicas gozam de imunidade.
- d) Os ganhos líquidos auferidos em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores e em operações com ouro, ativo financeiro, são isentos do IR, até o limite de R\$ 20 mil para o total das alienações de cada ativo realizadas em cada mês.

143. Um investidor comprou R\$ 100 mil em ações da empresa XPTO e as vendeu com lucro, em um dia diferente daquele em que as comprou. Com relação ao imposto de renda retido na fonte, é correto afirmar que será de:

- a) 1% sobre o valor de venda.
- b) 0,005% sobre o ganho.
- c) 1% sobre o ganho.
- d) 0,005% sobre o valor de venda.

144. Caso um investidor tivesse vendido as ações da empresa XPTO com lucro e em dia diferente daquele em que as comprou, seria devido imposto de renda retido na fonte à alíquota de:

- a) 1% sobre o valor de venda.
- b) 0,005% sobre o ganho.
- c) 1% sobre o ganho.
- d) 0,005% sobre o valor de venda.

145. IPCA, meta da taxa Selic e taxa prefixada são indexadores, respectivamente, dos seguintes títulos públicos:

- a) NTN-F, LFT, LTN.
- b) NTN-B, LTN, LFT.
- c) NTN-B, LFT, LTN.
- d) NTN-F, LTN, LFT.

146. Investidores pessoa física podem negociar títulos públicos através de um mercado secundário conhecido por:

- a) Tesouro Nacional.
- b) Tesouro Direto.
- c) B3.
- d) Selic.

147. Em relação a títulos públicos, pode-se afirmar que:

- a) Letra do Tesouro Nacional - LTN é um título de rentabilidade pós-fixada.
- b) Letra Financeira do Tesouro - LFT é um título de rentabilidade prefixada.
- c) Nota do Tesouro Nacional Série F - NTN-F é um título de rentabilidade pós-fixada corrigido pela variação da Selic.
- d) Nota do Tesouro Nacional Série B - NTN-B é um título de rentabilidade atrelada à variação do IPCA.

148. Os indexadores das LFTs e NTN-B são, respectivamente:

- a) Taxa prefixada e IPCA.
- b) Taxa Selic e IGP-M.
- c) IGP-M e IPCA.
- d) Taxa Selic e IPCA.

149. Uma LCI tem como garantia:

- a) Hipoteca do imóvel apenas.
- b) Alienação fiduciária do imóvel apenas.
- c) Alienação ou aluguéis do imóvel e hipoteca.
- d) Hipoteca ou alienação fiduciária do imóvel.

150. Os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são títulos:

- a) Pós-fixados e só se sabe a remuneração no vencimento.
- b) Que não admitem negociação antes de seu vencimento (não são transferíveis).
- c) De emissão dos bancos comerciais e de investimento, que podem ser vistos como um depósito bancário, já que ao comprar o CDB o investidor está emprestando o dinheiro para o banco e recebendo em troca o pagamento de juros.
- d) De emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações do mercado interbancário em que sua negociação é restrita.

151. Com relação aos CDBs (Certificados de Depósito Bancário), é correto afirmar que:

- a) são títulos de depósito à vista, emitido por bancos múltiplos.
- b) não contam com qualquer garantia contra risco de crédito.
- c) os depósitos são objeto da garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).
- d) oferecem apenas rentabilidade pré-fixada.

152. Quando um investidor pessoa física aufera ganho de capital em uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário - CDB, tal rendimento estará sujeito ao imposto de renda à alíquota de:

- a) 15%.
- b) 17,5%.
- c) No mínimo, 20%.
- d) No máximo, 22,5%.

153. O agente responsável pelo recolhimento do imposto de renda referente a ganhos de capital em aplicações em CDB é:

- a) O próprio investidor, que deverá fazê-lo por meio de DARF, até o último dia útil do mês subsequente ao do resgate.
- b) A Receita Federal.
- c) O banco emitente do CDB.
- d) O próprio investidor, que deverá fazê-lo por meio de DARF, até o último dia útil do mesmo mês em que efetuou o resgate.

154. A caderneta de poupança possui tratamento tributário diferenciado sobre os ganhos de capital, que são:

- a) tributados à alíquota de 15%, independente do prazo da aplicação.
- b) isentos de tributação para qualquer aplicador.
- c) isentos de tributação no caso de aplicadores pessoas físicas.
- d) isentos de tributação no caso de aplicadores pessoas jurídicas.

155. Um investidor pessoa física aplicou R\$ 20 mil na caderneta de poupança e resgatou os recursos dois anos e meio depois. Se nesse período a meta da taxa Selic manteve-se constante em 7% ao ano, a remuneração obtida pelo investidor e o valor do imposto de renda incidente sobre o ganho foram respectivamente de:

- a) 70% da meta da taxa Selic + TR; 15%.
- b) 0,5% ao mês + TR; investidor é isento de IR.
- c) 70% da meta da taxa Selic + TR; investidor é isento de IR.
- d) 0,5% ao mês + TR; 15%.

156. O contribuinte e o responsável pelo recolhimento tributário, no caso de aplicações financeiras de renda fixa, são respectivamente:

- a) Titular da aplicação e o Banco Central do Brasil.
- b) Pessoa que efetuar o pagamento do rendimento e o titular da aplicação.

- c) Titular da aplicação e pessoa que efetuar o pagamento do rendimento.
- d) Banco Central do Brasil e o titular da aplicação.

157. O fato gerador do imposto de renda que incide sobre aplicações de renda fixa realizada por pessoas físicas é:

- a) Resgate parcial da aplicação.
- b) Resgate total da aplicação.
- c) Aferimento de ganhos (rendimentos) com a aplicação.
- d) Registrar perdas com a aplicação.

158. Um investidor aplicou em um CDB pós-fixado e, após 200 dias da aplicação, efetuou resgate total, registrando ganho de 10% no período. O valor da alíquota de IR e o agente responsável pelo recolhimento desse tributo são respectivamente:

- a) 15% e o banco emissor do CDB.
- b) 17,5% e o cliente que recebeu a remuneração.
- c) 20% e o banco emissor do CDB.
- d) 20% e o cliente que recebeu a remuneração.

159. A debênture é um título de:

- a) dívida vendido com ágio.
- b) renda fixa emitido por sociedades anônimas.
- c) dívida emitido por empresas de capital fechado.
- d) renda fixa vendido com deságio.

160. Considere as seguintes sentenças sobre debêntures:

I. São títulos de renda fixa emitidos por empresas financeiras que buscam obter recursos em curto prazo para financiar as suas atividades ou quitar dívidas.

II. Não podem ser resgatadas pela emissora antes de seu vencimento.

III. Sua rentabilidade é definida pela combinação de duas variáveis: a valorização do título e os juros pagos em períodos definidos para o investidor.

Está(ão) correta(s) a(s) sentença(s):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) III.

161. Analise as seguintes afirmativas sobre Debêntures.

I. Debênture com Garantia Real é o tipo mais seguro para debenturistas.

II. Bens objetos de Garantia Flutuante ficam vinculados à emissão da debênture e, portanto, representa um tipo de garantia forte e de fácil execução.

III. A Garantia quirografária não oferece privilégio algum sobre o ativo da emissora da debênture.

IV. Na hipótese de liquidação da companhia, debêntures subordinadas oferecem preferência de pagamento sobre todos os credores.

162. Com base nestes dados, está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e III.
- b) II, III e IV.
- c) II e IV.
- d) III e IV.

163. Debênture é um título:

- a) de Renda Variável.
- b) de Curto Prazo.
- c) de elevada liquidez.
- d) de Renda Fixa.

164. A debênture pode ser considerada uma forma de:

- a) captação de recursos por empresas junto a vários investidores.
- b) contração de dívida com instituições financeiras.
- c) abertura de capital por empresas de menor porte.
- d) distribuição de lucros a acionistas controladores da empresa.

165. Sobre debêntures, é correto afirmar que:

- a) os detentores contam com a garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).
- b) não oferecem risco de mercado aos investidores.
- c) o risco de liquidez é muito baixo, em função da elevada liquidez do ativo.
- d) podem ser conversíveis em ações.

166. Os ganhos proporcionados pelo investimento em debênture são tributados conforme a tabela:

- a) progressiva, de 0% a 27,5%.
- b) regressiva, de 10% a 22,5%.
- c) progressiva, mas com alíquota fixa de 15%.
- d) regressiva, de 15% a 22,5%.

167. Algumas que debêntures gozam de isenção fiscal, uma vez que as emissoras têm como contrapartida junto ao governo utilizar os recursos levantados com a emissão para projetos de infraestrutura, são conhecidas por debêntures:

- a) de Infraestrutura.
- b) Incentivadas.
- c) Alíquota zero.
- d) do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

MÓDULO 5



1. O administrador de um fundo de investimento é responsável por:

- a) registrar o fundo na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- b) gerir os investimentos do fundo.
- c) captar recursos de investidores.
- d) distribuir as informações financeiras do fundo.

2. Os ativos nos quais um fundo de investimento investe são considerados de propriedade:

- a) do administrador.
- b) dos cotistas.
- c) do custodiante.
- d) do gestor.

3. O número de cotas de um fundo de investimento aberto diminui em determinado dia se:

- a) ocorrer desvalorização do fundo.
- b) ocorrer desvalorização dos ativos do fundo.
- c) houver mais resgates do que aplicações.
- d) houver mais aplicações do que resgates.

4. O número de cotas que um investidor possui em um fundo de investimento diminui quando:

- a) ocorrer desvalorização do fundo.
- b) houver recolhimento de Imposto de Renda na forma de come-cotas.
- c) ocorrer desvalorização dos ativos do fundo.
- d) ele fizer mais aplicações do que resgates.

5. A barreira de informação é utilizada para:

- a) evitar possíveis conflitos de interesse entre a administração de recursos próprios do banco e a administração de recursos de terceiros.
- b) impedir que o gestor de um fundo tenha acesso a informações do administrador desse fundo.
- c) preservar as informações cadastrais dos cotistas, evitando que um cotista tenha acesso a informações de outros cotistas do mesmo fundo.
- d) impedir que o gestor de um fundo tenha acesso a informações de empresas analisadas pelas corretoras de valores.

6. O gestor de um fundo de investimento é responsável por:

- a) captar recursos de investidores.
- b) distribuir as informações financeiras do fundo.
- c) comprar e vender os ativos do fundo.
- d) contratar uma empresa de auditoria independente para o fundo.

7. Um investidor solicitou o resgate de suas cotas antes de transcorridos 60 dias de sua aplicação e perdeu a rentabilidade acumulada. Essa característica é de um fundo:

- a) com carência.
- b) sem carência.
- c) fechado.
- d) exclusivo.

8. Conforme a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a carteira de um Fundo de Ações deverá ser composta por:

- a) no mínimo, 67% em títulos públicos.
- b) no máximo, 33% em títulos públicos.
- c) no máximo, 67% em ações.
- d) no máximo, 33% em ações.

9. Para atender às solicitações de resgate que ocorrem em determinado dia, o gestor de um fundo de investimento:

- a) comprará ativos.
- b) venderá ativos.
- c) fará hedge dos ativos.
- d) tomará empréstimo para o fundo.

10. Um cotista deseja transformar suas cotas de um fundo de investimento em recursos financeiros. Para isso, deverá vendê-las a outro investidor interessado por meio de uma negociação em mercado organizado. Essa é uma característica de fundos:

- a) com carência.
- b) exclusivos.
- c) fechados.
- d) abertos.

11. Uma das vantagens de investir em fundos de investimento é:

- a) retorno superior ao do Tesouro Direto, mas com a mesma tributação.
- b) menor risco do que o do investimento na caderneta de poupança.
- c) possibilidade de diversificação de ativos com aportes menores.
- d) isenção de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no resgate.

12. Sobre taxas incidentes em fundos de investimento, analise as sentenças a seguir.

I. A taxa de administração está relacionada com a performance do fundo.

II. Taxa de performance é aquela cobrada do cotista quando a rentabilidade do fundo supera um benchmark previamente definido, respeitando-se o conceito da Linha D'Água.

III. A taxa de performance recai sobre o valor de rendimento de todos os fundos.

Está(ão) correta(s):

- a) I.
- b) II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

13. Em Fundos de Investimento, além de variedade, conveniência e equidade no tratamento aos cotistas, inclui-se, entre outros aspectos positivos, a:

- a) liquidez.
- b) garantia de rentabilidade.
- c) garantia do recurso investido.
- d) cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

14. A aplicação em fundos de investimento permite:

- a) tratamento diferenciado em função do número de cotas que cada cotista possui.
- b) menor risco do que a poupança.
- c) equidade no tratamento dos cotistas, independentemente do número de cotas que possui.
- d) menor tributação do que a da caderneta de poupança.

15. A principal taxa cobrada por fundos de investimentos para remunerar os agentes que atuam na administração do fundo é conhecida por:

- a) Taxa de gestão.
- b) Taxa de performance.
- c) Taxa de administração.
- d) Taxa de custódia.

16. Sobre fundos destinados à distribuição na rede de varejo (investidores não qualificados), é permitida a cobrança de taxa de performance desde que

prevista em regulamento, em um fundo:

- a) multimercado que rendeu acima do benchmark.
- b) multimercado que rendeu acima do benchmark, desde que o valor da cota, nesse momento, seja superior àquele registrado quando na última cobrança de performance.
- c) multimercado que rendeu acima do benchmark e com variação negativa.
- d) referenciado que rendeu acima do benchmark e com variação positiva.

17. O gestor de um fundo com estratégia de investimento alavancada investe com objetivo de:

- a) replicar a composição de um determinado índice de referência.
- b) obter rentabilidade superior à do índice de referência do fundo.
- c) seguir a performance de um índice de referência.
- d) obter rentabilidade superior aos índices do mercado.

18. O gestor de um fundo com estratégia de investimento passiva investe em ativos com objetivo de:

- a) obter rentabilidade superior a do índice de referência do fundo.
- b) superar a rentabilidade do Tesouro Direto.
- c) replicar a composição de um índice de referência.
- d) obter rentabilidade superior aos índices do mercado.

19. A taxa de administração de um fundo de investimento é calculada e cobrada conforme:

- a) o administrador desejar.
- b) negociação entre gestor e cotistas.
- c) determinado no regulamento do fundo.
- d) negociação entre administrador e custodiante.

20. A marcação a mercado em fundos de investimento é:

- a) opcional para os fundos de curto prazo.
- b) o ato de atualizar o valor dos ativos dos fundos para o valor do dia.
- c) opcional para os fundos de longo prazo.
- d) o ato de atualizar o valor dos ativos dos fundos pela curva de juros do dia da sua aquisição.

21. Uma característica dos fundos alavancados é o investimento em:

- a) ativos indexados pelo câmbio.
- b) ativos negociados no exterior.
- c) títulos pós-fixados indexados pela inflação.
- d) operações de derivativos.

22. Um fundo é considerado alavancado quando:

- a) utilizar operações com derivativos para hedge.
- b) estiver comprado e vendido em ativos de diferentes classes.
- c) estiver entre os dez maiores retornos de sua categoria.
- d) existir possibilidade de perda superior ao patrimônio do fundo.

23. A taxa de administração de um fundo de investimento é o valor cobrado:

- a) pelo serviço de gestão profissional.
- b) pelo serviço de custódia dos ativos e pela gestão profissional.
- c) por todos os serviços, para viabilizar sua distribuição.
- d) por todos os serviços, para sua operacionalização.

24. A taxa de administração em um fundo de investimento é uma:

- a) taxa fixa expressa em percentual ao ano que é calculada e deduzida mensalmente do valor da cota.

- b) taxa variável expressa em percentual ao ano que é calculada e deduzida diariamente do valor da cota.
- c) taxa fixa expressa em percentual ao ano que é calculada e deduzida diariamente do valor da cota.
- d) taxa variável expressa em percentual ao ano que é calculada e deduzida mensalmente do valor da cota.

25. Em um fundo de investimento, a taxa de performance é cobrada dos cotistas:

- a) somente quando a rentabilidade do fundo superar a de um indicador de referência.
- b) independentemente de a rentabilidade do fundo superar a de um indicador de referência.
- c) semestralmente, quando a rentabilidade do fundo superar a média dos fundos da sua categoria.
- d) mensalmente, quando a performance do fundo for positiva.

26. Um Fundo de Ações aplica:

- a) no máximo, 67% do seu patrimônio em ações.
- b) no máximo, 51% do seu patrimônio em ações.
- c) no mínimo, 67% do seu patrimônio em ações.
- d) no mínimo, 95% do seu patrimônio em ações.

27. Os Fundos de Renda Fixa aplicam, no mínimo:

- a) 80% em títulos de renda fixa prefixados ou pós-fixados.
- b) 67% em títulos de renda fixa prefixados ou pós-fixados.
- c) 95% em títulos de renda fixa prefixados.
- d) 95% em títulos de renda fixa pós-fixados.

28. O percentual do patrimônio investido em ativos que sejam relacionados diretamente ou indiretamente à variação de preços de uma moeda estrangeira para um Fundo Cambial deve ser de, no mínimo:

- a) 95%.
- b) 67%.
- c) 80%.
- d) 51%.

29. Segundo a classificação da Receita Federal, os Fundos de Curto Prazo:

- a) não são obrigados a marcar a mercado sua carteira de títulos.
- b) têm prazo médio da carteira de títulos menor ou igual a 365 dias.
- c) têm alíquota de "come-cotas" de 15%.
- d) têm prazo médio da carteira de títulos menor ou igual a 60 dias.

30. Nos fundos de Renda Fixa de longo prazo, na classificação da Receita Federal, o "come-cotas" incide:

- a) semestralmente, à alíquota de 15%.
- b) anualmente, à alíquota de 15%.
- c) anualmente, à alíquota de 20%.
- d) semestralmente, à alíquota de 20%.

31. Nos Fundos de Renda Fixa de Curto Prazo, na classificação da Receita Federal, o "come-cotas" incide:

- a) anualmente, pela alíquota de 15%.
- b) anualmente, pela alíquota de 20%.
- c) semestralmente, pela alíquota de 20%.
- d) semestralmente, pela alíquota de 15%.

32. Nos fundos de investimento de Ações:

- a) não há "come-cotas".
- b) o "come-cotas" é semestral, e a alíquota é de 20%.

- c) o "come-cotas" é semestral, e a alíquota é de 15%.
- d) o "come-cotas" é anual, e a alíquota é de 15%.

33. Em um fundo de investimento, a responsabilidade pelo recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) é do:

- a) cotista.
- b) gestor.
- c) administrador do fundo.
- d) custodiante.

34. Entre as alternativas de investimento abaixo, não ocorre a cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para resgates de aplicações em prazos inferiores a 30 dias nos:

- a) Fundos de Ações.
- b) Fundos Multimercados.
- c) Fundos Cambiais.
- d) Fundos de Renda Fixa.

35. Os fundos:

- a) multimercados são fechados.
- b) de renda variável, por determinação legal, não podem comprar cotas de outros fundos.
- c) exclusivos são voltados para um segmento de mercado, como empresas do segmento de energia elétrica.
- d) fechados são aqueles em que os cotistas podem resgatar suas cotas somente ao término do prazo de duração.

36. Em relação à taxa de performance, pode-se afirmar que:

- a) todos os fundos ativos cobram taxa de performance.
- b) um fundo passivo pode cobrar taxa de performance.

- c) somente os fundos ativos podem cobrar.
- d) é uma taxa expressa ao ano e cobrada e deduzida diariamente.

37. A taxa de administração de um fundo de investimento é utilizada para:

- a) pagar as despesas do fundo.
- b) remunerar o administrador e eventual contratação do gestor.
- c) cobrir eventuais perdas do patrimônio do fundo.
- d) antecipação de Imposto de Renda ("come-cotas").

38. São exemplo de remuneração que podem ser cobradas pelo administrador de um fundo de investimento, de acordo com o seu regulamento, além da taxa de administração:

- a) taxa de entrada, saída e taxa de performance.
- b) taxa de entrada, retorno e taxa de performance.
- c) taxa de entrada, saída e retorno.
- d) taxa de custódia, de performance e retorno.

39. A marcação a mercado tem como objetivo atualizar os preços dos ativos pelo:

- a) preço de compra acrescido dos rendimentos.
- b) preço futuro de negociação dos títulos.
- c) preço em que os mesmos podem ser vendidos.
- d) preço de venda dos ativos descontado a inflação.

40. Nos fundos de investimento, a marcação dos títulos prefixados pela taxa nominal provoca:

- a) diferença contábil diária no patrimônio líquido, a qual é ajustada mensalmente no balanço.
- b) equidade entre os cotistas, não importando em que momento cada cotista aplicou ou resgatou no fundo.

- c) distorção na rentabilidade apurada, podendo ocorrer distribuição de renda entre os cotistas.
- d) aumento de patrimônio líquido, pois os títulos podem ser negociados a valores de mercado e gerar lucros para o fundo.

41. É uma das atribuições privativas da assembleia de cotistas dos fundos de investimento deliberar sobre a:

- a) escolha do gestor.
- b) redução da taxa de administração.
- c) substituição do administrador.
- d) contratação de auditores.

42. Em situação em que o mercado de capitais apresente excepcional iliquidez, impossibilitando a venda dos ativos para a liquidação dos resgates solicitados pelos cotistas de um fundo de investimento, o administrador poderá:

- a) selecionar os cotistas que terão as cotas resgatadas em função do tipo de investidor, privilegiando os investidores qualificados.
- b) estabelecer uma fila de resgate, priorizando os resgates de menor valor.
- c) condicionar o resgate das cotas ao fluxo de aplicações de novos recursos nesse fundo.
- d) declarar o fechamento do fundo para a realização de resgates.

43. Sobre o investimento em títulos e valores mobiliários emitidos pelo próprio administrador do fundo, podemos afirmar que:

- a) pode ser realizado; porém, é limitado a 10% do patrimônio do fundo.
- b) pode ser realizado; porém, é limitado a 20% do patrimônio do fundo.
- c) pode ser realizado; porém, é limitado a 50% do patrimônio do fundo.
- d) um fundo de investimento jamais poderá adquirir títulos e valores mobiliários de sua própria emissão, para evitar possíveis conflitos de interesse.

44. O administrador do fundo está obrigado a:

I – Divulgar, diariamente, o valor da cota e do patrimônio líquido do fundo aberto.

II – Remeter, mensalmente, aos cotistas, extrato de conta contendo a rentabilidade do fundo auferida entre o último dia útil do mês anterior e o último dia útil do mês de referência do extrato.

III – Realizar, no mínimo, uma assembleia ordinária por semestre, para divulgar o balanço e os resultados do fundo.

Estão corretas as afirmativas:

- a) Somente I.
- b) Somente II.
- c) I e II.
- d) I, II e III.

45. A política de investimento de um fundo de renda fixa de gestão passiva, normalmente, contempla estratégias que buscam ganhos por meio de:

- a) operações que visem a proporcionar rentabilidade mais próxima possível do benchmark.
- b) estratégias com derivativos para posicionamento da carteira.
- c) apostas nas mudanças da volatilidade das taxas de juro.
- d) apostas na direção das taxas de juro futuras.

46. Para fins da Classificação da Instrução CVM 555, Fundos Curto Prazo são aqueles que possuem títulos com vencimento em no máximo:

- a) 375 dias e prazo médio da carteira inferior a 60 dias.
- b) 365 dias e prazo médio da carteira inferior a 60 dias.
- c) 375 dias e prazo médio da carteira superior a 60 dias.
- d) 365 dias e prazo médio da carteira superior a 60 dias.

47. Um fundo possui como objetivo superar o Ibovespa e tem as características abaixo:

I – Investe 80% do seu Patrimônio Líquido em uma carteira de ações idêntica à composição do Ibovespa;

II – Investe 20% do seu Patrimônio Líquido em títulos de renda fixa.

III – Pode comprar até 40% do Patrimônio Líquido em índice futuro do Ibovespa.

Esse fundo tem:

- a) características de um fundo de renda fixa.
- b) risco de perda do principal.
- c) baixa correlação com o Ibovespa.
- d) baixo risco.

48. O conceito de Barreira de Informações, na gestão de fundos de investimento, refere-se à adoção de procedimentos destinados a eliminar potenciais conflitos de interesses por meio de segregação física das atividades desempenhadas pelos gestores de recursos:

- a) dos diferentes tipos de fundos abertos e fechados ofertados pela mesma instituição.
- b) de propriedade de investidores qualificados daquelas desempenhadas pelos gestores de recursos de propriedades das demais categorias de investidores.
- c) dos fundos abertos daquelas desempenhadas pelos gestores dos fundos de investimentos imobiliários e de participações ofertados pela mesma instituição.
- d) de propriedade de terceiros daquelas desempenhadas pelos gestores das posições proprietárias da instituição.

49. Pode participar de um fundo exclusivo:

- a) qualquer investidor com mais de R\$ 1 milhão.
- b) somente Instituições Financeiras.
- c) somente Investidor Profissional.
- d) somente Entidades de Previdência.

50. São exemplo de ativos que podem ser comprados por fundos de investimento em geral:

I – Títulos Públicos Federais (TPF), Certificado de Depósito Bancário (CDB).

II – Recibo de depósito de empresas no exterior.

III – Ações e títulos de dívida externa;

Está correto o que se afirma em:

- a) somente em III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.

51. De acordo com a composição das carteiras a seguir, e com a classificação CVM de Fundos de Investimentos, os fundos X, Y e Z são, respectivamente:

FUNDO X		FUNDO Y		FUNDO Z	
Depósito a prazo	50%	Vendido de Opções de Ações	20%	Cotas de Fundos de Ações	15%
Fundo DI	25%	Ações	50%	Títulos Públicos	20%
Debêntures	25%	Títulos Públicos Federais	30%	Mercado Futuro de Câmbio	20%
				Opções	20%
				Operações Compromissadas com títulos públicos	25%

- a) Renda Fixa, Ações e Multimercado.
- b) Renda Fixa, Multimercado e Ações.
- c) Multimercado, Renda Fixa e Ações.
- d) Multimercado, Ações e Renda Fixa.

52. Um investidor extremamente conservador decidiu aplicar R\$ 10 mil em um Fundo de Renda Fixa que está apresentando excelente rendimento neste ano. Esse investidor:

- a) tomou uma decisão correta, visto que esse tipo de fundo não apresenta risco por ser de Renda Fixa.
- b) não correrá risco, pois este tipo de fundo tem a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).
- c) decidiu corretamente porque observou a rentabilidade passada do fundo.
- d) deverá ser informado que fundo de investimento não possui Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e que qualquer fundo possui risco, por mais conservador que seja.
- 53. Um investidor pretende aplicar em um fundo composto por títulos públicos federais e deseja que o crédito entre em sua conta em D+2. Você, como gerente da conta, indicaria aplicação um fundo:**
- a) conservador.
- b) de direitos creditórios.
- c) de ações.
- d) renda fixa referenciado.
- 54. Os fundos de investimento do tipo Renda Fixa Referenciados são fundos:**
- a) cuja regulamentação permite alavancagem de até uma vez o patrimônio líquido.
- b) que têm 95% da carteira composta por ativos financeiros que acompanham um indicador de desempenho.
- c) que possuem benchmark que pode ser alterado sempre que o administrador julgar necessário.
- d) com médio e alto risco de crédito, sem alavancagem de carteira.
- 55. O objetivo de um fundo de investimento Renda Fixa Simples é ter uma carteira de títulos com baixo risco de crédito e mercado. Esse fundo deve comprar títulos emitidos pelo governo federal ou por instituições financeiras que tenham o mesmo risco do governo e, também, apresentar:**
- a) baixa duração.
- b) alta liquidez.

- c) alta duração.
- d) baixa liquidez.

56. Dois fundos renda fixa referenciados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), de mesma taxa de administração, obtiveram retornos conforme quadro abaixo:

Comparando-se os fundos A e B, é correto afirmar que o fundo:

- a) A está mais aderente ao objetivo do fundo.
- b) B está mais aderente ao objetivo do fundo.
- c) B é um fundo alavancado.
- d) A é um fundo que não marca seus títulos a mercado.

57. Uma Pessoa Jurídica tributada pelo Lucro Real fez uma aplicação em um Fundo de Investimento Imobiliário em 15/02/2015 e recebeu rendimentos em 16/05/2016. Nesse caso, a alíquota de Imposto de Renda incidente sobre esses rendimentos será de:

- a) 0,00%.
- b) 22,50%.
- c) 20%.
- d) 15%.

58. O valor da aplicação inicial em um fundo de direitos creditórios deve ser, no mínimo:

- a) R\$ 20 mil.
- b) R\$ 25 mil.
- c) R\$ 50 mil.
- d) Depende do administrador.

59. O recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), sobre os fundos de Renda Fixa, é de responsabilidade:

- a) dos operadores dos fundos.
- b) do custodiante.
- c) do gestor.
- d) do Administrador.

60. Em fundos de investimento, conforme a legislação, o Imposto sobre

Operação Financeira (IOF):

- a) incide à alíquota de 1%, no resgate em cotas de fundos de investimento em ações.
- b) tem alíquotas diferenciadas conforme a aplicação de renda fixa seja prefixada ou pós-fixada.
- c) tem alíquota reduzida a zero no caso do resgate de cotas de fundos de renda fixa, desde que o resgate ocorra a partir de 30 dias após a aplicação.
- d) incide a alíquota 0,5% independentemente do prazo transcorrido entre a aplicação e o resgate de cotas dos fundos de renda fixa.

61. A alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para aplicações em Fundos de Investimento será igual a zero quando o prazo de aplicação for superior a:

- a) 20 dias.
- b) 29 dias.
- c) 180 dias.
- d) 360 dias.

62. As perdas apuradas no resgate de cotas de fundos de investimento podem ser compensadas, ressalvadas situações especiais, no mesmo ou em outro fundo de investimento administrado:

- a) por qualquer pessoa jurídica.
- b) pelo mesmo conglomerado financeiro.

- c) pela mesma pessoa jurídica.
- d) por qualquer associado à Anbima.

63. Um investidor aplica em um fundo de curto prazo e vai resgatar após 380 dias. Qual será a alíquota de Imposto de Renda incidente?

- a) 15%.
- b) 17,5%.
- c) 20%.
- d) 22,5%.

64. Considere as seguintes informações quanto à composição da carteira dos fundos de investimento administrados por determinada instituição financeira.

Fundo 1: 75% de ações e 25% de títulos públicos federais

Fundo 2: 35% de ações e 65% de títulos públicos federais

Fundo 3: 55% de ações e 45% de títulos públicos federais

Fundo 4: 65% de ações e 35% de títulos públicos federais

De acordo com a legislação de Imposto de Renda, considera-se fundo de investimento em ações o(s) fundo(s):

- a) 3 e 4.
- b) 2 e 3.
- c) 1 e 2.
- d) 1, exclusivamente.

65. A tributação semestral nos fundos de investimento ocorre nos meses de:

- a) Janeiro e Julho.
- b) Maio e Abril.
- c) Fevereiro e Agosto.

d) Maio e Novembro.

66. Uma aplicação feita em 20/03/2016 em um fundo de ações foi resgatada 31/07/2017 gerando um rendimento de R\$ 26.000,00 no período. O Imposto de Renda relativo a esse rendimento foi retido:

- a) apenas no dia 31/07/2017, à alíquota de 15%.
- b) no dia 31/05/16, caso uma parte do rendimento tenha sido obtida até então, e no dia 31/07/17, sempre à alíquota de 15%.
- c) à alíquota de 20% no dia 31/05/16, caso uma parte do rendimento tenha sido obtida até então, e à alíquota de 15% no dia 31/07/17, descontando-se o valor recolhido como antecipação em 31/05/16.
- d) à alíquota de 20% no dia 31/05/16, caso uma parte do rendimento tenha sido obtida até então, e à alíquota de 22,5% no dia 31/07/17, descontando-se o valor recolhido como antecipação em 31/05/16.

67. As perdas apuradas no resgate de cotas de fundos de investimento de curto prazo poderão ser:

- a) parcialmente compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores do mesmo fundo.
- b) compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores de fundos de investimento de longo prazo administrados pela mesma pessoa jurídica.
- c) compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores de fundos de investimento de curto prazo administrados por qualquer pessoa jurídica.
- d) compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores de fundos de investimentos de curto prazo administrados pela mesma pessoa jurídica.

68. Os retornos oriundos por Pessoa Física no resgate de cotas de fundos imobiliários, cujas cotas são negociadas em bolsa de valores, terão incidência de Imposto de Renda sob alíquotas de:

- a) 0%.
- b) 15%.

- c) 20%.
- d) 22,5%.

69. Um fundo do tipo “Capital Protegido”, segundo a nova classificação da Anbima para Fundos de Investimentos, pertence a que tipo de classe de ativos:

- a) Ações.
- b) Cambial.
- c) Renda fixa.
- d) Multimercado.

70. O “Segundo Nível” da classificação de fundos de Anbima trata da “Estratégia de Investimentos do Fundo”. Quando, nesse nível, estivermos falando de um fundo de “Dívida Externa”, trata-se de um fundo de qual classe de ativos:

- a) Ações.
- b) Cambial.
- c) Renda Fixa.
- d) Multimercado.

71. De acordo com a nova classificação da Anbima para Fundos de Investimentos, os investimentos estão divididos em três níveis, sendo:

- a) Nível 1: Classe de Ativos; Nível 2: Riscos; e Nível 3: Estratégias de Investimentos.
- b) Nível 1: Riscos; Nível 2: Classe de Ativos; e Nível 3: Estratégias de Investimentos.
- c) Nível 1: Classe de Ativos; Nível 2: Estratégias de Investimentos; e Nível 3: Riscos.
- d) Nível 1: Classe de Ativos; Nível 2: Riscos; Nível 3: Teoria de Portfólio.

72. A segregação da administração de recursos de terceiros das demais atividades da instituição, que ocorre para evitar conflito de interesses, é conhecida como:

- a) Chinese Wall.
- b) Day-Trade.
- c) Swap.
- d) Marcação a Mercado.

73. Um cliente investiu em um Fundo de Investimento de longo prazo. A alíquota de Imposto de Renda retido na fonte nos meses de maio e novembro será de:

- a) 22,5%.
- b) 20%.
- c) 17,5%.
- d) 15%.

74. Investimento no qual não ocorre a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF):

- a) Fundo de Ações.
- b) Certificado de Depósito Bancário.
- c) Letra Hipotecária.
- d) Fundos de Renda Fixa.

75. Qual é o fundo que precisa ter Termo de Adesão?

- a) Fundos curto prazo, Depósito Interbancário (DI), Renda Fixa, Cambial, Dívida Externa, Multimercado e Ações.
- b) Apenas fundos curto prazo, Depósito Interbancário (DI), Renda Fixa.
- c) Os Fundos de Ações, que são os que apresentam risco.
- d) Qualquer fundo de investimento, exceto curto prazo, Depósito Interbancário (DI) e Renda Fixa.

76. Os fundos de curto prazo devem:

- a) ter carteira com títulos longos, vencíveis a partir dos 60 dias.

- b) ter carteira de títulos com prazo médio ponderado de, no máximo, 60 dias.
- c) manter alguns títulos com prazo além de 375 dias, desde que a média ponderada da carteira seja menor do que 60 dias.
- d) cobrar uma taxa de administração bem baixa, porque sua carteira quase não exige a compra e venda de títulos novos.

77. Sobre um Fundo de Ações, é correto afirmar que:

- a) a tributação ocorre no último dia útil dos meses de maio e novembro e na ocasião do resgate.
- b) a tributação será decrescente conforme prazo de permanência do investidor.
- c) não haverá cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na ocasião do resgate.
- d) há isenção de imposto para o investidor Pessoa Física em vendas até o limite de R\$ 20 mil dentro de um mesmo mês.

78. Quando o cliente solicita resgate total de um Fundo de Renda Fixa no 28º dia da aplicação. O Imposto de Renda incidente será calculado sobre o:

- a) valor da aplicação.
- b) rendimento total.
- c) rendimento líquido de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
- d) valor de resgate.

79. A metodologia utilizada pelos fundos para calcular a taxa de performance, é conhecida como?

- a) Chinese Wall.
- b) Marcação a Mercado.
- c) "Come-Cotas".
- d) Linha d'água.

80. O Imposto de Renda (IR) sobre os rendimentos de aluguel e sobre o ganho de capital em Fundos Imobiliários para Pessoa Física, com menos de 10% do total do Patrimônio Líquido, são respectivamente:

- a) Isento e 15%
- b) Isento e 20%
- c) 15% e 15%
- d) 20% e 20%

81. É o responsável pela venda de cotas do fundo ao mercado:

- a) Administrador.
- b) Distribuidor.
- c) Gestor.
- d) Custodiante.

82. O Fundo Exclusivo:

- a) são restritos a Investidores Qualificados.
- b) são restritos a Investidores Profissionais.
- c) podem ser para Investidores Profissionais e Qualificados.
- d) podem ser abertos por um grupo econômico.

83. Sobre o objetivo de um fundo ativo e o de um fundo passivo, pode-se dizer que são, respectivamente:

- a) superar e replicar o benchmark.
- b) replicar e superar o benchmark.
- c) os dois tentam replicar o benchmark.
- d) os dois tentam superar o benchmark.

84. Um fundo passivo, ou seja, indexado, em renda variável, pode ter como benchmark:

- a) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- b) Selic Over.
- c) Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).
- d) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

85. O número de cotas de um fundo de investimento aberto diminui em um determinado dia se:

- a) ocorrer desvalorização do fundo.
- b) ocorrer desvalorização dos ativos do fundo.
- c) houver mais resgates do que aplicações.
- d) houver mais aplicações do que resgates.

86. O número de cotas que um investidor possui em um fundo de investimento diminui quando:

- a) Ocorrer desvalorização do fundo.
- b) Houver recolhimento de IR na forma de come-cotas.
- c) Ocorrer desvalorização dos ativos do fundo.
- d) Ele fizer mais aplicações do que resgates.

87. Se um investidor decide investir em um Fundo de Investimento Renda Fixa que aloca seus recursos em debêntures de diversos emissores e prazos, em vez de aplicar numa única debênture de uma empresa. Nesse caso, ao aplicar nesse fundo, o investidor beneficiou-se:

- a) da alavancagem do fundo.
- b) da garantia de rentabilidade superior do fundo.
- c) de alocar com valor inicial inferior, fixo em R\$ 1.000,00, diferente de aplicar diretamente em um título de debêntures que exige um mínimo de R\$ 25.000,00.

- d) de um risco menor em função da diversificação do fundo.

88. Oferece maior liquidez o fundo de investimento em que a conversão de cota e o pagamento do resgate ocorrem em:

- a) D+0 e crédito de resgate em D+1.
- b) D+1 e crédito de resgate no mesmo dia da conversão da cota.
- c) D+1 e crédito de resgate em D+2.
- d) D+0 e crédito de resgate no mesmo dia da conversão da cota.

89. São consideradas características de fundos de investimento:

I. a possibilidade de que pequenos investidores tenham acesso a operações mais complexas e sofisticadas do mercado financeiro e de capitais.

II. a garantia de maior rentabilidade em relação às aplicações que um investidor realize isoladamente.

III. a rentabilidade dos títulos que compõem a carteira é dividida entre os investidores na mesma proporção dos valores nominais que cada um deles aplicou.

Está correto o que se afirma em:

- a) I
- b) I e III
- c) I e II
- d) II e III.

90. A marcação a mercado, em fundos de investimento, é:

- a) opcional para os fundos de curto prazo.
- b) o ato de atualizar o valor dos ativos dos fundos para o valor do dia.
- c) opcional para os fundos de longo prazo.
- d) o ato de atualizar o valor dos ativos dos fundos pela curva de juros do dia da sua aquisição.

91. Para os fundos de investimento regulados pela Instrução CVM 555, o Código Anbima de Administração de Recursos de Terceiros exige que o Formulário de Informações Complementares apresente:

- a) os fatores de risco da carteira de investimento dos fundos.
- b) o histórico das decisões de investimento realizadas pelos gestores dos fundos.
- c) o questionário detalhado de suitability.
- d) o público-alvo.

92. Qual o percentual mínimo de investimento em títulos públicos federais ou privados de baixo risco deve ter um Fundo Referenciado?

- a) 67%.
- b) 80%.
- c) 95%.
- d) 100%.

93. Nos Fundos de Investimento de Ações:

- a) não há "come-cotas".
- b) o "come-cotas" é semestral e a alíquota cobrada é de 20%.
- c) o "come-cotas" é semestral, e a alíquota cobrada é de 15%.
- d) o "come-cotas" é opcional, e a alíquota cobrada é de 15%.

94. Sobre Fundos Curto Prazo, considere as seguintes afirmações:

I. Podem aplicar seus recursos em títulos públicos federais ou privados prefixados ou indexados à taxa Selic ou a outra taxa de juros.

II. Podem aplicar seus recursos em títulos indexados aos índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 dias e prazo médio da carteira do fundo inferior a 60 dias.

III. Podem aplicar seus recursos em Brazilian Depository Receipts - BDRs classificados como nível II e III.

IV. É permitida a utilização de derivativos somente para proteção da carteira e a realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e IV.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.

95. Sobre os Fundos de Investimento em Participações (FIP), é correto afirmar que:

- a) são constituídos sob a forma de condomínio fechado.
- b) possuem cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).
- c) devem ter, no mínimo, 85% do seu patrimônio investido em ações, debêntures simples e bônus de subscrição.
- d) somente compra de empresas estrangeiras.

96. O distribuidor que atua por conta e ordem de clientes pode comparecer e votar nas assembleias representando o titular?

- a) Sim, desde que tenha procuração para tal.
- b) Sim, em qualquer hipótese.
- c) Não.
- d) Somente para investidores qualificados.

97. O senhor João fez uma aplicação em um Fundo de Ações em 15/01/2017 e efetuou o resgate dessa aplicação, com lucro, em 20/08/2017. Em relação à incidência de tributação, ela ocorreu:

- a) no mês de maio e será complementada, se for o caso, em 20/08/2017.
- b) somente em 20/08/2017, à alíquota única de 20%.
- c) somente em 20/08/2017, à alíquota única de 15%.

- d) no mês de maio, à alíquota de 15%, e deve ser complementada referente ao período de maio até agosto/2016

98. Seu cliente fez uma aplicação em um Fundo Multimercado e o resgatou em 20 dias. Nesse caso, sobre o lucro, incidirá:

- a) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e, depois, Imposto de Renda (IR), de 22,5%.
- b) Imposto de Renda (IR), de 22,5%, e, depois, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
- c) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e, depois, Imposto de Renda (IR), de 15%.
- d) apenas Imposto de Renda (IR) de 15%, pois a operação estará isenta de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

99. Sobre a taxa de administração em um fundo de investimento, é correto afirmar que:

- a) é devolvida ao cotista após um determinado período.
- b) é um dos fatores que afeta o valor da cota
- c) É cobrado sobre a rentabilidade
- d) É uma taxa cobrada sempre que o fundo possui rentabilidade acima de um determinado benchmark.

100. Fundos Restritos são destinados para um grupo específico de cotistas. Dentre as alternativas a seguir, assinale o grupo que NÃO se enquadra nesse tipo de fundo:

- a) Fundos para investidores qualificados.
- b) Fundos para investidores profissionais.
- c) Fundos previdenciários.
- d) Fundos para funcionários de determinada empresa.

101. Assinale a alternativa que apresente investidores considerados profissionais, independente do patrimônio declarado:

I - Clubes de investimento com carteira gerida por administrador autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

II - Seguradoras e Sociedade de capitalização.

III - Fundos de Investimento.

IV – Agente Autônomo de Investimento (AAI).

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) Todas estão corretas.

102. Um fundo de investimento alavancado, dentro dos parâmetros estabelecidos, acumulou Patrimônio Líquido negativo. Diante desse cenário, quem irá responder pelos débitos:

- a) o distribuidor.
- b) os cotistas.
- c) o administrador.
- d) o gestor.

103. Na aquisição de fundos de investimentos, é necessário assinar o Termo de Adesão. A exceção é o:

- a) Renda Fixa Simples.
- b) Renda Fixa Referenciado.
- c) Renda Fixa de curto prazo.
- d) Renda Fixa crédito privado.

104. A convocação de Assembleia Geral Extraordinária pode ser feita pelo administrador, gestor, custodiante ou por cotista que possua, no mínimo, _____ das cotas. Assinale a alternativa que complete corretamente a lacuna.

a) 5%.

b) 15%.

c) 1%.

d) 10%.

105. Uma pessoa física possui dois fundos em um banco de investimento, os quais apresentaram, nos últimos 12 meses, retornos de 98% e de 105% em relação ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Com base nesse resultado, pode-se afirmar que a gestão dos fundos são, respectivamente:

a) passiva e passiva.

b) ativa e ativa.

c) ativa e passiva.

d) passiva e ativa.

106. Em relação à cobrança de Imposto de renda, todos os fundos seguem uma tabela regressiva, exceto:

a) Renda Fixa.

b) Curto Prazo.

c) Ações.

d) Multimercado.

107. O cálculo da cota de abertura nos fundos de investimento é feito a partir da projeção dos preços dos ativos na abertura do mercado, em geral, com base _____. Marque a alternativa que complete corretamente a lacuna:

a) nos preços de fechamento do mesmo dia.

b) nos preços de abertura do dia anterior.

c) nos preços de fechamento do dia anterior.

d) na volatilidade do dia anterior.

108. As alíquotas da antecipação do Imposto de Renda semestral em fundos de curto e de longo prazo são, respectivamente:

- a) 22,50% e 20%.
- b) 22,50% e 15%.
- c) 20% e 20%.
- d) 20% e 15%.

109. Em relação ao Imposto de Renda e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), em fundos de investimentos, assinale a alternativa correta.

- a) Ambos são retidos na fonte, pelo gestor do fundo.
- b) Ambos são retidos na fonte, pelo administrador do fundo.
- c) Ambos são retidos na fonte, pelo distribuidor do fundo.
- d) Ambos são retidos na fonte, pelo custodiante do fundo.

110. A incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), em um fundo de investimento, segue:

- a) tabela regressiva até 29 dias, cobrado antes do Imposto de Renda.
- b) tabela regressiva até 29 dias, cobrado depois do Imposto de Renda.
- c) tabela progressiva até 29 dias, cobrado antes do imposto de renda.
- d) tabela progressiva até 29 dias, cobrado depois do imposto de renda.

111. Conforme a instrução CVM 578/16, um Fundo Investimento em Participações atua investindo em ações, debêntures simples, bônus de subscrição ou demais títulos conversíveis em ações de empresas. De acordo com suas regras, é determinado manter, no mínimo, _____ do Patrimônio Líquido investido nos ativos mencionados. Assinale a alternativa que complete corretamente a lacuna.

- a) 80%
- b) 90%
- c) 95%

- d) 100%

112. Não é um princípio a ser observado pelo manual de Marcação a Mercado da Anbima:

- a) comprometimento.
- b) objetividade.
- c) aderência.
- d) consistência.

113. A utilização de um índice de referência (benchmark) para um fundo de investimento:

- a) permite a verificação do desempenho relativo do fundo.
- b) limita a atuação do gestor do fundo à classe de origem daquele índice.
- c) restringe as operações do fundo aos ativos financeiros componentes daquele índice.
- d) indica que o fundo em questão tem gestão ativa.

114. Os Fundos de Renda Fixa Referenciados devem investir em ativos que acompanham, direta ou indiretamente, determinado índice de referência, com percentual de seus recursos de, no mínimo:

- a) 95%.
- b) 90%.
- c) 67%.
- d) 51%.

115. De acordo com o Código Anbima de Administração de Recursos de Terceiros, a prática de apreçamento dos ativos (marcação a mercado) de um fundo objetiva, principalmente:

- a) evitar a transferência de riqueza entre os cotistas.
- b) fixar a rentabilidade mínima para os cotistas.
- c) segregar a administração de recursos próprios dos recursos de terceiros.

- d) divulgar ao mercado as informações sobre a variação das taxas de administração do fundo.

116. Os fundos classificados como Multimercado podem ter aplicações em ativos financeiros no exterior até um limite de:

- a) 10%.
- b) 20%.
- c) 30%.
- d) 50%.

117. Uma determinada aplicação rendeu 1,5% no mês de janeiro. Isso quer dizer que:

- a) quem resgatou no dia 1º do mês de janeiro obteve uma rentabilidade de 1,5% para esse mês.
- b) as aplicações que se mantiveram no fundo durante o mês de janeiro inteiro renderam, naquele mês de janeiro, 1,5%.
- c) para os que fizeram aplicação em qualquer momento do mês de janeiro, o rendimento foi de 1,5% nesse período.
- d) para os que fizeram resgate em qualquer momento do mês de janeiro, o rendimento foi de 1,5% nesse período.

118. Quanto à composição do patrimônio de um fundo de investimento, a CVM utiliza a seguinte classificação:

- a) Fundos Curto e Longo Prazo.
- b) Fundos Aberto e Fechado.
- c) Fundos de Investimentos e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos.
- d) Fundo de Renda Fixa, Fundo de Ações, Fundo Cambial e Fundo Multimercado.

119. Entre os principais objetivos do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros não está contido:

- a) Manter a concorrência leal.
- b) Promoção das melhores práticas de mercado.
- c) Estimular maior qualidade e disponibilidade de informações.
- d) Dar flexibilidade para que cada administrador de recursos estabeleça os próprios procedimentos de administração e gestão.

120. O Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros não se aplica a que tipo de instituição:

- a) A todas as instituições associadas à ANBIMA.
- b) Fundos de Investimento cujo patrimônio seja constituído por recursos do próprio Gestor de Fundos.
- c) Empresas do conglomerado das instituições associadas à ANBIMA.
- d) Instituições que aderirem voluntariamente a este Código.

121. Em caso de conflito entre o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros e as normas dos órgãos reguladores, a medida a ser adotada pela instituição administradora de recursos de terceiros será:

- a) Consultar o órgão regulador sobre qual prática adotar.
- b) Adotar o que consta no Código.
- c) Adotar a norma do regulador.
- d) Consultar a ANBIMA sobre qual prática deve ser adotada.

122. Das seguintes instituições, estão dispensadas de observar o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros:

- a) Clubes de Investimento.
- b) Gestores de fundo de investimento pessoa jurídica.
- c) Fundos de investimento de empresas do conglomerado de instituições participantes.

- d) Fundos de investimento que combinem recursos de terceiros e recursos do próprio gestor do fundo.

123. Faz parte das obrigações assumidas pelas instituições participantes ao aderir ao Código:

- a) Manter sigilo de suas atividades.
- b) Empregar os métodos que forem necessários para superar a rentabilidade esperada pelos investidores e também os fundos concorrentes.
- c) Evitar práticas que possam ferir a Relação Fiduciária mantida com os investidores.
- d) Em caso de vantagem ou benefício auferido pelo veículo de investimento, transferir o recurso para o patrimônio do Gestor.

124. O Código ANBIMA de Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros dispõe sobre as obrigações dos seguintes agentes participantes da indústria de fundos de investimentos:

I. Investidor.

II. Gestor de Recursos.

III. Administrador Fiduciário.

IV. CVM.

Estão corretas as afirmações dos itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

125. São atribuições do Gestor de Recursos, exceto:

- a) Realizar ordens de compra e venda de ativos financeiros.
- b) Enquadurar os limites de investimento da carteira dos veículos de investimento, conforme determinado nos documentos e na Regulação.

- c) Elaborar a política de investimento do fundo.
- d) Negociar, alocar e ratear as ordens dos veículos de investimento, quando aplicável.

126. Constam das exigências a serem observadas na divulgação do histórico de rentabilidade dos fundos 555, exceto:

- a) A escolha da periodicidade utilizada na divulgação dos dados cabe ao administrador fiduciário.
- b) Deve-se utilizar o mês anterior do calendário civil.
- c) Incluir os anos anteriores do calendário civil, caso o fundo seja constituído há mais de 12 meses.
- d) A divulgação da rentabilidade do fundo deve ser acompanhada da comparação com metas ou parâmetros de performance, previamente descritos no regulamento.

127. Entende-se por apreçamento de ativos:

- a) Metodologia para precificação de todos os ativos constituintes do patrimônio líquido do fundo, pelos valores negociados em mercado.
- b) Fórmula para cálculo do imposto de renda devido no momento do resgate total do valor investido pelo cliente.
- c) Sequência de procedimentos para divisão do valor do patrimônio entre os cotistas.
- d) Método estatístico para divisão dos rendimentos do fundo entre os investidores e o gestor do fundo.

128. O Manual de Apreçamento de Ativos estabelecido pelo Administrador de Recursos deve conter:

I. Normativos relativos à constituição de comitê ou organismo responsável pelo apreçamento dos ativos e a periodicidade de suas reuniões.

II. Regras de hierarquia e alçada e a governança adotada pela Instituição no Apreçamento dos Ativos, incluindo as áreas envolvidas e suas responsabilidades, entre outros fatores.

III. Descrição do processo de apreçamento de forma sintética.

IV. Descrição do procedimento adotado nos casos de novos ativos financeiros adquiridos pelos fundos sem método de apreçamento definido.

Estão corretas as informações contidas na alternativa:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.

129. Cabe ao Administrador do Fundo disponibilizar aos investidores o Formulário de Informações Complementares (antigo prospecto) do FIDC que deve conter, entre outras informações:

- a) Forma de Constituição: condomínio fechado ou aberto; Classes de cotas: sênior(es) e subordinada(s); Características do direito creditório.
- b) Metodologia de gestão de riscos, Prestadores: apenas administrador e gestor; Fatores de Risco de maneira sintética.
- c) Canais de atendimento ao investidor; Regras de tributação; Informações sucintas sobre o originador.
- d) Política de análise, concessão de crédito e eventual constituição de garantias; Característica da cessão; Igualdade de prioridade de pagamento das cotas de todos os investidores.

130. O valor da cota de um fundo de investimento é calculado a partir da:

- a) Divisão do patrimônio líquido pelo número de cotistas.
- b) Divisão do patrimônio líquido pelo número de cotistas.
- c) Soma dos resgates e aplicações em determinado dia.
- d) Multiplicação do número de cotas pelo número de cotistas.

131. O principal órgão governamental responsável pela fiscalização dos fundos de investimento é:

- a) A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

- b) O Conselho Monetário Nacional - CMN.
- c) A Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- d) O Banco Central.

132. Tanto nos fundos abertos como nos fechados:

- a) O resgate das cotas pode ser feito a qualquer momento.
- b) É permitida a entrada e a saída de cotistas a qualquer momento.
- c) As cotas são amplamente negociadas na bolsa de valores.
- d) São necessários o administrador, o gestor e o custodiante.

133. Quando ocorrem alterações nas regras dos fundos de investimento decorrentes de mudanças na legislação:

- a) É obrigatória a convocação de assembleia no prazo máximo de 10 dias para ratificar o regulamento dos fundos de investimento.
- b) Fica dispensada a convocação de assembleia para adaptação do regulamento.
- c) Não há obrigatoriedade da comunicação aos cotistas, seja via postal ou por meio eletrônico, por se tratar de alterações para cumprir a legislação vigente.
- d) É opcional a mudança da lâmina do fundo, sendo apenas obrigatória a divulgação do regulamento contendo as alterações previstas na legislação.

134. Os cotistas de fundos de investimento possuem direitos, entre os quais:

- a) Comparecer às assembleias gerais e conhecer as características do investimento pelo qual optaram.
- b) Comparecer às assembleias gerais e participar diretamente da administração do fundo.
- c) Conhecer as características do investimento pelo qual optaram e participar diretamente da administração do fundo.
- d) Manter os seus dados cadastrais atualizados e participar diretamente da administração do fundo.

135. I. Divulgar diariamente o valor da cota e do patrimônio líquido do fundo.

II. Fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo fundo.

III. Substituir o gestor, nos casos previstos pela CVM.

IV. Remeter o balanço patrimonial mensal aos cotistas.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- a) III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, II e IV.

136. Manter o registro dos cotistas, elaborar os livros de atas de assembleias e publicar de forma periódica o valor das cotas são algumas das funções do:

- a) Administrador.
- b) Gestor.
- c) Custodiante.
- d) Auditor independente.

137. O custodiante de um fundo de investimento tem como principal atribuição:

- a) O registro, a liquidação e o exercício dos direitos e obrigações dos ativos que compõem a carteira do fundo.
- b) Decidir quais ativos comprar para a carteira do fundo.
- c) Divulgar informações aos cotistas.
- d) Vender as cotas do fundo para investidores.

138. O profissional da área de Fundos de Investimento responsável por compor a carteira do fundo, conforme a política de investimentos, é conhecido por:

- a) Administrador.
- b) Gestor.

- c) Custodiante.
- d) Auditor independente.

139. Sobre fundos de investimentos, analise as afirmativas abaixo:

- I. É um condomínio que reúne recursos de um conjunto de investidores.**
- II. Tem o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aquisição de uma carteira de títulos ou valores mobiliários.**
- III. Torna possível a diversificação dos investimentos, através da aplicação em suas diferentes classes, visando a diluir o risco e aumentar o potencial de retorno.**

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.

140. Sobre a cessão de cotas de fundos de investimentos, pode-se afirmar que as cotas de um fundo:

- a) aberto podem ser transferidas, mediante termo de cessão e transferência, assinado pelo cedente e pelo cessionário
- b) aberto podem ser transferidas através de bolsa de valores ou entidade de balcão organizado em que as cotas do fundo sejam negociadas
- c) aberto não podem ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal
- d) fechado não podem ser objeto de cessão ou transferência, em hipótese alguma

141. Os fundos que têm suas carteiras atreladas a um benchmark, com o objetivo de acompanhar o comportamento deste benchmark, são denominados:

- a) Multimercados.

- b) Ativos.
- c) Passivos.
- d) Alavancados.

142. Sobre a lâmina de informações essenciais, é correto afirmar que:

- a) Sua elaboração é dispensada, no caso de fundos exclusivos.
- b) Deve ser entregue ao investidor comum, somente se ele o solicitar.
- c) Deve conter uma linguagem de elevado grau técnico.
- d) Os tópicos de informações nela contidos são definidos pelo administrador do fundo.

143. O documento de um fundo de investimento registrado em cartório e que contém todas as informações sobre o funcionamento do fundo, estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, é conhecido por:

- a) Lâmina.
- b) Prospecto.
- c) Regulamento.
- d) Termo de Adesão e ciência de risco.

144. A taxa de administração de um fundo de investimento é calculada e cobrada conforme:

- a) O administrador desejar.
- b) Negociação entre gestor e cotistas.
- c) Determinado no regulamento do fundo.
- d) Negociação entre administrador e custodiante.

145. Sobre taxas incidentes em fundos de investimento, considere as sentenças abaixo:

I. A taxa de administração está relacionada com a performance do fundo.

II. Taxa de performance é aquela cobrada do cotista quando a rentabilidade do fundo supera um benchmark previamente definido, respeitando-se conceito da Linha D'Água.

III. A taxa de performance recai sobre o valor total do rendimento.

Está(ão) correta(s):

- a) I.
- b) II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

146. Sobre fundos destinados à distribuição na rede de varejo (investidores não qualificados), é permitida a cobrança de taxa de performance desde que prevista em regulamento, em um fundo:

- a) De ações que rendeu acima do benchmark, mas com variação negativa.
- b) Multimercado que rendeu acima do benchmark, desde que o valor da cota, nesse momento, seja superior àquele registrado quando na última cobrança de performance.
- c) Multimercado que rendeu acima do benchmark e com variação negativa.
- d) Referenciado que rendeu acima do benchmark e com variação positiva.

147. A principal taxa cobrada por fundos de investimentos para remunerar os agentes que atuam na administração do fundo é conhecida por:

- a) Taxa de gestão.
- b) Taxa de performance.
- c) Taxa de administração.
- d) Taxa de custódia.

148. Sobre Fundos de Renda Fixa Referenciados, considere as seguintes afirmativas.

I. Devem ter no mínimo 80% de seu patrimônio líquido representado, isolada ou cumulativamente, por títulos da dívida pública federal e/ou ativos

financeiros de renda fixa considerados de baixo risco de crédito pelo gestor.

II. Estipulam que no mínimo 95% da carteira seja composta por ativos financeiros de forma a acompanhar, direta ou indiretamente, a variação do indicador de desempenho ("benchmark") escolhido.

III. Sempre podem cobrar taxa de performance.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

149. Sobre Fundos Curto Prazo, considere as seguintes afirmações:

I. Podem aplicar seus recursos em títulos públicos federais ou privados prefixados ou indexados à taxa Selic ou a outra taxa de juros.

II. Podem aplicar seus recursos em títulos indexados aos índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 dias e prazo médio da carteira do fundo inferior a 60 dias.

III. Podem aplicar seus recursos em Brazilian Depositary Receipts - BDRs classificados como nível II e III.

IV. É permitida a utilização de derivativos somente para proteção da carteira e a realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e IV.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.

150. Os fundos renda fixa referenciados devem investir em ativos que acompanham, direta ou indiretamente, determinado índice de referência,

como porcentagem de seus recursos, no mínimo:

- a) 95%.
- b) 90%.
- c) 67%.
- d) 51%.

151. O cotista de um fundo de renda fixa estará incorrendo em um risco de crédito:

- a) Praticamente zero, pois todo esse risco é absorvido pelo gestor e pelo administrador do fundo.
- b) Equivalente ao risco dos títulos que compõem a carteira deste fundo.
- c) Inferior àquele incorrido em aplicações em CDBs, pois fundos de investimento contam com a garantia do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.
- d) Equivalente ao risco inerente em aplicações em títulos públicos federais.

152. Um fundo de investimento para o varejo compra CDBs da instituição financeira que também é o administrador desse fundo. Essa instituição financeira, que é autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, passa por problemas de solvência e acaba sendo liquidada. O percentual máximo do patrimônio líquido que esse fundo perderá aplicar em um CDB de emissão da instituição que o administra será de

- a) 10%
- b) 20%
- c) 50%
- d) 100%

153. Um cliente investiu R\$ 10 mil em um fundo de investimento de curto prazo para fins tributários há mais de dois anos. No próximo dia 31 de maio, esse investidor será tributado pelo come-cotas à alíquota de:

- a) 15%.

- b) 17,5%.
- c) 20%.
- d) 22,5%.

154. Considere as seguintes sentenças sobre IOF incidente sobre operações com títulos e valores mobiliários:

I. O fato gerador do IOF é a aquisição, a cessão, o resgate, a repactuação ou o pagamento para liquidação de títulos e valores mobiliários.

II. De acordo com a tabela regressiva, o IOF incide entre o 1º e o 29º dia de aplicação.

Está(ão) correta(s) a(s) sentença(s):

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) Nenhuma das alternativas.

155. Quando um cotista saca seus recursos de um fundo renda fixa 10 dias após tê-los aplicado, os ganhos estarão sujeitos à incidência de IOF, sendo o responsável pelo seu recolhimento o:

- a) Próprio cotista.
- b) Gestor do fundo.
- c) Administrador do fundo.
- d) Distribuidor do fundo.

156. Os fundos classificados como Multimercado podem ter aplicações em ativos financeiros no exterior até um limite de:

- a) 10%.
- b) 20%.
- c) 30%.

d) 50%.

157. Para os fundos de investimento de longo prazo não classificados como de ações, além do recolhimento semestral do ""come-cota"", por ocasião do resgate das cotas:

Será recolhido 3,5% sobre o patrimônio líquido do fundo, a título de contribuições federais.

Serão isentos do IR quaisquer rendimentos auferidos com a aplicação financeira.

Será aplicada alíquota complementar variável, totalizando IR entre 15% a 22,5%.

Serão devolvidos ao titular das cotas todos os valores recolhidos a título de "come-quotas", sob pena de se violar o princípio da vedação à bi-tributação.

Para os fundos de renda fixa de longo prazo, no resgate será aplicada, se necessária, alíquota complementar em função do prazo da aplicação:

- a) Aplicações até 180 dias: 22,5%;
- b) Aplicações de 181 a 360 dias: 20%;
- c) Aplicações de 361 a 720 dias: 17,5%;
- d) Aplicações acima de 720 dias: 15%."

158. Os fundos de Renda Variável indexados devem ter o seu patrimônio líquido investido em ações, com o peso mínimo de:

- a) 51%.
- b) 67%.
- c) 80%.
- d) 95%.

159. Quanto à composição do patrimônio de um fundo de investimento, a CVM utiliza a seguinte classificação:

- a) Fundos Curto e Longo Prazo.
- b) Fundos Aberto e Fechado.

- c) Fundos de Investimentos e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos.
- d) Fundo de Renda Fixa, Fundo de Ações, Fundo Cambial e Fundo Multimercado.

160. Considere as seguintes afirmativas sobre Fundos:

I. Fundos Renda Fixa utilizam estratégias para acompanhar o CDI.

II. Fundos de Renda Variável podem ter estratégias ativas ou passivas, mas geralmente possuem como benchmark Ibovespa ou IBrX.

III. Fundos Multimercados possuem bastante flexibilidade quanto à composição da carteira e sempre se valem de estratégias envolvendo derivativos que podem implicar grandes perdas.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.

161. Para fins da Classificação da Instrução CVM 555, Fundos Curto Prazo são aqueles que possuem títulos com vencimento em no máximo:

- a) 375 dias e prazo médio da carteira inferior a 60 dias.
- b) 365 dias e prazo médio da carteira inferior a 60 dias.
- c) 375 dias e prazo médio da carteira superior a 60 dias.
- d) 365 dias e prazo médio da carteira superior a 60 dias.

MÓDULO 6

- 1.** Carlos, 23 anos, acabou de formar-se em Odontologia e pretende abrir um consultório próprio. Ele está em dúvida entre contribuir ou não para a Previdência Social e para Previdência Privada. Conversando com um amigo sobre o tema, esse amigo fez a ele as seguintes afirmações:

I. A Previdência Social oferece uma série de benefícios, como auxílio-doença, auxílio acidente e pensão por morte.

II. A Previdência Privada é estruturada no regime de repartição simples.

III. A Previdência Privada é facultativa e pode complementar o sistema oficial.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, II e III.

- 2.** Comparando um plano de Previdência Privada com a Previdência oficial:

I. O benefício pago pela Previdência Social tem um teto máximo.

II. O benefício que o participante receberá na Previdência Privada dependerá das contribuições do indivíduo e da taxa de retorno dos investimentos realizados com os recursos acumulados.

III. A contribuição da Previdência oficial é obrigatória para os trabalhadores registrados formalmente a partir da assinatura da Carteira de Trabalho.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, II e III.

- 3.** Um gerente de conta, sabendo que seu cliente faz declaração de Imposto de Renda por meio de formulário completo, explica a seu cliente que, caso ele

venha a investir em um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGLB), ele poderá:

- a) deduzir até 12% da renda bruta anual tributável na Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da pessoa física.
- b) ganhar isenção tributária para os rendimentos das aplicações com mais de 10 anos.
- c) deduzir até 20% da renda bruta anual tributável na Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da pessoa física.
- d) ser tributado apenas sobre os rendimentos do plano quando resgatar os recursos.

4. Os Planos de Previdência Complementar do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL):

- a) têm incidência de Imposto de Renda sobre o valor total do resgate durante o período de deferimento ou no período de concessão de benefícios.
- b) permitem dedução na base de cálculo do Imposto de Renda até o limite de 12% da renda bruta anual tributável.
- c) têm incidência de Imposto de Renda sobre os rendimentos das aplicações no momento do resgate ou no período de concessão de benefícios.
- d) são indicados para indivíduos que realizam a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda no modelo completo.

5. Um cliente que possui um plano de previdência complementar do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) perguntou a seu gerente se ele poderia fazer a portabilidade de seus recursos para sua mãe. Seu gerente respondeu que ele:

- a) pode fazer a portabilidade, mas terá de pagar Imposto de Renda.
- b) não pode fazer a portabilidade, pois é permitida apenas para o mesmo participante.
- c) pode fazer a portabilidade e não terá de pagar Imposto de Renda.
- d) pode fazer a portabilidade e mudar para um plano do tipo Plano Gerador de Benefícios Livres (PGLB), caso queira.

6. Um cliente contratou um plano de previdência complementar do tipo Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB), indicando sua esposa como beneficiária. Passados 20 anos, com um montante acumulado de R\$ 500.000,00, ele resolveu

transformar o seu plano em renda e contratou a renda mensal temporária por 10 anos. Após três anos da contratação ele veio a falecer. Nesse caso,:

- a) sua esposa receberá a mesma renda mensal por mais 7 anos.
 - b) sua esposa receberá a mesma renda mensal por mais 10 anos.
 - c) a renda mensal cessará, não sendo devido qualquer outro valor ao beneficiário.
 - d) sua esposa receberá o saldo do valor total acumulado no plano.
- 7. Um cliente contratou um plano de previdência complementar do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Ele decidiu contratar o benefício de renda mensal por prazo certo por 12 anos, indicando seu filho como beneficiário da apólice. Passados 25 anos, com um montante acumulado de R\$ 500.000,00, ele resolveu transformar o seu plano em renda. Após cinco anos da contratação, ele veio a falecer. Nesse caso, seu filho:**
- a) receberá a mesma renda mensal, por mais sete anos.
 - b) receberá a mesma renda mensal, por mais 12 anos.
 - c) não receberá a renda mensal, não sendo devido qualquer outro valor ao beneficiário.
 - d) receberá o saldo do valor total acumulado no plano.
- 8. Uma das diferenças entre o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) é o fato de que apenas no:**
- a) PGBL há garantia de rentabilidade.
 - b) VGBL há garantia de rentabilidade.
 - c) PGBL é possível deduzir as contribuições na declaração anual de Imposto de Renda da pessoa física.
 - d) VGBL é possível deduzir as contribuições na declaração de Imposto de Renda anual da pessoa física.
- 9. Um cliente foi até a sua agência bancária para perguntar se a Previdência Privada oferece alguma garantia de remuneração. Seu gerente explicou que:**
- a) existem alguns planos antigos do tipo VGBL e PGBL que têm rentabilidade garantida de inflação mais 6% ao ano.

- b) o VGBL e o PGBL são estruturados como fundos de investimento e não há garantia de rendimento.
- c) apenas o plano do tipo PGBL tem garantia de rendimento.
- d) apenas o plano do tipo VGBL tem garantia de rendimento.

10. Um cliente perguntou ao seu gerente qual é o órgão responsável por fiscalizar os planos de previdência complementar abertos. Nesse caso, o gerente deverá orientá-lo a procurar a:

- a) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).
- b) Superintendência de Seguros Privados (Susep).
- c) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- d) Secretaria da Receita Federal (SRF).

11. A Taxa de Carregamento de um Plano de Previdência Complementar é:

- a) uma taxa cobrada pelo administrador do Fundo de Investimento Exclusivo e descontada da rentabilidade diária;
- b) um percentual que incide sobre as contribuições realizadas para custear as despesas administrativas do plano;
- c) um valor fixo cobrado do participante na adesão ao plano;
- d) um percentual que incide sobre a carteira de investimento do plano.

12. Um investidor que aplica em PGBL quer saber as características desse produto. Além da corretora, ele pode obter informações:

- a) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- b) no Banco Central (Bacen).
- c) na Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC).
- d) na Superintendência de Seguros Privados (Susep).

13. Sobre a Previdência Privada, é correto afirmar que:

- a) se trata de um investimento indicado para urgências de curto prazo.
- b) tem a mesma tributação dos fundos de investimentos.
- c) se destina a complementar a Previdência oficial e é indicada para um horizonte de longo prazo.
- d) se trata de um investimento com altos retornos, indicado para investidores arrojados.

14. Em relação à Taxa de Carregamento na Previdência, é correto afirmar que:

- a) pode ser cobrada na aplicação ou no resgate.
- b) após um período de carência, pode ser resgatada pelo investidor.
- c) não pode ser cobrada.
- d) nunca pode ser reduzida a zero.

15. Em relação à Taxa de Administração de um fundo de Previdência:

I - Só é cobrada se o fundo tiver rentabilidade positiva.

II - Afeta a rentabilidade do fundo de Previdência.

III - A rentabilidade divulgada de um fundo de Previdência é sempre líquida da Taxa de Administração.

IV - É a remuneração da entidade da Previdência.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) Todas as alternativas.

16. Após realizar uma portabilidade, por quanto tempo o investidor não consegue realizar outra movimentação desse tipo:

- a) 30 dias.

- b) 90 dias
- c) 180 dias
- d) 60 dias

17. A portabilidade permite que haja transferências:

- a) de PGBL para PGBL, de VGBL para VGBL, de PGBL para VGBL e de VGBL para PGBL, todas em Imposto de Renda.
- b) sem Imposto de Renda, quando for PGBL para PGBL ou de VGBL para VGBL. Com Imposto de Renda, quando for de PGBL para VGBL ou de VGBL para PGBL.
- c) de PGBL para PGBL, de VGBL para VGBL, com Imposto de Renda.
- d) de PGBL para PGBL, de VGBL para VGBL, sem Imposto de Renda.

18. Sobre os tipos possíveis de resgates em um Plano de Previdência, assinale a alternativa correta.

- a) O investidor pode optar por resgate único ou em partes.
- b) Quem decide a forma de resgate é a seguradora.
- c) A única forma de resgatar um Plano de Previdência é por meio de renda.
- d) Ao transformar em renda, o investidor fica isento do Imposto de Renda.

19. Seu cliente fez uma aplicação em um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) no valor de R\$ 100.000,00 no passado. Contratou, junto com o PGBL, uma cobertura adicional de seguro de vida. O beneficiário do seguro de vida é o mesmo do PGBL. Seu cliente morre durante a fase de contribuição, antes de transformar o PGBL em renda. Nesse caso, o beneficiário receberá:

- a) o saldo inicial do PGBL e, também, o valor contratado da cobertura adicional.
- b) o saldo atual do PGBL e, também, o valor contratado da cobertura adicional.
- c) apenas o valor contratado da cobertura adicional.
- d) apenas o valor do PGBL.

20. Em relação aos tipos de tributação na Previdência Privada, assinale a alternativa correta.

- a) Ao escolher o tipo de tributação, o investidor não poderá mais alterar essa opção.
- b) Somente é possível alterar o tipo de tributação se, inicialmente, o investidor tiver escolhido o tipo de regime regressivo.
- c) Somente é possível alterar o tipo de tributação se, inicialmente, o investidor tiver escolhido o tipo de regime progressivo.
- d) Somente é possível alterar o tipo de tributação se o investidor estiver em um Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB).

21. Em um Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB) no qual um cliente fez a opção pelo regime tributário compensável (progressivo), no momento do resgate, a base de cálculo para alíquota de 15% do Imposto de Renda retido na fonte incidirá sobre:

- a) a rentabilidade e é definitivo.
- b) a rentabilidade e pode ter um valor adicional a ser pago na declaração anual de ajuste.
- c) o total resgatado e pode ter um valor adicional a ser pago na declaração anual de ajuste.
- d) sobre o total resgatado e é definitivo.

22. Um cliente tem 58 anos e deseja contribuir para uma Previdência Privada que irá lhe render R\$ 1.350,00 mensais quando se aposentar, aos 65 anos, quando também terá renda, do INSS, no valor de R\$ 1.350,00. Atualmente, ele declara seu Imposto de Renda pelo modelo simplificado. Nesse caso, você deveria indicar.

- a) Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB) com regime tributário progressivo.
- b) Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB) com regime tributário regressivo.
- c) Vida Gerador de Benefício Livre (VGLB) com regime tributário regressivo.
- d) Vida Gerador de Benefício Livre (VGLB) com regime tributário progressivo.

23. Em relação ao risco de crédito da seguradora que comercializa um Plano de Previdência, é correto afirmar que:

- a) esse risco está coberto pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

- b) esse risco existe e deve ser considerado na escolha da seguradora.
- c) não existe risco de crédito em Previdência Privada.
- d) esse risco está coberto pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Previdência.

24. Qual o valor máximo de renda tributável de um investidor que pode ser deduzido com aplicações em Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB):

- a) 20%
- b) 10%
- c) 27,5%
- d) 12%

25. Um profissional liberal tem uma renda tributável muito pequena. Seus rendimentos vêm da distribuição de lucros que seu escritório proporciona. Ele quer contribuir para sua aposentadoria, que deve acontecer entre 10 e 12 anos. Qual produto você recomendaria a ele:

- a) Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI) com tabela progressiva do Imposto de Renda (IR).
- b) Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB) com tabela regressiva do IR.
- c) Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB) com tabela progressiva de IR.
- d) Vida Gerador de Benefício Livre (VGLB) com tabela regressiva do IR.

26. Um executivo do setor financeiro, tem 38 anos e quer contribuir para uma aposentadoria com 5% da sua renda bruta anual, no máximo. Ele faz a declaração completa de ajuste anual para fins de Imposto de Renda (IR) e terá renda após sua aposentadoria. Qual produto você recomendaria a ele:

- a) Vida Gerador de Benefício Livre (VGLB) com tabela regressiva do IR.
- b) Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB) com tabela regressiva do IR.
- c) Vida Gerador de Benefício Livre (VGLB) com tabela progressiva de IR.
- d) Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB) com tabela progressiva de IR.

27. Um Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB) deve ser indicado para um cliente que faz a declaração de Imposto de Renda pelo modelo:

- a) simplificado e tem muitas despesas dedutíveis.
- b) completo e não tem qualquer outra despesa dedutível.
- c) simplificado e não tem qualquer outra despesa dedutível.
- d) completo e tem despesas dedutíveis, além do PGLB.

28. Prazo preestabelecido durante o qual o participante de um Plano de Previdência, ou investidor, não tem acesso aos seus recursos.

- a) Contribuição.
- b) Recebimento do benefício.
- c) Aportes mensais.
- d) Carência.

29. Percentual incidente sobre as contribuições pagas pelo participante para fazer face às despesas administrativas, às de corretagem e às de comercialização de um Plano de Previdência Complementar.

- a) Taxa de saída.
- b) Taxa de administração.
- c) Taxa de carregamento.
- d) Taxa de performance.

30. Um cliente, contador, 50 anos de idade, assalariado, faz declaração completa de ajuste anual e sabe que se aposentará em, no máximo, 12 anos. Ele quer se preparar financeiramente para esse momento e, por isso, decide alocar 24% dos seus rendimentos brutos para esse fim. O que você recomendaria a ele?

- a) Colocar 50% dos recursos em um Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB) com tabela regressiva de Imposto de Renda (IR) e o restante em um Vida Gerador de Benefício Livre (VGLB) com tabela regressiva.
- b) Colocar 50% dos recursos em um PGLB com tabela progressiva de IR e o restante para um VGLB com tabela progressiva.

- c) Colocar 100% dos recursos em um PGBL com tabela regressiva de IR.
- d) Colocar 100% dos recursos em um VGBL com tabela regressiva de IR.

31. É a mesma que incide sobre os salários e depende do valor do benefício ou do valor resgatado. Essa tabela vai de 0% a 27,5% ao ano e é somada à sua renda total, podendo ter ajustes e compensações de alguns gastos, exatamente como no caso dos salários. Estamos falando da:

- a) Tabela Regressiva (Definitiva).
- b) Tabela Regressiva (Compensável).
- c) Tabela Progressiva (Definitiva).
- d) Tabela Progressiva (Compensável).

32. Em relação à portabilidade, qual o tipo permitido?

- a) Vida Gerador Benefício Livre (VGBL) para VGBL e Progressivo para Regressivo.
- b) Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) para PGBL e Regressivo para Progressivo.
- c) VGBL para PGBL e Progressivo para Regressivo.
- d) PGBL para VGBL e Regressivo para Progressivo.

33. Sobre o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), é correto afirmar que:

- a) não permite abater o Imposto de Renda (IR).
- b) incide IR apenas sobre a rentabilidade.
- c) é indicado para quem realiza a declaração completa de IR.
- d) permite dedução de 12% do IR total.

34. Um investidor aplicou R\$ 100.000,00 em um Vida Gerador Benefício Livre (VGBL), e o resgatou após três anos. Ele aplicou na tabela regressiva. Qual será a alíquota de Imposto de Renda (IR) e como será a incidência?

- a) 27,5% de IR sobre o total.

- b) 30% de IR sobre o total.
- c) 27,5% de IR sobre a rentabilidade.
- d) 30% de IR sobre a rentabilidade.

35. O Imposto de Renda, no plano Vida Gerador Benefício Livre (VGBL), incide:

- a) a cada 6 meses e no resgate sobre o montante total.
- b) somente no resgate sobre o montante total.
- c) a cada 6 meses e no resgate sobre a rentabilidade.
- d) somente no resgate sobre a rentabilidade.

36. Ao saber que um determinado cliente faz a declaração de Imposto de Renda por meio de formulário completo, um assessor de investimentos explica a ele que, caso venha a investir em um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), ele poderá:

- a) deduzir até 12% da renda bruta anual tributável na Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da pessoa física.
- b) ganhar isenção tributária para os rendimentos das aplicações com mais de 10 anos.
- c) deduzir até 20% da renda bruta anual tributável na Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da pessoa física.
- d) ser tributado apenas sobre os rendimentos do plano quando resgatar os recursos.

37. Sobre os Planos de Previdência Complementar do tipo Vida Gerador de Benefício Livre(VGBL), é correto afirmar que:

- a) têm incidência de Imposto de Renda sobre o valor total do resgate durante o período de deferimento, ou no período de concessão de benefícios.
- b) permitem dedução na base de cálculo do Imposto de Renda até o limite de 12% da renda bruta anual tributável.
- c) têm incidência de Imposto de Renda sobre os rendimentos das aplicações no momento do resgate, ou no período de concessão de benefícios.

- d) são indicados para indivíduos que realizam a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda no modelo completo.

38. Um executivo de uma multinacional, casado, 30 anos e sem filhos, procura orientação para investimentos de aposentadoria, principalmente para aproveitar benefícios fiscais. Sua renda tributável é de R\$ 250.000/ano e quer contribuir com R\$ 2.500,00/mês. Atualmente, ele faz a declaração simplificada de ajuste anual do Imposto de Renda (IR). Dentre as alternativas a seguir, qual você recomendaria a ele:

- a) Fazer aplicações.
- b) Fazer aplicações em um PGBL, mudar para a declaração completa de ajuste anual e decidir pela tabela regressiva de IR.
- c) Fazer aplicações em um VGBL, continuar com a declaração simplificada de ajuste anual e decidir pela tabela progressiva de IR.
- d) Fazer aplicações em um PGBL, continuar com declaração simplificada de ajuste anual e decidir pela tabela progressiva de IR.

39. O senhor José tem 68 anos e, apesar de sua aposentadoria estar próxima, continua trabalhando. Ele já faz uma contribuição anual em um PGBL que representa 12% de sua renda bruta anual tributável. Ele resolve incrementar sua renda de aposentadoria e faz um aporte extraordinário de R\$ 100.000,00, com a intenção de retirar esses recursos assim que se aposentar. Nesse caso, o melhor produto para o senhor José investir esse aporte adicional seria um:

- a) PGBL com tabela regressiva.
- b) PGBL com tabela progressiva.
- c) VGBL com tabela regressiva.
- d) VGBL com tabela progressiva.

40. Em relação à Taxa de Carregamento de um plano de Previdência Privada, ela poderá ser cobrada somente na entrada?

- a) Sim, a Taxa de Carregamento é somente na entrada, e é cobrada sobre o montante total da Previdência.
- b) Sim, a Taxa de Carregamento é somente na entrada, e é cobrada sobre o valor do aporte.

- c) Não, ela poderá ser cobrada na entrada ou na saída, sendo, na entrada sobre o valor do aporte e, na saída, sobre o montante total.
- d) Não, ela poderá ser cobrada na entrada ou na saída, sobre o valor do aporte.

41. Um investidor que faz declaração completa de Imposto de Renda quer aproveitar, ao máximo, do benefício fiscal da Previdência Privada. A renda anual bruta dele é de R\$ 100.000,00 e ele quer aplicar R\$ 20.000,00 no ano. Qual a melhor aplicação para o investidor?

- a) R\$ 20.000,00 em PGBL.
- b) R\$ 20.000,00 em VGBL.
- c) R\$ 12.000,00 em PGBL e R\$ 8.000,00 em VGBL.
- d) R\$ 12.000,00 em VGBL e R\$ 8.000,00 em PGBL.

42. Fernando juntou R\$ 315.000,00 por toda a vida e decidiu aposentar-se aos 55 anos, obtendo uma renda vitalícia de R\$ 5.000,00 por mês em um plano do tipo PGBL. Porém, Fernando veio a falecer dois anos depois de começar a receber sua renda vitalícia. Logo, o plano de aposentadoria de Fernando garante que o dinheiro acumulado:

- a) seja entregue para as pessoas apontadas no plano e encerra-se a conta.
- b) fique com a Administradora e a conta seja encerrada.
- c) vire renda vitalícia para as pessoas apontadas no plano.
- d) seja dividido entre os herdeiros legais de Fernando conforme testamento ou processo de inventário.

43. Um cliente entrou em dois planos de previdência em 05/02/2005. Um é do tipo Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), com regime de tributação de definitivo (regressivo), na seguradora X. O outro plano também é PGBL, mas com regime de tributação compensável (progressivo), na seguradora Y. Atualmente, esse participante pretende realizar a portabilidade do plano da seguradora X para o plano da seguradora Y. Nesse caso, essa portabilidade:

- a) será feita normalmente por se tratar de um plano do tipo PGBL para outro do tipo PGBL.
- b) não será permitida porque um plano de regime de tributação de definitivo (regressivo) não pode ser transferido para um plano de regime de tributação

compensável (progressivo).

- c) não será permitida, pois não existe portabilidade para planos do tipo PGBL.
- d) será permitida desde que ocorra a tributação de Imposto de Renda, pois os regimes de tributação dos planos são diferentes.

44. A taxa de carregamento é uma taxa:

- a) paga uma única vez, para entrar num PGBL.
- b) paga uma única vez, no resgate do VGBL.
- c) paga para transferir o dinheiro de um banco para outro.
- d) que varia de plano para plano e é cobrada sobre o valor pago a título de contribuição.

45. Os prazos de carência para resgates dos planos PGBL e VGBL são definidos no regulamento de cada plano. Porém, a legislação estabelece algumas regras para esses prazos. Considere então as seguintes afirmativas a esse respeito:

I. A carência inicial varia entre 60 dias a 24 meses.

II. O intervalo entre resgates deve ser compreendido entre 60 dias e 24 meses.

- a) A afirmativa I está certa, mas a II, errada.
- b) A afirmativa II está certa, mas a I, errada.
- c) Ambas as afirmativas são corretas.
- d) Ambas as afirmativas são incorretas.

46. Um investidor questiona seu gerente de relacionamento sobre a possibilidade de transferência de recursos entre os planos de previdência que possui atualmente na instituição. Para orientar corretamente seu cliente, o gerente de relacionamento diz que:

- a) a transferência entre planos não é possível em hipótese alguma.
- b) é possível fazer quaisquer tipos de transferência entre planos.
- c) a transferência só é possível entre planos PGBL e PGBL ou entre VGBL e VGBL.

- d) será necessário resgatar os recursos do PGBL para poder reaplicá-los em outro PGBL oferecido pela instituição.

47. A Taxa de Administração Financeira, cobrada em planos de previdência, é um percentual que incide sobre:

- a) os valores aportados pelo participante.
- b) os valores resgatados pelo participante.
- c) os ganhos proporcionados pelo plano de previdência.
- d) patrimônio líquido do Fundo, de acordo com os saldos médios diários.

48. Um investidor fez um aporte de R\$ 100 em um plano de previdência que prevê cobrança da taxa de carregamento na saída. Após 3 anos, o investidor solicita o resgate total e é informado que seu saldo bruto é de R\$ 150. A base de cálculo da taxa de carregamento será:

- a) R\$ 150
- b) R\$ 100
- c) R\$ 50
- d) R\$ 200

49. Comparando os planos PGBL com o VGBL, considere as seguintes afirmativas:

- I. O PGBL permite o abatimento das contribuições da base de cálculo do Imposto de Renda e o VGBL não permite.
- II. As retiradas de recursos do PGBL são tributadas somente sobre o rendimento e no VGBL sobre o valor total retirado.
- III. O VGBL permite o abatimento das contribuições da base de cálculo do Imposto de Renda e o PGBL não permite.
- IV. As retiradas de recursos do VGBL são tributadas somente sobre o rendimento e no PGBL sobre o valor total retirado.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II e III.

- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.

50. Dr. Carlos é um aposentado pelo INSS de 55 anos que pretende investir em um plano de previdência complementar. Considerando a soma de suas fontes pagadoras, ele recebe anualmente rendimentos brutos tributáveis de R\$ 200 Mil e declara pelo completo do Imposto de Renda. Considerando que o prazo do investimento do Dr. Carlos em Previdência será de no mínimo 8 anos e que o valor a ser investido é de R\$ 24 Mil, qual a sua melhor alternativa de investimento.

- a) VGBL no Regime com tributação progressiva compensável.
- b) PGBL no Regime com tributação progressiva compensável.
- c) VGBL no Regime com tributação regressiva definitiva.
- d) PGBL no Regime com tributação regressiva definitiva.

51. O seu cliente deseja contratar um produto de previdência complementar individual que lhe garanta uma renda no futuro. Considerando que seu cliente opta pela entrega da Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda através do formulário Simplificado, a melhor alternativa para fins fiscais seria:

- a) VGBL, porque a contribuição não é dedutível e, no resgate, somente o ganho de capital é tributado.
- b) Qualquer produto que a contribuição seja dedutível do imposto de renda em base mensal.
- c) PGBL, mas as contribuições não podem exceder a 12% do rendimento anual.
- d) PGBL.

52. O Sr. José tem 68 anos e, apesar de próximo a sua aposentadoria, continua trabalhando. Ele já faz uma contribuição anual a um PGBL que representa 12% de sua renda bruta anual tributável. Ele resolve incrementar sua renda de aposentadoria e faz um aporte extraordinário de R\$ 30.000,00, com a intenção de retirar esses recursos assim que se aposentar. Neste caso, o melhor produto para o Sr. José investir este aporte adicional seria um:

- a) PGBL com tabela regressiva.
- b) PGBL com tabela progressiva.
- c) VGBL com tabela regressiva.
- d) VGBL com tabela progressiva.

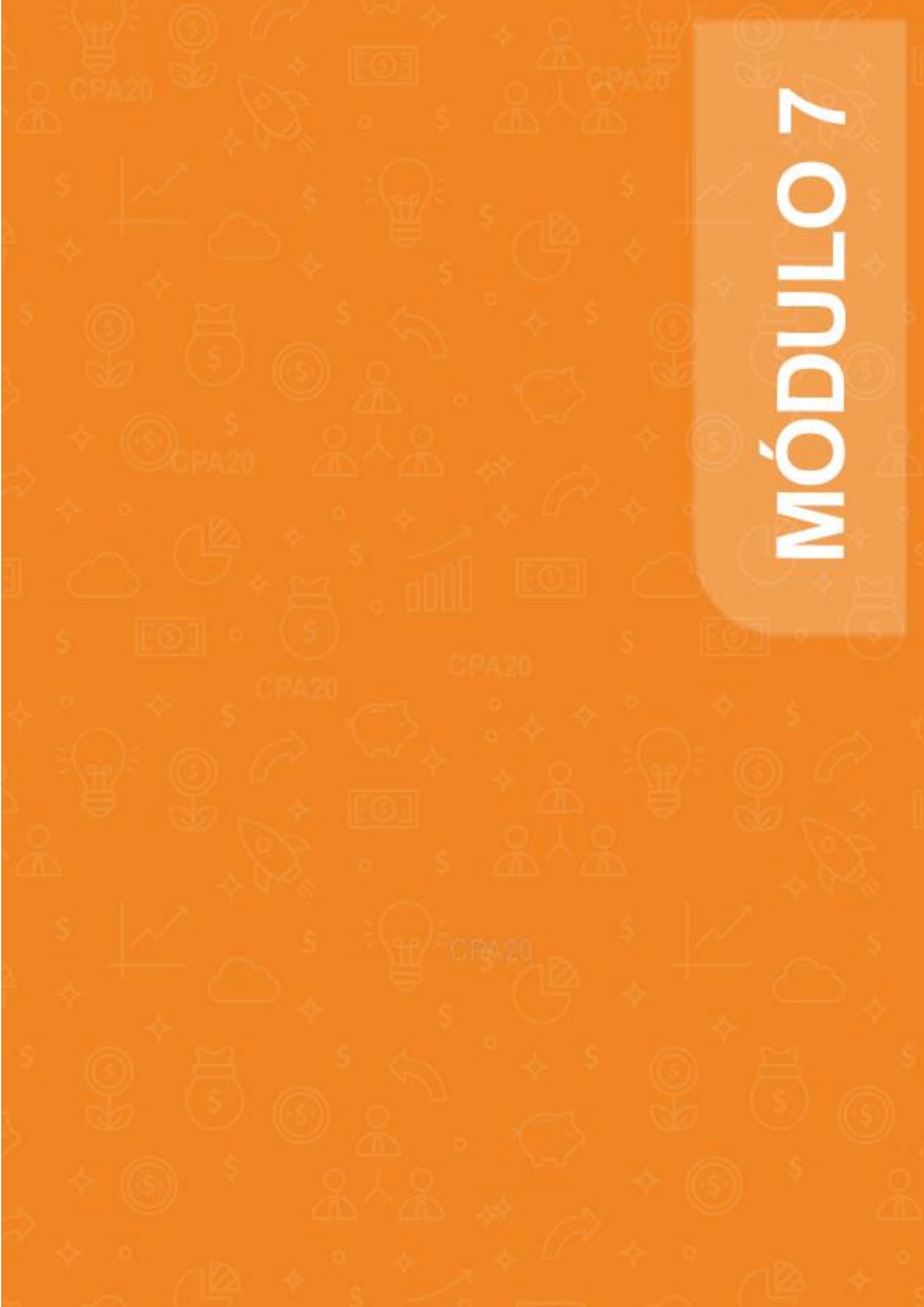
53. Paulo tem 53 anos, recebe R\$ 1.350,00 mensais e faz a declaração de ajuste de Imposto de Renda pelo formulário simplificado. Ele deseja fazer um plano de previdência para receber R\$ 1.350 mensais a partir dos 60 anos. O plano mais indicado para ele seria:

- a) PGBL regime regressivo.
- b) PGBL regime progressivo.
- c) VGBL regime regressivo.
- d) VGBL regime progressivo.

54. Sobre a Renda mensal por prazo certo, caso ocorra o falecimento do participante durante o período de recebimento do benefício e antes da conclusão do prazo indicado, o beneficiário indicado:

- a) Nada receberá.
- b) Dará continuidade ao recebimento do benefício pelo período restante do prazo determinado.
- c) Receberá uma renda mensal vitalícia.
- d) Receberá um pagamento único do balanço proporcional pago.

MÖDUL 7



- 1. Seu cliente tem um imóvel cujo valor de mercado é de R\$ 500 mil. Decidiu vendê-lo para solucionar problemas financeiros. A única proposta de compra que recebeu foi de R\$ 300 mil. O risco determinante desse investimento foi de:**
 - a) mercado.
 - b) crédito.
 - c) liquidez.
 - d) inflação.
- 2. Sobre risco, pode-se afirmar que:**
 - a) significa poder ter resultado diferente do esperado.
 - b) está presente apenas nas ações e Fundos de Ações.
 - c) está presente apenas nos Fundos de Ações e no Fundo Multimercado.
 - d) quanto menor o risco, maior a rentabilidade do investimento.
- 3. Um cliente possui ações de uma empresa de pequeno porte. Nos últimos três anos, essas ações tiveram rendimento excepcional. Porém, ao tentar vender essas ações para comprar um apartamento, esse cliente encontrou poucas ofertas de compras e com preço bem abaixo do valor de mercado. Qual risco esse cliente enfrentou?**
 - a) risco de liquidez.
 - b) risco de crédito.
 - c) risco de mercado.
 - d) risco operacional.
- 4. Considere um fundo de investimento que tem título de renda fixa A com vencimento em 1 ano e título B com vencimento em 12 anos. O título A, em relação ao B, será:**
 - a) menos volátil e apresentará menor rendimento.
 - b) menos volátil e apresentará maior rendimento.

- c) mais volátil e apresentará maior rendimento.
 - d) mais volátil e apresentará menor rendimento.
- 5. Um investidor comprou ações a R\$ 4,00 e precisa vendê-las. Dentre as várias cotações recebidas, a melhor foi de R\$ 3,60. Esse investidor estará sujeito, portanto, ao risco:**
- a) de mercado.
 - b) operacional.
 - c) de liquidez.
 - d) de crédito.
- 6. Uma instituição A tem um fundo de investimento que é composto por títulos de renda fixa da instituição B e por ações da empresa C. O risco de crédito, em caso de falta de pagamento, pode ser ocasionado:**
- a) somente por B.
 - b) por A, B e C.
 - c) por B e C apenas.
 - d) por A e B apenas.
- 7. Quando falamos em parâmetros de performance de um fundo, estamos nos referindo à/ao:**
- a) rentabilidade do fundo.
 - b) composição da carteira.
 - c) liquidez do fundo.
 - d) risco de mercado.
- 8. Seu cliente possui dois títulos em sua carteira, conforme abaixo:**
- I. Tesouro IPCA + (antiga NTN-B Principal)**
- II. Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (antiga NTN-F).**

Se considerarmos que ambos os títulos possuem a mesma duration, assinale a alternativa correta.

- a) O título I apresenta maior risco de crédito que o título II.
- b) O título II apresenta maior risco de mercado que o título I.
- c) O título I apresenta maior risco de mercado que o título II.
- d) Ambos terão os mesmos riscos.

9. Uma empresa emitiu debêntures e não está conseguindo honrar seus pagamentos. O risco predominante é:

- a) risco de crédito.
- b) risco operacional.
- c) risco de liquidez.
- d) risco de mercado.

10. Qual das medidas abaixo serve para determinar o grau de diversificação de uma carteira?

- a) Próxima de 1.
- b) Maior que 1.
- c) Próxima de -1.
- d) Igual a 0.

11. Na avaliação do risco de crédito de uma empresa, prioriza-se:

- a) o cronograma de investimento.
- b) a capacidade de pagamento.
- c) a relação com os credores.
- d) a estrutura organizacional.

12. Risco(s) relacionado(s) à oscilação de preços dos ativos no mercado financeiro:

- a) liquidez.
- b) mercado.
- c) liquidez e rentabilidade.
- d) liquidez e câmbio.

13. A correlação entre o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e um fundo referenciado Depósito Interfinanceiro (DI) é:

- a) próxima de 1.
- b) maior que 1.
- c) próxima de -1.
- d) igual a 0.

14. São riscos básicos do investidor, além do risco de crédito, os de:

- a) mercado e liquidez.
- b) mercado e cambial.
- c) liquidez e rentabilidade.
- d) liquidez e cambial.

15. Uma pessoa necessita de recursos para honrar compromisso financeiros e decide vender um imóvel adquirido por R\$ 1.700.000,00, valor correspondente à última avaliação de mercado. É representada e aceita, devido à necessidade, uma única oferta de R\$ 400.000,00. A perda aconcedida do investimento deu-se aos efeitos do risco:

- a) de liquidez.
- b) sistemático.
- c) de mercado.
- d) de crédito.

16. Considerando dois ativos de mesmo emissor e mesmas características, o de menor liquidez provavelmente será:

- a) mais caro.
- b) mais barato.
- c) de mesmo preço.
- d) mais negociado.

17. Um clearing house mitiga o risco de:

- a) mercado.
- b) crédito.
- c) operacional.
- d) liquidação.

18. Em um empréstimo, foi feita a contratação de um seguro prestamista. Logo, para o doador, qual risco será minimizado:

- a) de mercado.
- b) cambial.
- c) operacional.
- d) de contraparte.

19. Duas emissões de debêntures, X e Y, com as mesmas características (indexador, prazo e volume), possuem rating Aa e B, respectivamente. Tais ratings refletem:

- a) o risco cambial de dois ativos.
- b) o risco das empresas não honrarem o pagamento das debêntures.
- c) que o risco de crédito de Y é menor que de X.
- d) o risco de mercado dessas debêntures.

20. Duas empresas X e Y emitiram debêntures com classificações de risco de C e CCC, respectivamente, emitido por uma agência de rating de crédito. É de

esperar que:

- a) as debêntures emitidas pela empresa X possuem maior risco e maior retorno esperado.
- b) as debêntures emitidas pela empresa Y possuem maior risco e maior retorno esperado.
- c) as debêntures emitidas pela empresa X possuem maior risco e menor retorno esperado.
- d) as debêntures emitidas pela empresa Y possuem maior risco e menor retorno esperado.

21. Um fundo de investimento que possui retorno constante terá volatilidade:

- a) nula.
- b) crescente.
- c) decrescente.
- d) positiva

22. Um investidor que deseja investir em ações, mas quer diminuir o risco, deverá:

- a) diversificar seus investimentos em mais de uma ação.
- b) investir em uma única ação que possua histórico de bons rendimentos.
- c) investir em derivativos de ações.
- d) investir em bônus de ações

23. Um fundo de investimentos em ações, amplamente diversificado, pode limitar apenas uma parte de seus riscos. A parte do risco que não pode ser eliminada é conhecida como risco:

- a) relativo.
- b) absoluto.
- c) não sistemático.
- d) sistemático.

24. A média aritmética de "n" números é a soma de todos os números dividida por:

- a) N - 1.
- b) N.
- c) N + 1.
- d) N +2.

25. Considere três fundos com as características a baixo.

Fundo	Retorno Esperado (% a.m)	Risco (Volatilidade) (% a.m)
A	3,0%	5,0%
B	3,0%	3,0%
C	2,0%	3,0%

Um investidor racional, na alocação de seus recursos, terá preferência pelo fundo:

- a) A sobre B e B sobre C.
- b) B sobre A e C sobre B.
- c) B sobre A e B sobre C.
- d) A sobre B e C sobre B.

26. O risco de uma carteira de ações pode ser calculado com base:

- a) na média histórica dos retornos da carteira.
- b) na correlação histórica dos retornos.
- c) no desvio-padrão da ação de menor risco da carteira.
- d) no desvio-padrão da carteira.

27. Durante um período de três dias, observa-se o comportamento de três carteiras de ações negociadas na Bovespa e o do índice Bovespa (Ibovespa), conforme tabela abaixo:

Dia	1	2	3
Ibovespa	+0.50%	-1.30%	+2.50%
Carteira A	+0.10%	-0.26%	+0.50%
Carteira B	+0.90%	-2.34%	+4.50%
Carteira C	+0.50%	-1.30%	+2.50%

Sobre o desvio-padrão, pode-se afirmar que:

- a) $\sigma_c > \sigma_b > \sigma_a$.
- b) $\sigma_a > \sigma_b > \sigma_c$
- c) $\sigma_c > \sigma_a > \sigma_b$
- d) $\sigma_b > \sigma_c > \sigma_a$

28. A correlação entre um fundo indexado Bovespa e o Índice Ibovespa será:

- a) próxima de 1.
- b) próxima de -1.
- c) igual a 0.
- d) maior que 1.

29. Um índice de correlação -1 indica que:

- a) os ativos não têm relação.
- b) os ativos se movem em direção oposta.
- c) os ativos se movem na mesma direção.
- d) a rentabilidade dos ativos será negativa.

30. Qual das medidas abaixo serve para determinar o grau de diversificação de uma carteira:

- a) média.
- b) desvio-padrão.
- c) correlação.
- d) VAR.

31. Dois fundos de investimentos A e B possuem desvio-padrão diário no valor de suas cotas e correlação, em relação a um mesmo benchmark, conforme apresentados na tabela abaixo.

Fundo	Desvio Padrão	Correlação
A	15%	0,5
B	7%	0,7

Considerando os dados da tabela, pode-se afirmar que o fundo B possui:

- a) menor risco de perdas e acompanha mais de perto as variações do benchmark do que o fundo A.
- b) maior risco e acompanha mais de perto as variações do benchmark do que o fundo A.
- c) menor risco e o fundo A acompanha mais de perto as variações do benchmark.
- d) maior risco e o fundo A acompanha mais de perto as variações do benchmark.

32. O indicador que capta a relação entre a variação de uma carteira de ações e o seu benchmark é conhecido como:

- a) Duration de Macaulay.
- b) Mediana.
- c) Beta.
- d) VaR.

33. O coeficiente B (beta) de uma carteira é igual a 1. Assim, o retorno esperado dessa carteira será:

- a) igual à taxa de juros.
- b) maior do que o retorno esperado do mercado.
- c) igual ao retorno esperado do mercado.
- d) menor do que a taxa de juros livre de risco.

34. Um investimento possui média igual a 2 e desvio-padrão igual a 1. A probabilidade de que o retorno esperado esteja compreendido entre 1% e 3% é de, aproximadamente:

- a) 50%.
- b) 68%.
- c) 95%.
- d) 99%.

35. Numa distribuição normal, a probabilidade de que o valor observado da variável aleatória esteja no intervalo compreendido entre $(M - 1,96 \times DP)$ e $(M + 1,96 \times DP)$, sendo M = média e DP = desvio-padrão, é de:

- a) 50%.
- b) 68%.
- c) 95%.
- d) 99%.

36. O VaR de um fundo, dado um certo nível de confiança e um determinado horizonte de tempo, mede:

- a) a rentabilidade máxima da carteira.
- b) a rentabilidade mínima da carteira.
- c) o resultado médio da carteira.

- d) a perda máxima esperada da carteira.

37. A utilização de stop loss é uma forma de limitar:

- a) o risco de crédito de um fundo.
- b) as perdas em uma estratégia de investimento, buscando a redução de posição de risco.
- c) a volatilidade das cotas de um fundo.
- d) as perdas em uma estratégia de investimento, elevando o nível de risco.

38. O procedimento de back testing para os modelos de VaR é um modo de:

- a) calcular os parâmetros da distribuição de probabilidade utilizada.
- b) quantificar o risco em casos de grandes variações de preços.
- c) medir a perda média em situações de crises.
- d) aferir o modelo de risco que está sendo utilizado.

39. O back test serve:

- a) para determinar a perda máxima de uma carteira.
- b) para testar a eficiência do modelo de VaR.
- c) como mecanismo de defesa acionado sempre que os limites do VaR são ultrapassados.
- d) para mensurar o grau de sensibilidade de um ativo.

40. A volatilidade (vol) e o tracking error (TE) de dois fundos, A e B, de mesmo benchmark, são acompanhados diariamente. O primeiro apresenta valores de $\sigma_1 = 5,07\%$ e $TE_1 = 0,05\%$ e o segundo de $\sigma_2 = 2,34\%$ e $TE_2 = 2,50\%$. Os investidores que aplicam no fundo A, em relação aos investidores que aplicam no fundo B, correm:

- a) maior risco absoluto e menor risco relativo.
- b) menores riscos absoluto e relativo.
- c) maiores riscos absoluto e relativo.

- d) menor risco absoluto e maior risco relativo.

41. O índice Sharpe serve para medir:

- a) o retorno em função do risco assumido de uma carteira.
- b) o risco de uma carteira.
- c) a média de uma carteira.
- d) o retorno máximo de uma carteira.

42. De acordo com a moderna teoria de finanças, os títulos de crédito com maior risco de inadimplência devem oferecer retornos:

- a) menores e proporcionais ao risco de crédito dos emissores.
- b) equivalentes, comparados ao ativo livre de risco de mesmo prazo.
- c) menores, comparados ao ativo livre de risco.
- d) maiores e proporcionais ao risco de crédito dos emissores.

43. A medida de risco utilizada no cálculo do Índice de Sharpe e do Índice de Treynor são, respectivamente:

- a) desvio-padrão e correlação.
- b) índice Beta e desvio-padrão.
- c) VaR e covariância.
- d) desvio-padrão e Beta.

44. Considere os fundos abaixo:

	DESVIO PADRÃO	ÍNDICE DE TREYNOR
FUNDO A	5%	5,3%
FUNDO B	7,5%	2,4%

Assinale a alternativa que indique o fundo que apresenta menor risco e o que apresenta melhor relação risco-retorno, respectivamente.

- a) Fundo A e Fundo A.

- b) Fundo A e Fundo B.
- c) Fundo B e Fundo B.
- d) Fundo B e Fundo A.

43. Sabendo que a duration de uma carteira X é superior à duration de uma carteira Y, pode-se concluir que:

- a) X é mais sensível a mudanças de taxas.
- b) Y é mais sensível a mudanças de taxas.
- c) X possui menor risco.
- d) Y, provavelmente, é uma carteira de ações.

44. Quanto maior a duration de um título:

- a) menor será a sensibilidade do preço deste título em função das variações da taxa de juros.
- b) maior será a sensibilidade do preço deste título em função das variações da taxa de juros.
- c) menor será o risco não diversificável.
- d) maior será o risco diversificável.

45. O risco de mercado associa-se, fundamentalmente:

- a) à flutuação de preços.
- b) à inadimplência de emissores.
- c) ao baixo índice de negociabilidade.
- d) às falhas operacionais.

46. O investidor está analisando a liquidez de três ativos: ações, imóveis e fundo com resgate diário. Pode-se dizer que a relação de liquidez entre eles se dá na seguinte sequência:

- a) Ações > imóveis > fundo com resgate diário.

- b) Imóveis > ações > fundo com resgate diário.
- c) Fundo com resgate diário > ações > imóveis.
- d) Imóveis > fundo com resgate diário > ações.

47. Um investidor fez aplicações em Títulos Públicos Federais e em Certificado de Depósito Bancário (CDB). O CDB apresentará maior rentabilidade em relação aos Títulos Públicos Federais porque possui:

- a) menor risco de crédito.
- b) maior risco de crédito.
- c) maior risco de mercado.
- d) menor risco de mercado.

48. Pode-se dizer, sobre a relação entre a volatilidade e o prazo médio dos títulos, que:

- a) apresenta menor volatilidade o fundo que apresentar maior prazo médio dos títulos.
- b) apresenta maior volatilidade o fundo que apresentar menor prazo médio dos títulos.
- c) apresenta maior volatilidade o fundo que apresentar maior prazo médio dos títulos.
- d) apresenta menor volatilidade o fundo que apresentar maior prazo de um de seus títulos.

49. Quando o crédito está associado a possíveis perdas que um credor pode ter, dizemos que se trata de risco:

- a) de mercado.
- b) de liquidez.
- c) de crédito.
- d) cambial.

50. Quando uma empresa emite debêntures e não consegue honrar os seus pagamentos, seus investidores estão sujeitos a:

- a) terem ganhos financeiros devido ao débito existente.

- b) terem perdas financeiras devido ao risco de crédito existente.
- c) terem ganhos financeiros devido ao risco de crédito existente.
- d) terem perdas financeiras devido ao ganho existente

51. Qual é a principal medida de risco de mercado?

- a) Desvio médio.
- b) Volatilidade.
- c) Benchmark.
- d) Desvio-Padrão.

52. Se determinado mercado é avaliado como líquido, então os títulos devem ser negociados em montantes:

- a) Elevados, mas com as negociações alterando significativamente seus preços.
- b) Elevados, sem que as negociações alterem significativamente seus preços.
- c) Reduzidos, mas com as negociações alterando significativamente seus preços.
- d) Reduzidos, sem que as negociações alterem significativamente seus preços.

53. Quando o investidor adota uma estratégia de diferentes alocações em ativos, isto traz o benefício:

- a) da alavancagem.
- b) de eliminar riscos.
- c) da diversificação.
- d) da concentração.

54. O cliente fez investimentos em ações e em Certificado de Depósito Bancário (CDB), cuja aplicação foi superior a R\$ 250 mil. Esses investimentos estão sujeitos a riscos que são:

- a) Ação: risco de mercado e de liquidez. CDB: risco de crédito, de mercado e de liquidez.

- b) Ação e CDB: risco de crédito, de mercado e de liquidez.
- c) Ação: risco de crédito, de mercado e de liquidez. CDB: risco de mercado e de liquidez.
- d) Ação: risco de mercado e de crédito. CDB: risco de crédito, de mercado e de liquidez.

55. Determinada instituição financeira oferece fundos que têm, em sua carteira, títulos prefixados com os seguintes prazos médios:

Fundo A: 45 dias

Fundo B 60 dias

Fundo C: 90 dias

Fundo D: 150 dias.

Qual fundo apresentará maior risco de elevação de juros?

- a) o fundo A.
- b) o fundo B.
- c) o fundo C.
- d) o fundo D.

56. Na estatística, quando se utiliza o elemento central de uma amostra, é utilizado a:

- a) média.
- b) média ponderada.
- c) moda.
- d) mediana.

57. Quando são utilizados dois desvios-padrões, qual é o grau de confiabilidade da amostra?

- a) 68%

- b) 90%
- c) 95%
- d) 99%

58. A correlação entre a taxa de juros e a bolsa de valores deve ser:

- a) nula.
- b) positiva.
- c) negativa.
- d) neutra.

59. A diversificação não consegue diluir o risco:

- a) sistemático.
- b) não-sistemático.
- c) específico.
- d) diversificável.

60. O tracking error é uma medida que mostra a diferença:

- a) entre o desvio-padrão e o coeficiente beta.
- b) da rentabilidade em relação ao benchmark.
- c) entre o desvio-padrão e a rentabilidade.
- d) entre a rentabilidade e o coeficiente beta.

61. Comparando dois fundos, um investidor deverá escolher aquele que tem:

- a) o maior índice de Sharpe.
- b) o menor índice de Treynor.
- c) o maior beta.
- d) o menor desvio-padrão.

62. O índice EMBI Brasil é frequentemente utilizado como estimativa do risco:

- a) País.
- b) de mercado.
- c) de imagem.
- d) de liquidez.

63. O Certificado de Depósito Bancário (CDB) rendeu 110% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essa afirmação refere-se a quais tipos de rentabilidade?

- a) rentabilidade absoluta, rentabilidade nominal e rentabilidade esperada.
- b) rentabilidade passada, rentabilidade relativa e rentabilidade nominal.
- c) Rentabilidade passada, rentabilidade absoluta e rentabilidade real.
- d) rentabilidade real, rentabilidade passada e rentabilidade esperada.

64. Qual dessas empresas pagará a menor taxa de juros aos investidores quando emitir uma debênture?

- a) Empresa A, rating BBB
- b) Empresa B, rating A
- c) Empresa C, rating B
- d) Empresa D, rating AAA

65. Ao aplicar 50% nas ações do Bradesco e 50% nas ações do Itaú, considerando que eles têm uma correlação de +0,9, haverá diversificação do risco?

- a) Sim, pois há diversificação do risco em qualquer correlação abaixo de +1.
- b) Não, pois os dois são do mesmo segmento, o que faz sentido para diversificação.
- c) Não, pois, para diversificar, teriam que ter correlação de -1.
- d) Não, pois, para diversificar, teriam que ter correlação 0.

66. Com a taxa Selic em 5%, qual dos fundos indicados na tabela terá o melhor índice de Treynor e Sharpe, respectivamente?

	FUNDO A	FUNDO B
Rentabilidade	10%	10%
Desvio Padrão	5%	3%
Beta	3%	5%

- a) Fundo A e Fundo B.
- b) Fundo B e Fundo A
- c) Fundo A e Fundo A.
- d) Fundo B e Fundo B.

PROPORÇÃO - CPA20	
MÓDULOS	PESO POR QUESTÃO
MODULO 1: SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E PARTICIPANTES DO MERCADO:	(05 A 10%) 3 a 6 questões
MÓDULO 2: COMPLIANCE LEGAL, ÉTICA E ANÁLISE DO PERFIL DO INVESTIDOR	(15 A 25%) 9 a 15 questões
MÓDULO 3: PRINCÍPIOS BÁSICOS DE ECONOMIA E FINANÇAS	(05 A 10%) 3 a 6 questões
MÓDULO 4: INSTRUMENTOS DE RENDA VARIÁVEL, RENDA FIXA E DERIVATIVOS	(17 A 25%) 10 a 15 questões
MÓDULO 5: FUNDOS DE INVESTIMENTO	(18 A 25%) 11 a 15 questões
MÓDULO 6: PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA: PGBL E VGBL	(05 A 10%) 3 a 6 questões
MÓDULO 7: MENSURAÇÃO E GESTÃO DE PERFORMANCE E RISCOS	(10 A 20%) 6 a 12 questões

SIMULADOS



1. d) um conjunto de entidades e instituições que promovem a intermediação financeira.

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é a chave para a economia do Brasil, conforme você já estudou. Sua estrutura é ampla e abrangente, integrando órgãos reguladores, entidades supervisoras e operadoras. A partir desse entendimento, você pode concluir que a resposta correta a esta questão é a "d", pois é a que apresenta a representação de todos os agentes que o compõem.

2. d) a captação de recursos dos agentes superavitários, mediante contrapartida, e a sua disponibilização aos agentes de deficitários, mediante cobrança de juros, é denominada de intermediação financeira.

Esta questão refere-se, simplesmente, à "ponte" que o SFN estabelece na economia. Ele estabelece a ligação, ou seja, a intermediação, entre os agentes superavitários e os agentes deficitários, certo? Até aqui, você já pode eliminar as alternativas "b" e "c". Agora, lembre-se de que os agentes superavitários são aqueles que têm dinheiro sobrando e que os deficitários, como o nome já revela, são aqueles que estão em déficit, ou seja, têm falta de dinheiro e, por isso, são os tomadores de recursos. Com isso em mente, perceba que a alternativa "a" está incorreta. Sendo assim, a alternativa correta é a "d".

3. c) deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional.

Esta questão é fácil, você não pode errar! Lembre-se de que o CMN é o "chefe" do Sistema Financeiro Nacional (SFN), ou seja, ele é o órgão máximo do SFN. Observe que o CMN tem a palavra "nacional" no nome, assim como o SFN, o que serve sempre de dica.

4. b) autorizar o funcionamento de instituições financeiras e promover a fiscalização delas.

Para responder esta questão, sugerimos partir para a eliminação de alternativas. Antes, porém, lembre-se de que o Bacen é o "gerente" do SFN, ou seja, o órgão executor, e que o "chefe" é o Conselho Monetário Nacional (CMN). A partir desse entendimento, perceba que a alternativa "a" apresenta a palavra DEFINIR e essa é uma atribuição do chefe, certo? Então, você pode desconsiderá-la. Agora, atente-se para os verbos AUTORIZAR e FISCALIZAR na alternativa "b". Essas são funções que competem ao "gerente", ao "supervisor", certo? Então, essa é a alternativa correta. Na eliminação das demais alternativas, observe que a ação indicada pela alternativa "c" nem é uma competência dos órgãos do SFN. E a "d" poderia confundir você, por apresentar o verbo FISCALIZAR. Contudo, ela refere-se às sociedades seguradora e essas são fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

5. a) uma autarquia vinculada ao Ministério da Economia.
6. d) a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Para responder esta questão, você deve ter em mente que o governo fiscaliza as operações de Previdência Complementar por meio de duas autarquias, vinculadas ao Ministério da Economia: a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep). Portanto, a alternativa correta é a "d". Como complemento, saiba que as atividades da Previdência Aberta estão sujeitas à autorização, controle e fiscalização pela Susep, enquanto a Previdência Fechada está a cargo da Previc.

7. d) de investimento.

Preste muita atenção ao enunciado. Perceba que a resposta terá que indicar um tipo de banco que realize TODAS as atividades indicadas nas afirmativas. Ao analisá-las, verifique que uma delas chama mais atenção - a II - financiamento da atividade produtiva. Esta é uma característica exclusiva do banco de investimento - resposta "d".

8. b) previdência complementar fechada.

Esta questão é mais fácil do que parece. Perceba que o nome do órgão - a Previc - já indica que se trata do mercado de previdência complementar. Portanto, você já pode eliminar as alternativas "c" e "d". Agora, para identificar qual é a correta, você precisará lembrar-se de que a previdência fechada é fiscalizada pela Previc e a aberta é fiscalizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) - alternativa "b".

9. a) banco múltiplo.

Cuidado com essa questão. Se você já sabe que o Investidor Qualificado é considerado aquele investidor - Pessoa Física e Pessoa Jurídica - que possua investimentos em valor superior a R\$ 1 milhão, você estará inclinado a marcar a alternativa "d". PORÉM, você precisa ter em mente que, além desse valor investido, é preciso, adicionalmente, atestar por escrito a condição de investidor qualificado, ou seja, atestar que tenha conhecimento sobre o mercado. Portanto, a alternativa correta é a "a".

10. c) disciplinar o crédito, em todas as suas modalidades, e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras.

Sempre que você analisar uma questão que faça referência ao CMN, tenha sempre em mente a figura de um "chefe". Lembre-se sempre de que o CMN é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional e, portanto, ele é quem dá as ordens para os órgãos executores. Com isso em mente, você já pode descartar as alternativas "a", "b" e "d". Portanto, a alternativa correta é a "c". Como complemento, saiba que, em relação a crimes contra o SFN, como se referem as alternativas "b" e "d", a atribuição é do

Conselho de Controle de Atividades Financeira (COAF), que é o orgão máximo no combate à lavagem de dinheiro no Brasil.

11. d) fixar as diretrizes e normas da política monetária e cambial do País.

Sempre que você analisar uma questão que faça referência ao CMN, tenha sempre em mente a figura de um "chefe". Lembre-se sempre de que o CMN é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional e, portanto, ele é quem dá as ordens para os órgãos executores. Com isso em mente, você já pode descartar as alternativas "a", "b" e "c", pois ele não faz fiscalização (e sim o Banco Central) e também não efetua operações de compra e venda de títulos públicos federais, outra atribuição do Bacen. Assim, a resposta correta é a "d".

12. a) regular o valor interno da moeda, a fim de evitar desequilíbrios econômicos.

Mais uma vez reforçamos, para você nunca esquecer: sempre que você analisar uma questão que faça referência ao CMN, tenha sempre em mente a figura de um "chefe". Lembre-se sempre de que o CMN é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional e, portanto, ele é quem dá as ordens para os órgãos executores. Assim, sabendo que ele não executa, você já pode concluir que a resposta correta é a "a".

13. c) fiscalizar as instituições financeiras.

Nesta questão, a palavra-chave é **PRIVATIVAMENTE**. Você terá de identificar, dentre as alternativas apresentadas, uma função que é exercida APENAS pelo Bacen. Agora, tendo em mente que o Bacen é o "gerente" do Sistema Financeiro Nacional, ou seja, é o braço executor do Conselho Monetário Nacional (CMN), você irá identificar que, dentre as alternativas, a única que apresenta uma função de um executor é a "c" - fiscalização das instituições financeiras.

14. d) Banco Central do Brasil (Bacen).

Para responder essa questão, você terá que refletir sobre o que são os depósitos compulsórios. Trata-se de um depósito que os bancos comerciais e outras instituições financeiras precisam fazer, como parte das suas captações em depósitos à vista, com o objetivo de criar uma reserva para controlar a multiplicação da moeda. Esta parece ser uma prática para garantir a solidez e a eficiência do sistema financeiro, certo? E quem tem essa missão? O Bacen - resposta "d".

15. a) Banco Central do Brasil (Bacen).

Para responder esta questão, atente-se à palavra **CONDUZIR**. Essa palavra é sinônimo de guiar, gerenciar, dirigir, certo? E qual órgão tem essa função? Quem é o "gerente" do Sistema Financeiro Nacional? O Bacen - alternativa "a". Essa é a principal função do Bacen, que atua como o braço executor do CMN em relação à política monetária.

16. d) Anônimas que possuem seus ativos negociados na Bolsa de Valores e Mercado de Balcão.

Vamos a uma reflexão: enquanto o CMN cria normas para o mercado financeiro, a CVM cria normas para o mercado de capitais. Assim, ela é responsável pela fiscalização das empresas de capital aberto. E o que são as empresas de capital aberto? São sociedades anônimas, as chamadas S.As. Com isso em mente, você já pode excluir as alternativas "a" e "c". Agora, lembre-se de que a CVM atua para assegurar o funcionamento eficiente das bolsas de valores, do mercado de balcão e das bolsas de mercadorias e futuros. Portanto, a alternativa correta é a "d".

17. d) protege os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra emissões irregulares de valores mobiliários.

Sempre que uma questão tratar da CVM, lembre-se de que, assim como o Conselho Monetário Nacional (CMN) é o "chefe" do mercado financeiro, a CVM é o "chefe" do mercado de capitais. Enquanto o CMN cria normas e fiscaliza as instituições financeiras, a CVM faz o mesmo com as empresas de capital aberto, as chamadas Sociedades Anônimas (S.As). A partir deste entendimento, você já pode eliminar as alternativas "a", pois limitar taxas de juros não é uma função da CVM; a "b", pois refere-se ao mercado de câmbio e não ao mercado de capitais; e "c", pois trata das Sociedades Limitadas e não das S.As. Assim, resta como alternativa correta a "d", a qual destaca uma das principais funções da CVM: proteger os investidores do mercado de capitais.

18. b) fixar limites de comissões e emolumentos.

Você pode optar por responder esta questão a partir da eliminação de alternativas. Perceba que a "a" pode confundir você porque cita a função PROTEGER, porém, atente-se para o fato de que a CVM protege os investidores e não as empresas. A alternativa "c" cita a fiscalização dos bancos, que é uma atribuição do Conselho Monetário Nacional (CMN) e, portanto, também está incorreta. A alternativa "d" refere-se a uma função do Banco Central (Bacen). Assim, você pode concluir que a alternativa correta é a "b", pois ela apresenta uma medida importante para a proteção dos investidores, certo?

19. b) Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Para responder esta questão, você deve ter em mente que o governo fiscaliza as operações de Previdência Complementar por meio de duas autarquias, vinculadas ao Ministério da Economia: a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep). Portanto, você já pode eliminar as alternativas "c" e "d". Para identificar a alternativa correta, você precisará lembrar-se de que as atividades da Previdência Aberta estão sujeitas à autorização, controle e fiscalização da Susep, enquanto a Previdência Fechada está a cargo da Previc.

20. d) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Para responder essa questão, vamos deixar uma dica. Sempre que a questão se referir à Previdência Complementar, você deve considerar apenas dois órgãos: a Susep e a Previc. A partir deste entendimento, você já pode eliminar as alternativas "b" e "c". Agora, perceba que o enunciado cita que se trata de Previdência FECHADA. Assim, lembre-se que a fechada é responsabilidade da Previc e a aberta é da Susep. Portanto, a alternativa correta é a "d".

21. d) fiscalizar as atividades das entidades de previdência fechada complementar.

Esta é muito fácil! O nome do órgão já indica a que se destina: Previdência Complementar. Então, você pode eliminar a alternativa "b". Agora, lembre-se de que a Previc não é responsável por todos os tipos de previdência, como sugere a "a", mas, APENAS pela previdência complementar fechada. Agora, para identificação da alternativa correta, lembre-se de que o papel da Previc, assim como o da Susep, é fiscalizar e não definir diretrizes, alternativa "d".

22. c) Instituições financeiras filiadas e as que aderirem voluntariamente.

Esta você não pode errar. Tenha sempre em mente que a Anbima representa instituições financeiras, ou seja, os bancos. Então, você já pode eliminar a alternativa "a". Agora, lembre-se de que os Códigos de autorregulação da Anbima não são destinadas a todas as instituições, como sugere a alternativa "b" e nem apenas àquelas que participaram da elaboração do código, como está na alternativa "d", mas, sim, às instituições filiadas à Anbima e àquelas que aderirem aos códigos, comprometendo-se a seguir as boas práticas estabelecidas para suas áreas de atuação. Assim, a alternativa correta é a "c".

23. d) autorregulação das atividades das instituições que realizam oferta pública de valores mobiliários.

A Anbima tem as funções de informar, representar, educar e autorregular o mercado de capitais, e é reconhecida por seus Códigos de Regulação e Melhores Práticas, certo? Se você já tem esse entendimento, já eliminará as alternativas "b" e "c", pois FISCALIZAR não é uma atribuição da entidade. Agora, lembre-se sempre de que a Anbima representa os bancos - alternativa "d".

24. c) Instituições que seguem as regras do código de autorregulação da Anbima.

Esta você não pode errar, mas é preciso tomar cuidado. Tenha sempre em mente que a Anbima representa instituições financeiras, ou seja, os bancos. Então, você já pode eliminar as alternativas ""b"" e ""d"". Agora, atente-se para a alternativa ""a"", que pode confundir você. Lembre-se de que a Anbima só representa aquelas instituições financeiras que são filiadas ou que aderirem ao código de autorregulamentação. Portanto, a alternativa correta é a ""c"".

25. a) Banco Comercial.

Esta é mais fácil do que parece. Primeiramente, elimine as instituições que não tem a função de captação de recursos. Você sabe que a Anbima é uma associação representativa das instituições financeiras, certo? Então, você pode eliminar a questão "c". As corretoras são intermediárias entre quem quer "comprar" e quem quer "vender" títulos e valores mobiliários, certo? Então, também não capta recursos. Agora, reflita sobre o que significa "depósito à vista". Refere-se à conta corrente, certo? Pois é a que permite que o depósito feito esteja disponível a qualquer momento. Então, a resposta correta é a "a", pois o banco de investimento capta recursos por meio de depósito a prazo.

26. a) intermediar operações de câmbio.

Vamos iniciar a análise desta questão com uma reflexão: qual o papel das Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários? Elas são a "ponte" entre quem quer "comprar" e quem quer "vender" títulos e valores mobiliários, certo? Então, você pode concluir que elas atuam como intermediárias entre os investidores e os emissores de títulos e valores mobiliários, inclusive em operações de câmbio - alternativa "a". Na eliminação das demais alternativas, lembre-se de que elas não têm poder de fiscalização e tampouco de criação de moeda. Em relação à corretagem, elas precisam seguir os limites estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

27. c) é legal, pois a movimentação por conta e ordem é uma sistemática possível.

O primeiro passo, aqui, é reconhecer que DISTRIBUIDOR é sinônimo de CORRETOR, no mercado financeiro, ok? Agora, você terá de refletir sobre o papel deste agente. Ele é a "ponte" entre quem quer "comprar" e quem quer "vender", certo? Então, a situação que o enunciado descreve é justamente o papel do distribuidor, não é? Comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros é uma das principais atribuições das distribuidoras e corretoras - alternativa "c".

28. c) R\$ 10 milhões.

Aqui vamos lançar uma dica. Há dois tipos de investidores: os Profissionais e os Qualificados, certo? E só há dois valores definidos pela CVM como base na classificação deles: R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões. Tendo isso em mente, você já pode eliminar as alternativas "a" e "d". Agora, para saber qual é a resposta correta, pense na denominação Profissional que pede o enunciado. Essa denominação é atribuída a quem é mestre no assunto, não é? Então, os "mestres" costumam investir mais do que os demais - alternativa "c".

29. a) Todo o Investidor Profissional é, necessariamente, um Investidor Qualificado.

Esta questão é perigosa. Você precisa tomar cuidado para não se confundir. Se você já sabe que o Investidor Profissional é aquele que possua investimentos em valor superior

a R\$ 10 milhões, você eliminará as alternativas "c" e "d" e poderá ser levado a marcar a alternativa "b". PORÉM, você precisa atentar-se que, primeiramente, não se trata de TER mais de R\$ 10 milhões, mas de INVESTIR mais de R\$ 10 milhões. Além disso, é preciso, adicionalmente, atestar por escrito a condição de investidor qualificado, ou seja, atestar que tenha conhecimento sobre o mercado. Portanto, a alternativa correta é a "a".

30. b) R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões.

Aqui vamos lembrar de uma dica. Há apenas dois valores definidos pela CVM como base na classificação dos investidores: R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões. Tendo isso em mente, você já pode identificar a alternativa correta - "b". Em complemento, lembre-se sempre que a denominação Profissional é atribuída a quem é mestre no assunto, não é? Então, os "mestres" costumam investir mais do que os demais.

31. b) Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Nesta questão, você poderá ficar em dúvida. Isto porque, tradicionalmente, a Susep e a Previc são relacionadas à previdência complementar, certo? Contudo, tenha sempre em mente que a Susep tem a função de supervisionar os mercados de seguros privados, previdência e capitalização, garantindo que o cliente contrate um produto regulamentado ao decidir investir em previdência privada. Assim, se a capitalização foi vendida de forma incorreta, é à Susep que o cliente deve recorrer - alternativa ""b"".

32. a) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Palavras-chaves do enunciado já indicam a resposta. Primeiramente, verifique que se trata de PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Então, você já pode descartar o INSS. Agora, atente-se para FISCALIZA. Essa não é uma atribuição do CNSP, pois o Conselho é o órgão que determina as normas a serem cumpridas. Agora, para identificar a alternativa correta, a palavra-chave é FECHADAS. A Previc é que fiscaliza e supervisiona as entidades fechadas, enquanto a Susep fiscaliza e supervisiona as entidades de previdência aberta. Portanto, a alternativa correta é a "a".

33. d) Banco Central do Brasil (Bacen).

Autorizar o funcionamento de uma instituição financeira representa gerenciar o mercado financeiro, certo? E quem é o ""gerente"" do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que tem a responsabilidade de organizar disciplinar e fiscalizar o mercado? O Bacen - alternativa ""d"". Na eliminação das demais, lembre-se de que o CMN é o ""chefe"" do SFN. Ele estabelece as diretrizes e o Bacen é quem executa. A CVM disciplina o mercado de capitais, ou seja, fiscaliza as empresas e não as instituições financeiras. E o Tesouro Nacional é responsável por cuidar da gestão dos recursos e da dívida da União.

34. a) Conselho Monetário Nacional (CMN).

Esta é muito fácil. A palavra-chave é DISCIPLINAR. Esta é a missão do "chefe" do mercado. Você poderá ficar em dúvida entre o CMN e a CVM, que são os "chefes". Porém, perceba outras palavras importantes no enunciado: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. Essa é a "praia" do CMN - alternativa "a". A CVM disciplina o mercado de capitais, ou seja, fiscaliza as empresas e não as instituições financeiras.

35. d) Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Esta é muito fácil. O nome do Conselho já indica a resposta. Trata-se de um conselho de SEGUROS PRIVADOS, certo?

Então, quem deve cumprir as deliberações é a Superintendência de SEGUROS PRIVADOS - resposta ""d"".

36. c) Anbima

Esta questão é simples, mas tome cuidado para não se confundir. Você já sabe que o mercado de capitais é disciplinado pela CVM sob os preceitos da legislação em vigor, certo? PORÉM, perceba que o enunciado refere-se à AUTORREGULAÇÃO, ou seja, regular-se a si próprio sem interferência externa. Quem tem essa competência? A Anbima - resposta "c".

37. d) Todas as afirmativas.

Para começar a formular a resposta, lembre-se de que a corretora é a ""ponte"" entre o investidor e emissor de títulos e valores mobiliários. Assim, fica mais fácil concluir que a assertiva II está correta, assim como a III. Agora, para identificar se a I está correta, você precisará ter o entendimento que agente fiduciário é o representante legal dos interesses dos clientes junto à emissora de títulos de crédito ou debêntures. Portanto, essa também é uma função da corretora. Sendo assim, todas as afirmativas estão corretas - alternativa ""d"".

38. d) instituições financeiras.

Esta é outra questão que pode confundir você. Se você já sabe que o Investidor Profissional é considerado aquele investidor - Pessoa Física e Pessoa Jurídica - que possua investimentos em valor superior a R\$ 10 milhões, você estará inclinado a marcar a alternativa "c". PORÉM, você precisa ter em mente que, além desse valor investido, é preciso, adicionalmente, atestar por escrito a condição de investidor qualificado, ou seja, atestar que tenha conhecimento sobre o mercado.

Portanto, a alternativa correta é a "d".

39. b) Comitê Monetário Nacional (CMN).

Esta você não pode errar. O enunciado está apresentando atribuições de um autêntico "chefe", certo? Os verbos DEFINIR e COORDENAR são as palavra-chaves para indicar a resposta. O chefe do Sistema Financeiro Nacional é o CMN - alternativa "b".

40. c) I, II e V.

A Susep, como o nome já indica, é responsável pelas operações de seguro e de resseguro. Portanto, as assertivas I e V estão corretas. Ela também é responsável pela capitalização, como indica na assertiva II. E a Susep também fiscaliza a previdência complementar, MAS, atenção: ela fiscaliza a previdência aberta e não a fechada. Portanto a IV está incorreta. As operações de consórcio são fiscalizadas pelo Banco Central. Sendo assim, a alternativa correta é a "c".

41. c) Pessoa Física ou Pessoa Jurídica que resida/possua domicílio fora do Brasil ou Fundo de Investimento que for constituído em outro país.

Fique atento nesta questão. À primeira vista, a alternativa "b" pode parecer a correta, pois indica investidores que residam fora do Brasil. CONTUDO, você precisa ter clareza de que não se trata apenas de morar em outro país. O Investidor não-residente pode apenas possuir uma sede ou domicílio fora do país - alternativa "c".

42. c) autorizar o funcionamento e realizar a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar.

Você já sabe que a Previc, assim como a Susep, são braços executores, certo? Que devem cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Conselhos Nacionais a que são vinculadas, certo? Então, você já pode desconsiderar as alternativas "b" e "d", pois a Previc nada administra ou define. Agora, você precisa lembrar que a Previc está relacionada às entidades fechadas de previdência complementar, e não às abertas ou privada. Portanto, a alternativa correta é a "c".

43. a) administrar planos de capitalização.

Sempre que uma questão referir-se a uma corretora, associe sempre a imagem de uma "ponte", que liga o investidor ao emissor dos títulos e valores mobiliários.

Ela é uma instituição financeira que promove a intermediação da negociação.

Então, das alternativas apresentadas, a que NÃO apresenta uma atividade de intermediação é a "a". Saiba que a administração dos planos de capitalização está a cargo das Sociedades de Capitalização, que devem ter registro na Superintendência de Seguros Privados (Susep), órgão que normatiza e fiscaliza o setor.

44. b) Banco Central do Brasil (Bacen).

Esta é fácil. O enunciado já revela que se trata de um instrumento de política monetária. Lembre-se, então, de quem é o responsável por conduzir a política monetária a partir das diretrizes do "chefe" do Sistema Financeiro Nacional, ou seja, o Conselho Monetário Nacional? O Banco Central - alternativa "b".

45. d) disciplina e fiscaliza o mercado de títulos e valores mobiliários.

Esta questão é mais fácil do que parece. Afinal, o próprio nome da autarquia já revela a resposta - valores mobiliários - alternativa "d". Como complemento, lembre-se sempre que, assim como o Conselho Monetário Nacional (CMN) é o "chefe" do mercado financeiro, a CVM é o "chefe" do mercado de capitais. Enquanto o CMN cria normas e fiscaliza as instituições financeiras, como os bancos, a CVM faz o mesmo com as empresas de capital aberto, as chamadas Sociedades Anônimas (S.As).

46. d) realizar operações de redesconto.

Você já sabe que o Conselho Monetário Nacional (CMN) é o "chefe" do Sistema Financeiro Nacional e o Bacen pode ser associado a um "gerente", ou seja, o braço executor do CMN, certo? Então, você já pode concluir que as alternativas "a" e "b" estão incorretas, pois apresentam atribuições de um "chefe", ou seja, do CMN.

A alternativa "c" também está incorreta, porque a COORDENAÇÃO da política monetária também cabe ao CMN - a execução e o controle, ou seja, a condução é que são de responsabilidade do Bacen. Assim, a alternativa correta é a "d", pois as operações de redesconto são um dos instrumentos de política monetária que o Bacen dispõe.

47. d) definir as diretrizes e normas referentes ao câmbio.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional (SFN), ou seja, é o "chefe" do SFN. Como sabemos, o "chefe" tem a responsabilidade de determinar como uma empresa – no caso, um mercado – deve funcionar, o que ele fará por meio da definição de diretrizes, regras e normas para que os "gerentes", os "supervisores", executem o que for preciso para garantir, assim, as determinações e para que fiscalizem o atendimento às regras. A partir desse entendimento, você pode concluir que a alternativa correta é a "d".

48. b) Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Muito cuidado nesta questão para não se confundir. Conforme o enunciado, que cita operações de seguro, capitalização e previdência, você pode acreditar que a resposta correta é Susep - alternativa "a". PORÉM, você precisa lembrar-se de que as funções da Susep são supervisionar e fiscalizar esses mercados. Quem determina as DIRETRIZES das operações, para que a Susep cumpra e faça cumprir, é o CNSP - resposta "b".

1. c) II e III.

Cuidado com essa questão, pois ela é muito mais fácil do que parece. Perceba que o enunciado refere-se à análise da SITUAÇÃO FINANCEIRA do cliente. Então, se o objetivo é analisar a situação financeira, não é importante saber o nível de conhecimento do cliente a respeito dos produtos de investimento, certo? Sendo assim, você pode desconsiderar a afirmativa I. Já o patrimônio do cliente e o seu nível de endividamento são informações relevantes.

Portanto, a alternativa correta é a ""c"".

Em complemento, destacamos que, se o enunciado abordasse a definição do CONHECIMENTO do investidor, nesse caso, a Instituição Participante deve considerar:

- I. Os tipos de produtos, serviços e operações com os quais o investidor tem familiaridade;
 - II. A natureza, volume e frequência das operações já realizadas pelo investidor, bem como o período em que tais operações foram realizadas; e
 - III. A formação acadêmica e a experiência profissional do investidor, salvo quando tratar-se de Pessoa Jurídica.
2. b) deve estar completo e atualizado para auxiliar na verificação da capacidade financeira desses clientes com o objetivo de prevenir o crime de lavagem de dinheiro.

Para responder essa questão, convidamos você a refletir sobre a importância do cadastro dos clientes. O principal objetivo é conhecer bem o cliente, certo?

Para tanto, é importante que reúna o máximo de informações e que esteja sempre atualizado. Lembre-se sempre de que a manutenção de um cadastro completo e atualizado dos clientes é uma das principais medidas ao alcance das instituições financeiras para prevenção do crime de lavagem de dinheiro. Então, você já pode concluir que a alternativa correta é a "b". Na eliminação das demais, considere que os dados informados pelos clientes precisam ser validados, ou seja, comprovados, e que a atualização precisa ser periódica, conforme legislação vigente.

3. d) realizar o monitoramento contínuo das transações efetuadas pelos clientes para identificar aquelas que são consideradas suspeitas de acordo com o patrimônio e/ou a renda do investidor.

Para responder esta questão, você precisará lembrar-se de que o princípio KYC está ligado às medidas adotadas pelas instituições financeiras para prevenção contra a lavagem de dinheiro. A partir deste entendimento, você já pode concluir que a resposta correta é a "d", pois o objetivo principal é reunir as mais diversas informações

sobre os clientes para uma análise mais precisa sobre regularidade ou irregularidade das operações realizadas. Assim, a instituição consegue identificar aquelas consideradas suspeitas de acordo com o patrimônio e/ou a renda do investidor. Essa análise funciona como proteção da instituição financeira e de seus profissionais. Portanto, a alternativa correta é a "d".

4. c) integralmente, identificando esses clientes, pelo prazo mínimo de cinco anos.

Esta questão é simples. Se o objetivo de manutenção dos registros das movimentações financeiras é conhecer bem o cliente para prevenir o crime de lavagem de dinheiro, não faz sentido manter os registros sem a identificação dos clientes. Portanto, você já pode eliminar as alternativas "a" e "b". Em relação às demais, lembre-se de que, conforme determinação do Banco Central (Bacen), o registro das movimentações deve ser frequente e deve ser mantido por, no mínimo, cinco anos após o encerramento da conta - alternativa "c".

5. c) nas quais não é possível identificar o beneficiário final.

Não conseguir identificar o destino da transação, ou seja, o beneficiário final é mais do que suspeito - é, realmente, um indício de lavagem de dinheiro - alternativa ""c".

Quando se refere a valores, as Instituições Financeiras devem comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) montante acumulado igual ou superior a R\$ 50 mil nos casos de operações em espécie, como depósito, saque ou saque por meio de cartão pré-pago, assim como na emissão de cheque administrativo ou qualquer outro instrumento de transferência de fundos contra pagamento em espécie. Elas devem comunicar ao COAF, também, operações suspeitas acima de R\$ 10 mil, em moeda nacional ou estrangeira, títulos, metais o outro ativo conversível em dinheiro. Veja que não é preciso valores superiores a milhões de reais para a operação ser considerada um indício de lavagem de dinheiro, como indica na alternativa ""b"".

6. c) a instituição financeira e os demais administradores da instituição financeira.

Nesta questão, é preciso identificar todos os sujeitos que estão suscetíveis a penalidades administrativas nos termos da lei. Neste caso, são todos os agentes citados na alternativa "c".

7. c) Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Esta você não pode se confundir. Quem é autoridade máxima, no país, no combate à lavagem de dinheiro? O COAF, certo? Então, é a ele que as instituições financeiras têm de comunicar as operações suspeitas - alternativa "c". Como complemento, saiba que o COAF tem a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar ocorrências suspeitas de atividades ilícitas de lavagem de dinheiro.

8. b) penas de reclusão e multa.

Primeiramente, vamos lembrar você de que lavagem de dinheiro é a prática de simular uma operação financeira para justificar valores obtidos por meios ilícitos ou não declarados à Receita Federal. Agora, quando a questão tratar do crime de lavagem de dinheiro, tenha sempre em mente que se trata de DUAS penas: reclusão e multa, conforme a Lei n. 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores - alternativa "b". Como complemento, lembramos que a lei prevê, como pena, reclusão de três a dez anos e multa pecuniária, que poderá ser variável e não superior ao dobro do valor da operação; ao dobro do lucro real obtido ou que seria obtido pela realização da operação; ou ao valor de R\$ 20 milhões.

9. a) de venda casada e de venda casada.

O que o funcionário está tentando fazer é vender um "pacote" para o cliente, unindo dois produtos, certo? Se é uma união, pense em casamento e, então, você terá a resposta correta: alternativa "a". A venda casada acontece quando a comercialização de um produto ou serviço é subordinada à venda de outro. Tenha em mente que essa é uma prática vedada pelas leis brasileiras por ser considerada abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor, bem como configura uma infração à ordem econômica, conforme a Lei n. 12.529/11.

10. d) contato pessoal ou quaisquer meios de comunicação.

Antes de analisar as alternativas, reflita sobre o que é o processo de suitability. Ele dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos Produtos de Investimento, serviços e operações ao perfil do investidor. Assim, as regras devem ser aplicadas sobre qualquer forma de comunicação ao cliente, seja oral, escrita ou eletrônica. Portanto, a alternativa correta é a "d".

11. c) o valor e os ativos que compõem o patrimônio do cliente.

Esta você não pode errar. Se o objetivo é analisar a compatibilidade da situação financeira, será preciso verificar o que compõem o patrimônio financeiro, certo? - alternativa "c". Como complemento, saiba que a Instrução CVM 539 determina que sejam também analisada a necessidade futura de recursos declarada pelo cliente.

12. b) apresentar perfil com informações desatualizadas.

Ao analisar esta questão, você precisa ter em mente que a recomendação depende da análise completa do perfil do cliente. Se o profissional não conhece seu cliente, não poderá realizar qualquer tipo de recomendação. A partir desse entendimento, você já pode concluir que a resposta correta é a ""b"".

Como complemento, saiba que a falta de atualização das informações do perfil do cliente é uma das hipóteses estabelecidas pela CVM de vedação à recomendação de produtos ou serviços aos clientes pelos integrantes do sistema de distribuição e pelos consultores de valores mobiliários.

13. c) ter um diretor estatutário responsável pelo cumprimento das normas.

Para responder esta questão, você terá de lembrar-se da determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM): a indicação de um diretor estatutário responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Instrução CVM 539 - alternativa "c".

14. a) ativo total e passivo exigível.

A relação que precisa ser verificada é quanto o indivíduo (ou a família) tem de dívida frente ao total do patrimônio que possui. Portanto, a resposta correta é a da alternativa ""a) ativo total e passivo exigível"".

Em complemento, saiba que no exame da Anbima pode constar, como alternativa, ""Passivo e Ativo"", a qual também estará correta.

15. d) declaração expressa do cliente de que está ciente da ausência de seu perfil.

Quando o investidor ordenar a realização do investimento, mas não apresentar perfil devidamente preenchido, ou estiver com o perfil desatualizado, o gerente deve:

* alertar o cliente, com indicação clara das causas de divergência, ou seja, acerca da ausência de perfil definido; da desatualização do perfil; ou da inadequação da operação requerida ao respectivo perfil; e

* obter declaração expressa do cliente de que ele está ciente da ausência, desatualização ou inadequação de seu perfil. Portanto, a alternativa correta é a ""d"".

16. b) heurística da disponibilidade.

As palavras-chaves desta questão são "JORNAL DO DIA ANTERIOR". O enunciado revela que se trata de uma situação vivenciada recentemente pelo investidor, ou seja, uma situação que está em sua memória recente e que, por isso, chega a sua mente na tomada de decisão. Em outras palavras, podemos dizer que, se é algo recente, é algo que está facilmente "disponível" na mente do investidor - o que contribuiu para que você se lembre de que esse "atalho mental" é conhecido como heurística da disponibilidade - alternativa "b".

17. a) aversão à perda.

Esse tipo de heurística é facilmente representada pela expressão “mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

O investidor que é guiado pela aversão à perda costuma manter em sua carteira, posições perdedoras e se desfaz (geralmente rapidamente) de posições ganhadoras. E foi justamente o que aconteceu com esse investidor, que comprou ações da Petrobras a R\$ 60,00 e a cotação da ação perdeu muito valor. Um investidor racional não manteria em seus investimentos, por mais de 20 anos, um prejuízo desse tamanho. Ainda que essa ação retome ao valor inicial, ainda representa um prejuízo ao investidor devido à inflação do período.

18. c) má reputação da empresa.

A palavra IMAGEM está relacionada a como um ser ou um objeto é percebido, certo? Então, risco de imagem pode ser entendido como o risco de ser percebido/analisado/interpretado de forma negativa, a ponto de provocar algum tipo de prejuízo. A partir deste entendimento, considerando as alternativas apresentadas, qual representa a possibilidade de perdas em função de uma opinião negativa? A alternativa ""c"" - má reputação da empresa.

19. a) não atender bem os idosos, ingerência política.

Você lembra que risco de imagem está associado à possibilidade de perdas em virtude da má reputação da empresa, certo? Portanto, dentre as alternativas apresentadas, a única que apresenta práticas condenáveis, considerando a legislação ou princípios morais e éticos, é a "a". Afinal, ninguém quer fazer negócios (ser cliente ou fornecedor) de uma organização que não atende bem os idosos.

20. a) a existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico.

Aqui, convidamos você, primeiramente, a refletir sobre o que são os ""controles internos"". A Instituição deve controlar com rigor as atividades e operações realizadas, certo? E essa não é uma opção. Trata-se uma obrigação, pois o Conselho Monetário Nacional (CMN) determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central (Bacen), de qualquer porte, implantem e implementem controles internos das atividades desenvolvidas e dos sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais com o objetivo de garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares a eles aplicáveis.

Esses controles internos são também conhecidos como procedimentos de Compliance que, no âmbito corporativo, significa estar em conformidade com leis e regulamentos internos ou externos. A diretoria da instituição é responsável pela implantação, assim como pelo estabelecimento dos objetivos e procedimentos pertinentes e pela verificação sistemática do cumprimento deles. A atividade de controle interno deve

prever a existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico.

Assim, lembre-se sempre de que ""controles internos"", também conhecidos como procedimentos de Compliance, estão relacionados à prevenção Riscos, principalmente Risco de Imagem e Risco Legal. A partir deste entendimento, você já pode concluir que a resposta correta é a ""a""", pois as demais alternativas NÃO apresentam atividades de risco às instituições.

21. c) da diretoria da instituição financeira.

Quem é o maior interessado em adotar medidas preventivas para evitar que uma empresa corra riscos? De quem é essa responsabilidade? Da diretoria da empresa, certo? O mesmo vale para as instituições financeiras: a diretoria é a responsável pela implementação dos controles internos, conforme a Resolução n. 2.554/98 do Conselho Monetário Nacional (CMN) - alternativa "c". Em complemento, acrescentamos que a diretoria é também responsável pelo estabelecimento dos objetivos e procedimentos pertinentes e pela verificação sistemática do cumprimento deles.

22. b) I e III.

Antes de mais nada, perceba que as afirmativas I e II são contraditórias: enquanto uma atribui à diretoria a responsabilidade da implantação e implementação de uma estrutura de controles internos efetiva, a outra atribui essa responsabilidade aos gerentes e supervisores. Isso quer dizer que somente uma delas estará correta. Por isso, você já pode eliminar a alternativa ""d"".

Agora, reflita sobre quem é o principal interessado em adotar medidas preventivas, no caso, os controles internos, para evitar correr riscos. A diretoria OU os funcionários da instituição financeira? A diretoria, correto? Portanto, a afirmativa II pode ser desconsiderada. Você precisará analisar a afirmativa III. Ela descreve a barreira de informações conhecida como Chinese Wall, não é mesmo? E ela representa uma medida preventiva para evitar riscos? Sim! Sendo assim, a alternativa correta é a ""b"".

23. b) poderão ter suas penas reduzidas em até 2/3 (dois terços) da pena total.

Perceba que o enunciado cita a palavra COOPERAR, que é o princípio da delação premiada. Neste acordo, estabelecido entre o Ministério Público e o acusado (delator), a pena pode ser reduzida em até 2/3. Já o indivíduo que participa de uma organização criminosa, a pena será aumentada em 2/3 - alternativa "b"

24. a) Colocação.

Antes de mais nada, lembre-se daquele nosso presente: a sigla COI, que indica a sequência das fases do processo de lavagem de dinheiro, sendo "C" de Colocação, "O" de Ocultação e "I" de Integração. Agora, reflita sobre a situação apresentada no enunciado: o cliente faz DEPÓSITOS, ou seja, ele está "colocando" o dinheiro no sistema econômico para acobertar sua origem. Portanto, a alternativa correta é a "a".

25. c) levantar mais informações sobre o cliente e sobre a origem do dinheiro.

Muito cuidado com essa questão. Com uma leitura rápida do enunciado, ao identificar que se trata de uma atividade suspeita e verificar o valor de R\$ 50 mil, você poderá supor que uma comunicação deve ser feita. CONTUDO, lembre-se de que a comunicação deve ser feita ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), que é o órgão máximo no combate à lavagem de dinheiro no Brasil. Agora, perceba que não há essa opção dentre as alternativas. Portanto, a única alternativa possível é a "c". Em complemento, lembre-se de que devem ser comunicados ao COAF, em até três dias úteis, saque ou depósito, entre outras transações, EM ESPÉCIE com valor igual ou superior a R\$ 50 mil.

26. d) R\$ 20 milhões.

Para responder esta questão, você precisará lembrar do que estabelece a Lei n. 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores. Além de reclusão, de três a dez anos, o COAF aplicará uma multa pecuniária que poderá ser variável e não superior ao dobro do valor da operação; ao dobro do lucro real obtido ou que seria obtido pela realização da operação; ou ao valor de R\$ 20 milhões - alternativa "d".

27. a) compra de propriedade rural.

Antes de mais nada, reflita sobre o que é ""lavagem de dinheiro"". Trata-se da prática de simular uma operação financeira para justificar valores obtidos por meios ilícitos ou não declarados à Receita Federal. Agora, analise as alternativas? Qual delas apresenta uma simulação de operação financeira?

Apenas a ""a"", certo?

Em complemento, lembramos que a compra de uma propriedade rural é um típico exemplo da etapa de Colocação, a primeira do processo de lavagem de dinheiro, quando o criminoso coloca/adiciona dinheiro no sistema econômico a partir da compra de bens negociáveis.

28. d) profissional que negocia valores mobiliários de companhia sobre a qual teve acesso a informação não divulgada ao mercado.

Nesta questão, vamos por partes. Reflita, inicialmente, sobre o significado da expressão Insider Trader. Insider, de forma literal, pode ser traduzida para ""a pessoa

que está 'por dentro'", ou seja, aquele que é convedor, que sabe das coisas. Trader pode ser descrito como sendo o investidor do mercado financeiro que busca ganhos financeiros realizando a compra e a venda de ações ou outros ativos negociados em Bolsa. Com base nesse entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""b"".

Analizando a alternativa ""c"" , perceba que ela não se refere ao Insider Trader, mas ao "Front runner". O Front Runner, assim como indica a tradução literal da expressão, é o indivíduo ou instituição que ""corre na frente"" ou seja, que se utiliza de ordens de clientes para o seu próprio benefício, realizando antes para si próprio a operação ordenada pelo cliente.

Agora, lembre-se de que Insider Trader é o nome dado às pessoas envolvidas em uma prática considerada crime financeiro, é o indivíduo que, tendo acesso a informações privilegiadas, as usam em seu próprio benefício ou em benefício de terceiros. Portanto, a alternativa correta é a ""d"" - profissional que negocia valores mobiliários de companhia sobre a qual teve acesso a informação não divulgada ao mercado. Isso porque ""informação não divulgada ao mercado"" significa ""informação privilegiada"", a qual representa toda e qualquer informação relevante, fora do domínio público, que se venha a obter no exercício das funções diárias de qualquer profissional."

29. d) segregar as atividades de administração de recursos próprios e de administração de recursos de terceiros.

Esta é fácil. Estabeleça uma analogia em relação à Muralha da China - Chinese Wall. Ela foi erguida para impedir a invasão dos povos nômades, protegendo os chineses e evitando conflitos, certo? O conceito é exatamente o mesmo: separar/dividir/segregator para evitar conflitos. Agora, lembre-se sempre de que Chinese Wall está relacionado a recursos financeiros - essa é a separação a ser feita pelas instituições financeiras - alternativa "d".

30. a) poderia ter aconselhado seus clientes somente após ampla divulgação da incorporação referida ao mercado.

Para responder essa questão, perceba que o enunciado destaca que o fato descrito AINDA NÃO FOI DIVULGADO ao mercado. Essa é a chave para a resposta. Se o fato ainda não foi divulgado, trata-se de um ""segredo"", uma informação confidencial, certo? E segredos de terceiros devem ser revelados? Não. No mercado financeiro, essa prática é um crime - alternativa ""a"".

Em complemento, destacamos que esse tipo de informação é chamada de insider information, ou seja, uma informação ""interna"" ou confidencial a que o funcionário teve acesso. Até aqui não seria problema, pois isso não é um crime. Agora, perceba que ele passou a ACONSELHAR OS CLIENTES A COMPRAR TAIS AÇÕES. Essa prática indica o uso da informação privilegiada a que teve acesso em benefício próprio

ou de terceiros, certo? E isso sim é um crime.

31. b) considerar e observar a situação individual de cada cliente e suas necessidades.

Esta questão é simples. Trata-se da conduta ética na venda. Para recomendar o produto certo a um cliente, o vendedor precisa, primeiramente, saber o que ele deseja, quais são suas necessidades e se ele tem condições de pagar por ele, certo? No mercado financeiro, a dinâmica é semelhante. É preciso considerar o perfil do cliente para recomendar o produto de acordo com as suas necessidades - alternativa ""b"".

Em complemento, perceba que, facilmente, identifica-se as questões a serem desconsideradas, pois os objetivos de investimento de cada cliente é que devem ser priorizados e a tolerância dele ao risco é um dos fatores importantes a serem considerados. Esses dados é que devem embasar a recomendação, e não fatos, opiniões pessoas ou de mercado. "

32. a) análise e classificação de risco de crédito de uma empresa aberta por meio de agência classificadora de risco.

Aqui, o primeiro passo é considerar que o processo "Conheça seu cliente" prevê a adoção de medidas de prevenção para que o cliente não utilize as instituições para atividades ilegais ou impróprias. A partir desse entendimento, você poderá concluir que todas as atividades que envolvam transações financeiras devem estar sujeitas às regras e procedimentos do KYC, certo? Então, analisando as alternativas, você perceberá que a única que NÃO se enquadra é a "a" - alternativa correta.

33. d) Fundos de Renda Fixa Simples.

Você já entendeu a importância da Análise do Perfil do Investidor (API), certo? Então, parece impossível que haja um tipo de investimento que dispense a sua aplicação, não é mesmo? Porém, há sim uma exceção.

Essa possibilidade é exclusiva do Fundo de Renda Fixa Simples, criado para promover o primeiro acesso dos investidores ao mercado de capitais. Por isso, o ingresso ao fundo dispensa a assinatura do termo de adesão e ciência de risco e da API - alternativa ""d"".

Como complemento, tenha sempre em mente que esta dispensa ocorre SOMENTE se o investidor não possuir outros investimentos no mercado de capitais."

34. a) a primeira considera que os indivíduos processam corretamente todas as informações disponíveis no mercado antes de tomarem uma decisão.

Aqui, convidamos você a analisar as alternativas antes de qualquer reflexão.

Perceba que as duas primeiras apresentam afirmações contraditórias. Então, já sabemos que uma das duas é que será a correta. Assim, já elimine as alternativas "c" e "d". Agora, analise atentamente essas duas afirmações e reflita sobre esse exemplo:

quando um professor apresenta uma atividade a ser desenvolvida pelos alunos em sala de aula, todos a compreendem corretamente ou sempre tem alguém que fica cheio de dúvidas e precisa de um maior detalhamento antes de iniciar a atividade? Nem todos assimilam a atividade da mesma forma, certo? Isso porque as questões comportamentais individuais afetam a tomada de decisão. No mercado financeiro ocorre a mesma situação. Os indivíduos são influenciados pelas chamadas heurísticas (atalhos mentais) em suas tomadas de decisão. Portanto, a alternativa correta é a "a".

35. a) Disponibilidade.

As palavras-chaves desta questão são "NO DIA SEGUINTE". O enunciado revela que se trata de uma situação vivenciada recentemente pelo investidor, ou seja, uma situação que está em sua memória recente e que, por isso, chega a sua mente na tomada de decisão. Em outras palavras, podemos dizer que, se é algo recente, é algo que está facilmente "disponível" na mente do investidor - o que contribuiu para que você se lembre de que esse "atalho mental" é conhecido como heurística da disponibilidade - alternativa "a".

36. d) Representatividade.

Pela afirmação do investidor destacada no enunciado, pode-se concluir que ele tem medo de que aquele fato passado se repita, certo? Em outras palavras, ele acredita na probabilidade de um acontecimento a partir de uma situação ocorrida no passado. Na tomada de decisão, ele desconsidera informações importantes porque aquela experiência é bastante REPRESENTATIVA, pois representa um trauma do passado que faz com que ele tome uma decisão baseado naquele ocorrido. Eis a dica! Trata-se da heurística da representatividade - alternativa ""d"".

Em complemento, acrescentamos que, enquanto a heurística da disponibilidade está baseada em fatos recentes, a da representatividade está baseada em acontecimentos passados. "

37. a) ancoragem.

Esta você não pode errar. Pelo enunciado, você percebe que, na prática, ele estabeleceu um preço para o ativo e somente tomará a decisão de compra quando o valor for confirmado. Isso quer dizer que a tomada de decisão desse investidor está ANCORADA em uma determinada cotação. A âncora, normalmente, é um número, um valor relevante que está disponível ao tomador de decisão. As pessoas fazem estimativas a partir de um número inicial, que é ajustado para produzir a resposta final. Então, trata-se da heurística da ancoragem - alternativa "a".

38. a) Ancoragem.

Esta é fácil. O enunciado apresenta uma recomendação de investimento baseada em patamar de desempenho da bolsa de valores, certo? Em outras palavras, a orientação é para a decisão de compra quando a pontuação for confirmada. Isso quer dizer que a tomada de decisão desse investidor está ANCORADA em uma determinada pontuação. A âncora, normalmente, é um número, um valor relevante que está disponível ao tomador de decisão. As pessoas fazem estimativas a partir de um número inicial, que é ajustado para produzir a resposta final. Então, trata-se da heurística da ancoragem - alternativa "a".

39. c) excesso de confiança.

Quando o investidor realiza trocas nas carteiras é porque ele está acreditando que poderá ter melhor rendimento a partir da substituição. Esta é uma prática comum no mercado financeiro. Porém, quando ela é EXCESSIVA, provocando prejuízo financeiro, como cita o enunciado, esse investidor está agindo com EXCESSO DE CONFIANÇA - alternativa ""c"".

Esse viés ocorre quando o investidor confia demais na sua própria habilidade, na repetição de situações já vivenciadas ou na própria "sorte" para a tomada de decisão, o que pode levá-lo a adotar estratégias equivocadas e provocar prejuízo financeiro.

40. d) aversão à perda.

O enunciado apresenta, claramente, uma característica de um investidor que possui o viés da aversão à perda - alternativa "d". Esse tipo de investidor mantém em sua carteira posições perdedoras e se desfaz (geralmente rapidamente) de posições vencedoras. Essa é uma situação de prejuízo financeiro, certo? Se o investidor está mantendo investimentos não lucrativos - no caso de sentir dificuldade de desfazer-se de ações que estão em queda, e liquidando antecipadamente investimentos com grande potencial de rentabilidade - no caso de vender ações que estão em alta, ele está com medo de perder o que já ganhou, não é? Esse é o típico comportamento de quem baseia a tomada de decisão no viés da aversão à perda. Lembre-se sempre de que esse viés está relacionado àquele velho ditado: "mais vale um pássaro na mão do que dois voando".

41. d) desconhecimento ao risco.

Esta questão refere-se às variáveis comuns a qualquer cliente que devem ser consideradas para recomendação do produto adequado às necessidades, anseios e limitações dele. São elas: idade, horizonte de investimento, conhecimento do produto e tolerância ao risco. Portanto, a alternativa que não corresponde às restrições é a "d".

42. c) orienta o cliente sobre o desenquadramento e sugere refazer o perfil.

Para responder essa questão, você precisa ter em mente que a recomendação depende da análise completa do perfil do cliente para identificação do produto adequado. Então, perceba que o enunciado trata de um cliente CONSERVADOR, ou seja, tipo de perfil de investidor que não está disposto a assumir riscos com investimentos. Em contrapartida, cita que o interesse dele é aplicar em um fundo de AÇÕES, que apresenta elevado grau de risco. Em síntese, o produto é inadequado ao perfil do investidor, certo? A partir deste entendimento, você já poderá descartar a alternativa ""a"". Agora, ATENÇÃO às alternativas, pois você poderá concluir que o investimento não deve ser feito e marcar a alternativa ""b"". CONTUDO, tenha em mente que o papel do gerente é RECOMENDAR a aplicação mais adequada ao tipo de perfil do investidor; porém, a tomada de decisão é do cliente.

Caso o cliente insista em fazer uma aplicação que não é a mais adequada ao seu tipo de perfil, o gerente tem o dever de orientá-lo sobre isso e obter declaração expressa do cliente de que ele está ciente da ausência, desatualização ou inadequação de seu perfil - alternativa ""c"".

43. c) ancoragem

Esta você não pode errar. Pelo enunciado, você percebe que, na prática, ele estabeleceu um preço para o ativo e somente tomará a decisão de compra quando o valor for confirmado. Isso quer dizer que a tomada de decisão desse investidor está ANCORADA em conhecimentos preconcebidos, ou seja, em determinada cotação. Então, trata-se da heurística da ancoragem - alternativa "c".

44. c) posições perdedoras e se desfazer rapidamente de posições vencedoras.

Para responder essa questão, tenha sempre em mente que esse viés está relacionado àquele velho ditado: "mais vale um pássaro na mão do que dois voando". Então, se o investidor tem medo de perder, ele vai manter o que tem, mesmo que esteja apresentando prejuízos. Isso quer dizer que o senhor José costuma manter posições perdedoras. A partir desse entendimento, você já pode eliminar as alternativas "b" e "d". Agora, lembre-se de que a aversão à perda leva o investidor a desperdiçar oportunidades porque a dor da perda é maior do que a satisfação do ganho. Então, ele costuma também liquidar antecipadamente investimentos com grande potencial de rentabilidade, ou seja, se desfaz rapidamente de posições vencedoras. Portanto, a alternativa correta é a "c".

45. b) Risco de Imagem.

Muito cuidado com essa questão. Se você considerar que a Lava Jato é uma operação da Polícia Federal que apura um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais no país, você poderá concluir que essa empresa cometeu uma ilegalidade e, de ""bate-pronto"", marcar a alternativa ""a"". PORÉM, tenha em mente que Risco Legal está relacionado à possibilidade de não poder executar os temos de

um contrato, seja por documentação insuficiente, pela falta de poderes dos representantes da contraparte para assumir o compromisso ou por desconhecimento de algum aspecto jurídico relevante, gerando a incapacidade de implementar uma cobrança por falta de amparo legal. Nesse caso, ao ter seu nome associado à operação Lava Jato, a empresa teve sua reputação abalada junto ao mercado e às autoridades, certo? E isso poderá acarretar prejuízos financeiros significativos à empresa. Essa é a consequência do Risco de Imagem - alternativa ""b"".

Em complemento, destacamos que esse é um risco que se corre mesmo diante da mera suspeita de irregularidades, ou seja ainda que a publicidade negativa não seja verdadeira."

46. a) Colocação, Ocultação e Integração.

Para que você possa facilmente responder a esta questão, vamos presenteá-lo com uma dica preciosa: a sigla COI. Sim! Associe a ordem correta das fases do processo de lavagem de dinheiro com a ""C-O-I"", sendo:

"C" de colocação – quando o dinheiro é ""colocado"" no sistema econômico, como, por exemplo, por meio de depósito no banco para acobertar sua origem;

"O" de ocultação – quando o criminoso tenta dificultar o rastreamento do recurso ilícito por meio de transferência dos ativos para contas fantasmas, por exemplo; e

"I" de integração – quando o dinheiro é incorporado novamente na economia com aparência de dinheiro limpo, como, por exemplo, por exemplo, a compra de hotel ou restaurante com dinheiro oriundo de contas do exterior sem procedências. Portanto, a alternativa correta é a ""a"".

47. c) pode ter a pena reduzida em até 2/3 da pena total.

Perceba que o enunciado cita a palavra COOPERAR, que é o princípio da delação premiada. Neste acordo, estabelecido entre o Ministério Público e o acusado (delator), a pena pode ser reduzida em até 2/3 - alternativa "c". Em complemento, saiba que o indivíduo que participa de uma organização criminosa, poderá ter a pena aumentada em 2/3.

48. b) tráfico ilícito de entorpecentes.

Antes de mais nada, lembre-se que estamos abordando, aqui neste módulo, de ética e legislação no mercado financeiro. Portanto, você já pode eliminar as alternativas ""c"" e ""d"". Agora, você precisará recordar-se de que a Convenção de Viena está relacionada ao combate à lavagem de dinheiro.

Portanto, você já pode concluir que a alternativa correta é a ""b"".

Em complemento, lembramos que a Convenção de Viena, elaborada na convenção realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1988, entrou em vigor no mundo todo em 1990. No Brasil, foi aprovada no Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo n. 162/91, deu origem ao Decreto 154, que promulgou a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. "

49. c) evitar conflitos de interesses.

Esta é fácil. Sugerimos que você estabeleça uma analogia em relação à Muralha da China - Chinese Wall. Ela foi erguida para impedir a invasão dos povos nômades, protegendo os chineses e evitando conflitos, certo? O conceito é exatamente o mesmo - alternativa "c".

50. c) comprar um imóvel.

Aqui, vamos novamente lembrar você da sigla COI, que indica a sequência de etapas do processo: colocação, ocultação e integração. Portanto, a fase de COLOCAÇÃO é a primeira do processo. É aquela quando o dinheiro é "colocado" no sistema econômico para acobertar sua origem. Ciente disso, você já pode eliminar a alternativa "a", pois indica outro tipo de crime; a "b" e a "d", pois se referem a estratégias de ocultação do dinheiro. Assim, você pode concluir que a alternativa correta é a "c".

51. d) Tratar esse caso como suspeita de lavagem de dinheiro e não comunicar o cliente.

Esta questão descreve uma situação tipicamente suspeita, certo? Além disso, refere-se a uma movimentação de R\$ 100 mil, que é o dobro do valor que a instituição financeira é obrigada a informar ao COAF. Com esse entendimento, você já pode concluir que a resposta correta é a "d".

52. b) Ocultação.

Antes de mais nada, lembre-se daquele nosso presente: a sigla COI, que indica a sequência das fases do processo de lavagem de dinheiro, sendo ""C"" de Colocação, ""O"" de Ocultação e ""I"" de Integração. Para descobrir qual etapa diz respeito à fase destacada no enunciado, considere que DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS EM CONTA CORRENTE é uma estratégia adotada pelos criminosos para dificultar o rastreamento do recurso ilícito. Na prática, eles estão querendo esconder/ocultar a origem, certo? Então, a resposta certa é a ""b"".

53. b) ocultação.

Sempre que a questão referir-se às etapas do processo de lavagem de dinheiro, lembre-se daquele nosso presente: a sigla COI, que indica a sequência das fases do processo de lavagem de dinheiro, sendo "C" de Colocação, "O" de Ocultação e "I" de Integração. Para descobrir qual etapa diz respeito à fase destacada no enunciado, considere que DIVERSAS OPERAÇÕES SEM FUNDAMENTO ALGUM é uma

estratégia adotada pelos criminosos para dificultar o rastreamento do recurso ilícito. Na prática, eles estão querendo esconder/ocultar a origem, certo? Então, a resposta certa é a "b"

54. a) Risco Legal.

Convidamos você a uma reflexão: se a instituição não pode executar os termos de um contrato, ela não conseguirá cumprir com o que foi acordado LEGALMENTE entre as partes, não é mesmo? Afinal, o contrato é um instrumento LEGAL que ampara todas as partes do acordo, certo? Então, o risco aqui relacionado é o Risco Legal - alternativa "a".

55. a) R\$ 50 mil.

As instituições financeiras devem comunicar ao COAF, na forma determinada pelo Banco Central do Brasil, operações EM ESPÉCIE em montante acumulado igual ou superior a R\$ 50 mil ou o equivalente em moeda estrangeira, no mês calendário, assim como aquelas transações que apresentem indícios de ocultação ou dissimulação da natureza, da origem, da localização, da disposição, da movimentação ou da propriedade de bens, direitos e valores - alternativa "a".

56. b) Demonstrar o compromisso das Instituições Participantes em atender às disposições do Código de Autorregulação.

Para responder esta questão, vamos levá-lo a fazer algumas reflexões. Um ""selo"" pode ser considerado um atestado, uma chancela, certo? E qual a função da Anbima? Ela cria, por meio de seus Códigos de Regulação e Melhores Práticas procedimentos para que seus participantes (os associados) possam exercer suas funções no mercado com ética e transparência. Assim, o que a Anbima pode ""atestar"" concedendo o selo à instituição? Nada além do fato de que ela está atendendo às disposições dos códigos, certo? - alternativa ""b"".

57. d) Ambos cometem a conduta antiética conhecida como Insider Trading.

O enunciado já revela que se trata de uma conduta antiética - que também considerada um crime financeiro. Para identificar o nome dado a essa conduta, basta você fazer uma associação de palavras. O senhor José teve acesso a uma informação ""interna"" da empresa, não é mesmo? Ele pode, então, ser considerado uma ""pessoa que está 'por dentro""", ou seja, aquele que é convededor, que sabe das coisas. Essa é a tradução livre da palavra Insider. Então, você já pode eliminar a alternativa ""c"".

Agora, é importante que você lembre de que, ter acesso a esse tipo de informação, chamada de insider information, não é um problema, mas, sim, o que a pessoa faz com essa informação privilegiada. Dessa forma, você também já pode eliminar a alternativa ""a"". Para identificar a resposta correta, tenha sempre em mente que -

assim como qualquer operação ilegal - todos os envolvidos são culpados. Portanto, ambos são considerados Insider Traders e cometem Insider Trading, porque o senhor José ""vazou"" a informação para a Dona Maria e ela a usou para obter lucro no mercado - alternativa ""d"".

Em complemento, sabia que o senhor José é classificado como Insider Trader primário, pois foi quem teve acesso à informação de forma direta, e a Dona Maria como Insider Trader secundário, pois foi quem recebeu a informação privilegiada.

58. b) tiver sua carteira de valores mobiliários administrada por administrador autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Esta questão é bastante simples. Você já sabe a importância da verificação da adequação dos produtos ao perfil do cliente e que o gerente é obrigado a fazer essa análise para a recomendação do produto, certo? Então, se o enunciado deixa claro que há uma situação em que não é necessário fazer isso, você pode concluir que o gerente seria dispensado desta obrigação diante de alguém que entende bem do mercado e sabe exatamente o que está fazendo, não é mesmo? Nesse caso, seria um Investidor Profissional ou um Investidor Qualificado. A única alternativa que apresenta uma característica deste tipo de investidor é a ""b"".

59. d) em até 2/3 da pena total e em até 2/3 da pena total.

Perceba que o enunciado cita a palavra COOPERAR, que é o princípio da delação premiada. Neste acordo, estabelecido entre o Ministério Público e o acusado (delator), a pena pode ser reduzida em até 2/3. Já o indivíduo que participa de uma organização criminosa, a pena será aumentada em 2/3 - alternativa "d"

60. c) R\$ 20 milhões.

Atenção nessa questão. A informação de que o Controle de Atividades Financeiras (COAF) puniu o criminoso com uma multa (sem qualquer outra informação), lembre-se de que a Lei n. 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, determina multa pecuniária variável e não superior ao dobro do valor da operação; ao dobro do lucro real obtido ou que seria obtido pela realização da operação; ou ao valor de R\$ 20 milhões. Portanto - alternativa "c".

61. d) somente III

Esta questão é bastante simples. De acordo com o Código Anbima, são considerados Produtos de Investimento: ""títulos, valores mobiliários, direitos e outros instrumentos de emissor público ou privado regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e/ou pelo Banco Central do Brasil (Bacen)"". Perceba que Caderneta de Poupança e Produtos de Previdência Complementar não integram a lista, pois esses investimentos são regulados pelo Governo, Susep e Previc. Portanto, a alternativa correta é a ""d"": somente ações e seus derivados.

62. c) Reclusão de até 10 anos mais multa.

63.

Quando a questão tratar do crime de lavagem de dinheiro, tenha sempre em mente que se trata de DUAS penas: reclusão e multa. Assim, você já pode desconsiderar as alternativas "b" e "d". Agora, você precisará lembrar de que a Lei n. 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, prevê, como pena, reclusão de três a dez anos e multa pecuniária - alternativa "c". Como complemento, saiba que a multa poderá ser variável e não superior ao dobro do valor da operação; ao dobro do lucro real obtido ou que seria obtido pela realização da operação; ou ao valor de R\$ 20 milhões.

64. d) O operador cometeu Front Running enquanto o investidor cometeu Insider Trading.

Aqui, vamos por partes. Analise, primeiramente, a conduta do investidor. O enunciado já revela que se trata de uma conduta antiética - que também considerada um crime financeiro. Para identificar o nome dado a essa conduta, basta você fazer uma associação de palavras. Ele teve acesso a uma informação ""interna"" da empresa, pois o enunciado diz que AINDA NÃO ESTÁ DISPONÍVEL NO MERCADO, não é mesmo? Ele pode, então, ser considerado uma ""pessoa que está 'por dentro""", ou seja, aquele que é convedor, que sabe das coisas. Essa é a tradução livre da palavra Insider. Agora, é importante que você lembre de que, ter acesso a esse tipo de informação, chamada de insider information, não é um problema, mas, sim, o que a pessoa faz com essa informação privilegiada, como, nesse caso, usá-la em benefício próprio. Então, você já pode concluir que ele cometeu Insider Trading. Assim, as alternativas ""b"" e ""c"" podem ser desconsideradas.

Analise, a seguir, a conduta do operador. Perceba que ele, desconfiando que o cliente sabia de ""algo""", ou seja, que ele tinha alguma informação privilegiada, ele ""correu na frente""", realizando a compra das ações para si próprio. Como a expressão já revela, essa conduta é chamada de Front Running. Portanto, a alternativa correta é a ""d"".

65. c) Integração.

A Integração é a última etapa do processo de lavagem de dinheiro, quando os recursos provenientes de atividades ilícitas são integrados à economia com a aparência de serem lícitos.

66. a) Colocação.

Colocação ou Omissão é a primeira etapa do processo, quando o criminoso procura movimentar o dinheiro em países com regras mais permissivas (o objetivo é ocultar a origem dos recursos). Essa etapa é caracterizada por depósitos e compra de instrumentos negociáveis ou de bens.

67. d) COAF.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF foi instituído em 1998 para controlar e combater processos de lavagem de dinheiro.

68. d) Manter controles e registros internos que permitam verificar a compatibilidade entre movimentações de recursos, atividade econômica e capacidade financeira de cada cliente.

A legislação prevê que as instituições financeiras identifiquem todos os clientes antes de as operações serem efetuadas. Por sua vez, os clientes que não se sentem confortáveis em passar todas as informações à instituição devem ser por essa recusados. E, por fim, a instituição financeira deve aplicar os princípios do "Conheça seu cliente" a todos os clientes.

69. a) I e II.

Na verificação da adequação de produtos e serviços ao perfil do cliente, o profissional deve checar se:

I - o produto, serviço ou operação é adequado aos objetivos de investimento do cliente;

II - a situação financeira do cliente é compatível com o produto, serviço ou operação; e

III - o cliente possui conhecimento necessário para compreender os riscos relacionados ao produto, serviço ou operação.

70. d) Se abster de recomendar produtos de investimentos a este cliente

É vedada a recomendação produtos ou serviços ao cliente quando: I - o perfil do cliente não seja adequado ao produto ou serviço; II - não sejam obtidas as informações que permitam a identificação do perfil do cliente; ou III - as informações relativas ao perfil do cliente não estejam atualizadas.

71. c) II e III.

O órgão responsável por averiguar indícios de crimes de lavagem de dinheiro no Brasil é o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), a quem cabe disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas em Lei. O cliente suspeito não deve ser comunicado.

- 72.

73. c) I, II e IV.

A lavagem de dinheiro constitui um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país dos recursos, bens e serviços que se originam ou estão ligados a atos ilícitos. Para tanto, a lavagem de dinheiro é

realizada por meio de um processo dinâmico com três etapas independentes que, com frequência, ocorrem simultaneamente: Colocação, Ocultação e Integração.

74. d) I, II e III.

Sujeitam-se à Lei de Lavagem de Dinheiro pessoas físicas e jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira; a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial; a custódia, emissão, distribuição, liquidação, negociação, intermediação ou administração de títulos ou valores mobiliários.

75. b) Confundir o rastreamento do dinheiro através de diversas transferências e empréstimos.

A fase de ocultação caracteriza-se pela realização de múltiplas transferências que visam dificultar o rastreamento da origem dos recursos

76. a) Oferta de produtos de investimentos de forma individual ou coletiva.

A oferta de produtos de investimento de forma individual ou coletiva faz parte das atividades de distribuição de Produtos de Investimentos. A simples oferta, resultando ou não em aplicação de recursos, também faz parte da atividade de distribuição. A aplicação pode ocorrer por meio de agências bancárias, plataformas de atendimento, centrais de atendimento, Canais Digitais, ou qualquer outro canal estabelecido para este fim. Apreciação de ativos faz parte das atividades de administração fiduciária e não de distribuição.

77. As Agências de Rating.

O Código se destina aos bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, assim como aos administradores fiduciários e/ou gestores de recursos de terceiros quando distribuírem seus próprios Fundos de Investimento.

78. d) Todas as alternativas.

Faz parte da gestão de riscos da atividade de distribuição de fundos de investimento: implementar e manter em documento escrito regras, procedimentos e controles para assegurar a integridade, a segurança e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados; avaliar periodicamente sistemas, rotinas e procedimentos para a Gestão de Riscos, avaliar a adequação dos sistemas, rotinas e procedimentos; manter papéis e responsabilidades claramente definidos que estabeleçam atribuições aos

profissionais da Instituição Participante em seus diversos níveis, incluindo os terceiros contratados; estabelecer um plano de continuidade de negócios.

79. a) A implementação e a manutenção de regras e procedimentos que descrevam o processo, por escrito.

Faz parte do processo de Conheça seu cliente implementar e manter regras e procedimentos que descrevam o processo, por escrito; procedimentos de atualização cadastral periódicos de acordo com a regulação vigente; não existe obrigatoriedade de o cliente investidor não poder usar crédito bancário; todas as transações do cliente, aplicações e resgates, devem ser registradas, não apenas o saldo.

80. a) Riscos associados ao produto, perfil dos emissores e prestadores de serviços, existência de garantias e prazos de carência.

Para verificar a adequação dos Produtos de Investimento ao perfil do Investidor, as instituições participantes deverão classificar seus produtos, considerando no mínimo os riscos associados ao produto, perfil dos emissores e prestadores de serviços, existência de garantias e prazos de carência.

1. d) finais, ao valor de mercado.

Para responder esta questão, atente-se para o significado da sigla PIB. Estamos falando de Produto Interno BRUTO, certo? Então, lembre-se de que essa expressão se refere à soma de tudo, sem descontos ou abatimentos, do que é produzido, dos bens e serviços em uma região. Assim, considera os valores finais, e não os intermediários, para evitar dupla contagem. Até aqui, você já pode eliminar as alternativas "a" e "c". Agora, precisará lembrar-se de que, nesta conta, é considerado o valor de mercado para saber qual foi a "renda" obtida por aquela cidade, estado ou país - e não o custo da produção. Portanto, a alternativa "d" é a correta.

2. c) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Para definir a meta de inflação, o governo precisa considerar a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias, certo? Por isso, o índice oficial de inflação do país é o IPCA, medido pelo IBGE, pois, como o próprio nome diz, é "amplo", ou seja, engloba uma grande parcela da população (famílias com renda entre um e quarenta salários mínimos). Como complemento, saiba que o outro índice de inflação medido pelo IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), engloba apenas as famílias com renda entre um e cinco salários mínimos.

3. b) Taxa Depósitos Interbancários (DI).

Esta você não pode errar. Perceba que o enunciado refere-se a empréstimos realizados entre instituições financeiras. Em outras palavras, são empréstimos entre bancos, certo? Agora analise as alternativas e você já encontrará a resposta correta a partir do próprio nome da taxa - alternativa "b" - Taxa Depósitos INTERBANCÁRIOS (DI).

4. a) diariamente e aplicada com base em dias úteis.

Para responder esta questão, você precisará lembrar-se de que a taxa DI ou Taxa CDI é um dos indicadores mais usados no mercado financeiro brasileiro. Serve de referência para a remuneração das aplicações de renda fixa. A partir deste entendimento, você já pode concluir que ela precisa ser apurada diariamente. Ela é divulgada diariamente pela B3 com base nas operações de emissão de Depósitos Interfinanceiros prefixados, selecionando-se apenas as operações de um dia útil de prazo (over) - alternativa "a".

5. b) Taxa Referencial (TR).

Aqui nesta questão, você precisa recordar-se de que a taxa utilizada para o cálculo da remuneração dos saldos das contas vinculadas ao FGTS é a Taxa Referencial (TR), criada pelo governo federal nos anos 1990 - alternativa "b". Como complemento, saiba que ela é utilizada também para a remuneração da Caderneta de Poupança e para corrigir alguns contratos de crédito imobiliário.

6. d) definir a meta da taxa Selic.

Esta é fácil. O Copom define a taxa Selic, com o objetivo do cumprimento da meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - alternativa "d".

7. b) inflação.

É importante lembrar que a palavra REAL indica o verdadeiro ganho do investidor, isto é, é aquela taxa que desconta as perdas do período, ou seja, a inflação. A taxa nominal é a contratada em uma operação financeira, sem ajuste para remover a inflação. Sendo assim, a resposta correta é a da alternativa "b".

8. c) junto do principal no vencimento ou no resgate, o que acontecer primeiro.

Para responder essa questão, você precisará, inicialmente, refletir sobre o que é CUPOM. Trata-se do recebimento antecipado de uma parcela do rendimento de uma aplicação financeira. Tenha em mente que essa antecipação é sempre semestral. Então, se o enunciado cita que o título é ZERO CUPOM, isto significa que NÃO haverá esse recebimento antecipado. Sendo assim, você já pode concluir que o investidor receberá o rendimento somente no vencimento do título ou no momento do resgate - alternativa ""c"".

9. a) o saldo que o governo desse país detém em moedas estrangeiras.

Aqui nesta questão, sugerimos uma reflexão sobre a palavra RESERVAS. Quando você faz uma ""reserva"", você está guardando algo para usar oportunamente? Como, por exemplo, reservar dinheiro para comprar algo mais tarde. Esse recurso reservado já existe, certo? Você já o possui; só está reservando-o para uma finalidade específica. Em outras palavras, representa um SALDO na sua conta. Com isso em mente, você já pode eliminar as alternativas ""c"" e ""d"". Agora, fica fácil, pois não se trata de um saldo de dívidas, mas de um saldo de recursos - alternativa ""a"".

Como complemento, lembramos que as reservas internacionais são os ativos de um país em moeda estrangeira, que funcionam como uma espécie de seguro para honrar com suas obrigações no exterior e enfrentar crises cambiais e interrupções nos fluxos de capital para o país. No Brasil, as reservas internacionais são administradas pelo Banco Central e são compostas por títulos, depósitos em moedas (dólar, euro, libra esterlina, iene, dólar canadense e dólar australiano), direitos especiais de saque junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), depósitos no Banco de Compensações Internacionais (BIS), ouro, entre outros ativos. "

10. b) Política Monetária.

Analise bem o enunciado. O que seria CONTROLAR A LIQUIDEZ do mercado financeiro? Significa controlar a oferta e a demanda de moeda para equilibrar o

sistema econômico. E se falamos de moeda, falamos de política MONETÁRIA, certo? - alternativa "b".

11. b) redução do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Para responder esta questão, você terá de lembrar-se dos efeitos de mudanças na Selic. O enunciado aponta que o Copom elevou a taxa de juros, certo? Tecnicamente, podemos dizer que quando a taxa de juros aumenta, o "preço" do dinheiro no mercado aumenta, ou seja, os juros cobrados nos financiamentos, empréstimos e cartões de crédito ficam mais altos, porque são atrelados a ela. Com o custo do dinheiro mais alto, menos pessoas estarão dispostas a tomar crédito, certo? Com menos crédito em circulação, o consumo cai. Com menos pessoas consumindo, os preços são reduzidos e consequentemente, a redução do IPCA - alternativa "b".

12. c) negativo.

Esta questão é simples. Para respondê-la, você nem precisa lembrar de fórmulas ou fazer cálculos elaborados. Você precisa lembrar apenas que o retorno real é aquele que desconta a inflação, ou seja, representa exatamente o que o investidor irá receber, certo? Então, se a inflação (IPCA) foi maior do que a rentabilidade anunciada (nominal), o retorno será negativo - alternativa "c".

13. b) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Para definir a meta de inflação, o governo precisa considerar a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias. Por isso, o índice oficial de inflação do país é o IPCA, medido pelo IBGE, pois, como o próprio nome diz, é "amplo", ou seja, engloba uma grande parcela da população (famílias com renda entre um e quarenta salários mínimos). Como complemento, saiba que o outro índice de inflação medido pelo IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), engloba apenas as famílias com renda entre um e cinco salários mínimos. Portanto, a alternativa correta é a "b".

14. c) Índice de Preços por Atacado (IPA).

Para responder esta questão, você pode considerar uma relação diretamente proporcional com o impacto da inflação sentido por cada setor da economia. Em outras palavras, sabendo que o IGP-M considera, em sua composição, o IPA, o IPC e o INCC, reflita: qual desses setores apresenta maior impacto na variação de preços? As vendas por atacado, certo? Então, o IPA é o de maior relevância (60%) - alternativa ""c"".

Na sequência, o que impacta mais: os preços ao consumidor em geral ou os do segmento específico da construção? O geral, certo? Então, o IPC é o segundo em relevância (30%) e o INCC é o terceiro (10%).

Para ajudar você a memorizar os percentuais, sugerimos uma ""DICA PLANNES"". Basta você guardar essa frase: ""60 nessa cadeira, se vira nos 30 e tira 10 nessa prova"", ou seja, 60, 30, 10, relacionando-os à sequência IPA, IPC e INCC. "

15. c) redução e elevação.

Nesta questão, vá por partes. Primeiramente, recorde que o COMPULSÓRIO é uma taxa que os bancos têm de pagar ao Banco Central (Bacen). Se houve um aumento, como cita o enunciado, a consequência, representará, geralmente, taxas de juros maiores. Com taxas de juros maiores, há um desestímulo à tomada de empréstimos e ao consumo, o que retrai/contrai o mercado, a economia, ou seja, há uma redução da liquidez do mercado - alternativa "c".

16. a) superavitária.

Essa é fácil e você não pode errar. Se o país vendeu (exportou) mais do que comprou (importou), então o saldo é positivo, certo? Considerando que a Balança Comercial é calculada a partir da diferença entre as exportações e as importações, pode-se afirmar que o resultado será positivo, ou seja, haverá superávit - alternativa ""a"".

Em complemento, lembre que, nesse cálculo, são considerados os valores, e não a quantidade de produtos e serviços comercializados com outras nações. O resultado (Balança Comercial) entre o que um país vende para outras nações e o que ele compra delas indicará a sua situação financeira. A"

17. b) Desvaloriza moeda local.

Primeiramente, tenha em mente que a TAXA FLUTUANTE citada no enunciado refere-se à taxa de CÂMBIO flutuante, regime adotado no Brasil que significa que o Bacen não interfere no mercado para determinação da taxa. Lembre-se, contudo, que quando o valor de uma moeda sofre uma alteração brusca, o Bacen faz uma interferência pontual para estabilizar o valor da moeda - sistema chamado de ""câmbio flutuante sujo"".

Então, se o enunciado cita um cenário em que houve elevação da taxa e não houve intervenção do Bacen, significa que a moeda estrangeira está mais ELEVADA em relação à moeda local, certo? Assim, você já pode concluir que essa situação representaria a desvalorização da moeda local - alternativa ""b"".

18. b) essa moeda seja valorizada em relação às moedas estrangeiras.

Essa questão é fácil, apesar do enunciado complexo. A expressão chave é "AUMENTO NOS JUROS PAGOS", pois, se os juros pagos são maiores, maior será a rentabilidade, certo? E quanto maior a rentabilidade, mais valorizado é o ativo, não é mesmo? A partir deste entendimento, você pode concluir que a resposta correta é a "b".

19. c) realizadas no mercado interbancários de câmbio.

Esta questão é fácil. O enunciado já revela que se trata de uma taxa de câmbio. Sendo assim, fica fácil concluir que ela é calculada com base nas cotações de uma moeda estrangeira. Portanto, você já pode eliminar as alternativas ""b"" e ""d"". Agora, tenha em mente que, no cálculo da PTAX, é considerada a média aritmética das taxas de compra e das taxas de venda dos boletins do dia por meio de um cálculo próprio. E quem compra e vende moeda estrangeira? O mercado interbancário, certo? - alternativa ""c"".

Como complemento, reforçamos que a Taxa PTAX, apesar de ser considerada a ""taxa de câmbio oficial do Brasil"", não representa o preço final da moeda. As casas de câmbio incluem o chamado spread da corretora e outras despesas."

20. d) inferior a 10%.

Cuidado com essa questão para não se confundir. Para obtermos a taxa real, devemos deduzir a inflação da taxa nominal. Essa dedução não ocorre com um cálculo simples de subtração, mas, sim, a partir da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Taxa real} = [(1 + \text{taxa nominal}) / (1 + \text{inflação}) - 1] \times 100$$

Assim, a taxa real será aproximado 9,52%.

Dica Plannes: sempre que houver inflação em uma aplicação financeira, a taxa real será um pouco menor do que o resultado da subtração da taxa nominal pela inflação, que, nesse caso, seria de 10%."

21. b) superior à nominal.

Esta questão é simples. Para respondê-la, você nem precisa recordar fórmulas ou fazer cálculos elaborados. Você precisa lembrar apenas que a taxa real é aquela SEM o efeito da inflação, ou seja, desconta a taxa de inflação da taxa nominal, representando realmente o que o investidor irá receber. Agora, perceba que o enunciado cita que houve DEFLAÇÃO. Isso quer dizer que a inflação foi negativa, correto? Então, em um cálculo simples, você já verificará que a taxa real será superior à nominal - alternativa ""b"". O que significa, em complemento, que o poder de compra do investidor será maior do que o indicado pela taxa de juros nominal oferecida pela aplicação financeira.

Para que você possa memorizar mais facilmente, lançamos a seguinte ""dica Plannes"": inflação negativa (deflação), a taxa de juros real será superior à nominal; inflação maior do que a taxa de juros nominal, a taxa de juros real ficará abaixo de zero, ou seja, será negativa.

22. a) $((1,10/1,04) - 1) \times 100$

Aqui você precisará recordar da fórmula utilizada para identificação da taxa real.
 Taxa real = (((1+taxa nominal / 1+ inflação) - 1) x100) - alternativa ""a"".

Caso não consiga lembrar da fórmula, você pode partir para a eliminação de alternativas. Se você já sabe que a taxa real desconta a taxa de inflação da taxa nominal, você já pode concluir que a taxa nominal deve ser o primeiro número e a inflação depois. Então, você já poderá eliminar as alternativas ""c"" e ""d"". Agora, reflita sobre a função do ""x100"" em uma fórmula matemática. Serve para que o valor final obtido seja colocado na base 100 para obtenção do percentual, certo? Então, esse cálculo deve ser o último a ser feito, ou seja, deve estar no final da fórmula.

23. c) $C(1 + i)^{24}$

Para responder essa questão, reflita, primeiramente, sobre o que são ""juros compostos"". São os chamados ""juros sobre juros"", certo? Isto quer dizer que o montante inicial é acrescido de juros a CADA PERÍODO, para fins de cálculo dos juros dos períodos subsequentes. Com isso em mente, você saberá que o período é um dos elementos a serem considerados nesse cálculo. Portanto, os dois anos - 24 meses - citados no enunciado devem aparecer na fórmula. Assim, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""b"".

Agora, considere que, para saber o montante final obtido, ou seja, o valor futuro (VF), será preciso multiplicar o capital, ou valor presente (VP), pela taxa de juros (i) adicionada ao número 1 e, somente depois, pelo período de aplicação (24 meses) - alternativa ""c"".

24. c) inversamente proporcional à taxa de desconto.

Aqui você deverá refletir, primeiramente, sobre o que é Valor Presente (VP). Trata-se do valor atual do investimento, acrescentado dos juros de determinado período, descontando os pagamentos no meio desse período, se houver. Perceba, então, que o prazo não é fator a ser considerado, já que se refere ao capital inicial, ao valor do investimento. Assim, já desconsidere as alternativas ""b"" e ""d"".

Agora, veja que é preciso ""descontar os pagamentos"", o que significa considerar a taxa de desconto. Ela é utilizada para determinar o valor hoje do dinheiro pago ou recebido em algum momento futuro. É o contrário da operação da taxa de juros. Por exemplo, uma promessa de pagamento de R\$ 100,00 em um ano com taxa de desconto de 10% significa que o valor presente do pagamento é de R\$ 90,00. A partir deste entendimento, você já pode concluir que a alternativa correta é a ""c"".

25. c) 60% do Índice de Preços por Atacado (IPA), 30% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e 10% do Índice Nacional de Custo de Construção (INCC).

Para responder essa questão, você precisará lembrar que os índices que compõem o IGP-M são o IPA, o IPC e o INCC - nessa ordem.

Para ajudar você a memorizar os percentuais, sugerimos uma ""DICA PLANNES"". Basta você guardar essa frase: ""60 nessa cadeira, se vira nos 30 e tira 10 nessa prova"", ou seja, 60, 30, 10, relacionando-os à sequência IPA, IPC e INCC. "

26. a) $C + I + G + NX (X - M)$.

Para responder esta questão, atente-se para o significado da sigla PIB - Produto Interno Bruto. Lembre-se de que o termo ""bruto"" se refere a um montante que não sofreu qualquer desconto ou retenção. Portanto, o PIB é calculado com a SOMA de todos os investimentos realizados no país, estado ou cidade, considerando que ""C"" é o consumo das famílias; ""I"" é o Investimento das Empresas; ""G"" Gastos do Governo e ""X-M"" são as exportações líquidas (exportações menos importações), desta forma, chegamos ao cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) na ótica das despesas: Então, a resposta correta é a alternativa ""a"".

E, para nunca mais esquecer o que compõe a fórmula do PIB, apresentamos mais uma dica de ouro. Imagine um super-herói do X-Men fumando um cigarro = $C+I+G$ + arro do X-Men, ou XM, considerando as iniciais.

É importante se atentar que em seu exame Exportações Líquidas podem constar das seguintes formas:

X-M= exportações menos importações ou EL = Exportações Líquidas ou NX = Net Exports.

Sendo assim, pode cair em sua prova: $PIB = C + I + G + EL$ ou $PIB = C + I + G + NX$ ou $PIB: PIB = C + I + G + (X - M)$

$C = \text{Consumo}$ $I = \text{Investimentos}$ $G = \text{Gastos}$ $X = \text{Exportações}$ $M = \text{Importações}$ $EL = \text{Exportações Líquidas}$ $NX = \text{Net Exports}$ $(X-M) = \text{Exportações} - \text{Importações}$

27. a) exportação, pois a cotação do real cai e, portanto, estimula a exportação.

Se o preço de um produto cai, a tendência é que as vendas aumentem, certo? A mesma lógica se aplica ao comércio exterior. Se o real está mais "barato", será muito mais fácil vender produtos no exterior. Por isso, a desvalorização do real estimula a exportação. - alternativa "a".

28. d) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Comitê de Políticas Monetárias (Copom).

Essa você não pode errar. Se você já sabe que a definição da Taxa Selic é uma atribuição do Copom, as alternativas ""a"" e ""c"" já podem ser eliminadas. Agora,

lembre que o IPCA é o índice OFICIAL de inflação do Brasil. E, se é oficial, deve ser estabelecido por um órgão oficial, certo? No caso, o IBGE - alternativa ""d"".

E aqui vai uma dica para te ajudar com essa relação ""índice x órgão que calcula"": *I.P.C.A. possui quatro letras e começa com a letra ""I"", assim como o órgão que realiza seu cálculo: I.B.G.E.

Em complemento, lembre que a FGV calcula o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), que incorpora outros setores da economia, e a dica para te ajudar a lembrar é: IGP possui três letras e a segunda letra é a ""G"", assim como na sigla do órgão que realiza seu cálculo. Ele é considerado um primo do IPCA. E também não esqueça que a CVM é o ""chefe"" do mercado de capitais, assim como o Conselho Monetário Nacional (CMN) é o ""chefe"" do Sistema Financeiro Nacional"

29. a) expansionista e contracionista.

O enunciado refere-se às ""armas"" que o governo dispõe para manter a estabilidade econômica do país. Caso você não lembre desses conceitos citados nas alternativas, você pode partir para a seguinte analogia: o aumento dos gastos públicos representa, em tese, um maior desenvolvimento do país, com maior investimento em infraestrutura (obras) e bens e serviços para a população, certo? O objetivo é de crescimento, de estímulo à atividade econômica, de expansão - daí a denominação de política fiscal expansionista. Até aqui, você já pode eliminar as alternativas ""b"" e ""d"".

Agora, se o governo está aumentando os impostos, o objetivo é reduzir a quantidade de recursos disponíveis para serem destinados ao consumo ou à poupança, certo? O maior interesse, aqui, é controlar a inflação. Em outras palavras, se há restrição da oferta de moeda disponível, podemos dizer que o governo está contraindo o mercado, certo? Daí a denominação política fiscal contracionista, também conhecida como política fiscal restritiva. Portanto, a alternativa correta é a ""a"".

30. a) a taxa de juros nominal menos a inflação.

É importante lembrar que a palavra REAL indica o verdadeiro ganho do investidor, isto é, é aquela taxa que desconta as perdas do período, ou seja, a inflação. A taxa nominal é a contratada em uma operação financeira, sem ajuste para remover a inflação - alternativa "a".

31. c) Aumento da taxa de juros.

Para responder esta questão, você precisará lembrar que o IPCA é o índice oficial de inflação do país. Portanto, se há grande elevação do IPCA, significa que há grande elevação da inflação. Neste cenário, para controlar a inflação e estabilizar a economia, o governo precisará adotar medidas para desestimular o consumo, certo? E, dentre as

alternativas apresentadas, qual representa uma medida que fará com que as pessoas consumam menos? A alternativa ""c"".

Com o aumento da taxa de juros (Selic), os juros cobrados nos financiamentos, empréstimos e cartões de crédito ficam mais altos porque são atrelados a ela. Assim, com tudo mais caro, o consumo diminui, favorecendo a queda da inflação.

32. a) Deixar o câmbio flutuante.

Esta questão é mais simples do que parece. Se o dólar está ganhando força, ele está valorizando. Então, se o objetivo é estimular as exportações, esse cenário é favorável, certo? Quanto mais alto o dólar, em tese, melhor será para quem exporta, ou seja, a alta do dólar melhora as exportações. Assim, o Bacen nada deverá fazer. Isso quer dizer que ele deverá manter o câmbio flutuante - regime adotado pelo país desde 1999 - alternativa "a".

33. c) Redução da Taxa Selic.

Essa você não pode errar, mas fique atento. A primeira parte do enunciado cita estabilidade na taxa de inflação, o que poderá levar você a acreditar que nada precisa ser alterado na economia. PORÉM, a TAXA DE DESEMPREGO está acima do esperado. Então, para fazer com novos postos de trabalho sejam criados no país, o governo precisa estimular a economia, certo? E, dentre as atribuições do Copom, o que pode ser feito para estimular a economia? Reduzir a Taxa Selic, certo? - alternativa ""c"".

Com a redução da Taxa Selic, os juros cobrados nos financiamentos, empréstimos e cartões de crédito, em tese, ficam mais baixo, pois são atrelados a ela. Assim, com a redução do ""custo do dinheiro"", fica mais fácil para as empresas tomarem empréstimos para expansão do negócio e, assim, gerarem novos postos de trabalho. "

34. a) aumento na taxa de compulsório.

Para responder essa questão, tenha em mente que uma estratégia expansionista é adotada com o objetivo de expansão, de crescimento. Agora, preste atenção ao enunciado, especificamente para a palavra EXCETO. Você precisa identificar qual estratégia NÃO resultará em crescimento econômico ao país.

É a apontada na alternativa ""a"".

Isso porque o aumento na taxa de compulsório - que é uma taxa que os bancos têm de pagar ao Bacen - em consequência, representará, geralmente, taxas de juros maiores. Com taxas de juros maiores, há um desestímulo à tomada de empréstimos e ao consumo, o que retrai/contrai o mercado, a economia. "

35. b) o Produto Interno Bruto (PIB) está abaixo da meta de crescimento.

Não se confunda com este tipo de questão. Se o governo está reduzindo a tributação, ele está querendo estimular a atividade econômica, certo? Quanto menor a tributação, em tese, menores serão os preços e, assim, maior será o consumo. Então, porque o governo deseja estimular a atividade econômica?

Por que o PIB está ABAIXO da meta de crescimento - alternativa ""b"".

Em complemento, saiba que essa é uma das ferramentas adotadas pela Política Fiscal Expansionista, assim como o aumento dos gastos do governo e as restrições às importações.

36. a) Política Monetária, diminuindo a taxa do depósito compulsório.

Nesta questão, sugerimos que você analise o enunciado por partes. Primeiramente, considere o objetivo de CONTROLAR A LIQUIDEZ do mercado financeiro. Isso significa que o objetivo é controlar a oferta da moeda, ou seja, a quantidade de dinheiro em circulação no mercado, certo? E esse é o objetivo da Política Monetária. Assim, você já pode eliminar as alternativas ""c"" e ""d"".

Agora, perceba que se trata de uma VISÃO EXPANSIONISTA, ou seja, uma visão de crescimento, de expansão, de estímulo à atividade econômica. Considerando que a taxa de depósito compulsório é uma taxa que os bancos têm de pagar ao Bacen (uma parcela sobre os valores depositados), e que - quanto maior a taxa, menos recursos os bancos emprestarão ao mercado - a redução dessa taxa representa um estímulo à economia, certo? - alternativa ""a"".

Em complemento, saiba que o redesconto é como um empréstimo que o Bacen faz às instituições financeiras. Quanto maior for essa taxa, geralmente, maiores serão as taxas de juros e, portanto, haverá um desestímulo a tomada de empréstimos e ao consumo. "

37. d) Não, pois considera a média das Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e não a dos CDBs.

Para responder essa questão, você terá de lembrar da forma como o Banco Central (Bacen) calcula a TR. Nessa conta, é considerada a Taxa

Básica Financeira (TBF), como disse o gerente; PORÉM, a TBF é composta das taxas de juros das Letras do Tesouro Nacional (LTNs) negociadas no mercado secundário e registradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), e não a dos CDBs, como ele explicou.

Portanto, a alternativa correta é a ""d""

Essa média apurada das taxas LTNs mensalmente origina a TBF, a qual sofre aplicação de um redutor para definição da TR.

38. b) oficial, utilizado como parâmetro para o sistema de metas de inflação do Brasil.

Lembre-se de que o IPCA é o índice oficial de inflação do país. E se é oficial, é calculado por um órgão oficial, certo? No caso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Então, a alternativa correta é a ""b"".

Como complemento, saiba que ele é calculado a partir de pesquisas mensais realizadas com famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos nas regiões de abrangência do Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor (SNIPC): as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba e Vitória, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju."

39. a) os preços, em média, subiram 10%.

Muita atenção nesta questão. Perceba que o enunciado quer saber como é possível CONSTATAR a inflação e, não qual é o reflexo, a consequência dela. Então, lembre-se de como o governo, no caso, o IBGE, calcula o índice oficial de inflação do país - Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA): analisando a variação dos PREÇOS de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias. Portanto, a alternativa correta é a "a".

40. c) superávit na balança de serviços.

Aqui, vamos por partes, com muita atenção!

Por engano, você poderá associar remessa com exportação e, de bate-pronto, avaliar que as exportações foram menores do que as importações e concluir por uma balança comercial negativa, ou seja, deficitária. CONTUDO, tenha sempre em mente que a balança comercial considera os valores de PRODUTOS E SERVIÇOS comercializados com outras nações. E perceba que o enunciado refere-se apenas à balança de serviços, que engloba as transações com prestação de serviços e também, transações com transportes, viagens internacionais, seguros, pagamento de royalties e remessa de lucros e juros. Agora, inverta a frase do enunciado e perceba que os VALORES RECEBIDOS do exterior foram maiores do que os valores REMETIDOS. Então, se entrou mais dinheiro do que saiu, podemos concluir que há superávit na balança de serviços - resposta ""c"".

41. b) a inflação no período foi igual a zero.

Como a taxa real é igual a taxa nominal, na situação descrita no enunciado, pode-se concluir que a inflação foi igual a zero, ou seja, para que você obtenha um ganho real em uma aplicação financeira exatamente igual ao seu ganho nominal, será necessário que a inflação seja igual a zero - alternativa ""b"".

Podemos comprovar isso matematicamente, aplicando a fórmula para obtenção da taxa real, que é a seguinte:

$$\text{Taxa real} = [(1 + \text{taxa nominal}) / (1 + \text{inflação}) - 1] \times 100\%$$

42. c) flutuação suja, com intervenções por parte do Banco Central (Bacen).

Tenha sempre em mente que, no Brasil, a taxa de câmbio é determinada pelo mercado. Apesar do Bacen divulgar a Taxa Ptax, que é considerada a "taxa oficial" de câmbio, ela não representa o preço final da moeda. Isso quer dizer que ela é variável, ou seja, ela "flutua". CONTUDO, lembre-se de que, quando o valor de uma moeda sofre uma alteração brusca, o Bacen faz uma interferência pontual para estabilizar o valor da moeda - sistema chamado de "câmbio flutuante sujo" - alternativa "c".

43. c) não intervém no mercado de câmbio, permanecendo inalteradas as reservas internacionais.

Com taxas PERFEITAMENTE flutuantes, como destaca o enunciado, o mercado é quem vai determinar o valor da moeda estrangeira, o Banco Central não intervém no mercado e, assim, suas reservas internacionais permanecem inalteradas - alternativa ""c"".

Em complemento, saiba que esse regime de política cambial é também conhecido como Flutuação Limpa."

44. d) II e IV

Para responder essa questão, reflita sobre o que são medidas contracionistas. São aquelas adotadas pelo governo para ""contrair"" o mercado, ou seja, restringir a quantidade de recursos disponíveis para serem destinados ao consumo ou à poupança, com o objetivo de controlar a inflação. A partir desse entendimento, verifique quais assertivas que representam medidas que desestimulem a atividade econômica. São as assertivas II e IV, certo? - alternativa ""d"".

Isso porque o aumento do depósito compulsório - que é uma taxa que os bancos têm de pagar ao Bacen - representará, geralmente, taxas de juros maiores, como consequência. Com taxas de juros maiores, há um desestímulo à tomada de empréstimos e ao consumo, o que retrai/contrai o mercado, a economia. A redução dos gastos governamentais representa menos investimentos em infraestrutura no país. Já a redução da Taxa Selic e do IPI representam incentivos à atividade econômica. "

45. b) melhora as condições para exportações.

Se o preço de um produto cai, a tendência é que as vendas aumentem, certo? A mesma lógica se aplica ao comércio exterior. Se o real está mais "barato", será muito mais

fácil vender produtos no exterior. Por isso, a desvalorização do real estimula a exportação - alternativa "b".

46. a) aumento contínuo no nível geral de preços, ocasionando perda do poder aquisitivo da moeda.

Você já sabe que a inflação pode ser a grande vilã do Sistema Financeiro Nacional, certo? O seu controle é essencial para o equilíbrio do sistema. Ela acontece quando há um aumento contínuo nos preços provocando a desvalorização do dinheiro, ou seja, a perda do poder aquisitivo da moeda - alternativa ""a"".

47. a) Taxa Selic Meta.

Esta é fácil. O Copom – órgão do Bacen – tem a missão de definir a taxa básica da economia com o objetivo de cumprir a META de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), certo? E a taxa básica da economia, definida pelo Copom é a Selic Meta, como o próprio objetivo já revela no nome . Assim, a alternativa correta é a "a". Como complemento, lembre-se de que a Selic Over é definida pelo próprio mercado financeiro.

48. d) realizar as operações de Open Market.

Cuidado com esta questão, pois ela poderá confundir você. Como você sabe que uma das funções do Bacen é fiscalizar, você poderá, de bate-pronto, marcar a alternativa ""b"". PORÉM, lembre-se de que o Bacen fiscaliza as instituições financeiras, e não as companhias. Agora, perceba que as alternativas ""a"" e ""c"" apresentam funções de um ""chefe"", ou seja, autorizar e coordenar, e o Bacen não é ""chefe"", lembra? Ele é um órgão executor. Assim, resta a alternativa ""d"" , que é a resposta correta.

Em complemento, saiba que o Open Market, ou ""mercado aberto"", é onde os bancos realizam as transações de compra e venda de títulos públicos federais. Esse é o instrumento mais ágil de política monetária de que o Bacen dispõe, ou seja, é de curto prazo. Quando o objetivo é a política expansionista, isto é, estimular o desenvolvimento, o governo insere moeda na economia por meio da compra de títulos no Open Market. Quando a necessidade é reduzir a liquidez, como parte da política restritiva, o governo vende títulos.

1. b) ordinárias.

Para responder a esta questão, vamos reforçar uma dica para você. Reflita, primeiramente, sobre o que significa votar em uma Assembleia. Ao registrar o seu voto, o acionista está registrando a sua OPINIÃO sobre determinada decisão, certo? Então, associe a letra "O", de "OPINIÃO", com a inicial "O" de "ORDINÁRIAS", ou seja, quem detém uma ação ordinária tem direito a dar a sua opinião sobre as decisões da empresa - alternativa "b".

2. a) preferenciais.

"O enunciado da questão já ajuda você na resolução. A palavra PRIORIDADE indica que os investidores possuem preferência a algo, certo? Portanto, a alternativa correta é a ""a"".

Se desejar mais uma dica de associação de palavras, você poderá sempre associar a letra ""P"", de ""PRIORIDADE""", com a letra ""P"" de ""PREFERENCIAIS"".

3. d) juros sobre capital próprio.

Atenção aqui nesta questão. Você poderá confundir-se. Em uma leitura rápida do enunciado, você poderá considerar que se trata da distribuição de lucros e julgar que se fala de dividendos. PORÉM, perceba que o enunciado trata de LUCROS RETIDOS em exercícios anteriores. Nesse caso, a distribuição é feita com juros sobre capital próprio - alternativa "d". Lembre-se de que os dividendos são pagos com base na existência de lucro no exercício atual.

4. d) pela Bolsa de Valores.

Para responder a esta questão, você terá de lembrar-se de que os emolumentos são taxas cobradas diretamente pela Bolsa de Valores nas operações que são registradas em seus sistemas, incluindo aquelas envolvendo ações - alternativa "d".

5. a) 15% e 20%.

"Essa você não pode errar. As alíquotas de Imposto de Renda (IR) nas operações com ações são de 15%, no mercado à vista, e de 20%, nas de Day Trade - alternativa ""a""". Caso você não se recorde, lembramos que Day trade é a combinação de operação de compra e de venda realizadas por um investidor com o mesmo título em um mesmo dia.

Como complemento, saiba que há isenção de IR para as operações no mercado à vista realizadas por Pessoas Físicas dentro do mesmo mês limitado a vendas no valor de R\$ 20.000,00.

6. a) bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário.

Para responder a esta questão, você precisará, primeiramente, recordar-se do que são as LCIs. São títulos emitidos para captação de recursos para o oferecimento de empréstimos para o setor imobiliário, certo? Então, reflita sobre quem pode conceder empréstimos. Somente uma instituição financeira, não é? Portanto, os bancos comerciais devem constar na resposta. Assim, você já pode eliminar as alternativas "c" e "d". Agora, dentre as alternativas que restaram, fica fácil identificar a correta, pois as securitizadoras não emitem LCIs, MAS, sim, CRIs e CRAs - Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio, respectivamente, que são títulos de renda fixa emitidos exclusivamente por uma companhia securitizadora. Assim, a resposta correta é a "a".

7. a) bancos de investimento.

Para responder a esta questão, você precisará, primeiramente, recordar-se do que são as LCAs. São títulos emitidos para captação de recursos para o oferecimento de empréstimos para o setor do agronegócio, certo? Então, reflita sobre quem pode conceder empréstimos. Somente uma instituição financeira, não é? Portanto, a alternativa correta é a "a", pois as demais não citam instituições financeiras.

8. b) o valor pago a título de prêmio da opção.

Você precisa ter em mente que o risco máximo que pode ocorrer ao titular no mercado de opções refere-se a sua posição de compra ou de venda a qual existe a possibilidade de perder o prêmio pago - alternativa ""b"". Portanto, a perda máxima que o um titular de uma opção pode sofrer está limitada ao valor do prêmio pago, pois, se a opção não for exercida, o valor que foi pago de prêmio não retorna ao titular.

9. c) 90 dias.

Nesta questão, você precisará lembrar-se do que determina a norma vigente em relação ao prazo de carência para resgate: 90 dias - alternativa ""c"". Porém, existe um detalhe importante em relação aos prazos mínimos de vencimento de LCI e LCA. Como o enunciado não cita o índice ao qual o título está atrelado, considera-se o prazo mínimo: que é de 90 dias.

No entanto, o prazo mínimo de vencimento de 90 dias será somente caso a letra não preveja atualização por índice de preços, ou seja, CDI, sendo de 12 meses, quando ocorre atualização anual por índice de preços, como o IPCA, por exemplo; e de 36 meses, se a letra estipular atualização mensal por índice de preços."

10. a) Pessoas Físicas.

Esta você não pode errar. Em todos os tipos de investimentos, a isenção de IR, quando ocorre, é concedida apenas a Pessoas Físicas - alternativa "a".

11. d) um depósito a prazo que representa um passivo da instituição emissora.

Para responder essa questão, convidamos você a uma reflexão. Quando o investidor adquire um CDB ele está ""emprestando"" o seu dinheiro à instituição que o emitiu, certo? Então, se ele está emprestando ao banco, o investidor passa a ter um ativo e o banco assume uma dívida com esse investidor, ou seja, o banco passa a ter um passivo, não é mesmo? A partir desse entendimento, perceba que as alternativas ""a"" e ""c"" já devem ser desconsideradas. Agora, ficou fácil. Se o investidor empresta dinheiro ao banco em troca de uma rentabilidade, quanto maior o prazo melhor, não é mesmo? Então, trata-se de um depósito a prazo - alternativa ""d"".

12. b) R\$ 250 mil por Pessoa Física ou Jurídica.

O primeiro passo para responder a esta questão é refletir sobre a finalidade do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Ele foi criado para proteger o investidor contra o risco de crédito existente nas instituições financeiras, certo? Em outras palavras, protege contra o calote dos bancos. E essa "proteção" é dada a qualquer tipo de investidor: Pessoa Física ou Jurídica. A partir dessa compreensão, você já poderá desconsiderar as alternativas "a" e "c". Agora, precisará recordar-se de que o valor máximo garantido por CPF/CNPJ é de R\$ 250 mil - alternativa "b". Em complemento, destacamos que a única exceção é o investimento em Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE), que tem cobertura estendida do FGC ao valor de até R\$ 20 milhões.

13. a) R\$ 225,00.

Nesta questão, você precisa estar atento ao prazo informado no enunciado, pois é ele que determina qual será a alíquota incidente de Imposto de Renda. A tabela é regressiva, ou seja, quanto maior o prazo, menor será a alíquota. Conforme a classificação da Receita Federal, ela pode ser de 22,5%, 20%, 17,5% e de 15%, variando conforme as faixas de prazo de até 180 dias, de 181 dias a 360 dias, de 361 a 720 dias e acima de 720 dias, respectivamente. Agora, reflita sobre o prazo informado - 180 dias. Ele está na primeira faixa, certo? Portanto, será aplicada a alíquota máxima - 22,5% - alternativa ""a"".

CUIDADO com esse tipo de questão para não se confundir com a tributação sobre as ações, cuja alíquota é fixa, sempre de 15%, independente do prazo de resgate. Para descomplicar a memorização da Tabela Regressiva de IR, a qual você precisa ter na ponta da língua no dia do seu exame, aqui vai uma dica valiosíssima => a cada linha, o prazo será multiplicado por 2 e a alíquota irá reduzir 2,5%, ou seja, você só precisa se lembrar da primeira ordem e o restante será simples.

Você também pode considerar o prazo em meses, pois a lógica é a mesma. Vamos lá?

Até 6 meses = 22,5%

De 6 meses a 12 meses (1 ano) = 20%

De 12 meses (1 ano) a 24 meses (2 anos) = 17,5%

Acima de 24 meses (dois anos) = 15%

Agora, tente refazer essa tabela em um papel à parte (sem colar), pois é importante que você tenha esse conhecimento em mente no dia da sua prova.

14. c) 20,00%.

Nesta questão, você precisa estar atento ao prazo informado no enunciado, pois é ele que determina qual será a alíquota incidente de Imposto de Renda. A tabela é regressiva, ou seja, quanto maior o prazo, menor será a alíquota. Conforme a classificação da Receita Federal, ela pode ser de 22,5%, 20%, 17,5% e de 15%, variando conforme as faixas de prazo de até 180 dias, de 181 dias a 360 dias, de 361 a 720 dias e acima de 720 dias, respectivamente. Agora, lembrando-se dessa classificação, reflita sobre o prazo informado - 200 dias. Ele está na segunda faixa da tabela, certo? Portanto, será aplicada a alíquota de 20% - alternativa ""c"".

Para descomplicar a memorização desta tabela, a qual você precisa ter na ponta da língua no dia do seu exame, aqui vai uma dica valiosíssima => a cada linha, o prazo será multiplicado por 2 e a alíquota irá reduzir 2,5%, ou seja, você só precisa se lembrar da primeira ordem e o restante será simples.

Você também pode levantar o prazo em meses, pois a lógica é a mesma. Vamos lá?

Até 6 meses = 22,5%

De 6 meses a 12 meses (1 ano) = 20%

De 12 meses (1 ano) a 24 meses (2 anos) = 17,5%

Acima de 24 meses (dois anos) = 15%

Agora, tente refazer essa tabela em um papel à parte (sem colar), pois é importante que você tenha esse conhecimento em mente no dia da sua prova.

15. d) da espécie subordinada.

Antes de qualquer coisa, é importante lembrar que as debêntures não possuem a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Então, qual garantia o investidor tem contra um ""calote"" da emissora da debênture? De acordo com a escritura, uma debênture pode ter os seguintes tipos de garantias, classificadas de acordo com o nível de risco - do menor risco para o maior risco:

1. Real: a empresa emissora aliena um bem à operação. Ou seja, um bem real da empresa fica "preso", de forma que a empresa não pode negociá-lo, vendê-lo ou transferi-lo.

2. Flutuante: por aqui também temos um bem real dando garantia à operação; no entanto, essa garantia pode ser substituída. 3. Quiografária: o debenturista concorre em igualdade de condições com os demais credores quiografários (sem preferência). 4. Subordinada: como o próprio nome indica, nesta debênture, os investidores estão subordinados aos credores quiografários.

E para simplificar, aqui vai uma palavra-chave que te ajudará a nunca mais esquecer essa ordem dos tipos de garantia - do menor risco para o maior risco: RE-FLU-QUI-SU. Real, Flutuante, Quiografária e Subordinada.

16. b) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Essa é muito fácil. Perceba que a nova nomenclatura dos títulos públicos federais já indica o indexador - alternativa ""b"".

Contudo, suponhamos que em seu exame conste em uma das questões, o antigo nome do título: NTN-B. E agora? Não se preocupe, aqui vai uma dica valiosa:

Quando a referência for a um título NTN-B, lembre-se de que a letra "B" refere-se a Brasil. E qual é o índice oficial de inflação do Brasil? IPCA. Então, você já pode concluir que o NTN-B é um título público atrelado ao IPCA.

E já que estamos falando de títulos, vamos aprender a diferenciá-los de uma vez por todas?

Preste atenção na letra "T" das siglas. Lembrem-se de que quando a letra "T" aparecer antes de outra letra, trata-se de um título prefixado: LTN. Quando a letra "T" aparecer depois, trata-se de um título pós-fixado: LFT.

17. d) no vencimento, com base na Taxa Selic.

Esta questão é fácil se você ficar atento à nomenclatura dos títulos federais. O Tesouro Selic, já revela o indexador, ou seja, Selic. Assim, você já pode eliminar as alternativas "a" e "c". Agora, precisa lembrar-se de que a remuneração dos títulos públicos federais indexados à taxa Selic acontece sempre no vencimento, ou seja, Tesouro Selic é um título zero cupom, o que quer dizer que a LFT não faz pagamentos de juros periódicos, mas, sim, no vencimento, com base na Taxa Selic do período - alternativa "d".

18. a) 0,01 título.

Para responder a essa questão, você precisará lembrar-se do que estudou. A quantidade mínima de compra é a fração de 0,01 título, ou seja, 1% do valor de um título, desde que o valor seja igual ou superior a R\$ 30,00 - alternativa "a".

19. b) tenha um recebimento em dólar em 90 dias.

Se a empresa compra uma opção de venda, ela ganha a permissão de vender um ativo; no caso do enunciado, o dólar. Então, se ela ganha permissão de vender, a probabilidade é que ela irá receber um pagamento por essa venda, certo? - alternativa ""b"".

Para uma melhor compreensão do tema, considere que se a empresa em questão busca vender algo antecipadamente, entende-se que ela, como investidor, esteja apostando na queda do preço desse ativo. Para uma companhia que tem um valor em dólar a receber, sua preocupação é a de que o dólar apresente desvalorização frente ao Real. Para tal, é preciso fazer um hedge dessa posição, vendendo antecipadamente os dólares. Nesse caso, comprando uma opção de venda de dólar.

20. c) Tesouro Prefixado.

Esta questão quer testar seu conhecimento a respeito da nova nomenclatura dos títulos públicos federais, alterada em 2015, quando a Secretaria do Tesouro Nacional percebeu a necessidade de torná-la mais intuitiva aos investidores. Então, a partir dessa data, a LTN passou a ser conhecida como Tesouro Prefixado - alternativa ""c"".

Para facilitar, preste atenção na letra "T" das siglas. Lembre-se de que, quando a letra "T" aparecer antes de outra letra, trata-se de um título prefixado: LTN.

Quando a letra "T" aparecer depois, trata-se de um título pós-fixado LFT.

21. c) Taxa Referencial (TR).

Aqui você precisará lembrar que a remuneração da poupança está atrelada à TR - alternativa ""c"".

22. Em complemento, reforçamos que o cálculo da remuneração da caderneta de poupança foi alterado pelo Governo Federal em 2012, na tentativa de reduzir a atratividade da poupança como opção de investimento. Assim, a remuneração, que era de 0,5% ao mês + TR, passou a ser 70% da Selic (quando a Selic estiver igual ou menor que 8,5% ao ano) + TR OU 0,5% ao mês (quando a Selic estiver maior que 8,5% ao ano) + TR. "

23. c) o DPGE é um título que conta com garantia do FGC de até R\$ 20 milhões por CPF/CNPJ.

Se você lembra bem do que se trata o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), você não poderá errar essa. Perceba que o nome do título já revela que ele oferece um ""algo mais"", ou seja GARANTIA ESPECIAL. Então, se você tem em mente que o FGC garante cobertura de até R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, você já deve supor que o DPGE possui algo a mais, certo? Então, já descarte as alternativas ""d"" e ""b"". Agora, contando com o seu bom senso, perceba que a alternativa ""a"" apresenta uma opção exagerada, não é mesmo? Assim, resta como alternativa correta a ""c"".

24. c) Agente Fiduciário.

Nesta questão, você pode iniciar a análise por exclusão. Primeiramente, precisará refletir sobre o que é uma debênture. São títulos corporativos, emitidos por empresas para captação de recursos no mercado, certo? Então, perceba que a alternativa "a" já pode ser descartada, pois os bancos nada tem a ver com as debêntures. A "b" igualmente está incorreta pois a empresa que oferta defenderá seus próprios interesses, e não os dos debenturistas. Agora, muita atenção.

Considerando que a CVM tem o papel de PROTEGER os investidores no mercado de capitais, você poderá ser levado a marcar a alternativa "d". PORÉM, o enunciado questiona sobre DEFENDER OS INTERESSES dos debenturistas. Esse é o papel do Agente Fiduciário, que é o representante legal dos interesses dos clientes junto à emissora de títulos de crédito ou debêntures - alternativa "c".

25. b) ajustes diários.

Para responder a essa questão, você precisará lembrar que o contrato Futuro é o único contrato de derivativos cujo ajuste das diferenças de preço é feito diariamente via ajustes diários. Outro ponto importante, é que os mercados futuros têm dinâmica semelhante a do mercado a termo, mas apresenta diferenças importantes. E a mais relevante refere-se à liquidez. Enquanto no mercado a termo os desembolsos ocorrem somente no vencimento do contrato, no mercado futuro os compromissos são ajustados diariamente - alternativa ""b"".

Em complemento, acrescentamos que as alterações de preços dos contratos são verificadas todos os dias para apuração das perdas de um lado e dos ganhos do outro, realizando-se a liquidação das diferenças do dia. Em outras palavras, esse tipo de derivativo tem mais liquidez do que o mercado a termo.

26. c) tem garantia real que está vinculada à carteira de crédito imobiliário que dá lastro ao certificado.

Quando a questão tratar de Certificado de Recebíveis - Imobiliário (CRI) ou do Agronegócio (CRA), tenha em mente sempre que esse tipo de título não possui cobertura do FGC. Com esse entendimento, você já pode eliminar a alternativa ""a"". Outra característica importante é que são emitidos por companhias securitizadoras, e não por bancos. Então, já elimine a alternativa ""b"" também. Agora, ciente de que nenhum investimento é livre de risco, como sugere a alternativa ""d"" , resta, como resposta correta, a alternativa ""c"".

Em complemento, lembramos que o lastro será um empreendimento imobiliário, e os mais comuns, em CRIs, são créditos decorrentes de contratos de compra e venda com alienação fiduciária do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI).

27. b) vende um título para o investidor, com o compromisso de recompra.

Perceba a palavra COMPROMISSADA no enunciado. Ela já indica que há um compromisso assumido pela parte que emite o título, ou seja, a instituição financeira. E emitir significa vender, certo? Então, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""c"". Agora, você precisa refletir sobre qual seria o compromisso assumido pelo vendedor que seria um atrativo para o comprador? Que daria mais segurança à negociação? O compromisso de recomprá-lo - alternativa ""b"".

Em complemento, lembramos que o Banco Central (Bacen), por exemplo, recorre às operações compromissadas como medida de controle da inflação, ou seja, ele ""empresta"" títulos públicos para o mercado por um período e depois desfaz essa operação (recompra). Assim, com menos dinheiro circulando, em tese, menor será a inflação.

28. b) 17,5%.

Para responder a esta questão, você terá de lembrar-se de que a incidência da tributação sobre as operações compromissadas seguem a tabela regressiva, ou seja, quanto maior o prazo, menor será o imposto a ser pago.

Conforme a classificação da Receita Federal, a alíquota pode ser de 22,5%, 20%, 17,5% e de 15%, variando conforme as faixas de prazo de até 180 dias, de 181 dias a 360 dias, de 361 a 720 dias e acima de 720 dias, respectivamente. Agora, lembrando-se dessa classificação, reflita sobre o prazo informado - 500 dias. Ele está na terceira faixa da tabela, certo? Portanto, será aplicada a alíquota de 17,5% - alternativa ""b"".

Para descomplicar a memorização desta tabela, a qual você precisa ter na ponta da língua no dia do seu exame, aqui vai uma dica valiosíssima => a cada linha, o prazo será multiplicado por 2 e a alíquota irá reduzir 2,5%, ou seja, você só precisa se lembrar da primeira ordem e o restante será simples.

Você também pode levantar o prazo em meses, pois a lógica é a mesma. Vamos lá?

Até 6 meses = 22,5%

De 6 meses a 12 meses (1 ano) = 20%

De 12 meses (1 ano) a 24 meses (2 anos) = 17,5%

Acima de 24 meses (dois anos) = 15%

Agora, tente refazer essa tabela em um papel à parte (sem colar), pois é importante que você tenha esse conhecimento em mente no dia da sua prova.

29. a) o comportamento histórico do preço desse ativo.

Atenção aqui nesta questão. Sempre que o tema for PRECIFICAÇÃO de ações, tenha em mente que são classificadas em dois tipos de análises: a técnica ou grafista e a fundamentalista. A primeira - a qual se refere o enunciado - considera o componente ""tendência"". E aqui, a nossa dica, é você sempre associar a letra ""T"" de técnica com ""T"" de tendência. E o que seria essa tendência? É a análise do comportamento do mercado que indica a probabilidade de continuidade. Outra dica é associar ""G"" de grafista com ""G"" de gráficos. Essa análise é feita a partir dos movimentos do preço mostrados em um gráfico. Em outras palavras, a Análise Técnica, também conhecida como grafista, estuda o comportamento do preço das ações para que indique o cenário mais provável para os próximos períodos - alternativa ""a"".

Em complemento, saiba que a análise fundamentalista projeta os resultados de uma empresa, ou seja, o seu desempenho, além dos fatores econômicos. Aqui, você pode associar a análise ""fundamentalista"" com o estudo por meio de ""fundamentos"". Em outros termos, a Análise Fundamentalista é mais utilizada para investimentos no longo prazo, enquanto a Análise Técnica é a preferida por quem busca rentabilidade em um período menor.

30. b) o IR será retido na fonte a cada pagamento de cupom e a alíquota vai variar de acordo com o prazo de pagamento de cada cupom.

Aqui, vamos em partes. Considere, primeiramente, que a LF não oferece isenção de IR - o que o levará a eliminar a alternativa ""c"". Agora, atente-se ao fato de que o título paga CUPOM SEMESTRAL. Lembre-se, então, de que isso significa o pagamento de juros a cada semestre, ou seja, rendimento semestral, além do vencimento. Até aqui, você já pode concluir que a incidência do IR será semestral, a cada pagamento do cupom. Assim, você também já pode eliminar a alternativa ""a"".

Para identificar a resposta correta, muito cuidado. A incidência do IR obedece a tabela regressiva e, por isso, varia conforme o prazo de permanência; PORÉM, você precisará ter em mente que, quando se trata de cupom semestral, o IR é sempre retido na fonte - alternativa ""b"".

MUITO CUIDADO com esse tipo de questão para não se confundir. Apesar de se tratar de um cupom semestral, o prazo de pagamento não será sempre a cada seis meses, pois ele começa a contar a partir da aplicação inicial, ou seja, ele aumenta após o primeiro pagamento. Por exemplo, sobre um investimento feito hoje, no segundo semestre, o prazo será de um ano; no terceiro semestre, de 18 meses, e assim sucessivamente.

31. c) comprar uma opção de venda de dólar.

Antes de mais nada, você lembra que, no mercado de opções, negocia-se o direito de comprar ou de vender um bem por um preço fixo numa data futura, certo? Agora, deixamos aqui uma dica: quando a questão tratar de OPCÕES, convidamos você a uma associação simples - quem compra, tem risco reduzido; quem vende, tem risco

ilimitado. Até aqui, você já sabe que o investidor, que deseja se proteger da queda de preço do dólar, como cita o enunciado, precisará comprar, certo? Isso porque quem compra a opção (chamado titular) conquista o direito de comprar ou de vender a opção, pagando um preço por ela ao lançador (quem vende) e seu único risco será o de perder o valor pago como prêmio. A partir desse entendimento, já elimine as alternativas ""b"" e ""d"". Mas o que ele terá de comprar? Se o desejo é proteger-se da queda de preços do dólar, ele precisa comprar uma opção de venda - alternativa ""c"".

Explicamos por quê: se, no vencimento da opção, a cotação do dólar estiver abaixo do valor negociado, ele exercerá o seu direito de venda pelo valor acordado, garantindo rendimento; e, caso a cotação esteja abaixo do valor negociado, ele não terá interesse de exercer seu direito de venda, preferindo perder o valor pago como prêmio.

32. c) não podem ser determinados no momento da aplicação.

Esta você não pode errar. Se é RENDA VARIÁVEL, a rentabilidade varia, ou seja, não se sabe qual ela será no momento da aquisição do título. Em outras palavras, a remuneração não pode ser determinada no momento da aplicação - alternativa "c".

33. b) Garantia Firme.

Antes de qualquer explicação, vamos recapitular. Nas ofertas públicas de valores mobiliários, as instituições financeiras são contratadas pelas empresas para fazerem a intermediação, isto é, distribuir os valores mobiliários no mercado e/ou garantir a subscrição da emissão. Se a instituição está assumindo o risco, caso não consiga vender todas as debêntures, ela está, claramente, promovendo a maior garantia que poderia oferecer em um processo de underwriting, que é a Garantia Firme - alternativa b. Neste tipo de garantia, a Instituição Financeira subscreve integralmente a emissão das ações e revende ao público (risco do intermediário financeiro).

Os demais tipos de colocação/garantias são:

Melhores esforços: a Instituição Financeira compromete-se a realizar os melhores esforços possíveis para colocação; porém, não assume o compromisso de viabilizar a distribuição.

Residual: a instituição financeira não se responsabiliza pela integralização total das ações emitidas no momento de lançamento. Ela apenas se compromete, com a empresa emitente, em negociar as novas ações junto ao mercado e, após determinado prazo, subscrever ou devolver as ações que não foram adquiridas pelo público.

As alternativas ""a"" e ""d"" não têm relação com o processo de underwriting.

34. c) proporciona liquidez aos papéis negociados no mercado primário.

Esta é fácil. A emissão de títulos é a primeira etapa, certo? A negociação, então, é a segunda etapa, ou seja, é no mercado secundário que os investidores compram e vendem em busca de lucratividade e liquidez, transferindo entre si os títulos anteriormente adquiridos no mercado primário - alternativa "c".

Para responder a esta questão, tenha em mente que a relação do preço do ativo com o preço da opção determina se a opção é considerada como In-The-Money (dentro do dinheiro); At-The-Money (no dinheiro), ou Out-of-The-Money (fora do dinheiro).

O enunciado está fazendo referência a uma OTM, certo? Aqui, você pode considerar que ""fora do dinheiro"" significa que ""não compensa comprar"", ou seja, em uma opção de compra, ela não compensaria na data do seu vencimento. Isso porque, em uma opção de compra OTM, o preço do ativo subjacente é inferior ao preço de exercício da opção. Já o contrário é verdadeiro: em uma opção de venda - como cita o enunciado - o preço do ativo-objeto é MAIOR do que o preço de exercício - alternativa ""a"".

Em complemento, tenha em mente que:

Opção de Compra ITM: Preço do ativo subjacente é superior ao preço de exercício da opção;

Opção de Compra ATM: Preço do ativo subjacente é igual ao preço de exercício da opção;

Opção de Venda ITM: Preço do ativo adjacente é inferior ao preço de exercício da opção;

Opção de Venda ATM: Preço do ativo adjacente é igual ao preço de exercício da opção.

35. a) 100% ações Ordinárias.

Para responder a esta questão, vamos reforçar uma dica para você. Reflita, primeiramente, sobre o que significa votar em uma Assembleia. Ao registrar o seu voto, o acionista está registrando a sua OPINIÃO sobre determinada decisão, certo? Então, associe a letra "O", de "OPINIÃO", com a inicial "O" de "ORDINÁRIAS", ou seja, somente tem direito a voto, ou seja, a dar opinião sobre as decisões da empresa, quem detém uma ação ordinária. Portanto, se o enunciado cita que 1 ação equivale a 1 voto, a resposta correta é a "a".

36. d) no mínimo, 50% de ações ordinárias.

Muito cuidado nesta questão para não se confundir, pois a proporção de ações ordinárias (ONs) e de preferenciais são diferentes. Como cada ação dá um direito de voto, o controlador da companhia deve manter 50% +1 das ONs da empresa, ou seja, no mínimo 50% de ações ordinárias. Assim, as preferenciais, devem ser de, no máximo, 50% do total de ações. Portanto, a alternativa correta é a ""d"".

37. b) seja descontado do valor pago em dividendos.

O primeiro entendimento, para responder a essa questão, deve ser sobre a dinâmica do pagamento de dividendos. Tenha sempre em mente que o valor pago é descontado do preço da ação. O patrimônio do acionista permanece intacto e ele receberá os dividendos com base no valor da ação atual. CONTUDO, essa mesma ação passará a ter valor reduzido a partir da data “ex” dividendos – nome dado ao dia em que ocorrerá o pagamento do dividendo aos acionistas. A redução é da mesma ordem do valor do dividendo. Portanto, a alternativa correta é a ""b"".

Em complemento, citamos um exemplo:

A companhia C anuncia o pagamento de dividendos no valor de R\$ 2,00. Os acionistas dessa empresa receberão os dividendos com base no valor atual da ação, que está cotada a R\$ 25,00. Porém, a partir da data “ex”, as ações serão negociadas a R\$ 23,00. Esse será o preço para novos acionistas.

38. d) não há alteração no patrimônio do investidor.

Antes de mais nada, reflita sobre o que é GRUPAMENTO DE AÇÕES. Trata-se de uma estratégia, também conhecida como inplit, adotada pelas empresas como forma de controlar a volatilidade do ativo. No grupamento, como o nome diz, a empresa agrupa as ações, ou seja, ela troca várias ações de menor valor por ações de maior valor. Não há alteração no patrimônio do investidor.

39. a) representam um lote de ações de empresas não domiciliadas nos Estados Unidos.

Para responder a essa questão, convidamos você, primeiramente, a lembrar do que significa a sigla ADR - American Depository Receipt. Até aqui, você já pode eliminar as alternativas ""c"" e ""d"". Agora, sugerimos a você a associação da palavra American com Estados Unidos para saber onde as ações são NEGOCIADAS - ou seja, são ações de empresas brasileiras sendo negociadas nas bolsas de valores dos Estados Unidos. Assim, você já identifica a alternativa correta - ""a"".

Em complemento, reforçamos que os ADRs são o certificado que permitirá a negociação das ações, as quais deverão estar custodiadas em uma instituição depositária brasileira, devidamente habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

40. d) Nível 2 e Novo Mercado.

O ponto de partida aqui é refletir sobre o que é Tag Along. Trata-se de um mecanismo de proteção dos acionistas minoritários em caso de mudança de controle da companhia, previsto na Lei das S.A. Ele garante o recebimento de, no mínimo, 80% do valor por ação recebido pelo controlador. Sua existência é obrigatória nas empresas classificadas pela B3 (antiga BM&F Bovespa) como Nível II, sendo 100% para ações

ordinárias (ON) e 80% para ações preferenciais (PN); e como Novo Mercado, sendo 100% ON - alternativa ""d"". Nos segmentos Tradicional e Nível 1, a existência é facultativa.

Acrescentamos que o Tag Along é garantido apenas aos acionistas que possuem ações ordinárias. Os que possuem ações preferenciais somente serão beneficiados caso a companhia decida estender os direitos aos demais acionistas. "

41. a) somente nos meses de novembro e dezembro de 2013.

Sempre que uma questão tratar de Imposto de Renda (IR) para Pessoas Físicas em investimentos em ações, lembre-se sempre de que esse tipo de investidor tem isenção do pagamento em investimentos em ações APENAS se o investimento não exceder R\$ 20 mil. Com isso em mente, você, facilmente, identificará que a isenção ocorrerá somente sobre os ganhos obtidos nos meses de novembro e de dezembro de 2013, pois estiveram abaixo dos R\$ 20 mil - resposta ""a"".

Em complemento, saiba que a exceção também é para operações de Day Trade.

42. d) antiga Letra Financeira do Tesouro (LFT).

Esta questão é muito fácil, se você lembrar a nova nomenclatura dos títulos públicos federais, alterada em 2015 pela Secretaria do Tesouro Nacional para torná-la mais intuitiva aos investidores. Vamos lembrá-la aqui:

- Tesouro Prefixado (antiga LTN).
- Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (antiga NTN-F).
- Tesouro Selic (antiga LFT).
- Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (antiga NTN-B).
- Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B Principal).

A partir desse entendimento, você já identifica a resposta correta - ""d"", pois a nova nomenclatura já indica o indexador do título.

E já que estamos falando de títulos, vamos aprender a diferenciá-los de uma vez por todas?

Preste atenção na letra "T" das siglas. Lembrem-se de que quando a letra "T" aparecer antes de outra letra, trata-se de um título prefixado: LTN. Quando a letra "T" aparecer depois, trata-se de um título pós-fixado: LFT.

Quando a referência for a um título NTN-B, lembre-se de que a letra “B” refere-se a Brasil. E qual é o índice oficial de inflação do Brasil? IPCA. Então, você já pode concluir que o NTN-B é um título público atrelado ao IPCA.

43. a) à taxa Selic e negociado ao par, com ágio ou deságio.

Para responder a essa questão, bastará você lembrar a nova nomenclatura dos títulos públicos federais, alterada em 2015 pela Secretaria do Tesouro Nacional para torná-la mais intuitiva aos investidores. A LFT passou a ser denominada Tesouro Selic, já revelando o seu indexador - alternativa “a”.

44. a) antiga Nota do Tesouro Nacional (NTN)-B Principal.

Esta questão é muito fácil, se você lembrar a nova nomenclatura dos títulos públicos federais, alterada em 2015 pela Secretaria do Tesouro Nacional para torná-la mais intuitiva aos investidores. Vamos lembrá-la aqui:

- Tesouro Prefixado (antiga LTN).
- Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (antiga NTN-F).
- Tesouro Selic (antiga LFT).
- Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (antiga NTN-B).
- Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B Principal).

A partir desse entendimento, você já identifica que as antigas NTNs é que são indexadas ao IPCA - e já poderá eliminar as alternativas “d” e “b”, pois as debêntures não são títulos públicos.

Aqui vai outra dica valiosa:

Quando a referência for a um título NTN-B, lembre-se de que a letra “B” refere-se a Brasil. E qual é o índice oficial de inflação do Brasil? IPCA. Então, você já pode concluir que o NTN-B é um título público atrelado ao IPCA.

Agora, ciente de que a expressão “ZERO CUPOM” indica que não há pagamento de juros semestrais, você identifica a resposta correta: alternativa “a”. Outra forma de associar o título zero cupom é que quando tiver “PRINCIPAL” na nomenclatura, significa que o pagamento dos rendimentos acontece somente no FINAL.”

45. c) antiga Nota do Tesouro Nacional (NTN) – Série B.

Esta questão é muito fácil, se você lembrar a nova nomenclatura dos títulos públicos federais, alterada em 2015 pela Secretaria do Tesouro Nacional para torná-la mais intuitiva aos investidores. Vamos lembrá-la aqui:

- Tesouro Prefixado (antiga LTN).
- Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (antiga NTN-F).
- Tesouro Selic (antiga LFT).
- Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (antiga NTN-B).
- Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B Principal).

A partir desse entendimento, você já identifica que as antigas NTB-B e NTN-F são os títulos que oferecem os chamados cupons, ou seja, pagamento de juros semestrais. Agora, analisando as alternativas, você logo identifica a resposta correta: a ""c"".

Outra forma de identificar o título com cupom (juros periódicos) é associar a ausência da palavra ""PRINCIPAL"" da nomenclatura, ou seja, quando constar NTN-B Principal significa que o pagamento dos rendimentos acontece somente no FINAL (zero cupom). Por outro lado, quando não há essa palavra, quer dizer que os juros são periódicos (com cupom)."

46. a) Tesouro Selic (antiga Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

O primeiro passo nesta questão é você ter em mente que a elevação na taxa de juros significa uma elevação da taxa Selic, a taxa básica de juros da economia, certo? Então, bastará o investidor optar por um título que tenha a Selic como indexador, pois, se a taxa de juros aumentar, o investimento renderá mais. - alternativa ""a"".

47. d) quanto maior a taxa de juros, menor o PU.

Nesta questão, você irá lançar mão do seu bom senso. Se o título tem rentabilidade prefixada, ou seja, não está indexado à inflação (IPCA) ou à taxa de juros do mercado (Selic), significa que ele, ou melhor, a rentabilidade não acompanhará a oscilação do mercado, certo? MAS, MUITO CUIDADO. Isso não quer dizer que a relação é indiferente, como sugere a alternativa "c". Muito pelo contrário, a relação entre a taxa de juros e o preço unitário, no caso de uma rentabilidade prefixada, será inversamente proporcional, ou seja, quanto maior a taxa, menor o PU - alternativa "d".

48. d) diferença entre as taxas cobradas dos tomadores de crédito e as pagas aos aplicadores de um banco.

Não há muito segredo para resolver esta questão. O spread bancário, de modo simplificado, é a diferença entre a taxa de juros cobrada aos tomadores de crédito e a taxa de juros paga aos depositantes pelos bancos - alternativa ""d"".

Em outras palavras, é a diferença entre a remuneração que o banco paga ao aplicador para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar o mesmo dinheiro. O cliente que deposita dinheiro no banco está, de fato, fazendo um empréstimo ao banco. Portanto, o banco remunera os depósitos de clientes a uma certa taxa de juros (chamada taxa de juros de captação ou, simplesmente, taxa de captação). Analogamente, quando o banco empresta dinheiro a alguém, cobra uma taxa pelo empréstimo - uma taxa que será certamente superior à taxa de captação.

Deixando a coisa ainda mais simples: quando você investe seu dinheiro no CDB do banco ganhando 0,70% ao mês e o banco empresta esse dinheiro no cheque especial a outro cliente com uma taxa de 12% ao mês, temos aqui um dos maiores spreads do mercado (para não dizer do mundo)."

49. b) É um título público com cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) até o limite de R\$ 40 milhões.

Atenção ao enunciado, o mesmo pede que escolha a alternativa INCORRETA. O DPGE é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras, ou seja, NÃO é um título público. Portanto, você logo já identifica que a afirmativa que consta na alternativa "b" é INCORRETA, portanto, esta é a alternativa que deve ser assinalada. Tenha em mente que o DPGE conta com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) até o limite de R\$ 40 milhões.

50. d) têm suas garantias, se existirem, especificadas na escritura da emissão.

Aqui você precisará analisar alternativa por alternativa. Primeiramente, reflita sobre o que são debêntures. São títulos emitidos por empresas não financeiras para captação de recursos de médio e longo prazo, certo? Então, você já pode eliminar as alternativas ""a"" ""b"" e ""c"". Analisando a alternativa ""b"", você já percebe que ela é incorreta, pois, como as debêntures são destinadas à captação de recursos de médio e longo prazo, logo, podem ter prazo superior a 360 dias. Assim, resta, como correta, a alternativa ""d"".

Em complemento, lembramos que a escritura é a ""certidão de nascimento"" da debênture, e, nela, devem estar expressos os direitos conferidos pelos títulos, os deveres da emissora, o montante da emissão e a quantidade de títulos, assim como as datas de emissão e de vencimento, condições de amortização e remuneração, juros, prêmio, garantias (real, flutuante, quirografária ou subordinada), entre outras informações. Nesse documento, deve estar também descrito quem é o agente fiduciário da debênture, ou seja, o representante legal da comunhão de interesses dos debenturistas, protegendo seus direitos junto à emissora.

51. c) podem ou não ser conversíveis em ações.

Aqui você precisará analisar alternativa por alternativa. Primeiramente, reflita sobre o que são debêntures. Elas são títulos emitidos por empresas para captação de recursos de médio e longo prazo, e podem ter qualquer prazo de vencimento. Até aqui você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""d"". Outra alternativa que pode ser eliminada é a ""b"", pois o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) é um sistema informatizado no qual estão centralizados os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional que compõem a dívida pública federal interna. Assim, resta, como correta, a alternativa ""c"".

52. a) que, caso o emitente não pague a debênture ou os juros, as outras dívidas podem ser declaradas.

Aqui, vamos apresentar uma dica para você: associe default com dívida. Dívida de quem? Do emissor do título junto a outros credores. Então, a cláusula cross default representa uma proteção ao investidor contra um possível calote, ou seja, esse instrumento garante, ao investidor, prioridade de pagamento em relação às outras dívidas - alternativa ""a"".

Na eliminação das demais alternativas, lembre-se de que as debêntures não possuem cobertura do FGC e que TODAS as debêntures podem ser convertidas em ações, ou seja, essa características não depende de cláusulas adicionais.

53. d) não possuem garantia real e são emitidos para captação de capital de giro.

Sempre que a questão tratar de notas promissórias, tenha sempre em mente que esse tipo de título não possui garantia real. Daí a importância de analisar o conceito de crédito da companhia emissora. A partir desse entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""b"". Agora, lembre-se de que, ao contrário das debêntures, as notas promissórias são emitidas para captação de recursos a curto prazo, ou seja, utilizados para o financiamento de capital de giro - alternativa ""d"".

54. c) é de 180 dias para S.A Fechada e de 360 dias para S.A Aberta.

Para responder a esta questão, você precisará lembrar-se do que estudou. Dentre as principais características das notas promissórias está a limitação do prazo:

- 180 dias para companhias de capital fechado.
- 360 dias para companhias de capital aberto.

Portanto, a alternativa correta é a ""c"".

Com complemento, destacamos que elas podem ser resgatadas antecipadamente, a partir de um prazo mínimo de 30 dias, caso o titular concorde.

55. a) Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

Você lembra para que serve o Fundo Garantidor de Crédito (FGC)? Ele representa uma proteção ao investidor contra o risco de crédito existente nas instituições financeiras, ou seja, o ""calote"", certo? Ciente disso, você pode partir para a eliminação das alternativas que apresentam títulos que não são emitidos por instituições financeiras: a ""b""", pois os títulos públicos federais são emitidos pelo Tesouro Nacional; a ""c""", pois a CCB é emitida por pessoa física ou jurídica em favor de uma instituição financeira; e a ""d""", pois o CRI é emitido, exclusivamente, por companhias securitizadoras.

Assim, resta-lhe como opção a alternativa ""a"".

Saiba que, apesar de terem uma garantia real, por serem lastreadas em créditos imobiliários, garantidos por hipotecas ou alienação fiduciária de um bem imóvel, as LCIs possuem, também, cobertura do FGC.

56. b) Garantia Real.

Se você tiver em mente que os títulos vinculados aos setores Imobiliário e/ou Agrícola são sempre lastreados, ou seja, as operações de crédito estão condicionadas à garantia de um bem para restituição dos valores ao banco em caso de inadimplência, você já pode concluir que a LCI tem garantia real - alternativa ""b"".

Agora, se você preferir partir para a eliminação de alternativas, você precisará lembrar-se dos prazos mínimos de vencimento:

- * 90 dias, caso a letra não preveja atualização por índice de preços, se for indexada ao DI, por exemplo;
- * 1 ano, se atualizada anualmente pelo IPCA ou pelo IGP-M; ou de

* 36 meses, se atualizada mensalmente..

Com isso em mente, você já pode eliminar a alternativa ""a"" e, também, a ""d""", pois o prazo mínimo é de 90 dias (se indexada ao DI) e não há restrição de prazo máximo.

Agora, lembre-se de outra característica importante das LCIs: a isenção de Imposto de Renda para Pessoa Física - o que o levará a descartar também a alternativa ""c"". Restou-lhe, como opção, a alternativa ""b"".

57. d) Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

Para identificar a resposta correta, atente-se para as seguintes expressões do enunciado: INVESTIDOR NÃO-QUALIFICADO | LIVRE DE IMPOSTO DE RENDA | EMITIDO POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. E você poderá escolher por onde começar, a partir da eliminação de alternativas.

As alternativas ""a"" e ""b"" já podem ser eliminadas porque, apesar de oferecerem isenção de IR para PF, o CRI e o CRA não são emitidos por uma instituição financeira, e sim por uma companhia securitizadora; além disso, são recomendado apenas para investidores qualificados, pois o investimento mínimo é de R\$ 300 mil.

As debêntures, como você já deve saber, ainda que ofereçam isenção de IR para PF, são emitidas por empresas de capital aberto, e não por instituição financeira; portanto, a alternativa ""c"" também deve ser descartada. Assim, a alternativa correta é a ""d"".

58. d) de 0,5 % ao mês quando o investidor for Pessoa Física.

É fundamental que você tenha sempre em mente que a data destacada no enunciado representa uma alteração importante no cálculo de rendimento da caderneta de poupança. O cálculo foi alterado pelo Governo Federal a partir dessa data na tentativa de reduzir a atratividade da poupança como opção de investimento em detrimento dos títulos públicos, que geram crédito para financiar obras e ações do governo. Até então, a rentabilidade era sempre de 0,5% ao mês para Pessoas Físicas, e trimestral para Pessoas Jurídicas - alternativa ""d"".

A partir de 4 de maio de 2012, a rentabilidade passou a ser atrelada à Selic, sendo 70% da Selic, quando Selic igual ou menor que 8,5% ao ano, e de 0,5% ao mês, quando Selic maior que 8,5% ao ano.

59. d) a base do cálculo do imposto é a diferença positiva entre o valor de alienação e o valor de

Quando a questão tratar de tributação em títulos de renda fixa, lembre-se sempre de duas características importantes:

a tributação acontece apenas no momento do regaste; e ela é retida na fonte, ou seja, a responsabilidade do recolhimento é da instituição financeira.

Com esse entendimento, você já identifica a alternativa correta - ""d"".

60. c) 17,5%.

Nesta questão, você precisa estar atento ao prazo informado no enunciado, pois é ele que determina qual será a alíquota incidente de Imposto de Renda. A tabela é regressiva, ou seja, quanto maior o prazo, menor será a alíquota. Conforme a classificação da Receita Federal, ela pode ser de 22,5%, 20%, 17,5% e de 15%, variando conforme as faixas de prazo de até 180 dias, de 181 dias a 360 dias, de 361 a 720 dias e acima de 720 dias, respectivamente. Agora, reflita sobre o prazo informado - 365 dias. Ele está na terceira faixa, certo? Portanto, será aplicada a alíquota de 17,5% - alternativa ""c"".

Para descomplicar a memorização desta tabela, a qual você precisa ter na ponta da língua no dia do seu exame, aqui vai uma dica valiosíssima => a cada linha, o prazo será multiplicado por 2 e a alíquota irá reduzir 2,5%, ou seja, você só precisa se lembrar da primeira ordem e o restante será simples.

Você também pode levantar o prazo em meses, pois a lógica é a mesma. Vamos lá?

Até 6 meses = 22,5%

De 6 meses a 12 meses (1 ano) = 20%

De 12 meses (1 ano) a 24 meses (2 anos) = 17,5%

Acima de 24 meses (dois anos) = 15%

Agora, tente refazer essa tabela em um papel à parte (sem colar), pois é importante que você tenha esse conhecimento em mente no dia da sua prova.

61. a) a base de cálculo para o Imposto de Renda retido na fonte será obtida com base na taxa de

As debêntures são títulos de renda fixa, certo? Então, sempre que se tratar de tributação sobre renda fixa, lembre-se de duas características importantes:

* a tributação acontece apenas no momento do regaste; e

* ela é retida na fonte, ou seja, a responsabilidade do recolhimento é da instituição Financeira.

Com esse entendimento, você já elimina as alternativas ""c"" e ""d"".

Nas debêntures, a incidência de IR segue a tabela regressiva e está relacionada ao período de aplicação - ou seja, alternativa ""a"".

A exceção são as debêntures incentivadas, que oferecem isenção de IR para Pessoa Física e alíquota fixa de 15% para Pessoa Jurídica.

62. b) trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo é prestar garantia de

Você já deve saber que o FGC representa uma proteção ao investidor contra o risco de crédito existente nas instituições financeiras, certo? Ele oferece uma espécie de seguro contra o calote, com o principal objetivo de preservar a confiança do investidor no sistema. Agora, reflita: quem é o maior interessado em oferecer segurança aos investidores para que eles continuem aplicando seus recursos em títulos emitidos pelas instituições financeiras em geral? O próprio setor, certo? Até aqui, você já pode

eliminar as alternativas ""a"" e ""c"". Agora, pelo bom senso, como o próprio nome já revela, você sabe que se trata de um fundo, e não de uma instituição financeira. Assim, a alternativa que resta como correta é a ""b"".

Em confirmação, acrescentamos que o FGC é associação civil, sem fins lucrativos, criada em 1995 com as finalidades de proteger depositantes e investidores das instituições associadas e contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e para a prevenção de crise bancária sistêmica.

63. c) CDB (até R\$ 250 mil), LCA (até R\$ 250 mil) e DPGE (até R\$ 20 milhões).

Se você lembra bem do que se trata o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), você não poderá errar essa. Tenha sempre em mente que o FGC garante cobertura de até R\$ 250 mil por CPF/CNPJ para títulos emitidos por instituições financeiras. A exceção é o Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE), o qual, como o nome já revela, possui uma garantia especial: cobertura de até R\$ 20 milhões. Com esse entendimento você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""d"".

Agora, basta você analisar os títulos indicados para conferir se possuem cobertura do FGC. E você já poderá descartar a alternativa ""c"", pois o COE - Certificado de Operações Estruturadas - não possui cobertura. Assim, a alternativa correta é a ""c"".

64. d) opções, futuros e swap.

Você lembra o que são derivativos? Trata-se de um ativo financeiro que deriva de outro ativo, ou seja, que se comporta como o ativo ao qual ele está "amarrado". Agora, para responder a essa questão, você precisará ter em mente que são quatro os tipos principais de derivativos: Termo, Futuros, Swaps e Opções. Com esse entendimento, você identifica a resposta correta - alternativa ""d"".

Você também pode partir para a eliminação de alternativas. Ciente de que as ações são ativos (e não ativos que derivam de outro ativo), você descarta a alternativa ""b"". E sabendo que securitização é o nome dado a um tipo de operação financeira, você elimina as alternativas ""a"" e ""c"".

65. d) No mercado futuro os contratos são padronizados.

Antes de analisar as alternativas desta questão, convidamos você a refletir sobre o que são mercado futuro e mercado a termo. Ambos referem-se ao compromisso assumido pelas partes de compra e venda de quantidade e qualidade determinadas de um ativo real, ou seja, uma mercadoria. Agora, você precisará ter em mente que as principais diferenças entre eles referem-se ao desembolso e ao tipo de contrato. No mercado a termo, os contratos são detalhados, mas não precisam ser padronizados; já no futuro, os contratos apresentam acentuada padronização. Com esse entendimento, você já identifica a resposta correta - alternativa ""d"".

Na eliminação das demais alternativas, saiba que o mercado futuro é que exige ajuste diário e que o mercado de opções é que exige o pagamento de prêmio.

66. a) o investidor deve recolher imposto até o último dia útil do mês subsequente ao da venda.

Muita atenção nos dados que o enunciado revela para não cair em ""pegadinhas"".

No mercado de ações, o investidor Pessoa Física conta com um incentivo nas operações normais, ou seja, aquelas realizadas no mercado à vista: isenção de Imposto de Renda sobre os rendimentos nos meses em que o valor total das vendas ficar abaixo de R\$ 20 mil. Ao verificar que o enunciado está apontando ganhos de valor inferior a R\$ 20 mil, você poderá ser induzido a marcar a alternativa ""d"".

PORÉM, o benefício da isenção ocorre somente em ganhos auferidos dentro de um mesmo mês.

Como o enunciado cita que a venda ocorreu meses depois da compra, você já pode desconsiderar a alternativa ""d"". Na eliminação das demais alternativas, saiba que os custos de transação podem, sim, ser abatidos e que a alíquota incidente, em operações normais, como essa, é de 15% sobre o lucro. Neste caso, em relação ao Imposto de Renda, o investidor deve recolher imposto até o último dia útil do mês subsequente ao da venda. Portanto, a alternativa correta é a ""a"".

Em complemento, saiba que a alíquota seria de 20% caso a operação fosse do tipo Day Trade, ou seja, realizada no mesmo dia.

67. b) em, no mínimo, 16 dias e, no máximo, 999 dias corridos.

Sempre que a questão se referir ao prazo para negociação no mercado a termo, tenha em mente que são entre 16 e 999 dias CORRIDOS, e não úteis - alternativa ""b"".

68. d) não é possível o alongamento do prazo dos contratos.

Quando tratamos de mercado futuro, estamos tratando de derivativos, certo? E eles são contratos financeiros estabelecidos entre duas pessoas ou instituições, cujo valor depende (deriva) dos valores de outros ativos, que podem ser físicos, como commodities (café, ouro, petróleo e soja, por exemplo), e financeiros (ações, taxas de juros, taxa de câmbio etc.), negociados no mercado, à vista ou não. A partir dessa compreensão, você já pode eliminar a alternativa ""a"".

Agora, partindo para a análise das demais alternativas, lembre-se de duas importantes características do mercado futuro: TODOS os contratos são padronizados e é exigida uma margem de garantia, ou seja, uma quantia, proporcional ao valor da operação, que deve estar na conta do investidor, junto à corretora, antes da realização das operações. Essa garantia pode ser um ativo de valor equivalente. Assim, descarte também as alternativas ""b"" e ""c"". Restou-lhe a ""d"" como alternativa correta.

69. c) pode ser liquidado antecipadamente.

Lembre-se sempre de que tanto no mercado a termo como no mercado futuro é permitida liquidação antecipada - alternativa ""c"". Como complemento, saiba que, no mercado a termo, a liquidação é permitida por decisão do comprador e que, no futuro, a liquidação antecipada é permitida a qualquer uma das partes, que deverá assumir posição contrária à original.

70. a) ajuste diário.

Uma das principais características do mercado futuro é a liquidez, pois os compromissos são ajustados diariamente - alternativa ""a"".

Na eliminação das demais, saiba que o pagamento de prêmio é uma exigência no mercado de opções, que o mercado futuro possui contratos com acentuada padronização e que essas operações não possuem cobertura do FGC - a garantia está na margem exigida, no mercado futuro, de uma quantia, proporcional ao valor da operação, que deve estar na conta do investidor, junto à corretora, antes da realização das operações.

71. a) maior que o preço de exercício.

Sempre que uma questão referir-se à classificação das opções, lembre-se de que a relação será sempre entre o preço do ativo-objeto e o preço de exercício. A partir dessa compreensão, você já pode eliminar as alternativas ""c"" e ""d"".

Agora, fique atento ao tipo de opção destacada no enunciado - **OPÇÃO DE COMPRA**. Nesse caso, ela está in the money - ou ""dentro do dinheiro"" - quando o preço do ativo-objeto é superior ao preço de exercício da opção -alternativa ""a"".

Caso a opção fosse de venda, aconteceria o inverso: ela está in the money quando o preço do ativo-objeto é inferior ao preço de exercício da opção.

72. d) com ações, no próprio mês ou nos meses subsequentes.

As perdas incorridas poderão ser compensadas com os ganhos líquidos auferidos, no próprio mês ou nos meses subsequentes, em outras operações realizadas nos demais mercados de bolsa - alternativa ""d"". A EXCEÇÃO é para os casos de perdas em operações de Day Trade, as quais somente serão compensadas com ganhos auferidos em operações da mesma espécie.

73. a) comprar uma opção de compra de dólar.

Para responder essa questão, você terá de refletir sobre a dinâmica da opção de compra e da opção de venda. A opção de compra (call) é o contrato no qual o titular tem o direito de comprar um bem por um determinado valor e o lançador tem a obrigação

de vendê-lo. A opção de venda é o contrato que permite ao investidor vender o ativo por um preço fixado, estabelecido no contrato, mesmo que o ativo sofra quedas no futuro. Agora, analise o enunciado e reflita: a empresa precisa conquistar o direito de comprar ou de vender dólares para conseguir pagar a dívida contraída? Ele precisa comprar uma opção de compra, certo? - alternativa ""a"".

74. d) Americana de compra.

Lançamos uma dica para você memorizar as características dos direitos de opções. Você pode associar a ""Americana"" com uma dinâmica mais liberal e a ""Europeia"" com uma sistemática mais conservadora, ou também, fazer referência da Americana com ""até tal data"" e da Europeia com ""em tal data. Assim, você terá sempre em mente que a Americana permite o exercício do direito de compra a qualquer tempo; enquanto a Europeia ocorre apenas na data de vencimento do contrato. Que tal? A partir desse entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""b"".

Agora, se o enunciado cita DIREITO DE COMPRA, está fazendo referência a uma opção de compra - alternativa ""d""."

75. b) opção de compra e opção de venda.

Esta você não pode errar. Você já sabe que os termos call e put referem-se ao mercado de opções, certo? Então, já pode eliminar as alternativas "c" e "d". Agora, basta você associar a letra inicial da palavra CALL com a letra inicial da palavra COMPRA e você não irá mais esquecer de que opção de compra é chamada também de call e de que a opção de venda é também chamada de put - alternativa "b".

76. a) aproximar a rentabilidade à taxa básica de juros.

Esta questão é mais fácil do que parece. Ao preferir uma taxa pós-fixada, esse investidor está interessado em beneficiar-se das oscilações da taxa de juros, certo? - alternativa ""a"".

77. a) A favor da instituição X com imposto de 20%.

Antes de analisar as alternativas, lembre-se de que swap é aquele derivativo no qual as partes estabelecem um acordo para trocar posições quanto ao risco e, principalmente, quanto à rentabilidade. Na prática, eles trocam uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data futura, conforme critérios predefinidos, ou seja, trocam fluxo de caixa a partir da comparação de retorno entre dois ativos. Voltando ao enunciado, se o dólar subiu, quem comprou (posição ativa) estará a favor, ou seja, a instituição X. Até aqui, você já pode eliminar as alternativas ""c"" e ""d"".

Agora, você precisará lembrar-se de que a tributação no mercado de swap segue a tabela regressiva. Conforme a classificação da Receita Federal, as alíquotas são de 22,5%, 20%, 17,5% e de 15%, variando conforme as faixas de prazo de até 180 dias,

de 181 dias a 360 dias, de 361 a 720 dias e acima de 720 dias, respectivamente. Agora, reflita sobre o prazo informado - 360 dias. Ele está na segunda faixa, certo? Portanto, será aplicada a alíquota de 20% - alternativa ""a"".

78. d) Liquidação.

Antes de mais nada, reflita sobre o que é uma Clearing House. Trata-se do sistema que viabiliza a relação entre compradores e investidores no mercado financeiro. É responsável por custodiar e LIQUIDAR os ativos negociados no ambiente da Bolsa de Valores, a B3, bem como o registro de títulos de renda fixa e derivativos no mercado de balcão. Então, se ela é responsável por LIQUIDAR os ativos, ela reduz o risco de liquidação das operações financeiras - alternativa ""d"".

79. c) Títulos Privados.

Muito cuidado nesta questão. De ""bate-pronto"" você pode associar a B3 à bolsa de valores e marcar a alternativa ""d"" como correta. PORÉM, a clearing da B3 realiza registro, aceitação, compensação, liquidação e gerenciamento do risco de contraparte de operações do mercado de derivativos financeiros, de commodities e de renda variável, dos mercados à vista de ouro, de renda variável e de renda fixa privada, realizadas em mercado de bolsa e em mercado de balcão organizado, bem como de operações de empréstimo de ativos. O que todos eles têm em comum? São títulos privados - alternativa ""c"".

Em complemento, saiba que os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

80. a) agente fiduciário.

DEFENDER OS INTERESSES dos debenturistas é o papel do Agente Fiduciário, que é o representante legal dos interesses dos clientes junto à emissora de títulos de crédito ou debêntures - alternativa ""a"".

Como curiosidade, saiba que a origem da palavra ""Fiduciário"" tem tudo a ver com a atuação do Agente Fiduciário perante aos debenturistas. Essa palavra vem do Latim fiduciarius, que significa “algo mantido, guardado em confiança”, e de fiducia, que é o “ato de acreditar em, de segurança, confiança”, a qual deriva de fides, que significa “confiança, fé” (do inglês trust, “confiança”). Esta dica é para não esquecer mesmo quem é ""esse cara"", combinado?

81. a) ações de empresas com sede no exterior, negociadas no Brasil.

Vamos sugerir mais uma associação aqui: Brazilian com Brasil, para saber onde as ações são NEGOCIADAS. Com esse entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""b"" e ""c"". Agora, lembre-se de que o BDR é indicado para o investidor que deseja investir em aplicações de capital estrangeiro, ou seja, de qualquer outro país - alternativa ""a"".

Em complemento, seguindo essa nossa dica, na análise das American Depository Receipt (ADRs), associe American com Estados Unidos, para saber onde as ações são NEGOCIADAS. Nesse caso, são títulos de companhias brasileiras negociados nas bolsas de valores dos Estados Unidos.

82. a) aumenta a quantidade de ações para dar maior liquidez.

Sugerimos a você uma reflexão sobre o que é split. Trata-se de uma das estratégias adotadas pelas empresas, principalmente para tornar o preço de uma ação mais acessível aos investidores, ou seja, permitindo maior liquidez. O split é adotado para desdobrar as ações, em outras palavras, é feita a troca de ações de valores maiores por várias ações de menor valor. A partir desse entendimento, você já pode concluir que a alternativa correta é a ""a"".

Em complemento, lembramos que, no inplit, é feito o agrupamento das ações, ou seja, a companhia troca várias ações de menor valor por ações de maior valor, geralmente, ocorre quando o valor de negociação está muito baixo e a companhia deseja diminuir a volatilidade dos ativos e/ou aumentar a percepção de valor da empresa junto aos investidores. Nos dois casos, o valor do investimento/capital social não é alterado.

83. b) Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

Esta questão levará você a refletir sobre o benefício da isenção do Imposto de Renda. Por que o Governo Federal abriria mão dessa arrecadação? Para oferecer um incentivo, certo? Agora, analisando as alternativas, sobre qual título o governo tem interesse de atrair investidores? LCI, certo? - alternativa ""b"".

Isso porque as Letras de Crédito são títulos emitidos pelas instituições financeiras com o objetivo de obter recursos para financiar setores da economia. Por isso, há incentivos para atração de investidores.

84. b) Tesouro Prefixado (antiga LTN).

Se os juros irão cair, é preciso escolher um título que não ""dependa"" deles, certo? Então, a recomendação será por um título prefixado, com rentabilidade conhecida no momento da contratação, com a definição da taxa aplicada, para evitar ""surpresas"". Das opções oferecidas, a única que apresenta um título prefixado é a ""b"", como o próprio nome revela.

A nomenclatura dos títulos públicos federais foi alterada em 2015 pela Secretaria do Tesouro Nacional justamente para torná-la mais intuitiva aos investidores.

85. c) Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (antiga NTN-B).

Aqui, vamos em partes. Reflita sobre o que significa PAGAMENTO DE CUPOM. Lembre-se de que se trata da antecipação do pagamento de juros a cada semestre, ou

seja, rendimento semestral, além do vencimento. Perceba, dentre as alternativas, que a nomenclatura dos títulos já revela qual deles possui esse benefício - alternativa ""c"".

A nomenclatura dos títulos públicos federais foi alterada em 2015 pela Secretaria do Tesouro Nacional justamente para torná-la mais intuitiva aos investidores. "

86. a) em quanto tempo o investidor irá recuperar o valor investido.

O famoso índice P/L indica o prazo, em anos, para recuperação do capital investido, considerando uma estimativa de lucro por ação - alternativa ""a"".

Como exemplo, considere um investidor que compra uma ação por R\$ 100,00 e espera ganhar R\$ 25,00 de lucro por ano. Aplicando o cálculo do P/L, conclui-se que ele levará quatro anos para recuperar o capital investido, pois 100 dividido por 25 é igual a 4.

Lembre-se de que, na comparação entre ações, a melhor será aquela que apresentar o menor P/L. Isso porque o retorno sobre o investimento acontecerá em um tempo mais curto.

87. d) somente no Novo Mercado.

Para responder a esta questão, você precisará lembrar-se da classificação das empresas pela B3 (antiga BM&FBovespa) considerando as boas práticas de governança corporativa: Tradicional, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Elas seguem uma sequência em relação ao nível de governança corporativa, ou seja, do menor para o maior. Então, o Novo Mercado é aquele que exige das empresas os mais altos níveis de governança corporativa, para além do que está estabelecido na legislação, revelando alto nível de transparência e de respeito aos acionistas.

Agora, reflita: o que representa a maior demonstração de respeito aos acionistas? Permitir que eles opinem sobre as decisões da empresa, não é mesmo? E Opinar (votar) é um direito de quem possui ações Ordinárias, certo? Então, esse é o nível no qual as empresas somente podem emitir ações ordinárias, ou seja, não podem emitir ações preferenciais - alternativa ""d"".

88. b) 30 dias e 360 dias.

Para responder a esta questão, você precisará lembrar-se do que estudou. Dentre as principais características das notas promissórias está a limitação do prazo:

- 180 dias para companhias de capital fechado.
- 360 dias para companhias de capital aberto.

Então, já elimine as alternativas ""a"" e ""c"".

Agora, lembre-se de que elas podem ser resgatadas antecipadamente, a partir de um prazo mínimo de 30 dias, caso o titular concorde - alternativa ""b"".

89. d) Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e poupança.

Você lembra para que serve o Fundo Garantidor de Crédito (FGC)? Ele representa uma proteção ao investidor contra o risco de crédito existente nas instituições financeiras, ou seja, o ""calote"", certo? Ciente disso, você pode partir para a eliminação das alternativas que apresentam títulos que não são emitidos por instituições financeiras: a ""a"" e a ""b"" , pois as debêntures são emitidas por empresas, e a ""c"" , pois os CRIs são emitidos exclusivamente por companhias securitizadoras. Portanto, resta como alternativa correta a ""d"".

90. b) R\$ 83.333,33 cada.

Muito cuidado nesta questão. Você lembra que o FGC oferece cobertura de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ para aplicações em CDB, certo? Então, você estará inclinado a marcar a alternativa "a". PORÉM, é importante que se lembre de que, em caso de conta conjunta, o valor total de R\$ 250 mil é dividido entre os titulares. Portanto, a alternativa correta é a "b".

91. d) Somente Imposto de Renda (IR).

O enunciado apresenta a dica para a resposta: 30º dia. Se você lembrar que o CDB segue a tabela regressiva, tanto para IR como para IOF, você saberá que esse prazo indica o fim da incidência de IOF - alternativa ""d"".

Lembramos que a tabela do IOF inicia com alíquota de 96%, sobre resgate realizado no 1º dia, e segue até 3%, sobre resgate realizado no 29º dia. No 30º, a alíquota é zero.

92. b) 20%

O primeiro passo, aqui, é calcular o prazo de aplicação. Entre a data de aplicação e resgate passaram-se 270 dias. Agora, lembre-se de que a tributação nas debêntures segue a tabela regressiva. Portanto, quanto maior o prazo, menor será a alíquota.

Conforme a classificação da Receita Federal, ela pode ser de 22,5%, 20%, 17,5% e de 15%, variando conforme as faixas de prazo de até 180 dias, de 181 dias a 360 dias, de 361 a 720 dias e acima de 720 dias, respectivamente. Perceba que o prazo informado - 270 dias - está na segunda faixa, certo? Portanto, será aplicada a alíquota máxima - 20% - alternativa ""b"".

93. b) 0,5% + Taxa Referencial (TR).

Aqui você precisará lembrar da mudança promovida pelo Governo Federal no cálculo da remuneração da caderneta de poupança.

Em 2012, na tentativa de reduzir a atratividade da poupança como opção de investimento, ficou estabelecido que a remuneração, que era de 0,5% ao mês + TR, passaria a ser de 70% da Selic (quando Selic igual ou menor que 8,5% ao ano) + TR ou de 0,5% ao mês (quando Selic maior que 8,5% ao ano) + TR a partir de 4 de maio de 2012. Portanto, a resposta correta é da alternativa ""b"".

94. c) 20,00%.

O primeiro passo, aqui, é atentar-se para o prazo de aplicação informado: 252 dias. Agora, lembre-se de que a tributação do Imposto de Renda no CDB segue a tabela regressiva. Portanto, quanto maior o prazo, menor será a alíquota.

Conforme a classificação da Receita Federal, ela pode ser de 22,5%, 20%, 17,5% e de 15%, variando conforme as faixas de prazo de até 180 dias, de 181 dias a 360 dias, de 361 a 720 dias e acima de 720 dias, respectivamente. Perceba que o prazo informado - 252 dias - está na segunda faixa, certo? Portanto, será aplicada a alíquota máxima - 20% - alternativa ""c"".

95. c) Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (antiga NTN-B).

O investidor apresentado no enunciado não quer correr risco de reinvestimento, certo? Então, ele deverá evitar os títulos que ofereçam os chamados cupons de juros, ou seja, a antecipação semestral dos juros, pois eles aumentam a liquidez do título, possibilitando reinvestimentos. Assim, a alternativa correta é a ""c"".

Perceba que a nomenclatura do título já contribui para a identificação da resposta correta. Este foi o objetivo da Secretaria do Tesouro Nacional ao alterar a nomenclatura dos títulos em 2015: torná-la mais intuitiva ao investidor.

96. a) Tesouro Prefixado (antiga LTN).

Se os juros irão cair, é preciso escolher um título que não ""dependa"" deles, certo? Então, a recomendação será por um título prefixado, com rentabilidade conhecida no momento da contratação, com a definição da taxa aplicada, para evitar ""surpresas"". Das opções oferecidas, a única que apresenta um título prefixado é a ""a"", como o próprio nome revela.

A nomenclatura dos títulos públicos federais foi alterada em 2015 pela Secretaria do Tesouro Nacional justamente para torná-la mais intuitiva aos investidores.

97. c) R\$ 35 mil.

Sempre que uma questão tratar de remuneração da caderneta de poupança, tenha sempre em mente que a poupança remunera sobre o valor mensal. Caso ocorra um

resgate antes da data de aniversário, o investidor perderá rendimento sobre aquele volume. Portanto, a rentabilidade será calculada sobre o valor que estiver na aplicação na data do aniversário, ou seja, R\$ 35 mil - alternativa "c".

98. c) será cobrado no pagamento de cada juros e no vencimento do título, ambos pela tabela regressiva.

Tenha sempre em mente que a incidência do IR nos títulos públicos federais segue a tabela regressiva de renda fixa. Isto quer dizer que a alíquota dependerá do prazo do título. Portanto, já elimine as alternativas ""a"" e ""d"", as quais indicam alíquotas fixas. É importante você lembrar, também, que a tributação ocorre sempre que houver rendimento, ou seja, se há pagamento de juros semestral, a cobrança do imposto ocorrerá também semestralmente, e também no vencimento do título - alternativa ""c"".

99. a) Certificado de Operações Estruturadas (COE) com capital protegido.

Aqui, vamos em partes. A primeira a ser analisada é que o investidor está apostando na alta do Ibovespa. Então, é preciso considerar um título com rendimento atrelado a ações, certo? Assim, você já pode descartar a alternativa ""b"". Agora, perceba que outra prerrogativa do investidor é garantias, ou seja, ele não quer registrar perdas caso o Ibovespa caia. Então, será preciso indicar um título que ofereça PROTEÇÃO ao investimento. Assim, você já pode concluir que a resposta correta é a ""a"": COE com capital protegido.

Nessa modalidade, o investidor não corre risco de perder todo ou parte do investimento. Na pior das hipóteses, o valor investido é totalmente resgatado ao final do COE sem qualquer correção.

100. c) 20%.

Muita atenção nos dados que o enunciado revela para não cair em ""pegadinhas"". No mercado de ações, o investidor conta com um incentivo nas operações normais, ou seja, aquelas realizadas no mercado à vista: isenção de Imposto de Renda sobre os rendimentos nos meses em que o valor total das vendas ficar abaixo de R\$ 20 mil. Porém, esse benefício está somente nas operações comuns (compra e venda em dias diferentes). Nas operações Day Trade (compra e venda de ações no mesmo dia) a tributação de 20% ocorre normalmente. Já a alíquota do Imposto de Renda será sempre de 15% sobre o lucro para as operações realizadas no mercado à vista (exceto quando o total das vendas ficar acima de R\$ 20 mil).

Assim, como o enunciado cita que a operação foi realizada no mesmo dia, trata-se de uma operação na modalidade Day Trade - alternativa ""c"".

101. c) manter NTN-B e LFT, vender NTN-F e aplicar mais em LFT.

O investidor precisa elaborar uma estratégia benéfica de acordo com o cenário apresentado. Caso, de fato, ocorra a elevação do IPCA, espera-se que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central eleve a Taxa Básica de Juros (Selic) para conter a inflação. Com a Selic subindo, as demais taxas de juros do mercado tendem a acompanhar a mesma, diminuindo o poder de compra das pessoas e, assim, contendo a inflação.

Porém, trata-se de expectativas, que podem se concretizar ou não. Nas duas situações, seja na elevação do IPCA (taxa que influencia o Título NTN-B) ou na elevação da Selic (taxa que influencia o Título LFT), o ativo que será menos atrativo para sua carteira é a NTN-F (Título Prefixado). Portanto, o cenário mais propenso a ganhos é manter NTN-B e LFT, vender NTN-F e aplicar mais em LFT - alternativa - ""c"".

102. d) não pode ser privado.

Ao adquirir ações de uma companhia, o acionista torna-se dono de uma parte dela, certo? Então, é possível o dono de uma empresa ser impedido de receber a sua parte no lucro? Definitivamente, não - alternativa ""d"".

A participação nos lucros é um dos direitos essenciais dos acionistas garantidos pela legislação. Por lei, as empresas devem dividir, no mínimo, 25% do seu lucro líquido.

103. d) 20% e 1%

Para responder a esta questão, vamos dar uma dica especial para quando o assunto for tributação no mercado de ações. Quando a operação for Day Trade, lembre-se de que se trata de uma operação "especial", de compra e venda de um título no mesmo dia, ou seja, ela não é considerada uma operação normal, que são as de médio e longo prazos. Portanto, se tem condições especiais, a tributação será maior, ou seja, de 20%.

Agora, você deverá ter em mente sempre a expressão "dedo-duro", que é a retenção de IR, feita pelas corretoras, sobre os rendimentos direto da fonte. A alíquota "dedo duro" retida é de 1% sobre os rendimentos para operações Day Trade e de 0,005% sobre o valor de alienação para as demais - alternativa "d".

106. c) as instituições financeiras comprometem-se a subscrever elas próprias qualquer quantidade de ativos que não tenha sido vendida ao público.

Antes de analisar as alternativas, vamos recapitular alguns tópicos importantes para a resolução desta questão com maior compreensão. A tradução da expressão underwriting é subscrição. Nas ofertas públicas de valores mobiliários, as instituições financeiras são contratadas pelas empresas para fazer a intermediação, isto é, distribuir os valores mobiliários no mercado e/ou garantir a subscrição da emissão. Em um underwriting firme, tipo de colocação também conhecida como ""garantia firme"", as instituições financeiras comprometem-se a subscrever elas próprias

qualquer quantidade de ativos que não tenha sido vendida ao público - alternativa ""c"".

Em complemento, saiba que os demais tipos de colocação/garantias são:

Melhores esforços: a instituição financeira compromete-se a realizar melhores esforços para colocação; porém, não assume o compromisso de viabilizar a distribuição.

Residual: a instituição financeira não se responsabiliza pela integralização total das ações emitidas, no momento de lançamento. Ela apenas se compromete, com a empresa emitente, em negociar as novas ações junto ao mercado e, após determinado prazo, subscrever ou devolver as ações que não foram adquiridas pelo público.

107.a) parte do lucro da empresa paga aos acionistas, depois de descontado o Imposto de Renda.

Nesta questão, perceba, pelas alternativas, que você terá de fazer duas reflexões. A primeira é sobre o que são os dividendos. Trata-se da distribuição de parte dos lucros aos acionistas da empresa, certo? Então, você já pode eliminar as alternativas ""c"" e ""d"". Agora, você precisará ter em mente que os dividendos são originados do lucro líquido ajustado, ou seja, já descontados o pagamento de IR e outros impostos ou contribuições - alternativa ""a"".

Operações iniciadas e encerradas no mesmo dia, realizadas com um mesmo ativo são conhecidas como Day trade. Os ganhos obtidos em operações com ações do tipo Day Trade são tributados à alíquota de 20%, distintamente, portanto, das operações com ações em que o investidor mantém a posição por mais tempo (IR total, nesse caso, seria de 15%). No caso do Day Trade, a corretora ou distribuidora tem a obrigação de reter, na fonte, 1% do ganho auferido pelo investidor. Portanto, a única afirmativa correta é a II - alternativa ""b"".

108.c) negociável, representativo de uma dívida de curto prazo.

Aqui, lembre-se de que commercial paper é outro nome dado às notas promissórias. Agora, tenha em mente que se trata de um título no qual uma pessoa ou empresa assume a obrigação de pagar o valor correspondente no título. Quem gera a nota promissória é classificado como "criador da promissória" e quem a recebe é o beneficiário, tomador ou credor. Isso quer dizer que elas são negociáveis, certo? Então, já elimine as alternativas ""a"" e ""b"". Agora, lembre-se de que elas são utilizadas para captação de recursos de forma rápida pelas empresas emissoras. Portanto, são títulos de curto prazo - alternativa ""c"".

Como complemento, saiba que elas apresentam as mesmas finalidades das debêntures. Todavia, apresentam maior liquidez, pois a estruturação é mais simples e de menor custo. Essa é a grande vantagem também para as empresas emissoras, pois conseguem captar recursos de maneira mais rápida.

109. d) acionistas; no lucro líquido.

Os dividendos são a forma de distribuição do lucro das empresas aos acionistas, certo? Então, já elimine as alternativas ""a"" e ""b"". Agora, lembre-se de que a remuneração está associada à rentabilidade e rentabilidade está associada a lucro. Portanto, a alternativa correta é ""d"".

Em complemento, lembramos que se trata do lucro líquido, pois o pagamento dos dividendos ocorre após o desconto do Imposto de Renda e de outros tributos e contribuições.

Esta questão é muito fácil, se você lembrar a nova nomenclatura dos títulos públicos federais, alterada em 2015 pela Secretaria do Tesouro Nacional para torná-la mais intuitiva aos investidores. Vamos lembrá-la aqui:

- Tesouro Prefixado (antiga LTN).
- Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (antiga NTN-F).
- Tesouro Selic (antiga LFT).
- Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (antiga NTN-B).
- Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B Principal).

A partir desse entendimento, você já identifica a resposta correta - ""c"", pois a nova nomenclatura já indica o indexador do título.

PORÉM, se, no seu exame, aparecerem somente as antigas siglas, lembre-se da nossa dica para diferenciá-los de uma vez por todas.

Preste atenção na letra "T" das siglas. Lembrem-se de que quando a letra "T" aparecer antes de outra letra, trata-se de um título prefixado: LTN. Quando a letra "T" aparecer depois, trata-se de um título pós-fixado (ou seja, atrelado à meta da taxa Selic): LFT.

Quando a referência for a um título NTN-B, lembre-se de que a letra "B" refere-se a Brasil. E qual é o índice oficial de inflação do Brasil? IPCA. Então, você já pode concluir que o NTN-B é um título público atrelado ao IPCA."

110. c) 70% da meta da taxa Selic + TR; investidor é isento de IR.

Nesta questão, vamos por partes. Se a meta da taxa Selic for menor ou igual a 8,5% ao ano, a remuneração da caderneta de poupança será de 70% do valor dessa meta da taxa Selic + TR. Se a meta for superior a 8,5% ao ano, a remuneração da caderneta de poupança será de 0,5% ao mês + TR. Até aqui, você já identifica que podem ser eliminadas as alternativas "b" e "d", pois o enunciado indica que a a meta manteve-se constante em 7%. Para identificar a alternativa correta, você precisará

lembra-se de que, independentemente do valor da meta da taxa Selic, os ganhos de capital auferidos por Pessoas Físicas em cadernetas de poupança são isentos de IR. Portanto, a alternativa correta é a "c".

111. a) titular de uma call.

Para questões de interpretação de gráficos, apresentamos duas dicas valiosíssimas:

Quando a linha horizontal estiver grudada na linha vertical (como é o caso desta questão) trata-se de uma opção de call. Se estiver separada, trata-se de uma put. Pronto.

O próximo passo é identificar se essa linha está acima da linha do meio ou abaixo da linha do meio.

Se estiver acima, trata-se de uma venda (lançador).

Se estiver abaixo, como no gráfico desta questão, trata-se de uma compra (titular) - alternativa ""a"".

A segunda forma de interpretação é um pouco mais informal: utilizando as mãos, considerando o uso da mão direita ou da mão esquerda e posicionando-a, com o dedo indicador, conforme o sentido da linha. Se mão direita, call; se mão esquerda, put. Se o dedo apontar para cima, é compra; se o dedo apontar para baixo, é venda.

Siga os exemplos das figuras a seguir e aproveite para aprender a identificar as demais formas de apresentação do gráfico de Call e de Put."avaliar

Interpretando o gráfico a partir da análise das LINHAS

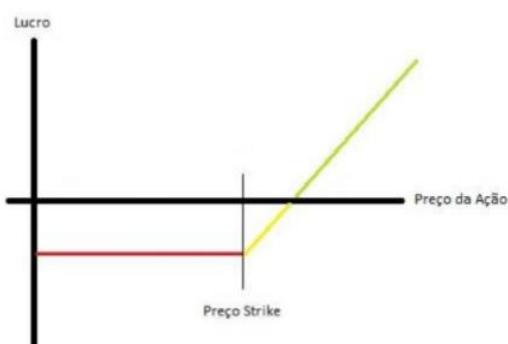
Linha horizontal grudada na linha vertical: call

Linha horizontal grudada na linha vertical: call

Linha horizontal separada na linha vertical: put

Linha horizontal separada na linha vertical: put

- a) Titular de uma call (compra de uma call)



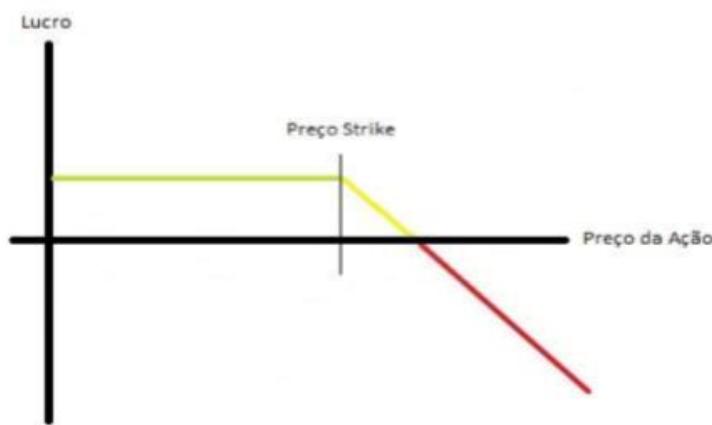
Linha horizontal abaixo da linha do meio: compra (titular)

Linha horizontal acima da linha do meio: venda (lançador)

Linha horizontal abaixo da linha do meio: compra (titular)

Linha horizontal acima da linha do meio: venda (lançador)

Lançador de uma call (venda de uma call)

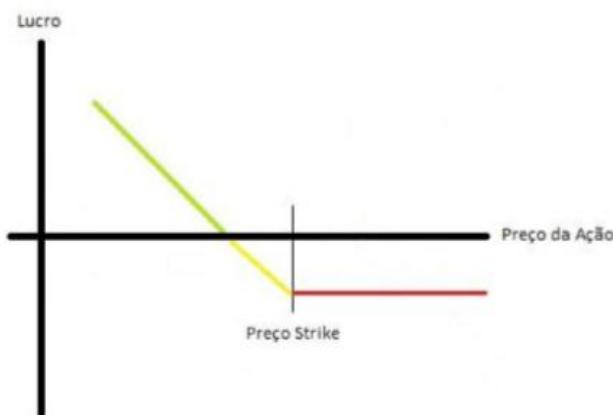


Linha horizontal separada na linha vertical: put

Linha horizontal abaixo da linha do meio: compra (titular)

Titular de uma put (compra de uma put)

Lançador de uma put (Venda de uma put)



Interpretando o gráfico a partir da posição das MÃOS:

"Mão direita => Call. Mão esquerda => Put.

Dedo apontado para cima => Compra. Dedo apontado para baixo => Venda."



Dedo apontado para cima => Compra. Dedo apontado para baixo => Venda.

Mão direita - Call , dedo para cima: compra de call, dedo para baixo: venda de call.

Mão esquerda - Put , dedo para cima: compra de put, dedo para baixo: venda de put

112. c) lançador de uma call.

Ao analisar esse gráfico, lembre-se das nossas dicas. Avalie, primeiramente, se a linha horizontal está grudada na linha vertical. Sim? Então, trata-se de uma call.

O próximo passo é identificar se essa linha está acima da linha do meio ou abaixo da linha do meio.

Está acima, não é mesmo? Então, trata-se de uma venda (lançador) - alternativa ""c"".

Em complemento, lembre-se de que, se a linha horizontal estivesse separada da linha vertical, seria uma put. E se a essa linha estivesse abaixo da linha do meio, seria uma compra (titular).

Outra opção seria você simular o gráfico com o uso da sua mão, com o posicionamento do dedo indicador conforme a orientação da linha. Sua mão ficaria assim, certo?:

Mão direita: put

Dedo apontado para baixo: venda (lançador)



113. b) titular de uma put.

Ao analisar esse gráfico, lembre-se das nossas dicas. Avalie, primeiramente, se a linha horizontal está grudada na linha vertical. Não? Então, trata-se de uma put. O próximo passo é identificar se essa linha está acima da linha do meio ou abaixo da linha do meio.

Está abaixo, não é mesmo? Então, trata-se de uma compra (titular) - alternativa ""b"".

Em complemento, lembre-se de que, se a linha horizontal estivesse grudada da linha vertical, seria uma call. E se a essa linha estivesse acima da linha do meio, seria uma venda (lançador).

Outra opção seria você simular o gráfico com o uso da sua mão, com o posicionamento do dedo indicador conforme a orientação da linha. Sua mão ficaria assim, certo?:

Mão esquerda: put

Dedo apontado para cima: compra (titular)



114. d) Lançador de uma put.

Ao analisar esse gráfico, lembre-se das nossas dicas. Avalie, primeiramente, se a linha horizontal está grudada na linha vertical. Não? Então, trata-se de uma put. O próximo passo é identificar se essa linha está acima da linha do meio ou abaixo da linha do meio.

Está acima, não é mesmo? Então, trata-se de uma venda (lançador) - alternativa ""d"".

Em complemento, lembre-se de que, se a linha horizontal estivesse grudada da linha vertical, seria uma call. E se a essa linha estivesse abaixo da linha do meio, seria uma compra (titular).

Outra opção seria você simular o gráfico com o uso da sua mão, com o posicionamento do dedo indicador conforme a orientação da linha. Sua mão ficaria assim, certo?:

Mão esquerda: put

Dedo apontado para baixo: venda (lançador)



115. d) na posição de fechamento do dia anterior.

A margem deve ser o resultado da soma da margem de prêmio (prêmio de fechamento do dia) e da margem de risco (maior prejuízo potencial projetado para o dia seguinte) - alternativa ""d"".

Lembramos que a margem de garantia é exigida nas operações nos mercado futuro e swap."

116. b) os aplicadores em títulos de renda pós-fixados devem vender contratos (taxas) com o objetivo de se proteger de possíveis quedas das taxas de juros.

No mercado futuro, os compromissos são ajustados diariamente. Isso quer dizer que as alterações de preços dos contratos são verificadas todos os dias para apuração das perdas de um lado e dos ganhos do outro, realizando-se a liquidação das diferenças do dia. "

117. c) a base de cálculo do Imposto de Renda em mercado futuro é a soma algébrica dos ajustes diários positivos, excluindo-se os ajustes diários negativos.

A maioria dos derivativos é tributada nos mesmos modelos de ações, ou seja, alíquota de Imposto de Renda (IR) de 15% sobre as operações negociadas no mercado à vista e de 20% na modalidade Day Trade. A exceção é o mercado de swap, que obedece à tabela regressiva. Com esse entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""b"".

Agora, você precisará refletir sobre a base de cálculo. É fundamental ter em mente que, no mercado de opções a incidência do IR será diferente para o titular da opção (compra) e para o lançador (venda). Portanto, a alternativa ""d"" também deve ser descartada.

118. Restou, como correta, a alternativa ""c"". Em confirmação, acrescentamos que, diferentemente dos demais, a apuração no mercado futuro é feita ao longo da vigência do contrato e o pagamento é efetuado no último dia útil do mês subsequente ao da apuração."

119. b) comprando opções de venda de milho.

Vamos supor um valor para ajudar no raciocínio. Digamos que o preço do milho esteja cotado a R\$ 35,00. Os produtores de milho não têm certeza se ele estará valendo mais, igual ou menos na época da colheita. Porém, teme-se que haverá uma queda no preço do milho. Então, para garantir o preço atual, o produtor compra uma opção de venda de R\$ 35,00. Ou seja, o produtor compra o direito (mas não a obrigação) de vender o contrato de milho no preço atual com vencimento no período de colheita.

Dessa forma, os possíveis cenários são:

* se a cotação do milho cair, haverá prejuízo com a colheita, mas será garantido o preço de seus contratos futuros a R\$ 35,00 na B3.

* se houver valorização do milho, ficando acima de R\$ 35,00, os produtores não são obrigados a exercer o seu direito de vender os contratos nesse preço, perdendo somente o prêmio que pagaram para terem esse direito e, assim, poderão vender o milho da colheita com valor mais alto.

Sendo assim, essa operação em compra de opções protege os produtores da indefinição do preço do milho no futuro - alternativa ""b"".

120. d) Os ganhos líquidos auferidos em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores e em operações com ouro, ativo financeiro, são isentos do IR, até o limite de R\$ 20 mil, para o total das alienações de cada ativo realizadas em cada mês.

Perceba, pelas alternativas, que esta questão refere-se à tributação. Sobre esse tema, tenha sempre em mente que, o investidor Pessoa Física tem isenção de Imposto de Renda sobre ganhos líquidos em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores e em operações com ouro, ativo financeiro. CONTUDO, lembre-se de que esse benefício ocorre somente quando o valor das alienações realizadas em cada mês for igual ou inferior a R\$ 20 mil, para o conjunto de ações e para o ouro, ativo financeiro, individualmente - alternativa ""d"".

Esse benefício está previsto na Lei n. 11.033, de 2004, Art. 3º; e no IN SRF n. 487, de 2004, Art. 11). Ocorrendo alienação no mesmo mês de ações e de ouro, ativo financeiro, o limite de isenção aplica-se separadamente a cada modalidade de ativo.

121. c) em qualquer data, antes ou após o vencimento do contrato.

Há duas formas de exercer o direito de opção: a "americana", que ocorre a qualquer momento durante a vigência do contrato, e a "europeia", que ocorre apenas na data de vencimento do contrato. Portanto, a alternativa correta é a "c".

122. a) comprar novas ações e manter inalterada sua posição relativa no capital social da empresa.

Em eventos de aumento de capital, a legislação garante aos acionistas o direito de subscrição, isto é, a possibilidade de comprarem novas ações para manterem inalteradas suas participações relativas no capital social da empresa. Portanto, a alternativa correta é a "a".

123. c) comprar dólar a termo

Para proteger-se da oscilação da moeda, o ideal é garantir um preço fixo para negociação em uma data futura, não é mesmo? Esse é o processo do ""mercado a termo"", no qual duas partes assumem um compromisso de compra ou venda de certa quantidade de um bem (mercadoria ou ativo financeiro), por um preço fixado na data de realização do negócio, para negociação em uma data futura. A liquidação só ocorre de maneira integral no vencimento do contrato.

Neste cenário, se o preço do dólar desabar no próximo ano, será benéfico para seu cliente. PORÉM, se o preço do dólar subir nesse período, o valor da dívida irá aumentar, podendo comprometer o orçamento do seu cliente. Assim, a melhor maneira dele proteger-se é COMPRANDO dólar a termo, garantindo, assim, uma variação da cotação da moeda dentro de seu planejamento de custo."

124. b) Tesouro Nacional.

Essa você não pode errar. Os títulos públicos federais são emitidos pelo Governo Federal, ou seja, pelo Tesouro Nacional - alternativa ""b"".

Na eliminação das demais alternativas, lembre que o Bacen é o braço executor do CMN, que é o chefe do Sistema Financeiro Nacional e que o Banco do Brasil é uma instituição financeira e, portanto, não emite títulos públicos.

125. c) distribuídas novas ações gratuitamente a seus acionistas.

Uma bonificação pode ser entendida como um presente, certo? E o presente, no caso de uma sociedade por ações, é mais ações. Ou seja, quando a empresa realiza um aumento de capital - ou incorpora reservas e lucros, como cita o enunciado - ela bonificará seus atuais acionistas com novas ações. E, como se trata de um presente, não há que se pagar por elas, ou seja, a distribuição acontece de forma gratuita - alternativa "c".

126. c) II e IV.

Para responder a esta questão, você precisa lembrar-se de que o Selic é um sistema informatizado no qual estão centralizados os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional que compõem a dívida pública federal interna. A partir desse entendimento, você já identifica que as únicas afirmativas que apresentam títulos públicos federais são a II e a IV - alternativa ""c"".

Em complemento, saiba que a NTN-A não está custodiada no Selic, mas apenas as antigas NTN-F (atual Tesouro

Prefixado com Juros Semestrais), NTN-B (atual Tesouro IPCA + com Juros Semestrais) e a antiga NTN-B Principal (atual Tesouro IPCA+).

127. a) entidades, sistemas e mecanismos relacionados com o processamento e a liquidação de operações de transferência de fundos, de operações com moeda estrangeira ou com ativos financeiros e valores mobiliários.

Para você responder esta questão, vamos deixar uma dica. Sistema de Pagamentos Brasileiro tem três palavras, certo? Então, lembre-se de que o conjunto é composto também por três elementos, ou seja, entidades, sistemas e mecanismos. Fácil, não?

Ainda que você fique em dúvida entre as alternativas ""a"" e ""b"" por ambas apresentarem três elementos, lembre-se de que o SPB é um sistema e, portanto, um dos elementos precisará ser sistemas.

128. a) de cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Vamos recordar, primeiramente, o que é o SPB? Trata-se do conjunto de entidades, sistemas e mecanismos relacionados com o PROCESSAMENTO e a LIQUIDAÇÃO de operações de transferência de fundos, de operações com moeda estrangeira ou com ativos financeiros e valores mobiliários. A partir desse entendimento, verifique, dentre as alternativas, aquela que apresenta um sistema que não está relacionado a operações com ativos financeiros e valores mobiliários. É a alternativa ""a"", certo? O Sicaf está relacionado apenas ao cadastramento de fornecedores.

129. c) realização de transferências de fundos interbancárias com liquidação em tempo real, em caráter irrevogável e incondicional.

Para responder a essa questão, você precisará refletir sobre do que se trata a ""grande reforma"" conduzida pelo Bacen no SPB. Ela aconteceu em 2002, quando os sistemas dos participantes do mercado passaram a atuar interligados (Lei do SPB - Lei n.10.214/2001). E como eles estão interligados? De forma eletrônica, certo? Assim, as operações financeiras passaram a acontecer em tempo real - alternativa ""c"".

A partir dessa reforma, SPB passou a ser caracterizado pela base legal sólida e abrangente, pelo uso obrigatório de contrapartes centrais para a liquidação de obrigações, pela certeza da liquidação dada pela contraparte central com base em mecanismos de gerenciamento de riscos e salvaguardas, bem como pela irrevogabilidade e finalidade das liquidações.

130. a) secundário.

Esta é fácil. A emissão é a primeira etapa, certo? A negociação, então, é a segunda etapa, ou seja, é a etapa ""secundária"" - alternativa ""a"".

Como complemento, lembre-se de que é no mercado secundário que os investidores compram e vendem em busca de lucratividade e liquidez, transferindo entre si os títulos anteriormente adquiridos no mercado primário.

131. b) no mercado secundário.

Esta questão é mais fácil do que parece. O lançamento é a primeira etapa, certo? Então, quem perde a primeira etapa, terá acesso na segunda etapa, ou seja, no mercado secundário, no qual é feita a negociação - alternativa ""b"".

Lembre-se de que é no mercado secundário que os investidores transferem entre si os títulos anteriormente adquiridos no mercado primário.

132. b) Direito a voto nas assembleias da empresa.

As ações ON têm direito a voto nas assembleias (gerais ordinárias e extraordinárias) dos acionistas das companhias, em que cada ação equivale a um voto.

133. a) Não ter direito a voto em assembleias da empresa e ter preferência na distribuição de dividendos.

Os detentores das ações PN têm preferência na distribuição de dividendos. Porém, uma desvantagem é que geralmente não dão direito a voto, nas assembleias da empresa, aos seus titulares, portanto, não tendo influência ou controle sobre a direção da empresa (ao contrário da ação ordinária).

134. c) No Split há um aumento no número de ações. Já no Inplit há uma diminuição.

Desdobramento de Ações (ou Split) é a multiplicação do número de ações da empresa, que se desdobra em determinada proporção. Não causa qualquer modificação no balanço da empresa, provocando apenas a multiplicação do número total de ações.

Grupamento de Ações (Inplit) é processo inverso ao descrito acima. Aqui o número de ações da empresa é dividido em determinada proporção. Também não causa qualquer modificação no balanço da empresa, provocando apenas a redução do número total de ações e elevando seu preço na mesma proporção.

135. c) Distribuídas novas ações gratuitamente a seus acionistas.

Uma bonificação ocorre quando a empresa realiza um aumento de capital via emissão e distribuição de ações aos atuais acionistas por incorporação de reservas de lucros ou de reservas de capital.

136. a) Comprar novas ações e manter inalterada sua posição relativa no capital social da empresa.

Em eventos de aumento de capital, a lei garante aos acionistas o direito de subscrição, isto é, a possibilidade de comprarem novas ações para manterem inalteradas suas participações relativas no capital social da empresa.

137. a) 15%.

Os ganhos de capital com ações estão sujeitos à alíquota de IR total de 15%, desde que as datas de compra e venda sejam diferentes (não Day Trade).

138. b) Vende ações por um preço superior àquele incorrido para comprar essas ações.

O ganho de capital é a diferença positiva entre o preço de compra e de venda de um ativo (valorização do título). Juros e dividendos são considerados rendimentos.

139. d) com ações, no próprio mês ou nos meses subsequentes

As perdas incorridas poderão ser compensadas com os ganhos líquidos auferidos, no próprio mês ou nos meses subsequentes, em outras operações realizadas nos demais mercados de bolsa, exceto no caso de perdas em operações de day trade, que somente serão compensadas com ganhos auferidos em operações da mesma espécie

140. d) I e II.

De fato, a alíquota do IR sobre os ganhos financeiros líquidos auferidos em operações não day-trade realizadas em bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas é de 15%. Já os ganhos auferidos nas operações de day-trade estão sujeitos à alíquota de 20%.

141. d) Os ganhos líquidos auferidos em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores e em operações com ouro, ativo financeiro, são isentos do IR, até o limite de R\$ 20 mil para o total das alienações de cada ativo realizadas em cada mês.

Estão isentos do imposto de renda os ganhos líquidos auferidos por pessoa física em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores e em operações com ouro, ativo financeiro, cujo valor das alienações realizadas em cada mês seja igual ou inferior a R\$ 20 mil, para o conjunto de ações e para o ouro, ativo financeiro, individualmente (Lei nº 11.033, de 2004, art. 3º; e IN SRF nº 487, de

2004, art. 11). Ocorrendo alienação no mesmo mês de ações e de ouro, ativo financeiro, o limite de isenção aplica-se separadamente a cada modalidade de ativo.

142. d) 0,005% sobre o valor de venda.

0,005% sobre o ganho.

143. d) NTN-F é um título prefixado com cupons semestrais.

A NTN-F, assim como a LTN, é um título prefixado, com rentabilidade definida no momento da compra. Porém, diferentemente da LTN, seu rendimento é recebido pelo investidor ao longo do investimento, por meio de cupons semestrais de juros, e na data de vencimento do título, quando do resgate do valor de face (valor investido somado à rentabilidade) e pagamento do último cupom de juros.

144. c) NTN-B, LFT, LTN.

NTN-F: pré-fixada sem indexador; NTN-B: IPCA; LFT: meta da taxa Selic; LTN: taxa prefixada.

145. b) Tesouro Direto.

O Tesouro Direto é um programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas, desenvolvido pelo Tesouro Nacional, em parceria com a B3.

146. d) Nota do Tesouro Nacional Série B - NTN-B é um título de rentabilidade atrelada à variação do IPCA.

A NTN-B é o título público cuja remuneração é atrelada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

147. d) Hipoteca ou alienação fiduciária do imóvel.

A LCI é um título de crédito cujo lastro é composto de créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária do imóvel. A LCI também pode contar com garantia de uma instituição financeira.

148. c) De emissão dos bancos comerciais e de investimento, que podem ser vistos como um depósito bancário, já que ao comprar o CDB o investidor está emprestando o dinheiro para o banco e recebendo em troca o pagamento de juros.

Os CDBs podem ser prefixados, remunerados por uma taxa flutuante ou pós-fixados (só se sabe a remuneração no vencimento).

149. c) os depósitos são objeto da garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

CDB é um título de depósito a prazo, emitido por bancos múltiplos, bancos comerciais ou bancos de investimento, que conta com a garantia do FGC. Podem ter remuneração pré ou pós-fixada.

150. d) No máximo, 22,5%.

Os ganhos de capital auferidos em aplicações de CDB são tributados conforme a tabela regressiva de imposto de renda - IR, sendo 22,5% a alíquota máxima, se os recursos ficarem aplicados até 180 dias, e 15% a alíquota mínima, no caso de os recursos ficarem aplicados por mais de 720 dias.

151. c) O banco emitente do CDB.

Em operações tributadas como renda fixa, o agente que paga o rendimento ao investidor é geralmente o responsável pelo recolhimento do imposto de renda, como ocorre no caso do CDB.

152. c) isentos de tributação no caso de aplicadores pessoas físicas.

Os ganhos em cadernetas de poupança são isentos de Imposto de Renda no caso de aplicadores pessoas físicas.

70% da meta da taxa Selic + TR; investidor é isento de IR.

Se a meta da taxa Selic for menor ou igual a 8,5% ao ano, a remuneração da caderneta de poupança será de 70% do valor dessa meta da taxa Selic + TR. Se a meta for superior a 8,5% ao ano, a remuneração da caderneta de poupança será de 0,5% ao mês + TR. E, independentemente do valor da meta da taxa Selic, os ganhos de capital auferidos por pessoas físicas em cadernetas de poupança são isentos de IR.

Titular da aplicação e pessoa que efetuar o pagamento do rendimento.

O titular da aplicação financeira é o contribuinte tributário, uma vez que ele recebe rendimentos referentes à aplicação; por sua vez, no caso de aplicações de renda fixa, a pessoa que pagar o rendimento é a responsável pelo recolhimento do tributo.

153. c) Aferimento de ganhos (rendimentos) com a aplicação.

Fato gerador é um ato que suscita a cobrança do imposto. Portanto, o resgate da aplicação (parcial ou totalmente) representa o momento em que o imposto é cobrado. Porém, o motivo (fato gerador) que ocasionou a cobrança do imposto quando do resgate é o aferimento de ganhos com a aplicação financeira.

154. c) 20% e o banco emissor do CDB.

Aplicações em CDB são consideradas de renda fixa para fins tributários e, portanto, a alíquota de IR segue a tabela regressiva. Para prazos entre 181 e 360 dias transcorridos entre o aporte e o resgate, o ganho será tributado à alíquota de 20%, e o responsável pelo recolhimento desse tributo é o banco emissor do CDB (em qualquer operação de renda fixa, o agente pagador da remuneração é o responsável pelo recolhimento do IR).

155. b) renda fixa emitido por sociedades anônimas.

As debentures são emitidas a um valor de face (nominal) e pagam juros atrelados a este valor. Elas podem ser vendidas no mercado secundário com ágio ou deságio. As debêntures são títulos de renda fixa emitidos por sociedades anônimas não financeiras que buscam obter recursos a médio e longo prazo para financiar suas atividades ou quitar dívidas.

156. d) III.

As debêntures são títulos de renda fixa emitidos por sociedades anônimas não financeiras que buscam obter recursos a médio e longo prazos para financiar suas atividades ou quitar dívidas (forma mais barata e flexível de captação de recursos pela empresa). Podem ser resgatadas pela emissora antes de seu vencimento, se assim constar na sua escritura. Esse resgate pode ser parcial ou total, programado antecipadamente ou não programado. Por fim, a rentabilidade é definida pela combinação de duas variáveis: a valorização do título e os juros pagos em períodos definidos para o investidor.

- 157.

158. a) I e III.

Debêntures com garantia real são garantidas por bens integrantes do ativo da companhia emissora de terceiros, sob a forma de hipoteca ou penhor. Trata-se da melhor garantia que a empresa pode oferecer, resultando em uma significativa diminuição do risco de crédito ao investidor. Já a garantia quirografária não oferece privilégio algum sobre o ativo da emissora, concorrendo em igualdade de condições com os demais credores quirografários, em caso de falência da companhia.

159. d) de Renda Fixa.

Debêntures são considerados títulos de Renda Fixa, geralmente emitidos com prazos mais longos e que costumam apresentar menor liquidez que outros títulos de Renda Fixa.

160. a) captação de recursos por empresas junto a vários investidores.

As debêntures são títulos de renda fixa emitidos por sociedades anônimas não financeiras que buscam obter recursos a médio e longo prazo para financiar suas

atividades ou quitar dívidas (forma mais barata e flexível de captação de recursos pela empresa). Trata-se de uma dívida que a empresa levanta com o investidor, com pagamento de juros, e constitui-se em uma alternativa aos tradicionais financiamentos bancários. Nesse sentido, em vez de solicitar um empréstimo para um banco, uma empresa pode emitir uma debênture e conseguir os recursos de que necessita.

161. d) podem ser conversíveis em ações.

As debêntures podem ser conversíveis em ações, mas não contam com a garantia do FGC. Por sua vez, oferecem risco de mercado e também de liquidez, em função da liquidez geralmente reduzida desse ativo.

162. d) regressiva, de 15% a 22,5%.

Debêntures são classificados como títulos de renda fixa para fins tributários e, portanto, os ganhos estão sujeitos ao Imposto de Renda, com alíquotas variando entre 15% e 22,5%, dependendo do prazo do investimento.

163. b) Incentivadas.

As debêntures incentivadas são títulos de crédito privado com isenção fiscal (IR), emitidos por empresas que desejam financiar seus projetos a um custo mais acessível. Em contrapartida ao benefício fiscal, o governo exige que as companhias usem o dinheiro para projetos de infraestrutura.

1. a) registrar o fundo na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Esta questão é mais fácil do que parece. O administrador é o responsável legal pelo Fundo de Investimento junto aos cotistas e aos órgãos reguladores, certo? Então, analisando as alternativas, você já poderá concluir que registrar o fundo na CVM é uma de suas responsabilidades - alternativa "a".

Na eliminação das demais alternativas, lembre-se de que ""gerir"" é uma função do gestor, e que ""captar recursos"" e ""distribuir informações"" são atribuições do distribuidor. "

2. b) dos cotistas.

Muita atenção! Esta questão pode confundir você. O responsável legal pelo funcionamento do Fundo de Investimento é o administrador. É ele quem controla todos os prestadores de serviço e tem a obrigação de defender os interesses dos cotistas. O custodiante é o responsável pela "guarda", pela "custódia" dos ativos do Fundo de Investimento. Já quem adquire os ativos que farão parte do Fundo de Investimento é o gestor do fundo. PORÉM, o gestor não é o proprietário deles, pois, lembre-se, ele é o "prestador de serviços" contratado para cuidar do dinheiro investido no fundo. Portanto, os ativos pertencem ao fundo, ou seja, são propriedade dos cotistas (investidores), pois eles são os proprietários do fundo - alternativa "b".

3. c) houver mais resgates do que aplicações.

Para responder a esta questão, analise, primeiramente, o significado da palavra cota. Ela é a fração de um todo, certo? Nesse caso, o "todo" seria o patrimônio do fundo. Agora, para identificar a alternativa correta, perceba que o enunciado se refere à redução da quantidade de cotas. Quando isso ocorre? Quando há resgates, concorda? Então, se houver mais resgates do que aplicações, o balanço no final do dia apontará a redução da quantidade de cotas - alternativa "c".

4. b) houver recolhimento de Imposto de Renda na forma de come-cotas.

A redução do número de cotas do investidor só ocorre em duas situações: quando ele faz resgates, transformando a cota em dinheiro, e na ocasião do "come-cotas", sistema criado pela Receita Federal para evitar a distorção entre o IR do título que compõe a carteira do Fundo de Investimento e o IR devido do investidor. Esse sistema estabelece a antecipação SEMESTRAL do IR, com alíquotas fixas de 20% e 15%, no último dia dos meses de maio e novembro. - alternativa "b".

5. a) evitar possíveis conflitos de interesse entre a administração de recursos próprios do banco e a administração de recursos de terceiros.

Quando a questão tratar de BARREIRA, pense em uma separação, uma divisão, um muro. Ela está tratando do Chinese Wall - nome que se dá à separação que deve

haver entre a função de administração de recursos de terceiros (Fundos de Investimentos) e a de administração de recursos próprios (tesouraria do banco). Então, associe diretamente com a Muralha da China e reflita: ela foi erguida para impedir a invasão dos povos nômades, protegendo os chineses e evitando conflitos, certo? O conceito é exatamente o mesmo - alternativa "a".

6. c) comprar e vender os ativos do fundo.

Para responder a esta questão, pense no gestor como aquele que fará a gestão do Fundo de Investimento, ou seja, é o prestador de serviço contratado para aplicar o dinheiro dos investidores em busca da melhor rentabilidade. Na prática, como ele fará isso? Selecionando os ativos que irão compor a carteira e os negociando (comprando e vendendo) conforme as "regras do jogo" estabelecidas, ou seja, de acordo com a política de investimento - resposta "c".

7. a) com carência.

Essa você não pode errar. Se o investidor perdeu a rentabilidade acumulada é porque havia um prazo determinado para o resgate - como o próprio enunciado já revela: 60 dias. Em outras palavras, havia um prazo de carência para o resgate - alternativa "a".

Muita atenção aqui para não cair na pegadinha. Um Fundo de Ações deve ter, no mínimo, 67% em ações. Ao verificar esse percentual nas alternativas, você poderá se confundir.

Por isso, preste bem atenção à afirmativa. Perceba que alternativa "c" aponta exatamente o oposto, ou seja, indica que o percentual máximo é de 67%, enquanto, na verdade, deve ser o mínimo. A alternativa "a" cita "títulos públicos, em vez de ações. Portanto, a resposta correta é a "b", ou seja, o Fundo de Ações pode ter, no máximo, 33% em títulos públicos, uma vez que os outros 67% devem, obrigatoriamente, estar alocados em ações.

8. c) no máximo, 67% em ações.

Muita atenção aqui para não cair na pegadinha. Um Fundo de Ações deve ter, no mínimo, 67% em ações. Ao verificar esse percentual nas alternativas, você poderá se confundir.

Por isso, preste bem atenção à afirmativa. Perceba que alternativa "c" aponta exatamente o oposto, ou seja, indica que o percentual máximo é de 67%, enquanto, na verdade, deve ser o mínimo. A alternativa "a" cita "títulos públicos, em vez de ações. Portanto, a resposta correta é a "b", ou seja, o Fundo de Ações pode ter, no máximo, 33% em títulos públicos, uma vez que os outros 67% devem, obrigatoriamente, estar alocados em ações.

9. b) venderá ativos.

Gestor: é o responsável pela compra e venda dos ativos do fundo de investimento. É quem gerencia o fundo de acordo com a política de investimento estabelecida em regulamento. Cabe a ele a compra de ativos para a carteira quando houver aplicação no fundo. Na ocasião de resgate, ele é responsável pela venda de ativos da carteira - alternativa ""b"".

10. c) fechados.

Aqui nesta questão, perceba que o enunciado está afirmando que o cotista ""deverá vendê-las a outro investidor"", ou seja, ele somente poderá negociar cotas com terceiros para resgatar o valor. Essa é uma característica dos fundos fechados - alternativa ""c"".

Em complemento, você pode considerar, de modo simplificado, que os abertos são mais permissivos e que os fechados são mais restritivos. O fundo fechado apresenta tempo determinado e, por isso, não permite a entrada e a saída de cotistas nem o resgate de cotas, por decisão do investidor, antes do encerramento do fundo.

11. c) possibilidade de diversificação de ativos com aportes menores.

Para identificar a alternativa correta, você precisará ter em mente que a diversificação dos ativos é o principal benefício de adquirir cotas de um Fundo de Investimento, visto que, os fundos de investimentos podem comprar títulos de renda fixa, ações, atuar no mercado de câmbio, no mercado exterior, entre outros. A carteira de um fundo de investimento costuma estar alocada em vários ativos, e não concentrada.

Além disso, os fundos podem dar acesso a uma série de investimentos que não estariam disponíveis às pessoas de outra forma. Pense em alguém que tenha R\$ 500 por mês para investir. Considerando as cotações do início de 2020, não seria possível comprar um lote com 100 ações de uma empresa como a Vale diretamente na B3 com esse valor, por exemplo. Porém, é possível investir em um fundo de ações que aplique nesses e em muitos outros papéis. O investidor aplica seus recursos em uma carteira com variados títulos e valores mobiliários, o que proporcionará maiores chances de ganhos e menores riscos de perdas - alternativa ""c"".

12. b) II.

Perceba que as três afirmativas estão relacionadas à performance. Assim, tendo em mente que a taxa de performance é aquela cobrada do cotista quando a rentabilidade do fundo supera um benchmark previamente definido, respeitando-se o conceito da Linha D'Água, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""d"" , pois a assertiva I está incorreta.

Agora, lembre-se que a taxa de performance é cobrada apenas após a cobrança da taxa de administração e de outras despesas, ou seja, ela não recai sobre o valor de rendimento de todos os fundos. Assim, você já pode concluir que a assertiva II é a única correta e, por isso, a alternativa certa é a ""b"".

Em complemento, saiba que a cobrança da taxa de performance deve estar prevista em regulamento, assim como o benchmark que será utilizado, e que deve ser feita, no mínimo, semestralmente.

- 13.** a) liquidez.

Nesta questão, você pode partir pela eliminação das alternativas. Os Fundos de Investimento não possuem cobertura do FGC, e nem oferecem garantia de rentabilidade e do recurso investido, pois, ao assinar o Termo de Adesão ao Fundo de Investimento, inclusive, ele deverá assinar o Termo de Ciência de Risco, atestando estar ciente dos fatores de risco relativos a esse tipo de investimento.

Assim, resta como correta a alternativa ""a"".

A liquidez, é realmente, uma das vantagens desse tipo de investimento, pois é possível solicitar o regaste do valor investido a qualquer momento, sem perda de rentabilidade. Diversos fundos, como os fundos de renda fixa, por exemplo, não costumam ter prazos maiores que 1 dia para que o saldo esteja disponível em sua conta corrente, diferente de muitos títulos de renda fixa, que para obter a rentabilidade combinada no início da aplicação, deve-se manter o investimento pelo prazo acordado, sejam dois anos, cinco anos ou mais.

- 14.** c) equidade no tratamento dos cotistas, independentemente do número de cotas que possui.

Uma das principais características do Fundo de Investimento é que as cotas adquiridas pelos investidores conferem direitos e obrigações iguais aos cotistas, de forma proporcional à participação no patrimônio do fundo, ou seja, ao valor investido. Portanto, a alternativa "c" está correta.

- 15.** c) Taxa de administração.

O enunciado já revela a resposta, pois trata da remuneração daquele que atua na ADMINISTRAÇÃO do fundo. Trata-se da Taxa de Administração - alternativa ""c"".

A taxa de administração é aquela que remunera o administrador, o gestor e o distribuidor pela prestação de serviço junto ao Fundo de Investimento. Em complemento, saiba que ela tem valor fixo, anual, e é expressa em percentual incidente sobre o patrimônio do fundo. Ela é provisionada diariamente, já deduzida no valor da cota, e é cobrada independentemente do desempenho do fundo. "

- 16.** b) multimercado que rendeu acima do benchmark, desde que o valor da cota, nesse momento, seja superior àquele registrado quando na última cobrança de performance.

Para cobrar taxa de performance, além de o fundo ter de apresentar rendimento acima do benchmark, deve-se respeitar o conceito da Linha D'Água: o valor da cota no momento da cobrança deve ser superior àquele registrado na última cobrança - alternativa ""b"".

Em complemento, saiba que um fundo referenciado que rendeu acima do benchmark e com variação positiva poderia cobrar taxa de performance DESDE QUE fosse destinado exclusivamente a investidores qualificados.

- 17.** b) obter rentabilidade superior à do índice de referência do fundo.

"Diversos fundos de investimentos praticam a alavancagem financeira como forma de atingir uma rentabilidade maior das aplicações, superando o índice de referência (benchmark). Esses veículos captam e aplicam recursos de terceiros para melhorar seu resultado. Na prática, o fundo pode operar volumes financeiros maiores do que o seu patrimônio. Assim, pode obter ganhos maiores, sem alteração no capital inicial investido - resposta ""b"".

Em complemento, saiba que o contrário também é verdadeiro: as perdas podem ser maiores do que o seu patrimônio. E que o eventual patrimônio negativo deverá ser coberto pelos próprios cotistas que, nesse caso, terão que realizar um aporte de capital para saldar dívidas do fundo. Por isso, a alavancagem só é recomendada para investidores experientes e com maior aceitação do risco. "

- 18.** c) replicar a composição de um índice de referência.

Ao citar a expressão "PASSIVA", o enunciado está fazendo referência a um fundo de gestão que não demonstra iniciativa ou ação. É aquele que busca acompanhar - e não superar - o seu índice de referência, ou seja, o seu indexador - alternativa "c". Isso quer dizer que a rentabilidade do fundo terá como parâmetro a rentabilidade do índice de referência ao qual o fundo é indexado. A rentabilidade será similar.

- 19.** c) determinado no regulamento do fundo.

Aqui, vamos a uma analogia: a cobrança da taxa de administração é uma das "regras" do jogo, não é mesmo? E todas as regras devem ser claras e devem estar expressas em um documento oficial, não é mesmo? Ou seja, as regras não podem seguir os interesses particulares do investidor ou do administrador. O regulamento é o documento que contém as "regras" do fundo. Nele estão todas as características, deveres e obrigações das partes envolvidas em um fundo de investimento. No caso

da taxa de administração, o valor a ser cobrado está expresso nesse documento - alternativa "c".

20. b) o ato de atualizar o valor dos ativos dos fundos para o valor do dia.

Para responder a esta questão, tenha em mente que ""marcação a mercado"" é sinônimo de apreçamento. Sendo assim, você já identifica que esse conceito está relacionado à determinação de preço. Perceba, também, que ele está relacionado ao mercado, ou seja, trata-se da obrigatoriedade do fundo de divulgar o valor exato de mercado dos títulos que o compõem com o objetivo de proteger o investidor para que todos os cotistas tenham a mesma rentabilidade no momento do resgate, independentemente do momento em que foi feita a aplicação do dinheiro. Assim, a resposta correta é a ""b"".

Assim, tanto o investidor que vende como o que compra estará considerando o valor de mercado atual do ativo. Sem a ""marcação a mercado"", quem vende poderia ser prejudicado e, quem compra, beneficiado, havendo transferência de riqueza entre os cotistas. "

21. d) operações de derivativos.

No universo dos fundos de investimento, alavancagem é o ato de se ter, em determinada operação, exposição financeira maior do que o patrimônio líquido do fundo. Isso ocorre, principalmente, por meio de derivativos, como contratos futuros - alternativa ""d"".

Na realização de operações com derivativos existe a possibilidade de perdas superiores aos valores investidos, podendo resultar em significativas perdas patrimoniais. Os fundos de crédito privado, principalmente, estão sujeitos a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do fundo. Os fundos de cotas aplicam em fundos de investimento que utilizam estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas. Os fundos de renda fixa estão sujeitos a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira."

22. d) existir possibilidade de perda superior ao patrimônio do fundo.

Para responder a esta questão, você deve refletir sobre o que é um fundo alavancado. Ele é aquele que utiliza a alavancagem de ativos, ou seja, são utilizados recursos, instrumentos e oportunidades externas para multiplicar os resultados. Na prática, o fundo pode operar volumes financeiros maiores do que o seu patrimônio. Assim,

pode obter ganhos maiores, sem alteração no capital inicial investido. Porém, o contrário também é verdadeiro: as perdas podem ser maiores do que o seu patrimônio - resposta ""d"".

Em complemento, lembre-se de que o eventual patrimônio negativo deverá ser coberto pelos próprios cotistas que, nesse caso, terão que realizar um aporte de capital para saldar dívidas do fundo. Por isso, a alavancagem só é recomendada para investidores experientes e com maior aceitação do risco.

23. d) por todos os serviços, para sua operacionalização.

A taxa de administração de um fundo é o valor cobrado pela instituição financeira que administra o fundo para pagar por todos os serviços. Como o próprio nome da taxa já revela, essa cobrança é realizada como forma de pagamento pela ADMINISTRAÇÃO do fundo. Em outras palavras, é o pagamento por todos os serviços prestados para sua operacionalização - alternativa ""d"".

Em complemento, saiba que se trata de uma taxa fixa, anual, que remunera o administrador, gestor e distribuidor. Ela será cobrada independentemente do desempenho do fundo, ou seja, se a rentabilidade foi positiva ou negativa. E que ela já está deduzida no valor da cota, divulgado diariamente. Portanto, a sua cobrança afeta o valor da cota."

24. d) taxa variável expressa em percentual ao ano que é calculada e deduzida mensalmente do valor da cota.

Para responder a esta questão, você precisa ter em mente que a taxa de administração é a taxa fixa, anual, expressa em percentual, que incide sobre o patrimônio do fundo. Até aqui, você já pode eliminar as alternativas ""b"" e ""d"".

Agora, lembre que ela já está considerada no valor da cota, ou seja, já está deduzida no valor da cot divulgado diariamente. Portanto, a taxa é calculada diariamente - alternativa ""c"".

Em complemento, saiba que a taxa de administração será cobrada independentemente do desempenho do fundo, ou seja, se a rentabilidade foi positiva ou negativa.

25. a) somente quando a rentabilidade do fundo superar a de um indicador de referência.

Como o nome já revela, a taxa de performance premia a boa performance do gestor. E o que significa a boa performance do gestor de um fundo? Significa que ele conquistou o objetivo do fundo, ou seja, superar o benchmark ou indicador de referência. Por isso, será recompensado. Isso quer dizer que a taxa de performance somente será cobrada nesta condição - alternativa ""a"".

Em complemento, acrescentamos que a taxa de performance é opcional e somente pode ser cobrada após a dedução de todas as despesas, inclusive da taxa de administração. "

26. c) no mínimo, 67% do seu patrimônio em ações.

Para responder a esta questão, você terá de se lembrar que os Fundos de Ações devem investir, no mínimo, 67% do seu patrimônio em ações admitidas à negociação em mercado organizado ou em ativos relacionados, como bônus ou recibos de subscrição, certificados de depósito de ações, cotas de fundos de ações, cotas dos fundos de índice de ações e Brazilian Depository Receipts (BDR) - alternativa ""c"".

Uma dica para melhor memorizar os critérios das quatro classes de fundos - Renda Fixa, Ações, Multimercado e Cambial, é lembrar que a classificação da CVM considera apenas dois percentuais: 80% e 67%, sendo 80% para os de Renda Fixa e o Cambial, e 67% para os de Ações. Para os Fundos Multimercado não existe regra para concentração de ativos no fundo.

27. a) 80% em títulos de renda fixa prefixados ou pós-fixados.

Essa questão vai testar seu conhecimento. Você precisará lembrar do que estudou em relação à classificação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM): os Fundos de Renda Fixa devem investir, no mínimo, 80% do Patrimônio Líquido (PL) do fundo em ativos de renda fixa - alternativa ""a"".

Uma dica para melhor memorizar os critérios das quatro classes de fundos - Renda Fixa, Ações, Multimercado e Cambial, é lembrar que a classificação da CVM considera apenas dois percentuais: 80% e 67%, sendo 80% para os de Renda Fixa e o Cambial, e 67% para os de Ações. Para os Fundos Multimercado não existe regra para concentração de ativos no fundo.

28. c) 80%.

Essa questão quer saber do critério estabelecido para a classificação do Fundo Cambial pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O fundo Cambial deve manter, no mínimo, 80% de seu patrimônio investido em ativos que sejam relacionados, diretamente ou indiretamente, à variação de preços de uma moeda estrangeira - alternativa ""c"".

Uma dica para melhor memorizar os critérios das quatro classes de fundos - Renda Fixa, Ações, Multimercado e Cambial, é lembrar que a classificação da CVM considera apenas dois percentuais: 80% e 67%, sendo 80% para os de Renda Fixa e o Cambial, e 67% para os de Ações. Para os Fundos Multimercado não existe regra para concentração de ativos no fundo. Portanto, a alternativa correta é a ""c"".

29. d) têm prazo médio da carteira de títulos menor ou igual a 60 dias.

Como o próprio nome sugere, os fundos de curto prazo têm, como principal característica, o vencimento dos títulos: devem ter prazo MÁXIMO de 375 dias e prazo médio da carteira INFERIOR a 60 dias - alternativa ""d"".

Na eliminação das demais alternativas, saiba que a alíquota de antecipação semestral de Imposto de Renda ("come-cotas") dos fundos de curto prazo é de 20%, e que eles devem, sim, marcar a mercado a carteira, ou seja, divulgar o valor exato de mercado dos títulos que o compõem com o objetivo de proteger o investidor para que todos os cotistas tenham a mesma rentabilidade no momento do resgate, independentemente do momento em que foi feita a aplicação do dinheiro.

30. a) semestralmente, à alíquota de 15%.

Nesta questão, você deve ter atenção sobre o enunciado. Perceba que, ao mencionar "come-cotas", a questão está fazendo referência ao sistema de antecipação semestral de Imposto de Renda. Nesse sistema, a incidência de IR não segue a tabela progressiva, pois o prazo de permanência no fundo não altera a alíquota. No "come-cotas", a alíquota é fixa, sendo 20% para fundo de curto prazo e 15% para fundo de longo prazo.

31. c) semestralmente, pela alíquota de 20%.

Nesta questão, você deve ter atenção sobre o enunciado. Perceba que, ao mencionar "come-cotas", a questão está fazendo referência ao sistema de antecipação semestral de Imposto de Renda. Até aqui você já pode eliminar as alternativas "a" e "b". Agora, tenha sempre em mente: a alíquota é fixa, sendo 20% para fundo de curto prazo e 15% para fundo de longo prazo. Portanto, a alternativa correta é a "c".

32. a) não há "come-cotas".

Essa questão saber como é a incidência de Imposto de Renda sobre os Fundos de Ações, certo? E testar seu conhecimento sobre o sistema "come-cotas", que é o sistema de antecipação semestral do IR, que é de 15% para os fundos de longo prazo e de 20% para os fundos de curto prazo. PORÉM, perceba que o enunciado está se referindo aos fundos de Ações - e esse é o único em que NÃO HÁ "come-cotas", pois, nos fundos de Ações, é cobrada alíquota única de 15% somente no resgate, e não semestralmente, como nos demais. Portanto, a alternativa correta é a "a".

33. c) administrador do fundo.

O recolhimento do IOF é uma responsabilidade daquele que for o responsável legal pelo Fundo de Investimento junto aos cotistas e aos órgãos reguladores. Ou seja, é uma responsabilidade do administrador do fundo - alternativa "c".

34. a) Fundos de Ações.

Aqui você precisará lembrar-se de que o único Fundo de Investimento em que há isenção de IOF é o Fundo de Ações - resposta "a".

35. d) fechados são aqueles em que os cotistas podem resgatar suas cotas somente ao término do prazo de duração.

Esta questão exigirá a análise atenta de cada alternativa. A primeira requer sua reflexão sobre o que são fundos fechados. Você pode considerar, de modo simplificado, que os abertos são mais permissivos e que os fechados são mais restritivos. Portanto, lembrando que os fundos multimercados são caracterizados pela maior liberdade de gestão, você já pode concluir que a alternativa ""a"" está incorreta. A partir desse entendimento, você já pode perceber que a alternativa ""d"" é a correta, pois, um fundo fechado - que têm mais restrições - não permite a entrada e a saída de cotistas nem o resgate de cotas, por decisão do investidor, antes do encerramento do fundo.

Na eliminação das demais alternativas, lembre-se de que os fundos de renda variável podem, sim, comprar cotas de outros fundos e de que os fundos exclusivos são aqueles constituídos para receber aplicações exclusivamente de um único cotista, e não voltados para um segmento de mercado.

36. c) somente os fundos ativos podem cobrar.

Para responder a esta questão, lembre-se de que a taxa de performance é aquela paga ao gestor como forma de recompensa pelo seu empenho em superar o benchmark do fundo. E qual tipo de fundo tem esse objetivo? O fundo com gestão ativa, diferente dos fundos com gestão passiva, o fundo com gestão ativa possui o objetivo principal de superar determinado índice de referência (benchmark). Assim, você já pode eliminar a alternativa ""b"".

Agora, você precisa ter em mente que ela é opcional; portanto, você já pode desconsiderar também a alternativa ""a"". Importante destacar que o fundo que fizer essa opção deverá apurar o valor da cota do dia ou do dia seguinte ao da efetiva disponibilidade sempre antes de descontada a provisão para o pagamento da taxa de performance. Além disso, a cobrança deve ser feita por um período, no mínimo, semestral. Com esse entendimento, você identifica que a alternativa ""d"" também está incorreta. Assim, a resposta correta é a ""c"".

37. b) remunerar o administrador e eventual contratação do gestor.

Como o próprio nome da taxa já revela, essa cobrança é realizada como forma de pagamento pela ADMINISTRAÇÃO do fundo, certo? Em outras palavras, é a remuneração do administrador, gestor e distribuidor pela prestação de serviço - alternativa ""b"".

Em complemento, saiba que ela será cobrada independentemente do desempenho do fundo, ou seja, se a rentabilidade foi positiva ou negativa. E que ela já está deduzida no valor da cota, divulgado diariamente. Portanto, a sua cobrança afeta o valor da cota.

- 38.** a) taxa de entrada, saída e taxa de performance.

Para responder a esta questão, lembramos você dos nomes das taxas existentes em fundos de investimento: taxa de administração, taxa de performance, taxa de entrada ou de ingresso e taxa de saída. Portanto, você já pode eliminar as alternativas que citam outros tipos de taxas. Assim, você já conclui que a resposta correta é a ""a"".

Em complemento, saiba que as taxas de entrada e de saída não são tão comuns como as taxas de administração e a de performance, mas pode ser cobradas, desde que isso seja devidamente informado no regulamento. A taxa de entrada, como o nome já diz, é cobrada para a entrada do investidor em alguns tipos de investimentos e a taxa de saída é cobrada por ocasião do pedido de resgate de cotas, especialmente nos casos em que o investidor deseja receber o dinheiro antes do prazo estabelecido para o resgate. Ambas são expressas em termos percentuais.

- 39.** c) preço em que os mesmos podem ser vendidos.

Para responder a esta questão, tenha em mente que ""marcação a mercado"" é um conceito relacionado ao mercado, ou seja, trata-se da obrigatoriedade do fundo de divulgar o valor exato de mercado dos títulos que o compõem com o objetivo de proteger o investidor para que todos os cotistas tenham a mesma rentabilidade no momento do resgate, independentemente do momento em que foi feita a aplicação do dinheiro. Assim, a resposta correta é a ""c"".

Em complemento, lembramos que, assim, tanto o investidor que vende como o que compra estará considerando o valor de mercado atual do ativo. Sem a ""marcação a mercado"", quem vende poderia ser prejudicado e, quem compra, beneficiado, havendo transferência de riqueza entre os cotistas.

- 40.** b) equidade entre os cotistas, não importando em que momento cada cotista aplicou ou resgatou no fundo.

Para responder a esta questão, tenha em mente que ""marcação a mercado"" é um conceito relacionado ao mercado, ou seja, trata-se da obrigatoriedade do fundo de divulgar o valor exato de mercado dos títulos que o compõem com o objetivo de proteger o investidor para que todos os cotistas tenham a mesma rentabilidade no momento do resgate, independentemente do momento em que foi feita a aplicação do dinheiro.

Assim, tanto o investidor que vende como o que compra estará considerando o valor de mercado atual do ativo. Sem a ""marcação a mercado"", quem vende poderia ser

prejudicado e, quem compra, beneficiado, havendo transferência de riqueza entre os cotistas. Em outras palavras, o objetivo é garantir a equidade dentre os cotistas, certo? - alternativa ""b"".

41. c) substituição do administrador.

Como você já estudou, a Assembleia Geral de Cotistas é a instância máxima de decisão do Fundo. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo um voto a cada cota. A partir desse entendimento, analisando as alternativas apresentadas, qual delas traz uma decisão considerada de tamanha relevância que tenha de ser tomada pela maioria? A substituição do administrador, o responsável legal pelo fundo, certo? -alternativa ""c"".

Na eliminação das demais, considere que a redução da taxa seria um benefício a todos e, por isso, todos estariam de acordo; já o contrário, ou seja, o aumento dessa ou de outra taxa, necessariamente teria de ser decidido em assembleia. Além disso, a escolha do gestor, assim como a contratação de auditores, ou seja, o controle dos prestadores de serviço são atribuições administrativas.

42. d) declarar o fechamento do fundo para a realização de resgates.

A primeira reflexão aqui deve ser sobre o papel do administrador de um fundo. Ele deve proteger os interesses dos cotistas, certo? De todos os cotistas! Então, se o cenário econômico está impossibilitando a liquidação dos resgates, ele tem autonomia para fechar o fundo para a saída de recursos - alternativa ""d"".

Trata-se de uma decisão estratégica para evitar prejuízos, e costuma ser temporária. Nesse caso, o gestor deve enviar comunicação imediata à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e publicar fato relevante aos cotistas.

Em complemento, lembramos que, caso o fundo permaneça fechado por período superior a 5 dias consecutivos, uma assembleia geral extraordinária deverá ser convocada para ser realizada em até 15 dias, quando os cotistas terão de deliberar sobre a possibilidade de substituição do administrador, do gestor ou de ambos, reabertura ou manutenção do fechamento do fundo para resgate, possibilidade do pagamento de resgate em ativos financeiros, cisão do fundo e liquidação do fundo.

43. b) pode ser realizado; porém, é limitado a 20% do patrimônio do fundo.

Esta questão está tratando dos limites estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em relação ao emissor de ativos. Você precisará lembrar que são de:

* até 20% do patrimônio em ativos emitidos por instituição financeira;

* até 10% em outros fundos de investimentos.

* até 10% em companhia aberta.

* e até 5% nos demais emissores pessoa física ou jurídica de direito privado.

Tenha sempre em mente que não há limites para investimentos em títulos públicos federais.

Então, se a questão está se referindo ao próprio administrador do fundo, está se referindo a uma instituição financeira, certo? - alternativa ""b"".

44. c) I e II.

Para responder a esta questão, você precisará lembrar-se das responsabilidades do administrador em relação às informações do fundo. São elas:

- * diariamente, divulgar o valor da cota e o Patrimônio Líquido do fundo;
- mensalmente, enviar extrato ao cotista;
- publicar a composição da carteira do fundo;
- divulgar fatos relevantes;
- anualmente, publicar os balancetes e demonstrações contábeis
- anualmente, convocar a assembleia geral de cotistas.

Portanto, a resposta correta é a ""c"", pois a assembleia para divulgação de balancetes e resultados deverá ser realizada, no mínimo, anualmente, e não semestralmente.

45. a) operações que visem a proporcionar rentabilidade mais próxima possível do benchmark.

Para responder a esta questão, tenha em mente que "passivo" é um adjetivo atribuído a algo ou alguém que sofre uma ação, que é apático, indiferente. Sendo assim, o fundo passivo é aquele que busca, simplesmente, acompanhar a variação do seu índice de referência (benchmark), ou seja, a rentabilidade do fundo será similar à do índice de referência. Já no fundo ativo, o gestor lança mão de estratégias para superar a variação do benchmark. Assim, a resposta correta é a "a".

46. a) 375 dias e prazo médio da carteira inferior a 60 dias.

Os fundos classificados como Curto Prazo deverão aplicar seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais ou privados pré-fixados ou indexados

à taxa SELIC ou a outra taxa de juros, ou títulos indexados a índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias, e prazo médio da carteira do fundo inferior a 60 (sessenta) dias, sendo permitida a utilização de derivativos somente para proteção da carteira e a realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

47. b) risco de perda do principal.

O primeiro passo nessa questão é identificar o tipo de fundo que o enunciado está apresentando. Trata-se de um fundo de gestão ativa, considerando que ele tem, como objetivo, superar o seu benchmark, certo? E qual é o seu benchmark? O Ibovespa, não é mesmo? Essa informação já indica que estamos tratando de um fundo de ações, ou seja, de um fundo de renda variável. A partir dessa compreensão, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e a ""c"", pois ele está diretamente relacionado a esse indexador.

Agora, ciente de que a aplicação em ações é um investimento de risco, você já pode identificar que a resposta correta é a ""b"".

Em confirmação, perceba que a assertiva III revela que o fundo pode comprar contratos futuros, que são instrumentos financeiros para alavancagem. Na prática, o fundo pode operar volumes financeiros maiores do que o seu patrimônio. Assim, pode obter ganhos maiores, sem alteração no capital inicial investido. Porém, o contrário também é verdadeiro: as perdas podem ser maiores do que o seu patrimônio.

48. d) de propriedade de terceiros daquelas desempenhadas pelos gestores das posições proprietárias da instituição.

Esta questão é mais fácil do que parece. Quando a questão tratar de BARREIRA, pense em uma separação, uma divisão, um muro. Então, associe diretamente com a Muralha da China e reflita: ela foi erguida para impedir a invasão dos povos nômades, protegendo os chineses e evitando conflitos, certo? O conceito é exatamente o mesmo. Agora, você precisará refletir sobre qual conflito deve ser evitado. O enunciado já apresenta que se trata da SEGREGAÇÃO FÍSICA DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS pelos gestores de recursos, ou seja, a administração de recursos próprios (tesouraria do banco) da instituição financeira não pode operar junto da administração de recursos de terceiros - alternativa ""d"".

Em complemento, lembramos que essa separação é conhecida como Chinese Wall, que representa uma barreira de informações que deve existir em toda instituição financeira que está disposta a administrar Fundos de Investimentos.

49. c) somente Investidor Profissional.

Primeiramente, tenha em mente que os fundos exclusivos são constituídos para receberem aplicações exclusivamente de um único cotista. E se é exclusivo, ele não é para a maioria dos investidores, certo? Então, você já pode concluir que esse fundo será restrito a quem aporte um valor maior de recurso e/ou apresente grande conhecimento de mercado, incluindo capacitação técnica, não é mesmo? Assim, você já pode concluir que a alternativa correta é a ""c"", pois somente investidores profissionais podem ser cotistas de fundos exclusivos.

Lembre-se: investidor profissional é aquele que atende aos critérios descritos na Instrução CVM 554, a qual estabelece que, por ser considerado um investidor com conhecimentos avançados de mercado, esse tipo de investidor terá acesso a produtos financeiros diferenciados. Conforme a CVM, são considerados Investidores Profissionais:

- I. pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10 milhões e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio;
 - II. instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
 - III. companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
 - IV. entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
 - V. fundos de investimento;
 - VI. clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM;
 - VII. agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios;
 - VIII. investidores não residentes.
- 50. d) I, II e III.**

Essa é fácil, se você lembrar que os fundos de investimento podem investir em diversos mercados em busca da rentabilidade para seus cotistas. Os mais explorados são:

- títulos de renda fixa, públicos ou privados, de taxa pré ou pós-fixada;
- títulos de renda fixa, públicos ou privados, corrigidos pela variação da taxa de câmbio e/ou índices de preços;

- ações.

Então, todas as assertivas estão corretas - alternativa ""d"".

51. a) Renda Fixa, Ações e Multimercado.

Nesta questão, observe, primeiramente, o perfil do Fundo Z. Perceba que ele apresenta uma carteira diversificada, com ativos de diferentes mercados, não é mesmo? Essa é uma característica de um fundo Multimercado. Com esse entendimento, você já consegue identificar que a resposta correta é a ""a"".

Em complemento, saiba que o Fundo X é de Renda Fixa pois possui somente em sua composição ativos de renda fixa, em complemento, esse tipo de fundo deve investir no mínimo 80% da sua carteira em renda fixa, como títulos públicos, debêntures, CDBs, LCI, LCA, entre outros.

O Fundo Y é um Fundo de Ações porque possui em sua composição mais de 67% em ações/derivativos em ações, podendo investir no máximo 33% em Títulos Públicos Federais.

52. d) deverá ser informado que fundo de investimento não possui Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e que qualquer fundo possui risco, por mais conservador que seja.

Para responder a essa questão, você precisará analisar alternativa por alternativa. E você verá que trata-se de uma questão fácil. A primeira já pode ser eliminada, pois não há investimento sem risco. A alternativa ""b"" também é incorreta porque os fundos de investimentos não possuem cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que é a garantia ordinária de até R\$ 250 mil para amparar o investidor em caso de solvência da instituição financeira na qual ele aplica seus recursos. A ""c"" igualmente deve ser descartada porque rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura. Assim, resta-lhe como correta a alternativa ""d"" , ou seja, o investidor deverá ser informado que fundo de investimento não possui cobertura do FGC e que qualquer fundo possui risco, por mais conservador que seja.

53. d) renda fixa referenciado.

Perceba, pelo enunciado, que o investidor deseja baixo risco e liquidez, pois tem interesse em títulos públicos federais e solicitou prazo de liquidação em D+2, ou seja, em dois dias após o dia de solicitação do resgate. Assim, analisando as alternativas, você já pode concluir que a melhor opção será um fundo de renda fixa referenciado - alternativa ""d"" - porque devem manter, no mínimo, 80% do patrimônio representado por títulos públicos federais, ativos de renda fixa considerados de baixo risco de crédito.

54. b) que têm 95% da carteira composta por ativos financeiros que acompanham um indicador de desempenho.

Essa questão é mais fácil do que pode parecer. Se o fundo é referenciado, significa que ele tem algo como referência, certo? E o que os fundos costumam usar como referência? Um indicador de desempenho ou benchmark, não é mesmo? Com esse entendimento, você ficará entre as alternativas ""b"" e ""c"". Agora, sabendo que o benchmark é definido no objetivo do fundo, o administrador pode alterá-lo sempre que desejar? Não. Para promover essa alteração, seria necessário convocar uma assembleia geral de cotistas. Portanto, você já pode concluir que a alternativa correta é a ""b"".

55. b) alta liquidez.

Para responder a esta questão, lembre-se de que esse tipo de fundo é uma alternativa de investimento de fácil acesso, baixíssimo risco e de baixo custo. Então, para que seja atrrente ao investidor, é importante que esse tipo de investimento seja facilmente convertido em dinheiro quando ele precisar. Em outras palavras, ele deve apresentar alta liquidez - alternativa "b".

56. a) A está mais aderente ao objetivo do fundo.

Ao analisar a tabela, você logo percebe que o Fundo B ultrapassa os 100% em duas ocasiões, não é mesmo? Isso quer dizer que ele superou o seu benchmark, que, no caso, é o CDI. No caso de fundos referenciados, o objetivo é o de acompanhar um índice de referência, como o retorno do fundo B superou o benchmark, significa que o retorno do fundo B NÃO é aderente ao objetivo do fundo, somente o retorno do fundo A. Isso porque ser aderente é estar o mais próximo possível do seu benchmark.

Sendo assim, você pode concluir que o Fundo A é mais aderente ao objetivo do fundo - alternativa ""a"".

As demais alternativas indicam características que não são possíveis de serem identificadas apenas pelos dados apresentados pelo enunciado.

57. c) 20%.

Para responder a esta questão você precisará lembrar que, nos fundos de investimento Imobiliário (FII), a alíquota incidente sobre o ganho de capital é sempre de 20% - alternativa ""c"".

Em complemento, destacamos que a uma das principais vantagens desse tipo de fundo está relacionada à tributação. Isso porque essa distribuição de lucros é isenta da incidência de IR para Pessoas Físicas quando:

- o investidor detém menos de 10% das cotas do FII;
- o FII tem, no mínimo, 50 cotistas; e
- as cotas do FII forem negociadas exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado.

58. b) R\$ 25 mil.

Quando a questão tratar de um fundo de direitos creditórios, lembre-se: os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) são aqueles que destinam, no mínimo, 50% do patrimônio líquido a aplicações em Direitos Creditórios. Direitos Creditórios são créditos que as empresas têm a receber, como cheques e duplicatas, destinados apenas a investidores qualificados. O valor mínimo de aplicação é de R\$ 25 mil - alternativa ""b"".

Em complemento, lembramos que eles podem ser abertos, permitindo o resgate das cotas a qualquer momento, ou fechados, possibilitando o resgate somente após o prazo acordado.

59. d) do Administrador.

Nos fundos de Renda Fixa, a tributação é retida na fonte. E o que isso quer dizer? Significa que a instituição financeira é obrigada a reter o imposto do beneficiário da renda, ou seja, deverá descontar a alíquota correspondente do IOF e do Imposto de Renda do valor a receber. Então, o seu recolhimento é de responsabilidade da administradora do fundo - alternativa "d".

60. c) tem alíquota reduzida a zero no caso do resgate de cotas de fundos de renda fixa, desde

A incidência de IOF está relacionada apenas com a classificação do fundo e com a ocasião do resgate. A alíquota é regressiva e incide sobre os rendimentos. Assim, você terá sempre em mente que a tributação do IOF ocorrerá somente entre o 1º e o 29º dia da aplicação. A partir do 30º dia, não haverá incidência do imposto - alternativa ""c"".

A exceção é o Fundo de Investimento em Ações, o qual oferece isenção de IOF.

61. b) 29 dias.

Aqui nesta questão, vamos sugerir que você pense que o investidor que fizer o resgate somente após 30 dias será "premiado". Esse prêmio será a isenção do IOF. Assim, você terá sempre em mente que a tributação do IOF ocorrerá somente entre

o 1º e o 29º dia da aplicação. A partir do 30º dia, não haverá incidência do imposto. Portanto, a resposta correta é a "b".

- 62.** b) pelo mesmo conglomerado financeiro.

Nesta questão, convidamos você, primeiramente, a refletir sobre o que é a compensação de perdas no pagamento do Imposto de Renda. Ela ocorre na efetivação de um investimento futuro em fundos com o mesmo tratamento tributário. Por exemplo, um fundo de longo prazo pode compensar com outro fundo de longo prazo, e assim por diante. O administrador não é obrigado a oferecer essa compensação. Porém, oferecê-la ao investidor é uma vantagem competitiva.

Agora, saiba que, conforme a Instrução Normativa n. 1.637/2016 da Receita Federal, o investidor pode fazer a compensação entre fundos de diferentes administradores, desde que seja a mesma instituição que atua como intermediadora na distribuição do produto (corretora de valores) - alternativa ""b"".

- 63.** c) 20%.

A incidência do Imposto de Renda (IR) sobre os fundos de investimento está relacionada com a classificação do fundo e com a ocasião do resgate e segue a tabela regressiva. No caso de fundo de curto prazo, como cita o enunciado, a alíquota varia de 22,5%, para resgates realizados em até 180 dias, a 20%, para resgates acima desse prazo - alternativa ""c"".

Lembre-se que no sistema de antecipação semestral de IR, o ""come-cotas"", a alíquota é fixa, sendo 20% para fundo de curto prazo e 15% para fundo de longo prazo. E lembre-se que o Fundo de Ações é a exceção, com alíquota única de 15%.

- 64.** d) 1, exclusivamente.

Essa é mais fácil do que pode parecer. Lembre-se de que um Fundo de Ações deve ter, no mínimo, 67% da carteira em ações. O único que apresenta percentual acima do exigido é o Fundo 1 - alternativa ""d"".

Como complemento saiba que o percentual máximo que um Fundo de Ações pode investir em Títulos Públicos Federais é de 33%, e que o máximo que um Fundo de Ações pode investir em ações é 100%, já que se trata de um Fundo de Ações.

- 65.** d) Maio e Novembro.

Para responder a esta questão, você terá de lembrar que o ""come-cotas"" sistema de antecipação semestral de Imposto de Renda, incide sempre nos meses de maio e novembro - alternativa ""d"".

Uma dica para não esquecer dos respectivos meses, é adotar a sigla ""MA-NO"": Maio e Novembro."

- 66.** d) à alíquota de 20% no dia 31/05/16, caso uma parte do rendimento tenha sido obtida até então, e à alíquota de 22,5% no dia 31/07/17, descontando-se o valor recolhido como antecipação em 31/05/16.

Cuidado com essa questão para não se confundir. Perceba que o enunciado faz referência a um Fundo de Ações. Então, lembre-se de que, sobre um Fundo de Ações, incide alíquota fixa de 15% de IR sobre o ganho auferido independente do prazo e valor aplicado - alternativa ""a"".

Em complemento, saiba que o Fundo de Ações NÃO está incluído no sistema semestral de antecipação do Imposto de Renda ""COME-COTAS"", e que não há cobrança de IOF (Imposto Sobre Operação Financeira).

- 67.** d) compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores de fundos de investimentos de curto prazo administrados pela mesma pessoa jurídica.

Nesta questão, convidamos você, primeiramente, a refletir sobre o que é a compensação de perdas. Ela ocorre na efetivação de um investimento futuro em fundos com o mesmo tratamento tributário. Por exemplo, um fundo de curto prazo, como cita o enunciado, pode compensar com outro fundo de curto prazo, e assim por diante. Com esse entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""b"".

Agora, você precisará lembrar que, conforme a Instrução Normativa n. 1.637/2016 da Receita Federal, o investidor pode fazer a compensação entre fundos de diferentes administradores, desde que seja a mesma instituição que atua como intermediadora na distribuição do produto (corretora de valores) - alternativa ""d"".

Em complemento, saiba que o administrador não é obrigado a oferecer essa compensação. Porém, oferecê-la ao investidor é uma vantagem competitiva.

- 68.** c) 20%.

Cuidado com essa questão. Se você lembrar que uma das principais vantagens desse tipo de fundo está relacionada à tributação porque oferece isenção de Imposto de Renda para Pessoas Físicas quando as cotas forem negociadas exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado, você poderá marcar a alternativa ""a"". PORÉM, esse benefício somente é concedido para a distribuição dos lucros, e o enunciado está se referindo a ganho de capital, não é mesmo?

Então, você deve considerar a alíquota única incidente sobre o ganho de capital neste tipo de fundo, que é sempre de 20% - alternativa ""c"".

69. d) Multimercado.

A classificação da Anbima considera os Fundos de Investimentos de acordo com a classe de ativos, níveis de risco e estratégia em três níveis, sendo Nível 1, Nível 2 e Nível 3. Esse agrupamento facilita a comparação de performance entre os diferentes fundos e auxilia o processo de decisão de investimento, além de contribuir para aumentar a transparência do mercado. O objetivo é explicitar, em cada nível, as estratégias e riscos associados a cada um dos fundos de investimentos disponíveis no mercado.

Para responder a essa questão, você precisará recordar que um fundo do tipo “Capital Protegido”, segundo a nova classificação da Anbima para Fundos de Investimentos, pertence à classe de ativos presente nos fundos ““Multimercados”” - alternativa ““d””.

Em complemento, acrescentamos que essa é uma subcategoria da categoria Estratégia dos Fundos Multimercado, e que as demais são Macro, Trading, Long and short neutro, Long and short direcional, Juros e moedas, Livre e Estratégia específica.

70. c) Renda Fixa.

A classificação separa os Fundos de Investimentos de acordo com a classe de ativos, níveis de risco e estratégia. Esse agrupamento facilita a comparação de performance entre os diferentes fundos e auxilia o processo de decisão de investimento, além de contribuir para aumentar a transparência do mercado.

O objetivo é explicitar, em cada nível, as estratégias e riscos associados a cada um dos fundos de investimentos disponíveis no mercado.

Na classificação CVM, os Fundos de Renda Fixa são: Curto Prazo, Referenciado, Dívida Externa e Simples. Ao optar, no segundo nível, por investimento no exterior, as opções são as seguintes:

* Investimento no Exterior: fundos que investem em ativos financeiros no exterior em parcela superior a 40% do patrimônio líquido;

* Dívida Externa: fundos que investem no mínimo 80% de seu patrimônio líquido em títulos representativos da dívida externa de responsabilidade da União.

Ao optar, no segundo nível, por Simples, a única opção disponível será o fundo de Renda fixa Simples.

Ao optar, no segundo nível, por Indexado, a única opção disponível será o fundo atrelado ao índice de referência. Perceba que, mesmo antes de citar o nível da classificação CVM, o Fundo Dívida Externa é uma subcategoria de um Fundo de Renda Fixa. Uma dica para lembrar-

se é comparar com os fundos de dívida interna, que são fundos compostos por títulos públicos federais, e títulos públicos são ativos de renda fixa. Logo, quando, estivermos falando de um fundo de “Dívida Externa”, tenha em mente que se trata de um fundo da classe de “Renda Fixa”.

71. a) Nível 1: Classe de Ativos; Nível 2: Riscos; e Nível 3: Estratégias de Investimentos.

Esta questão está se referindo a nova classificação de fundos lançada em 2015 pela Anbima, em consonância com a revisão da Instrução CVM n. 555. Esse agrupamento dos fundos proposto pela nova classificação facilita a comparação de performance entre os diferentes fundos e auxilia o processo de decisão de investimento, além de contribuir para aumentar a transparência do mercado. É nisso que a Anbima acredita, ou seja, é nisso que ela crê.

Então, para ajudar você na memorização da ordem das classes, sugerimos uma associação com a palavra CRÊ, sendo C de “classe de ativos”, R de “riscos” e E de “estratégias de investimentos” - alternativa “a”.

72. a) Chinese Wall.

Aqui lançaremos mão de uma dica. Sempre que o enunciado tratar de “SEPARAÇÃO”, “SEGREGAÇÃO”, pense em um muro como o elemento que separa. Agora, ao pensar em um muro, analise as alternativas para identificar qual delas se aproxima dessa referência. É a “a”, certo? Muralha da China ou Chinese Wall.

Como complemento, saiba que Chinese Wall é o nome que se dá à separação que deve haver entre a função de administração de recurso de terceiros (Fundos de Investimentos) e a de administração de recursos próprios (tesouraria do banco). Essa barreira deve existir em toda instituição financeira que está disposta a administrar Fundos de Investimentos.

73. d) 15%.

Nesta questão, você deve ter atenção sobre o enunciado. Perceba que, ao mencionar a retenção nos meses de maio e novembro, a questão está tratando do sistema de antecipação semestral de IR, conhecido como “come-cotas”. Nesse sistema, a incidência de IR não segue a tabela regressiva, pois o prazo de permanência no fundo não altera a alíquota. No “come-cotas”, a alíquota é fixa, sendo 20% para fundo de curto prazo e 15% para fundo de longo prazo. Assim, a resposta correta é a “d”.

Uma dica para que você lembre qual alíquota refere-se a qual fundo, é ter em mente que investimentos de longo prazo tende a contar com uma cobrança de IR menor.

Assim, um fundo longo prazo têm alíquota inferior que um fundo curto prazo, sendo 15% para fundo longo prazo e 20% para fundo curto prazo. "

74. a) Fundo de Ações.

Aqui você precisará lembrar-se de que o único Fundo de Investimento em que há isenção de IOF é o Fundo de Ações - resposta "a".

75. a) Fundos curto prazo, Depósito Interbancário (DI), Renda Fixa, Cambial, Dívida Externa, Multimercado e Ações.

O Termo de Adesão é o documento que formaliza a anuência do cotista ao Fundo de Investimento. Portanto, ele deve existir em todos os tipos de fundos - à exceção do fundo de renda fixa de subclassificação "Simples".

A alternativa que contém a resposta mais completa é a "a".

76. b) ter carteira de títulos com prazo médio ponderado de, no máximo, 60 dias.

Como o próprio nome sugere, os fundos de curto prazo têm, como principal característica, o vencimento dos títulos: devem ter prazo MÁXIMO de 375 dias e prazo médio da carteira INFERIOR a 60 dias - alternativa ""b"".

Perceba que a alternativa ""c"" poderia confundi-lo ao citar os prazos. Contudo, a expressão ""além de 375 dias"" a desqualifica, pois o prazo não pode ser superior a 375 dias.

77. c) não haverá cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na ocasião do resgate.

Nesta questão, você teria que analisar atentamente cada alternativa. Contudo, tendo em mente que não há cobrança de IOF na categoria Fundo de Ações, você já identifica a resposta correta na letra ""c"".

Na eliminação das demais alternativas, saiba que o Fundo de Ações não está incluído no sistema ""come-cotas"" de tributação do Imposto de Renda, como descrito na resposta ""a""", mas, sim, há cobrança de alíquota única de 15% somente no resgate, e não semestralmente, como nos demais. A ""b"" também é descartada, pois não há cobrança de IOF, ou seja, não há relação com o prazo de permanência. A ""d"" apresenta uma característica das operações normais de ações no mercado à vista (swing trade), e não dos Fundos de Ações. "

78. c) rendimento líquido de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Para responder a esta questão, você precisará analisar o prazo do resgate antes de pensar no IR. Verifique que o resgate acontecerá no 28º dia. Nesse período, ainda

há incidência de IOF em fundos de renda fixa, pois ele só deixa de ser cobrado a partir do 30º dia da aplicação. Sendo assim, há incidência do IR sobre o rendimento líquido de IOF - resposta "c".

- 79.** d) Linha d'água.

Aqui nesta questão, você pode partir para a eliminação de alternativas. A ""a"" refere-se à barreira de informação que deve existir entre a função de administração de recursos de terceiros (Fundos de Investimentos) e a de administração de recursos próprios (tesouraria do banco); a ""b"" refere-se à obrigatoriedade do fundo de divulgar o valor exato de mercado dos títulos que o compõem - precificados diariamente - com o objetivo de proteger o investidor para que todos os cotistas tenham a mesma rentabilidade no momento do resgate, independentemente de quando foi feita a aplicação do dinheiro; e a ""c"" refere-se ao sistema de antecipação semestral de Imposto de Renda. Portanto, a única alternativa possível é a ""d"".

Em complemento, saiba que linha d'água é o nome dado para a forma de apuração da taxa de performance, pois considera que a cota-base de um fundo representa a linha d'água para o cálculo. A performance é a diferença entre o valor da cota do fundo (patrimônio do fundo dividido pelo número de cotas), e a cota-base atualizada pelo seu benchmark.

- 80.** b) Isento e 20%

Quando a questão tratar de Fundo Imobiliário, tenha sempre em mente que, sobre o ganho de capital a alíquota de Imposto de Renda incidente é única, sempre de 20%. Com esse entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""c"".

Agora, você deve saber que - sobre a distribuição de lucros - no caso, o rendimento de aluguel, há isenção de IR para Pessoas Físicas quando o investidor detém menos de 10% das cotas do Fundo Imobiliário - alternativa ""b"".

- 81.** b) Distribuidor.

Para responder a esta questão, reflita, primeiramente, sobre quem atua como vendedor dos fundos de investimento, ou seja, como um intermediário entre quem oferece o produto e quem está interessado em comprá-lo. É o distribuidor - alternativa "b".

- 82.** b) são restritos a Investidores Profissionais.

Se o fundo é exclusivo, ele não é para a maioria dos investidores, certo?

Então, você já pode concluir que esse fundo será limitado a quem aporte um valor maior de recurso e/ou apresente grande conhecimento de mercado, incluindo

capacitação técnica, não é mesmo? Assim, você já pode concluir que a alternativa correta é a ""b"", pois somente investidores profissionais podem ser cotistas de fundos exclusivos. Lembre-se de que é considerado investidor profissional aquele que aportar, no mínimo, R\$ 10 milhões e ateste por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio.

Em complemento, lembre-se de que todo Investidor Profissional é Qualificado; porém, nem todo Qualificado é também Profissional.

83. a) superar e replicar o benchmark.

Nesta questão, você pode iniciar pela eliminação de alternativas. Você sabe que as gestões dos fundos apresentam características diferentes em relação ao benchmark, ou seja, seu índice de referência. Sendo assim, o objetivo não poderá ser o mesmo entre os fundos ativos e passivos, como sugerem as opções "c" e "d". Assim, essas duas já podem ser eliminadas. Para relacionar corretamente o objetivo ao tipo de gestão, tenha em mente que "passivo" é um adjetivo atribuído a algo ou alguém que sofre uma ação, é apático, indiferente. Sendo assim, o fundo passivo é aquele que busca, simplesmente, acompanhar a variação do seu índice de referência (benchmark), ou seja, a rentabilidade do fundo será similar à do índice de referência. Já no fundo ativo, o gestor lança mão de estratégias para superar a variação do benchmark. Assim, a resposta correta é a "a".

84. c) Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Nesta questão, fique atento à indicação da modalidade do fundo: RENDA VARIÁVEL. Nesse caso, os indexadores possíveis são aqueles relacionados à bolsa de valores: Índice Bovespa (Ibovespa), Índice Brasil (IBrX) e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que indica a performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Assim, a alternativa correta é a ""c"".

Em complemento, lembramos que as demais alternativas apresentam índices de referência (benchmark) dos fundos de investimento do tipo Renda Fixa.

85. c) houver mais resgates do que aplicações.

Para responder a esta questão, analise, primeiramente, o significado da palavra cota. Ela é a fração de um todo, certo? Nesse caso, o "todo" seria o patrimônio do fundo. Agora, para identificar a alternativa correta, perceba que o enunciado se refere à redução da quantidade de cotas. Quando isso ocorre? Quando há resgates, concorda? Então, se houver mais resgates do que aplicações, o balanço no final do dia apontará a redução da quantidade de cotas - alternativa "c".

- 86.** b) Houver recolhimento de IR na forma de come-cotas.

Esta é fácil. A redução do número de cotas do investidor só ocorre em duas situações: quando ele faz resgates, transformando a cota em dinheiro, e na ocasião do "come-cotas", sistema criado pela Receita Federal para evitar a distorção entre o IR do título que compõe a carteira do Fundo de Investimento e o IR devido do investidor. Esse sistema estabelece a antecipação SEMESTRAL do IR, com alíquotas fixas de 20% e 15%. - alternativa "b".

- 87.** d) de um risco menor em função da diversificação do fundo.

A palavra-chave para a resposta desta questão é DIVERSOS. Perceba que o investidor alocou seus recursos em diversos emissores e prazos. Então, ele apostou na DIVERSIFICAÇÃO - alternativa ""d"".

Aproveitamos para destacar que a diversificação é importante para a redução dos riscos inerentes às aplicações financeiras. Ao aplicar em um fundo com variados emissores, o risco é diluído entre os diversos títulos, ao contrário do que acontece em um ativo individual, quando todos os recursos (e riscos) são concentrados. As demais alternativas estão incorretas.

- 88.** d) D+0 e crédito de resgate no mesmo dia da conversão da cota.

Antes de analisar as alternativas, reflita sobre o que é ""liquidez"". Refere-se ao prazo que o investidor leva para receber o seu dinheiro quando desejar efetuar o resgate, certo? Sendo assim, quanto maior o prazo de resgate, menor tende a ser a liquidez, ou seja, mais tempo leva para o investidor recuperar a quantia investida.

Agora, voltando ao enunciado: a liquidez estará mais presente quando o prazo for curto. Sendo assim, tendo em mente que a sigla D+n representa do pedido de resgate mais o número de dias úteis corridos a partir da data de operação, conclui-se que D+0 é o menor prazo, pois, nesse caso, as cotas são convertidas em dinheiro no mesmo dia. Assim, você ficará entre as alternativas ""b"" e ""c"". Agora, em relação ao crédito, o conceito é o mesmo: haverá maior liquidez quando o prazo for menor. Portanto, a alternativa correta é a ""d"".

- 89.** a) I

Aqui, você terá de analisar cada assertiva com muita atenção. A I apresenta uma característica verdadeira do fundo de investimento, pois, a partir da atuação de um gestor profissional, o investidor terá acesso a operações que, isoladamente, talvez não tivesse condições de acessar. A II não está correta, pois não há GARANTIA de rentabilidade. A III também está incorreta porque a rentabilidade é dividida entre os investidores na proporção das cotas adquiridas, e não dos valores nominais investidos. Portanto, a alternativa correta é a "a".

90. b) o ato de atualizar o valor dos ativos dos fundos para o valor do dia.

Para responder a esta questão, você deve ter em mente que ""marcação a mercado"" é a obrigatoriedade do fundo de divulgar o valor exato de mercado dos títulos que o compõem - especificados diariamente - com o objetivo de proteger o investidor para que todos os cotistas tenham a mesma rentabilidade no momento do resgate, independentemente de quando foi feita a aplicação do dinheiro. Em outras palavras, o valor do ativo é atualizado diariamente - alternativa ""b"".

Assim, tanto o investidor que vende como o que compra estará considerando o valor de mercado atual do ativo. Sem a ""marcação a mercado"", quem vende poderia ser prejudicado e, quem compra, beneficiado, havendo transferência de riqueza entre os cotistas. A ""marcação a mercado"" é obrigatória para todos os fundos de investimentos, com exceção dos fundos exclusivos, os quais podem ter esse procedimento dispensado por solicitação do cotista.

91. a) os fatores de risco da carteira de investimento dos fundos.

O enunciado apresenta está se referindo a um documento que apresenta informações mais detalhadas sobre o fundo de investimento para tornar consciente a tomada de decisão do investidor, certo? Então, considerando as alternativas apresentadas, quais informações são fundamentais para essa tomada de decisão? Os fatores de risco aos quais o investidor estará exposto, certo? - alternativa ""a"".

92. b) 80%.

Muito cuidado com essa questão, pois você pode se confundir em relação aos percentuais. Se o fundo é referenciado, significa que ele tem algo como referência, certo? E o que os fundos costumam usar como referência? Um indicador de desempenho ou benchmark, não é mesmo? Então, esse tipo de fundo deve manter, no mínimo, 95% de seu patrimônio líquido em ativos que acompanhem o indicador. PORÉM, atente-se para a pergunta: qual o percentual mínimo em títulos públicos federais? Eles devem ter, no mínimo, 80% do patrimônio representado por títulos públicos federais, ativos de renda fixa considerados de baixo risco de crédito ou cotas de fundos de índice que invistam em ativos com essas características. Portanto, a resposta correta é a ""b"".

93. a) não há "come-cotas".

Essa você não pode errar. Lembre-se de que os fundos de ações fogem à regra. Nesse tipo de fundo não há o sistema de antecipação semestral de cobrança de Imposto de Renda (IR), o "come-cotas", mas, sim, é cobrada alíquota única de 15% somente no resgate - alternativa "a".

94. d) I, II e IV.

De todas as assertivas apresentadas, apenas a III está incorreta. De acordo com o Art. 111 da Instrução CVM 555, os fundos classificados como ""Curto Prazo"" deverão ter seus recursos aplicados EXCLUSIVAMENTE em títulos públicos federais ou privados prefixados ou indexados à taxa Selic ou a outra taxa de juros, ou títulos indexados a índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 dias e prazo médio da carteira do fundo inferior a 60 dias, sendo permitida a utilização de derivativos somente para proteção da carteira e a realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Portanto, os Fundos Curto Prazo não podem aplicar seus recursos em BDRs. Assim, a alternativa correta é a ""d"".

- 95.** a) são constituídos sob a forma de condomínio fechado.

O ponto de partida, aqui, é refletir sobre o que são os FIPs. Este tipo de fundo é caracterizado pela participação no processo decisório da companhia investida, que pode ser companhia aberta, fechada ou sociedade limitada, em fase de desenvolvimento. O objetivo é criar valor para a empresa, tanto pelo desenvolvimento do negócio como pela implementação de práticas de governança corporativa. Então, devem apresentar restrições, certo? E se têm restrições, estamos falando de condomínio fechado - alternativa ""a"".

Na prática, as cotas somente são resgatadas ao término de sua duração ou por deliberação da assembleia de cotistas.

Na eliminação das demais alternativas, lembre-se de que os fundos de investimentos não estão cobertos pelo FGC. Saiba que os FIPs devem manter, no mínimo, 90% de seu patrimônio investido em ativos emitidos por companhias abertas ou fechadas e de sociedades limitadas, com exceção das debêntures simples, cujo limite máximo é de 33% do capital subscrito do fundo. E que pode adquirir ativos de companhia aberta, fechada ou sociedade limitada, em fase de desenvolvimento, e não somente de empresas estrangeiras.

- 96.** a) Sim, desde que tenha procuração para tal.

Esta é fácil. Tenha sempre em mente que as instituições intermediárias que atuam por conta e ordem de clientes assumem todos os ônus e responsabilidades relacionadas aos cotistas, inclusive a participação das assembleias. Porém, tenha claro que um contrato é firmado com o administrador fiduciário e o gestor de recursos. Portanto, é necessário haver uma procuração para tal - alternativa ""a"".

- 97.** c) somente em 20/08/2017, à alíquota única de 15%.

A chave para a resposta está no enunciado: trata-se de um Fundo de Ações. Então, lembre-se de que este tipo de fundo é a exceção à regra. A cobrança de Imposto de Renda é feita a partir de uma alíquota única de 15%, somente no resgate, e não semestralmente, como nos demais - alternativa "c".

- 98.** a) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e, depois, Imposto de Renda (IR), de 22,5%.

Nesta questão, vamos por partes. Lembre-se, sempre, de que a tributação, em fundos de investimento, segue a tabela regressiva (à exceção do Fundo de Ações, que apresenta alíquota única de Imposto de Renda de 15%). Então, quanto menor o prazo, maior será a tributação, certo? No caso do IOF, o ""presente"", ou seja, a isenção, é dado ao investidor a partir do 29 dia de aplicação. Então, se o resgate foi feito em 20 dias, haverá, sim, a incidência de IOF. Com esse entendimento, você já pode eliminar a alternativa ""d"".

Agora, você precisa ter em mente que a cobrança do Imposto de Renda acontece após o desconto do IOF. Então, você já pode desconsiderar, também, a alternativa ""b"".

O próximo passo será identificar a alíquota de IR que incidirá sobre essa operação. Retomando o conceito inicial - quanto menor o prazo, maior será a alíquota - você já pode concluir que a resposta correta é a ""a"", pois apresenta a alíquota mais alta da tabela regressiva do IR.

- 99.** b) é um dos fatores que afeta o valor da cota

Para responder a esta questão, você precisará ter em mente que a taxa de administração é cobrada independentemente do desempenho do fundo, e que ela já está deduzida no valor da cota divulgado diariamente. Portanto, a sua cobrança afeta o valor da cota - resposta "b".

- 100.** d) Fundos para funcionários de determinada empresa.

Quando a questão tratar de fundos restritos, lembre que eles são similares aos fundos exclusivos - a diferença principal está na quantidade de cotistas. Enquanto o exclusivo é para um cotista e exige que o investidor seja Investidor Profissional, o Fundo Restrito é para um grupo e a exigência é que os Investidores sejam Investidores Qualificados. Ambos exigem um aporte maior de recursos e oferecem maiores riscos.

Lembre-se de que os investidores qualificados são principalmente Pessoas Físicas ou Pessoas Jurídicas que possuem investimentos financeiros em valores superiores a R\$ 1 milhão e que, adicionalmente, atestam por escrito sua condição de investidor qualificado e o investidor profissionais são principalmente Pessoas Físicas ou Pessoas Jurídicas que possuem investimentos financeiros em valores superiores a R\$ 10 milhões e que, adicionalmente, atestam por escrito sua condição de investidor profissional.

Em complemento, saiba que Fundos previdenciários são considerados investidores profissionais, já que não trata-se somente do valor investido. Com esse

entendimento, você já pode concluir que a alternativa ""d"" é a correta, por apresentar um perfil de investidor que não é condizente.

101. c) I, II e III.

Antes de mais nada, reflita sobre o perfil dos investidores profissionais. De modo simplificado, podemos dizer que são aquelas Pessoas Físicas e Jurídicas que têm altas somas de recursos financeiros investidos e conhecimento técnico para apostarem em fundos que oferecem maiores riscos. São pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10 milhões e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio; instituições financeiras, companhias seguradoras e sociedades de capitalização; Fundos de Investimento e Clubes de Investimento; Entidades abertas e fechadas de previdência complementar; Administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM em relação a seus recursos próprios; Investidores não-residentes. Assim, analisando as assertivas, você pode concluir que a alternativa correta é a ""c"".

Em complemento, saiba que as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de AAI - agentes autônomos de investimento são investidores qualificados. Portanto, a opção IV não se refere a um investidor profissional.

102. b) os cotistas.

Para responder a esta questão, você deve refletir sobre o que é um fundo alavancado. Ele é aquele que utiliza a alavancagem de ativos, ou seja, são utilizados recursos, instrumentos e oportunidades externas para multiplicar os resultados. Na prática, o fundo pode operar volumes financeiros maiores do que o seu patrimônio. Assim, pode obter ganhos maiores, sem alteração no capital inicial investido. Porém, o contrário também é verdadeiro: as perdas podem ser maiores do que o seu patrimônio.

Isto quer dizer que o eventual patrimônio negativo deverá ser coberto pelos próprios cotistas que, nesse caso, terão que realizar um aporte de capital para saldar dívidas do fundo - alternativa ""b"". Por isso, a alavancagem só é recomendada para investidores experientes e com maior aceitação do risco.

103. a) Renda Fixa Simples.

O Termo de Adesão é o documento que formaliza a adesão do cotista ao fundo de investimento, atestando que ele teve acesso aos demais documentos e que tem ciência dos fatores de risco relativos ao fundo. Trata-se de um documento muito importante, certo? A dispensa dele é justificada apenas por uma ""causa muito nobre"". Como é o caso da subcategoria do Fundo de Renda Fixa Simples, criado

para promover o primeiro acesso dos investidores ao mercado de capitais - alternativa ""a"".

Como complemento, tenha sempre em mente que essa dispensa ocorre SOMENTE se o investidor não possuir outros investimentos no mercado de capitais.

104. a) 5%.

Para responder a essa questão, você precisará recordar-se do que foi estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na Instrução CVM 409. Independente da assembleia geral, "o administrador, o gestor, o custodiante ou o cotista ou grupo de cotistas que detenha, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de cotas emitidas, poderão convocar a qualquer tempo assembleia geral de cotistas, para deliberar sobre ordem do dia de interesse do fundo ou dos cotistas" - alternativa "a".

105. d) passiva e ativa.

Essa é mais fácil do que parece. Perceba que o segundo fundo superou o seu benchmark, que era o CDI, no caso, pois apresentou retorno de 105%, certo? Então, pode-se concluir que este fundo tem gestão ativa, cujo objetivo é superar o benchmark. Já o primeiro, apresentou desempenho similar, pois chegou perto dos 100%, não é mesmo? Isso quer dizer que o fundo acompanhou o seu benchmark, que é uma característica de um fundo de gestão passiva. Portanto, a alternativa correta é a ""d"".

106. c) Ações.

Essa você não pode errar. Lembre-se, sempre, que o Fundo de Ações é a exceção. Nesse tipo de fundo, é cobrada alíquota única de 15% somente no resgate, e não semestralmente, como nos demais - alternativa "c".

107. c) nos preços de fechamento do dia anterior.

Esta questão você não pode errar. A cota de abertura é aquela apurada e conhecida no início do dia, ou seja, na "abertura" do mercado, como o nome já diz. E, se as negociações estão apenas começando, qual o valor da cota que será considerado? Aquele que refletirá o valor dos ativos no final do dia anterior, certo? - alternativa "c".

108. d) 20% e 15%.

Quando a questão tratar de "antecipação semestral do Imposto de Renda", lembre-se que ela está se referindo ao sistema "come-cotas". Nesse sistema, a alíquota é fixa, sendo 20% para fundos de curto prazo e 15% para fundos de longo prazo - alternativa "d".

109. b) Ambos são retidos na fonte, pelo administrador do fundo.

Esta questão quer testar seu conhecimento sobre funções de cada agente envolvido, ou seja, quem é quem. Considerando que a retenção dos impostos representa o cumprimento de uma obrigatoriedade legal, somente o responsável legal pelo fundo é que terá essa atribuição. E quem é ele? O administrador do fundo - alternativa ""b"".

Em complemento, lembre-se de que o gestor é quem gerencia o fundo, sendo responsável pela compra e venda de ativos; o distribuidor é o ""vendedor"" do fundo, responsável pela venda das cotas do fundo de investimento; e o custodiante é quem tem a ""guarda"" dos ativos do Fundo de Investimento, ou seja, é quem responde pelos dados e envio de informações dos fundos para os gestores e administradores. É também responsável pela “marcação a mercado” dos ativos da carteira.

110. a) tabela regressiva até 29 dias, cobrado antes do Imposto de Renda.

Aqui nesta questão, vamos sugerir que você pense que o investidor que fizer o resgate somente após 30 dias será ""premiado"". Esse prêmio será a isenção do IOF. Assim, você terá sempre em mente que a tabela apresenta alíquotas maiores para quem resgata nos primeiros dias, chegando a zero no 30º dia. Em outras palavras, a tabela apresenta uma regressão de alíquotas, certo? Com esse entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""c"" e ""d"".

Agora, tendo em mente que o Imposto de Renda é cobrado sobre o lucro bruto obtido, é preciso ""descontar"" primeiramente o IOF. Sendo assim, o IOF é cobrado antes do IR - alternativa ""a"".

111. b) 90%

Para responder a esta questão, você terá de lembrar da principal característica dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs): manter, no mínimo, 90% de seu patrimônio investido em ativos emitidos por companhias abertas ou fechadas e de sociedades limitadas - alternativa ""b"".

Em complemento, lembramos que a exceção refere-se às debêntures simples, cujo limite máximo é de 33% do capital subscrito do fundo. "

112. c) aderência.

Como você já estudou, marcação a mercado significa apreçamento, ou seja, precificar os ativos pelos respectivos preços negociados no mercado. São princípios da marcação a mercado, segundo a Anbima: Consistência, Objetividade, Melhores Práticas, Equidade e Comprometimento. Perceba, então, que a aderência não é um princípio a ser observado - alternativa ""c"".

Aproveitamos para presentear você com uma dica para memorização desses princípios. Associe as letras iniciais dos princípios com a palavra COMEÇO, sendo C de Consciência, O de Objetividade, M de Melhores Práticas, E de Equidade e ÇO de Comprometimento (sem o cedilha, é claro) ;-)

- 113.** a) permite a verificação do desempenho relativo do fundo.

O índice de referência é um indicativo importante para o investidor, não é mesmo? Ao saber a qual índice de referência (benchmark) o fundo está indexado, o investidor sabe que a rentabilidade do fundo terá como parâmetro a rentabilidade desse índice. Em outras palavras, ele irá revelar o desempenho relativo do fundo - alternativa ""a"".

- 114.** a)95%.

Para responder esta questão, você precisará lembrar que os Fundos classificados como Renda Fixa Referenciados devem ter 95%, no mínimo, da carteira composta por ativos financeiros de forma a acompanhar, direta ou indiretamente, a variação do indicador de desempenho (benchmark) escolhido. Lembre-se que o fundo referenciado tem como principal objetivo seguir um índice de referência, e se este seguirá um índice como seu próprio nome sugere, será um percentual significativo, e dentre as alternativas apresentadas a que possui a maior porcentagem é a alternativa ""a"" 95%.

- 115.** a) evitar a transferência de riqueza entre os cotistas.

Para responder a esta questão, tenha em mente que ""marcação a mercado"" é a obrigatoriedade do fundo de divulgar o valor exato de mercado dos títulos que o compõem com o objetivo de proteger o investidor para que todos os cotistas tenham a mesma rentabilidade no momento do resgate, independentemente do momento em que foi feita a aplicação do dinheiro.

Assim, tanto o investidor que vende como o que compra estará considerando o valor de mercado atual do ativo. Sem a ""marcação a mercado"", quem vende poderia ser prejudicado e, quem compra, beneficiado, havendo transferência de riqueza entre os cotistas. E é justamente isso que a ""marcação a mercado"" quer evitar - alternativa ""a"". "

- 116.** b) 20%.

Segundo a Instrução CVM 555, Artigo 101, III, os fundos destinados ao público em geral - como é o caso dos Fundos Multimercado - podem ter, no máximo, 20% de seu patrimônio líquido aplicado em ativos financeiros no exterior.

- 117.** b) as aplicações que se mantiveram no fundo durante o mês de janeiro inteiro renderam, naquele mês de janeiro, 1,5%.

Esta questão é fácil. O rendimento é calculado sobre o montante que esteve aplicado durante o período. Então, se o rendimento foi de 1,5% no mês, significa que o investidor não realizou resgate naquele período e que a aplicação permaneceu no fundo durante todo o mês - alternativa "b".

- 118.** d) Fundo de Renda Fixa, Fundo de Ações, Fundo Cambial e Fundo Multimercado.

A CVM utiliza a classificação para os fundos procurando identificar mais claramente as diferentes famílias de fundos de acordo o perfil de risco, potencial de retorno e metas do investimento: Renda Fixa, Ações, Cambial e Multimercado - alternativa "d".

- 119.** d) Dar flexibilidade para que cada administrador de recursos estabeleça os próprios procedimentos de administração e gestão.

Faz parte dos principais objetivos do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros manter a concorrência leal, promover as melhores práticas de mercado, estimular maior qualidade e disponibilidade de informações e padronizar os procedimentos. Flexibilizar os procedimentos não faz parte dos objetivos do código e é contrário ao objetivo de padronizar.

- 120.** b) Fundos de Investimento cujo patrimônio seja constituído por recursos do próprio Gestor de Fundos.

As diretrizes do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros devem ser adotadas por todas as Instituições Participantes, ou seja, associadas à ANBIMA, e por empresas do seu conglomerado econômico; todas as instituições que aderirem voluntariamente ao código. Estão dispensados de observar o disposto no Código os Fundos de Investimento cujo patrimônio líquido seja composto, exclusivamente, por recursos próprios do Gestor de Recursos ou, no caso de instituições financeiras, de seu Conglomerado ou Grupo Econômico, de acordo com a dispensa concedida pelo regulador a cada instituição.

- 121.** c) Adotar a norma do regulador.

O Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros não se sobrepõe à Regulação vigente. Caso haja contradição entre as regras estabelecidas neste Código e a Regulação em vigor, a respectiva disposição deste Código deve ser desconsiderada, sem prejuízo das demais regras nele contidas. Não se faz necessário consultar qual instrução adotar.

- 122.** a) Clubes de Investimento.

Estão dispensados de observar o disposto no Código os Clubes de Investimento, Gestores de fundo de investimento pessoa física, Fundos de Investimento cujo

patrimônio líquido seja composto, exclusivamente, por recursos próprios do Gestor de Recursos ou, no caso de instituições financeiras, de seu Conglomerado ou Grupo Econômico, de acordo com a dispensa concedida pelo regulador a cada instituição.

- 123.** c) Evitar práticas que possam ferir a Relação Fiduciária mantida com os investidores.

Dentre as obrigações assumidas pelas instituições participantes constam: exercer suas atividades com boa-fé, transparência, diligência e lealdade; cumprir todas as suas obrigações, devendo empregar, no exercício de suas atividades, o cuidado que toda pessoa prudente e diligente costuma dispensar na administração de seus próprios negócios, respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas; evitar práticas que possam ferir a Relação Fiduciária mantida com os investidores; transferir ao Veículo de Investimento qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição como Administrador Fiduciário e/ou Gestor de Recursos.

- 124.** b) II e III.

A ANBIMA atua como entidade autorreguladora dos mercados de capitais brasileiros. Assim sendo, as normas produzidas no Código de Melhores Práticas se aplicam a Gestores de Recursos e Administradores Fiduciários. O objetivo da entidade reguladora é preservar os investidores e a própria indústria de fundos. A CVM é a entidade reguladora dos mercados de capitais do Brasil.

- 125.** c) Elaborar a política de investimento do fundo.

A função do Gestor de Recursos trata principalmente de atividades operacionais. A elaboração de políticas de investimento é feita pelo Administrador Fiduciário, que irá executar suas ordens de acordo com as determinações desse documento.

- 126.** a) A escolha da periodicidade utilizada na divulgação dos dados cabe ao administrador fiduciário.

Ao divulgar a rentabilidade dos Fundos 555, as Instituições Participantes devem utilizar o mês anterior do calendário civil; utilizar, caso aplicável, todos os meses do ano corrente do calendário civil, incluir anos anteriores deste. A divulgação de rentabilidade do Fundo 555 deve ser acompanhada de comparação com metas ou parâmetros de performance que estejam descritos em seu regulamento. O histórico de rentabilidade deve ser produzido com base em todas as orientações previstas no código e não em diretrizes internas do administrador.

- 127.** a) Metodologia para precificação de todos os ativos constituintes do patrimônio líquido do fundo, pelos valores negociados em mercado.

O Administrador Fiduciário deve adotar, na precificação dos ativos financeiros, metodologia de Apreçamento dos ativos, conforme Regulação vigente.

128. d) I, II e IV.

O Manual de Apreçamento deve conter, no mínimo: descrição da governança adotada pelo administrador Fiduciário no Apreçamento de ativos financeiros, informando as áreas envolvidas e suas responsabilidades, como a instituição assegura a hierarquia e a independência das decisões, descrição da constituição do comitê ou organismo, incluindo, mas não se limitando a, regras de hierarquia e alçada; periodicidade das reuniões ordinárias; e descrição do processo de Apreçamento, detalhando as metodologias utilizadas; e a descrição do procedimento adotado nos casos de novos ativos financeiros adquiridos pelos Fundos sem método de apreçamento definido.

129. a) Forma de Constituição: condomínio fechado ou aberto; Classes de cotas: sênior(es) e subordinada(s); Características do direito creditório.

O Formulário de Informações Complementares do FIDC deve conter, no mínimo: denominação do FIDC; classificação ANBIMA, conforme Diretriz ANBIMA de Classificação de FIDC; prestadores de serviços: administrador fiduciário; gestor de recursos; custodiante; distribuidor; escriturador; auditor; e consultor, quando aplicável; características dos Direitos Creditórios, forma de constituição: condomínio fechado ou aberto; prazo de duração; classe de cotas: sênior(es) e subordinada(s); fatores de risco de forma detalhada e a metodologia de gestão de risco utilizada para FIDC; informações detalhadas do originador; atendimento ao investidor: especificar, obrigatoriamente, onde os investidores podem obter o regulamento, as regras de tributação aplicáveis ao FIDC, política de análise, concessão de crédito e eventual constituição de garantias, ordem de alocação de recursos e prioridades de pagamento.

130. a) Divisão do patrimônio líquido pelo número de cotas.

O valor do patrimônio líquido e o número de cotas podem ser apurados no início do dia (cota de abertura) ou ao final do dia (cota de fechamento).

131. c) A Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A CVM é o órgão governamental responsável pela fiscalização e regulação dos fundos de investimento.

132. d) São necessários o administrador, o gestor e o custodiante.

As figuras do administrador, do gestor e do custodiante são necessárias independentemente do fundo ser aberto ou fechado.

133. b) Fica dispensada a convocação de assembleia para adaptação do regulamento.

As alterações nas regras dos fundos de investimento decorrentes de mudanças na legislação são mandatórias, não precisando assim de convocação de assembleia. Se houver alteração no regulamento do fundo, a mesma informação deverá ser ratificada na lâmina do fundo, se houver.

134. a) Comparecer às assembleias gerais e conhecer as características do investimento pelo qual optaram.

Constituem direitos dos cotistas:

- Receber a remuneração proporcionada pelo Fundo nos termos do respectivo Regulamento;
- Participar e votar na Assembléia Geral de Cotistas;
- Exercer a função de representante dos cotistas para acompanhar e fiscalizar a gestão do Fundo.

135. a) I e II.

O Administrador deve, entre outros, divulgar diariamente o valor da cota e do patrimônio líquido do fundo e fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo fundo.

136. a) Administrador.

Auditor independente.

As principais funções do administrador são:

- Manutenção dos registros dos cotistas.
- Elaboração dos livros de atas de assembleias.
- Manutenção da escrituração das operações praticadas com recursos do Fundo, incluindo os respectivos registros contábeis.
- Constituição de reservas.
- Distribuição ou repasse dos rendimentos devidos aos cotistas.
- Recebimento de valores em nome do fundo.
- Publicação periódica do valor das cotas.

137. a) O registro, a liquidação e o exercício dos direitos e obrigações dos ativos que compõem a carteira do fundo.

138. b) Gestor.

Decidir quais ativos comprar, de acordo com a Política de Investimentos, é função do gestor; por sua vez, a divulgação de informação aos cotistas fica a cargo do administrador e a venda das cotas do fundo, a cargo do distribuidor.

139. d) I, II e III.

Todas as afirmativas estão corretas.

140. c) aberto não podem ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal

A cota de fundo aberto não pode ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial ou arbitral, operações de cessão fiduciária, execução de garantia, sucessão universal, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens; e transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência.

Já a cota de fundo fechado pode ser transferida, mediante termo de cessão e transferência, assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou através de mercado organizado em que as cotas do fundo sejam negociadas. Essa transferência fica condicionada à verificação pelo administrador do atendimento das formalidades estabelecidas no regulamento e na Instrução CVM no 555, artigo 14, parágrafo primeiro.

141. c) Passivos.

Fundos Passivos têm como objetivo apenas seguir um índice de referência.

142. a) Sua elaboração é dispensada, no caso de fundos exclusivos.

Deve ser entregue ao investidor comum, somente se ele o solicitar.

Deve conter uma linguagem de elevado grau técnico.

Os tópicos de informações nela contidos são definidos pelo administrador do fundo.

A lâmina de informações essenciais deve ser entregue a todos os investidores de fundos abertos não destinados a investidores qualificados. Deve ser escrita em uma linguagem inteligível pelo investidor e as informações nela contida devem seguir a forma do Anexo 42 da Instrução CVM 555.

143. b) Prospecto.

O prospecto é o documento que apresenta as informações para o investidor relativas à política de investimento do fundo e aos riscos envolvidos, bem como dos principais direitos e responsabilidades dos cotistas e do administrador.

144. c) Determinado no regulamento do fundo.

O regulamento é um documento que possui inúmeras características, deveres e obrigações das partes envolvidas em um fundo de investimento. No caso da taxa de administração, o valor a ser cobrado está expresso nesse documento.

145. b) II.

A taxa de performance é cobrada do cotista quando a rentabilidade do fundo supera um benchmark previamente definido, respeitando-se o conceito da Linha D'Água. Além disso, ela pode ser cobrada, no mínimo, semestralmente. Sua cobrança deve estar prevista no regulamento e o benchmark utilizado deve ser condizente com o objetivo de rentabilidade do fundo.

146. b) Multimercado que rendeu acima do benchmark, desde que o valor da cota, nesse momento, seja superior àquele registrado quando na última cobrança de performance.

Para cobrar taxa de performance, além de o fundo render acima do benchmark, deve-se respeitar o conceito da Linha D'Água: o valor da cota no momento da cobrança deve ser superior àquele registrado na última cobrança. Um fundo referenciado que rendeu acima do benchmark e com variação positiva poderia cobrar taxa de performance desde que fosse destinado exclusivamente a investidores qualificados.

147. c) Taxa de administração.

O regulamento é um documento que possui inúmeras características, deveres e obrigações das partes envolvidas em um fundo de investimento. No caso da taxa de administração, o valor a ser cobrado está expresso nesse documento.

148. b) I e II.

É vedada a cobrança de taxa de performance em Fundos Renda Fixa Referenciados, salvo quando se tratar de fundo destinado a investidor qualificado.

149. d) I, II e IV.

A afirmativa III está incorreta. De acordo com o Art. 111, os fundos classificados como ""Curto Prazo"" deverão ter seus recursos aplicados exclusivamente em

títulos públicos federais ou privados prefixados ou indexados à taxa Selic ou a outra taxa de juros, ou títulos indexados a índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 dias e prazo médio da carteira do fundo inferior a 60 dias, sendo permitida a utilização de derivativos somente para proteção da carteira e a realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

150. a) 95%.

Os fundos classificados como Renda Fixa Referenciados devem ter 95%, no mínimo, da carteira composta por ativos financeiros de forma a acompanhar, direta ou indiretamente, a variação do indicador de desempenho (benchmark) escolhido.

151. b) Equivalente ao risco dos títulos que compõem a carteira deste fundo.

O cotista de um fundo de renda fixa incorrerá em risco equivalente ao risco dos títulos presentes na carteira desse fundo. Nem o gestor nem o administrador absorvem esse risco, tampouco fundos contam com a garantia do FGC. Por fim, como fundos de renda fixa não possuem somente títulos públicos, não se pode afirmar que o risco do fundo é semelhante àquele incorrido em aplicações em títulos públicos federais.

152. b) 20%

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 102 da Instrução CVM 555, o fundo não poderá deter mais de 20% de seu patrimônio líquido em títulos ou valores mobiliários de emissão do administrador, do gestor ou de empresas a eles ligadas.

153. c) 20%.

A alíquota do come-cotas incidente em fundos de curto prazo para fins de imposto de renda é de 20% sobre o ganho de capital. Essa antecipação de imposto de renda ocorre sempre no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano e independe do prazo transcorrido desde a última aplicação.

154. a) I e II.

O fato gerador do IOF é a aquisição, a cessão, o resgate, a repactuação ou o pagamento para liquidação de títulos e valores mobiliários e, de acordo com a tabela regressiva, ele incide entre o 1º e o 29º dia de aplicação.

155. c) Administrador do fundo.

O administrador do fundo é o responsável pelo recolhimento de todos os tributos, inclusive do IOF.

156. b) 20%.

Segundo a ICVM 555, Artigo 101, III, os fundos destinados ao público em geral podem ter no máximo 20% de seu patrimônio líquido aplicado em ativos financeiros no exterior.

- 157.** c) Será aplicada alíquota complementar variável, totalizando IR entre 15% a 22,5%.

Serão devolvidos ao titular das cotas todos os valores recolhidos a título de ""come-quotas"", sob pena de se violar o princípio da vedação à bi-tributação.

Para os fundos de renda fixa de longo prazo, no resgate será aplicada, se necessária, alíquota complementar em função do prazo da aplicação:

Aplicações até 180 dias: 22,5%;

Aplicações de 181 a 360 dias: 20%;

Aplicações de 361 a 720 dias: 17,5%;

Aplicações acima de 720 dias: 15%.

- 158.** b) 67%.

Os fundos de renda variável são compostos, em sua maioria, por aplicações em ações e/ou títulos cuja taxa de retorno é variável. Os fundos de Renda Variável indexados em geral seguem o IBOVESPA ou o IBX. Esses fundos devem ter no mínimo 67% do seu Patrimônio líquido investido em ações.

- 159.** d) Fundo de Renda Fixa, Fundo de Ações, Fundo Cambial e Fundo Multimercado.

A CVM utiliza a classificação para os fundos procurando identificar mais claramente as diferentes famílias de fundos de acordo o perfil de risco, potencial de retorno e metas do investimento: Renda Fixa, Ações, Cambial e Multimercado.

- 160.** b) II.

Fundos Renda Fixa utilizam estratégias para superar o CDI. Por sua vez, fundos multimercados não têm a obrigação de se valer de estratégias de alavancagem.

- 161.** a) 375 dias e prazo médio da carteira inferior a 60 dias.

Os fundos classificados como Curto Prazo deverão aplicar seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais ou privados pré-fixados ou indexados à taxa SELIC ou a outra taxa de juros, ou títulos indexados a índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias, e prazo médio da

carteira do fundo inferior a 60 (sessenta) dias, sendo permitida a utilização de derivativos somente para proteção da carteira e a realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

1. c) I e III.

Nesta questão, você precisará lembrar-se dos benefícios oferecidos pela Previdência Social, além da aposentadoria. Ela oferece uma série de benefícios para o trabalhador e sua família, salário-maternidade, salário-família, auxílio-doença, auxílio-acidente e pensão por morte. Portanto, a afirmativa I está correta. Já a II deve ser descartada porque o modelo da Previdência Social brasileira é que adota o regime de repartição simples, e não o da previdência privada. A afirmativa III está certa porque a previdência complementar é, realmente, facultativa, e pode complementar os benefícios da Previdência Social. Portanto, a alternativa correta é a "c".

2. d) I, II e III.

Nesta questão, lembre-se de que a Previdência Social é como um seguro controlado pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Economia. E que, por isso, tem um teto estabelecido pelo INSS a fim de manter as contas públicas em equilíbrio. Portanto, a afirmativa I está correta. Como complemento, saiba que, o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) fixou em R\$ 6.101,06 em janeiro/2020 (antes era de R\$ 5.839,45).

Ao analisar a afirmativa II, você deve ter em mente que o investidor é quem decide quanto aplicar na previdência privada, e o valor acumulado na previdência privada dependerá do quanto o investidor guardou durante toda a fase de acumulação de recursos e dos rendimentos que incidiram sobre esse montante. Por isso, esta afirmativa também está correta.

A assertiva III também está correta porque todo trabalhador com carteira assinada que presta serviços de natureza não eventual ao empregador, mediante recebimento de salário, contribui obrigatoriamente para o INSS. Assim, a alternativa correta é a ""d"".

3. a) deduzir até 12% da renda bruta anual tributável na Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da pessoa física.

Nesta questão está uma das grandes vantagens do PGBL: a dedução de Imposto de Renda. Você precisará lembrar-se de que as contribuições realizadas em determinado ano podem ser deduzidas da base de cálculo do IR na Declaração de Ajuste Anual, observado o limite de até 12% da renda bruta anual tributável.

No entanto, esse benefício somente é válido se o investidor declarar o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) por meio do formulário completo e, também, se contribuir para o INSS ou for aposentado - alternativa ""a"".

4. c) têm incidência de Imposto de Renda sobre os rendimentos das aplicações no momento do resgate ou no período de concessão de benefícios.

Aqui, perceba, pelas alternativas, que se trata de uma questão relacionada à tributação. Tenha em mente, então, que a principal diferença entre os dois planos de previdência complementar é que a incidência de Imposto de Renda, no PGBL, é sobre todo o valor acumulado (dinheiro investido + rendimento), enquanto, no VGBL, é somente sobre o rendimento. Isto quer dizer que, no VGBL, quando do pagamento do benefício ou resgate, a alíquota do IRRF incidirá sobre a diferença entre o valor recebido e o valor aplicado (rendimento) - alternativa ""c"".

5. b) não pode fazer a portabilidade, pois é permitida apenas para o mesmo participante.

Tenha sempre em mente que a portabilidade entre planos é permitida, mas SOMENTE para o mesmo participante. Portanto, não é possível fazer a portabilidade para terceiros - alternativa "b".

6. c) a renda mensal cessará, não sendo devido qualquer outro valor ao beneficiário.

Nesta questão, muito cuidado. Atente-se para a transformação feita no plano e para a forma escolhida pelo participante para recebimento do saldo acumulado: RENDA MENSAL TEMPORÁRIA. Este tipo de benefício consiste em uma renda mensal temporária e paga exclusivamente ao participante. O benefício cessa com o falecimento do participante ou com o fim da temporariedade contratada, o que ocorrer primeiro. Sendo assim, a alternativa correta é a "c".

7. a) receberá a mesma renda mensal, por mais sete anos.

Nesta questão, as palavras-chave são PRAZO CERTO, as quais indicam a forma escolhida pelo participante para o recebimento do saldo acumulado. Esse tipo consiste, como o nome já indica, no recebimento de uma renda mensal durante o prazo estabelecido junto à administradora na hora da contratação. Como o prazo citado é de 12 anos, esse é o período total de recebimento da renda mensal. Portanto, se já se passaram cinco anos, o beneficiário receberá a renda pelo tempo restante, ou seja, sete anos - resposta ""a"".

8. c) PGBL é possível deduzir as contribuições na declaração anual de Imposto de Renda da pessoa física.

Quando a questão tratar da comparação entre os dois planos, lembre-se de que a principal diferença entre eles é a questão tributária. No PGBL, há possibilidade de abatimento na declaração de Imposto de Renda desde que a pessoa efetue a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) por meio do formulário completo e que também contribua para o INSS ou seja aposentado. A incidência, nesse caso, é sobre todo o valor acumulado (dinheiro investido + rendimento). Já

no VGBL, não há possibilidade de dedução e a incidência de IR é somente sobre o rendimento. Portanto, a alternativa correta é a ""c"".

Em complemento, saiba que nenhum plano oferece garantia de rentabilidade.

9. b) o VGBL e o PGBL são estruturados como fundos de investimento e não há garantia de rendimento.

Nesta questão, você precisará lembrar de que, na previdência privada, não há garantia de remuneração. Portanto, a única alternativa possível é a ""b"".

Em complemento, lembramos que a remuneração é baseada na rentabilidade da carteira de investimentos do Fundo de Investimento constituído para o plano. Isso quer dizer que, durante o período de diferimento, não há garantia de remuneração mínima, ou seja, não há rentabilidade predeterminada.

10. b) Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Para responder essa questão, você deverá ter em mente que o controle e a fiscalização das entidades de Previdência Privada (também conhecidas como previdência aberta) são da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Então, é para essa instituição que o gerente deverá orientar o cliente - alternativa ""b"".

Em complemento, lembre-se de que a Previc efetua o controle e a fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

11. b) um percentual que incide sobre as contribuições realizadas para custear as despesas administrativas do plano;

Para responder essa, você terá de refletir sobre o que é a Taxa de Carregamento. Lembre-se de que se trata da taxa que cobre as despesas administrativas das instituições financeiras. E de que ela é flexível, ou seja, o momento da cobrança e o percentual são definidos pela EAPC, desde que não ultrapasse 10%. Essa "flexibilidade" pode servir, inclusive, como forma de "premiar" investidores com maior volume de recursos ou mais tempo de contribuição. Portanto, a alternativa "b" está correta.

12. d) na Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Para responder essa questão, você deverá ter em mente que o controle e a fiscalização das entidades de Previdência Privada são da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Então, é para essa instituição que o investidor deverá solicitar informações, além da corretora - alternativa "d".

13. c) se destina a complementar a Previdência oficial e é indicada para um horizonte de longo

Essa você não pode errar. A Previdência Privada tem, como principal objetivo, ser um complemento à aposentadoria, certo? Além disso, apesar de oferecer possibilidade de aplicações de curto prazo, sua principal característica é a de ser um investimento de longo prazo - alternativa "c".

14. a) pode ser cobrada na aplicação ou no resgate.

Para responder essa, você terá de refletir sobre o que é a Taxa de Carregamento. Lembre-se de que se trata da taxa que cobre as despesas administrativas das instituições financeiras. E de que ela é flexível, ou seja, o momento da cobrança e o percentual são definidos pela EAPC, desde que não ultrapasse 10%. Essa "flexibilidade" pode servir, inclusive, como forma de "premiar" investidores com maior volume de recursos ou mais tempo de contribuição. PORÉM, cuidado para não se confundir, pois a taxa de carregamento é cobrada somente sobre os valores das contribuições, nunca sobre os rendimentos. Além disso, ela pode ser cobrada tanto na aplicação como no resgate. Portanto, a alternativa "a" está correta.

15. c) II, III e IV.

Como o nome já revela, a Taxa de Administração é a taxa que remunera o prestador dos serviços de gestão e de administração do fundo, ou seja, a EAPC, como descrito na assertiva IV. Se ela representa o pagamento pelos serviços prestados, a sua cobrança não é atrelada ao rendimento. Portanto, a assertiva I está incorreta. Ela é cobrada sobre o valor total do patrimônio da EAPC e, por isso, afeta a rentabilidade, na medida em que a rentabilidade se dá sobre o valor investido após o desconto da taxa. Com isso em mente, você já conclui que as assertivas II e III estão corretas. Sendo assim, a alternativa correta é a "c".

16. d) 60 dias

Para responder essa questão, você deverá lembrar da determinação da Susep em relação aos períodos de carência. No caso da portabilidade, o período mínimo é de 60 dias - alternativa "d".

17. d) de PGBL para PGBL, de VGBL para VGBL, sem Imposto de Renda.

Para responder esta questão, lembre-se de que a portabilidade só é permitida entre planos do mesmo segmento, isto é, só é permitida a portabilidade de PGBL para PGBL e VGBL para VGBL. Com esse entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""b"". Agora, tenha sempre em mente que é possível migrar da tabela progressiva para a regressiva. Contudo, o contrário não é permitido. Uma vez escolhida a tabela regressiva, deve-se permanecer com ela. Portanto, a alternativa correta é a ""d"".

E aqui vai uma dica valiosa para que se lembre dessa regra: faça associação com a ""ordem alfabética"", ou seja, a letra ""P"" (de progressiva) pode avançar para a letra ""R"" (de regressiva); do contrário, não há ordem alfabética.

18. a) O investidor pode optar por resgate único ou em partes.

Essa questão você não pode errar. A previdência é um tipo de investimento de longo prazo, também utilizado como complemento à aposentadoria, certo? Então, pode ser resgatado total ou parcialmente - alternativa "a". Em complemento, lembre-se de que esta decisão é do investidor, e não da seguradora.

19. b) o saldo atual do PGBL e, também, o valor contratado da cobertura adicional.

Nesta questão, sugerimos que você analise o enunciado em partes. Primeiramente, considere o PBGL e a morte do titular antes de transformá-lo em renda. Nesse caso, trata-se de pecúlio, ou seja, pagamento único do saldo ACUMULADO em caso de morte ou invalidez do participante. Isso quer dizer que é o saldo atual e não o inicial. Até aqui você já pode concluir que a alternativa correta é a "b". Em relação ao seguro de vida, o beneficiário receberá o valor contratado da cobertura adicional.

20. c) Somente é possível alterar o tipo de tributação se, inicialmente, o investidor tiver escolhido o tipo de regime progressivo.

Perceba, ao analisar as alternativas, que essa é uma questão sobre portabilidade. Tenha sempre em mente que é possível migrar da tabela progressiva para a regressiva. Contudo, o contrário não é permitido. Uma vez escolhida a tabela regressiva, deve-se permanecer com ela. E aqui vai uma dica valiosa para que você se lembre dessa regra: faça associação com a ""ordem alfabética"", ou seja, a letra ""P"" (de progressiva) pode avançar para a letra ""R"" (de regressiva); do contrário, não há ordem alfabética. Portanto, a alternativa correta é a ""c"".

Como complemento, lembre-se de que a portabilidade também só é permitida entre planos do mesmo segmento, isto é, de PGBL para PGBL e VGBL para VGBL.

21. c) o total resgatado e pode ter um valor adicional a ser pago na declaração anual de ajuste.

Quando se trata de PGBL, a incidência será sempre sobre o total resgatado. A partir deste entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""b"". Contudo, você deverá ter em mente que a incidência do Imposto de Renda (IR) acontece sobre o resgate ou sobre a renda recebida, quando eles ocorrerem. As alíquotas no regime tributário compensável (Progressivo de IR) variam de zero a 27,5%, dependendo do valor recebido no resgate do dinheiro investido.

A regra é igualzinha à da incidência de IR sobre os rendimentos dos assalariados. Na menor alíquota (7,5%), estão pessoas que recebem um valor menor. Já a alíquota

mais alta (27,5%) incide sobre uma renda mensal maior. Ao fazer o resgate, há recolhimento de 15% de IR na fonte e o imposto pode ser compensado na declaração (para mais ou para menos). Por isso, pode haver um valor adicional a ser pago na declaração anual - alternativa ""c"".

22. d) Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) com regime tributário progressivo.

O enunciado desta questão revela algumas informações importantes, o plano será de curto prazo, considerando que o horizonte de investimento deste cliente é de apenas sete ano. Outro dado relevante trata da Declaração do Imposto de Renda, que acontece pelo modelo simplificado. Sendo assim, o mais recomendado é o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), visto que esse tipo de plano é indicado para quem realiza a declaração do IR pelo formulário simplificado (assim como acontece com o participante do enunciado). Até aqui, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""b"".

Quanto ao tipo de regime, quando se trata de um curto prazo, o ideal é o progressivo, pois não ele está relacionado ao prazo de permanência, mas ao valor que o investidor receberá quando sair do plano. Logo, o regime recomendado de fato, será o progressivo, pois além do prazo ser curto, o investidor terá uma renda abaixo de R\$ 1.903,98, o que lhe permitirá ficar isento na tabela progressiva de IR - alternativa ""d"".

Como complemento saiba que a tabela progressiva é disponibilizada pela Anbima, portanto, não existe a necessidade de memorizar a mesma.

23. b) esse risco existe e deve ser considerado na escolha da seguradora.

Esta questão é muito importante, assim como outros produtos de investimento, a Previdência Privada também apresenta riscos ao investidor. Sendo assim, você já pode eliminar a alternativa ""c"".

Seguindo na eliminação de alternativas, o risco de ""calote"" da seguradora não possui cobertura do Fundo Garantidor de Crédito e, tampouco, do Governo Federal, o que desqualifica as alternativas ""a"" e ""d"". Assim, a única alternativa correta é a ""b"".

Como complemento, lembre-se de que o risco de crédito da seguradora é desconhecido pela maioria dos investidores, apesar de que, em caso de falência da seguradora, o participante correrá o risco de perder todo o seu investimento. É por isso que é mais importante analisar a solidez da seguradora na escolha por um plano de previdência complementar do que a reputação do banco que está distribuindo o plano, pois ele não faz qualquer diferença na redução deste tipo de risco.

24. d) 12%

Aqui será preciso recordar o que você estudou. O PBGL permite a dedução de até 12% da renda tributável ao ano da base de cálculo do IR - alternativa "d".

25. d) Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) com tabela regressiva do IR.

Muito cuidado nesta questão. É preciso saber interpretar o texto para identificar qual é a melhor opção para o respectivo investidor. Perceba que alguns dados importantes são revelados no enunciado: trata-se de profissional liberal, logo, subentende-se que o mesmo não contribui para o INSS, ou seja, o PGBL não é a melhor opção. Outra informação é a de que ele tem uma renda tributável muito pequena, fugindo, mais uma vez, do PGBL. Analisando os demais dados para uma conclusão completa: ele quer contribuir para sua aposentadoria, a qual deve acontecer entre 10 e 12 anos - portanto, o regime regressivo é o mais recomendado, visto que, acima de 10 anos, a alíquota será a menor (de 10%). Sendo assim, a alternativa correta é "d": Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) com tabela regressiva do IR.

26. b) Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) com tabela regressiva do IR.

Nesta questão, o enunciado apresenta características do perfil do investidor que são determinantes para a decisão de investimento. Se o executivo tem 38 anos e quer contribuir para uma aposentadoria, subentende-se que ele irá se aposentar num prazo acima de 10 anos. Então, lembre-se de que a tabela regressiva apresenta a redução da alíquota do Imposto de Renda (IR) conforme o prazo de permanência no plano, ou seja, quanto maior o prazo, menor a alíquota. Sendo assim, acima de 10 anos, a alíquota será de 10%. Outro dado importante: ele quer contribuir com 5% da renda.

Com essa informação, você já pode pensar no PGBL, pois ele apresenta vantagens para quem deseja investir até 12% da sua renda em previdência privada. E, por último, a informação de que ele faz a declaração completa reforça a conclusão pelo PGBL, pois esse plano permite a dedução no IR, enquanto o VBGL não permite. Assim, a alternativa correta é a "b": Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) com tabela regressiva do IR.

27. d) completo e tem despesas dedutíveis, além do PGBL.

Quando a questão tratar de PGBL, tenha sempre em mente que uma das principais vantagens deste plano é a possibilidade de dedução no Imposto de Renda e, portanto, é possível para quem opta pela declaração com formulário completo. Assim, você já pode eliminar as alternativas "a" e "c". Agora, para encontrar a alternativa correta, lembre-se de que o abatimento máximo permitido é de 12%, que é menor do que o desconto de 20% aplicado automaticamente na declaração do IR pelo modelo simplificado, certo? Portanto, o modelo completo somente trará benefícios para o contribuinte se ele tiver outras despesas para deduzir - alternativa

"d".

28. d) Carência.

Essa você não pode errar. Aqui você deve indicar como é conhecido aquele período em que o participante não tem acesso aos recursos, ou seja, aquele em que ele fica CARENTE de recursos. Isso mesmo: é a carência - alternativa "d".

29. c) Taxa de carregamento.

Nesta questão, você terá de tomar cuidado para não se confundir. Nos planos de Previdência Privada só existem duas taxas: a de administração e a de carregamento. Portanto, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""d"".

Alertamos você para outra possibilidade de erro. A frase ""DESPESAS ADMINISTRATIVAS"" do enunciado pode induzir você a marcar a alternativa ""b"" (Taxa de administração). PORÉM, você deve ter em mente que a questão trata de DESPESAS, e essas são cobertas pela taxa de carregamento.

Outra informação importante revelada no enunciado é a de que se trata de um percentual incidente sobre as contribuições pagas pelo participante, significando explícito da taxa de carregamento. Ela é cobrada somente sobre as contribuições do investidor, nunca sobre os rendimentos, logo, a alternativa correta é a ""c"".

Em complemento, reforçamos que a taxa de administração representa a remuneração do prestador de serviço de gestão e administração do fundo. "

30. a) Colocar 50% dos recursos em um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) com tabela regressiva de Imposto de Renda (IR) e o restante em um Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) com tabela regressiva.

Atenção na análise do enunciado. Perceba que há várias informações sobre o perfil do investidor. Duas delas são bastante decisivas para a recomendação: ele faz declaração completa de ajuste anual de Imposto de Renda (IR) e é assalariado.

Como o cliente faz declaração completa, você já pode incluir o plano PGBL na recomendação, pois ele permite a dedução de até 12% da renda tributável ao ano da base de cálculo do IR para quem contribui para o INSS. Como o enunciado frisa que ele é assalariado, ou seja, contribui para a Previdência Social, o PGBL é uma recomendação a ser feita. Uma característica para indicar além do PGBL, o VGBL é o percentual da aplicação, pois ele é indicado para pessoas que planejam investir mais de 12% da sua renda, enquanto o PGBL é mais indicado para quem planeja investir até 12%, como o cliente decidiu alocar 24% de sua renda, reforça essa proporção nos dois Planos.

A partir deste entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""c"" e ""d"". Agora, você terá que analisar qual o regime tributário mais indicado para esse cliente. A regressiva, como o nome já diz, tem a alíquota reduzida conforme o tempo de aplicação. Portanto, considerando que o prazo é acima de 10 anos, o recomendável é a VGBL, pois a alíquota será de 10% - alternativa ""a"".

Como complemento, lembre-se de que, na progressiva, o fator determinante não será o prazo de permanência do participante no fundo, mas o valor que ele receberá em forma de renda quando da saída do plano.

31. d) Tabela Progressiva (Compensável).

Essa questão é mais fácil do que parece. O enunciado já revela as dicas. Perceba que a tabela vai de 0 a 27,5, o que indica que os percentuais são progressivos, certo? Então, você já pode concluir que se trata da Tabela Progressiva. Agora, perceba que o enunciado cita a possibilidade de COMPENSAÇÕES. Sendo assim, a alternativa correta é a "d".

32. a) Vida Gerador Benefício Livre (VGBL) para VGBL e Progressivo para Regressivo.

Para responder esta questão, lembre-se de que a portabilidade só é permitida entre planos do mesmo segmento, isto é, de PGBL para PGBL e VGBL para VGBL. Com esse entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""c"" e ""d"". Agora, tenha sempre em mente que é possível migrar da tabela progressiva para a regressiva. Contudo, o contrário NÃO é permitido. Uma vez escolhida a tabela regressiva, deve-se permanecer com ela.

E aqui vai uma dica valiosa para que você se lembre dessa regra: faça associação com a ""ordem alfabética"", ou seja, a letra ""P"" (de progressiva) pode avançar para a letra ""R"" (de regressiva); do contrário, não há ordem alfabética. Portanto, a alternativa correta é a ""a"":"" Em relação à portabilidade, pode ser feita de Vida Gerador Benefício Livre (VGBL) para VGBL e Progressivo para Regressivo.

33. c) é indicado para quem realiza a declaração completa de IR.

Quando a questão tratar de PGBL, é importante se atentar que a principal vantagem deste plano é a possibilidade de dedução no Imposto de Renda (IR). Assim, você já pode eliminar a alternativa ""a"".

Agora, para encontrar a alternativa correta, lembre-se de que o abatimento é possível somente para quem optar pela declaração completa do IR e que o máximo permitido é de 12%, mas não do total, como sugere a alternativa ""d"" a dedução de até 12% refere-se a renda tributável ao ano da base de cálculo do IR. No entanto, somente se ele possuir outras despesas para deduzir. Desta forma, você já pode concluir que a

alternativa correta é a ""c"".

34. d) 30% de IR sobre a rentabilidade.

Aqui nesta questão, você precisará estar atento à modalidade de Imposto de Renda (IR) escolhida pelo investidor: TABELA REGRESSIVA. Essa considera o prazo de permanência no plano, pois a alíquota regride conforme o tempo, ou seja, quanto maior o prazo, menor será a alíquota. Perceba, agora, que o enunciado cita que o resgate aconteceu três anos após a contratação do plano. Então, você precisará lembrar que em resgates realizados em de 2 a 4 anos, a alíquota é de 30%.

Em complemento, saiba que, até dois anos, a alíquota é de 35%; de 4 a 6 anos, é de 25%; de 6 a 8 anos, é de 20%; de 8 a 10 anos, é de 15%; e acima de 10 anos, é de 10%. Para que se recorde dessa tabela, a qual não é dada na prova e você terá que lembrar, só precisa saber a primeira linha ""até dois anos, 35%"" e preenchê-la da seguinte maneira: a cada dois anos a alíquota é reduzida em 5% e acima de 10 anos 10%. Fechou? Assim, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""c"". E lembre-se de que, no VGBL, a incidência acontece somente sobre a rentabilidade obtida, e não sobre o total - alternativa ""d"".

35. d) somente no resgate sobre a rentabilidade.

Essa questão trata de um dos principais atrativos do VGBL, a questão tributária: a incidência de IR acontece somente sobre a rentabilidade obtida, e não sobre o total acumulado, como no PGBL. Portanto, você já pode eliminar as alternativas "a" e "b". Agora, você precisa saber que, tanto no VGBL como no PGBL, não há tributação durante o período de acumulação, somente na ocasião do resgate. Assim, você já pode concluir que a alternativa correta é a "d".

36. a) deduzir até 12% da renda bruta anual tributável na Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da pessoa física.

Essa questão trata de uma das principais vantagens do PGBL: a dedução no Imposto de Renda para investidores que optem pelo formulário completo da declaração. Agora, você precisará lembrar que o limite máximo de abatimento é de 12% - alternativa ""a"".

Na eliminação das demais alternativas, saiba que não há isenção de IR nos planos de Previdência Privada e que a tributação, no PGBL, incide sobre o valor total acumulado, e não apenas sobre os rendimentos, como o VGBL.

37. c) têm incidência de Imposto de Renda sobre os rendimentos das aplicações no momento do resgate, ou no período de concessão de benefícios.

Aqui, perceba, pelas alternativas, que se trata de uma questão relacionada à tributação. Tenha em mente, então, que a principal diferença entre os dois planos de

previdência complementar é que a incidência de Imposto de Renda, no PGBL, é sobre todo o valor acumulado (dinheiro investido + rendimento), enquanto, no VGBL, é somente sobre o rendimento. Isto quer dizer que, no VGBL, quando do pagamento do benefício ou resgate, a alíquota do IR incidirá sobre a diferença entre o valor recebido e o valor aplicado (rendimento) - alternativa "c".

38. b) Fazer aplicações em um PGBL, mudar para a declaração completa de ajuste anual e decidir pela tabela regressiva de IR.

Aqui, vamos em partes - e com muita atenção. O primeiro ponto a analisar no enunciado é APROVEITAR BENEFÍCIOS FISCAIS. Se essa é uma prioridade, e considerando que será uma aplicação de longo prazo, pois ele tem apenas 30 anos, você já pode recomendar o PGBL, já que é o único que permite a dedução do IR. Porém, perceba que o enunciado cita que ele faz declaração simplificada - o que, isoladamente, seria uma característica indicativa da recomendação de um VGBL. Contudo, o interesse está nos benefícios fiscais, certo? Assim, mantendo a recomendação do PGBL, você também terá de recomendar a mudança para a declaração completa de ajuste anual. Outro indicativo que reforça a recomendação é de que ele quer contribuir com 10% da sua renda, pois o PGBL é recomendável para quem desejam investir até 12% - alternativa "b".

39. d) VGBL com tabela progressiva.

Perceba que o enunciado cita a idade do investidor e também que sua aposentadoria está próxima. Análise também, que a intenção do senhor José é retirar os recursos aplicados assim que se aposentar. Logo, é possível concluir que o aporte adicional ficará investido por pouco tempo, certo? E o prazo da aplicação influencia a alíquota do Imposto de Renda que incidirá sobre o rendimento (VGBL - alíquota somente sobre o rendimento). Antes de apontar qual regime será mais favorável, vamos analisar os dois regimes tributários, no Regime Regressivo, quando é resgatado em até dois anos, a alíquota é de 35%, já no Regime Progressivo é de acordo com a renda / valor resgatado, como o enunciado cita R\$ 100.000,00, pode-se concluir que a alíquota será a maior da tabela, sendo de 27,5% (veja que acima de R\$ 55.976,16 a alíquota será a maior: 27,5%) mas não se preocupe com essa tabela, se não quiser memorizar a primeira linha e a última linha desse regime, o que sugerimos que faça, mas não trata-se de uma obrigação, pois você terá acesso a tabela progressiva em seu exame, a Anbima disponibiliza os dados da mesma para consulta durante a sua prova. Após estas análises, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""c"".

Agora, para definir entre PGBL e VGBL, lembre-se de que, o VGBL é indicado para aportes acima de 12% de sua renda bruta anual tributável, justamente, é o caso do Sr. José. Sendo assim, o VGBL com tabela progressiva é a melhor opção - alternativa ""d"".

40. d) Não, ela poderá ser cobrada na entrada ou na saída, sobre o valor do aporte.

Para responder essa, você terá de refletir sobre o que é a Taxa de Carregamento. Lembre-se de que se trata da taxa que cobre as despesas administrativas das instituições financeiras. E de que ela é flexível, ou seja, o momento da cobrança e o percentual são definidos pela EAPC, desde que não ultrapasse 10%. Essa "flexibilidade" pode servir, inclusive, como forma de "premiar" investidores com maior volume de recursos ou mais tempo de contribuição. Portanto, a alternativa "d" está correta.

41. c) R\$ 12.000,00 em PGBL e R\$ 8.000,00 em VGBL.

Aqui, vamos em partes - e com muita atenção. O primeiro ponto a analisar no enunciado é APROVEITAR BENEFÍCIOS FISCAIS. Se essa é uma prioridade, você já pode recomendar o PGBL, já que é o único que permite a dedução do IR. PORÉM, lembre-se que o limite máximo para abatimento no IR é de 12% da renda anual tributável. Sendo assim, o ideal será ele aplicar R\$ 12 mil em PGBL - que equivale aos 12% da renda anual de R\$ 100 mil - e o restante em VGBL, que, no momento do resgate, a cobrança de Imposto de Renda ocorrerá somente sobre o rendimento, e não sobre o valor total acumulado, como no PGBL - alternativa "c".

42. b) fique com a Administradora e a conta seja encerrada.

Perceba, no enunciado, que a forma escolhida por Fernando para o resgate da sua aplicação foi a RENDA VITALÍCIA. Nesse caso, o participante recebe uma renda mensal até seu último dia de vida e o benefício cessa com o falecimento do mesmo. Caso Fernando efetuasse resgates a cada 60 dias ou escolhesse um plano que não cessa com seu falecimento, os beneficiários receberiam o recurso acumulado. Pelo fato de ter transformado o plano em Renda Vitalícia, o dinheiro acumulado fica com a Administradora - alternativa "b".

43. b) não será permitida porque um plano de regime de tributação de definitivo (regressivo) não pode ser transferido para um plano de regime de tributação compensável (progressivo).

Nesta questão, tome cuidado para não se confundir. De fato, a portabilidade só é permitida entre planos do mesmo segmento, isto é, só é permitida a portabilidade de PGBL para PGBL e VGBL para VGBL, como indica a alternativa ""a"". PORÉM, você precisará estar atento ao regime de tributação dos planos, que são diferentes. Tenha sempre em mente que é possível migrar da tabela progressiva para a regressiva. Contudo, o contrário não é permitido. Uma vez escolhida a tabela regressiva, deve-se permanecer com ela.

E aqui vai uma dica valiosa para que se lembre dessa regra: faça associação com a ""ordem alfabética"", ou seja, a letra ""P"" (de progressiva) pode avançar para a letra ""R"" (de regressiva); do contrário, não há ordem alfabética. Portanto, a alternativa correta é a ""b"" - não será permitida porque um plano de regime de

tributação de definitivo (regressivo) não pode ser transferido para um plano de regime de tributação compensável (progressivo). "

44. d) que varia de plano para plano e é cobrada sobre o valor pago a título de contribuição.

A taxa de carregamento é uma taxa: que varia de plano para plano e é cobrada sobre o valor pago a título de contribuição.

45. a) A afirmativa I está certa, mas a II, errada.

Os prazos de carência para resgates dos planos PGBL e VGBL são definidos no regulamento de cada plano. Porém, a legislação estabelece algumas regras para esses prazos. A carência inicial varia entre 60 dias a 24 meses.

46. c) a transferência só é possível entre planos PGBL e PGBL ou entre VGBL e VGBL.

Um investidor questiona seu gerente de relacionamento sobre a possibilidade de transferência de recursos entre os planos de previdência que possui atualmente na instituição. Para orientar corretamente seu cliente, o gerente de relacionamento diz que a transferência só é possível entre planos PGBL e PGBL ou entre VGBL e VGBL.

47. d) patrimônio líquido do Fundo, de acordo com os saldos médios diários.

A Taxa de Administração Financeira, cobrada em planos de previdência, é um percentual que incide sobre o patrimônio líquido do Fundo, de acordo com os saldos médios diários.

48. b) R\$ 100

Mesmo que a taxa de carregamento seja cobrada na saída, ela incide sempre sobre o valor de cada aporte. Portanto, a base de cálculo nesse caso será de R\$ 100.

49. d) I e IV.

O PGBL permite o abatimento das contribuições da base de cálculo do Imposto de Renda e as retiradas são tributadas sobre o valor total. O VGBL não permite o abatimento das contribuições da base de cálculo de IR e as retiradas de recursos são tributadas somente sobre o rendimento.

50. d) PGBL no Regime com tributação regressiva definitiva.

A melhor alternativa para o Dr. Carlos é o PGBL com tributação regressiva definitiva. Como a declaração de IR é feita pelo modelo completo, a modalidade ideal é o PGBL. Já o prazo do investimento de pelo menos 8 anos projeta uma

tributação de 15% sobre os aportes realizados há 8 anos, podendo chegar a 10%, sobre os aportes feitos há mais de 10 anos, de acordo com a tabela regressiva. Se escolhesse o Regime com tributação progressiva compensável, a tributação dos recursos depositados em previdência seria de 27,5% conforme tabela atual.

51. a) VGBL, porque a contribuição não é dedutível e, no resgate, somente o ganho de capital é tributado.

De maneira geral, o PGBL é mais vantajoso para aqueles que fazem a declaração completa e o VGBL, para quem opta pelo modelo simplificado ou de isento.

52. d) VGBL com tabela progressiva.

Para se beneficiar de alíquotas inferiores da tabela regressiva, o Sr. José teria que deixar o dinheiro investido por pelo menos de 4 anos (alíquota de 25% para prazos entre 4 e 6 anos), o que não será o seu caso. Optando pelo VGBL e tabela progressiva, ele teria apenas os ganhos de capital tributados à alíquota de 27,5%.

53. d) VGBL regime progressivo.

Como Paulo faz a declaração de ajuste do Imposto de Renda pelo formulário simplificado, o plano mais adequado é o VGBL, pois ele não poderá aproveitar os benefícios fiscais do PGBL, que é indicado para quem utiliza o formulário completo. Como ele pretende receber renda de R\$ 1.350,00, ele estaria na faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda e, por isso, a melhor opção seria optar pelo regime progressivo, visto que a menor alíquota do regime regressivo é de 10%.

54. b) Dará continuidade ao recebimento do benefício pelo período restante do prazo determinado.

Na renda mensal por prazo certo, se ocorrer o falecimento do participante/assistido antes da conclusão do prazo indicado, o benefício será pago ao beneficiário na proporção de rateio estabelecida, pelo período restante do prazo determinado.

1. c) liquidez.

Você não pode errar esta questão. Perceba que o enunciado cita "SOLUCIONAR PROBLEMAS FINANCEIROS". Isto quer dizer que o seu cliente tem pressa na venda e, por isso, deverá aceitar uma proposta com valor bastante inferior ao de valor de mercado. Esse é justamente o risco de liquidez, ou seja, a dificuldade de converter um ativo em dinheiro de forma rápida sem perda de valor - alternativa "c". Lembre-se sempre de que o investimento em imóveis é considerado uma aplicação com alto risco de liquidez.

2. a) significa poder ter resultado diferente do esperado.

Aqui, convidamos você a refletir sobre o conceito de risco. Ele está diretamente relacionado à incerteza. Correr um risco significa ter ideia do que pode acontecer, mas sem a garantia do resultado final. Realizar investimentos é uma atitude cercada de incertezas e todos oferecem riscos, com maior ou menor grau. Quanto maior o risco, maior será a rentabilidade. Porém, o resultado poderá ser diferente do esperado - alternativa correta é a ""a"".

Na eliminação das demais alternativas, perceba que a alternativa ""d"" está incorreta porque afirma justamente o oposto, ou seja, quanto menor o risco, menor a rentabilidade. Já as alternativas ""b"" e ""c"" não poderiam estar corretas, pois o risco pode incidir em qualquer uma das aplicações referidas.

3. c) risco de mercado.

A situação apresentada no enunciado demonstra que o valor das ações terá de ser reduzido significativamente para que a venda ocorra de forma rápida, certo? Essa situação representa o risco de liquidez, pois liquidez é a medida da facilidade de negociação por um preço justo, lembra?

4. b) menos volátil e apresentará maior rendimento.

Vamos a um exercício de reflexão: quanto menor o prazo de um título, menos sujeito às variações da economia ele estará, certo? Isso quer dizer que ele sofrerá menos influência dos juros ou das variações do mercado e, portanto, terá pouca oscilação no valor. Em outras palavras, ele será menos variável, instável, inconstante - sinônimos de volátil. Até aqui você já pode excluir as alternativas ""c"" e ""d"".

Agora, reflita: se o título sobre menos influência dos juros, ele terá menos risco (de mercado, no caso), certo? Então, lembre-se da dupla MAIOR-MAIOR relacionada a risco e rentabilidade e tenha em mente que o contrário também é verdadeiro: menos risco, menor rentabilidade. Assim, você já pode concluir que a alternativa correta é a ""a"".

5. a) de mercado.

O enunciado apresenta um exemplo de um ativo que sofreu desvalorização, certo? O valor do investimento variou, em consequência das oscilações da economia, ou seja, do mercado. Assim, você já pode concluir que a resposta correta é a "a". Lembre-se de que a influência exercida pelas condições da economia pode ser positiva ou negativa.

6. a) somente por B.

Esta questão quer testar seus conhecimentos sobre os principais riscos relacionados aos investimentos. O enunciado cita ""risco de crédito"", certo?

Então é esse conceito que você deve considerar para encontrar a resposta. Perceba que a própria questão já destaca que risco de crédito está relacionado à possibilidade de falta de pagamento, ou seja, à possibilidade de o investidor sofrer um calote. Agora, perceba que o A é o próprio investidor; portanto, você já pode eliminar as alternativas ""b"" e ""d"". E, recordando-se de que o risco de crédito existe apenas em ativos que oferecem uma promessa de pagamento, você já pode concluir que as ações não oferecem esse tipo de risco, certo? Portanto, a alternativa correta é a ""a"".

Em complemento, destacamos que, quando há uma obrigatoriedade de pagamento, sempre haverá o risco do não pagamento, ou seja, do calote.

7. a) rentabilidade do fundo.

Quando um investidor deseja saber a performance de um fundo, ele está interessado no desempenho dele, certo? E o que significa desempenho? Significa a rentabilidade que ele apresentou no período - alternativa "a".

8. a) O título I apresenta maior risco de crédito que o título II.

Antes de analisar as características dos títulos apresentados, lembre-se de que, como o nome já revela, Duration (duração, em português) está relacionada ao prazo médio ponderado de um ativo, e não ao prazo de vencimento do papel.

Tome cuidado para não confundir. Então, se os dois títulos em questão possuem a mesma duration, você terá de analisar outras características relacionadas aos riscos.

Agora, perceba que a alternativa ""a"" cita risco de crédito e, portanto, já pode ser eliminada, pois os títulos públicos federais não apresentam o risco de calote. E note que a nomenclatura dos títulos já ajudará você a identificar a resposta. Ao recordar que risco de mercado é aquele relacionado às oscilações da economia, que podem influenciar de forma positiva ou negativa a rentabilidade do título, você já pode concluir que um título indexado ao IPCA, o índice oficial de inflação do Brasil, estará MENOS exposto a esse risco, certo? Portanto, a alternativa correta é a ""b"".

9. a) risco de crédito.

Para não errar esse tipo de questão, você pode associar sempre o "não conseguir honrar seus pagamentos" com inadimplência. O que acontece com os inadimplentes no comércio, por exemplo? Ficam sem acesso a crédito para realizarem novas compras. Isso quer dizer que o risco relacionado ao não pagamento dos títulos, ou seja, ao calote, é o risco de crédito - alternativa "a".

10. c) Próxima de -1.

Ao questionar sobre o ""grau de diversificação"", o enunciado está se referindo à correlação dos retornos. Essa é a medida do comportamento do conjunto de ativos em uma carteira. Lembre-se de que a correlação será um número entre -1 e +1.

Então, você já pode eliminar a alternativa ""b""", pois indica um número acima desse intervalo.

Agora, você precisará lembrar que a correlação varia do máximo ao mínimo de efeito de diversificação, ou seja, -1 indica o máximo efeito de diversificação e +1 indica que os ativos se movimentam em sincronia e, por isso, não proporcionam os efeitos da diversificação. Portanto, a resposta correta é a ""c""". "

11. b) a capacidade de pagamento.

Essa questão é muito fácil e você não pode errar! O risco de crédito está relacionado à possibilidade de falta de pagamento, ou seja, à possibilidade de o investidor sofrer um calote do emissor do título, certo? Então, a prioridade, nesse caso, será analisar a capacidade de pagamento da empresa emissora, ou seja, a capacidade dela de honrar com suas dívidas - alternativa "b".

12. b) mercado.

A palavra-chave desta questão é OSCILAÇÃO. Quando há oscilação de preços, não se pode afirmar se está havendo perdas ou ganhos, certo? Então, há sempre a real chance de verificar perdas em um ativo ou em uma carteira de investimentos. Esse é justamente o risco de mercado, decorrente de eventos ou elementos que afetam a economia ou o mercado como um todo - alternativa ""b""".

Em complemento, tenha em mente que o risco de mercado pode ser originado por diversos eventos. Mudanças políticas significativas, desastres naturais, o início de uma guerra em um país e até ataques terroristas são situações que podem impactar rapidamente todo o mercado. Um bom exemplo de risco de mercado ocorreu em 2001 com os atentados terroristas aos Estados Unidos. Em decorrência, muitos ativos sofreram oscilações em virtude das possíveis consequências econômicas que poderiam ocorrer. O impacto foi mundial. Só aqui no Brasil, a Bolsa de Valores recuou quase 17% na época.

A correlação entre o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e um fundo referenciado Depósito Interfinanceiro (DI) é:

13. a) próxima de 1.

Aqui, vamos por partes. Inicialmente, note que o enunciado está se referindo à correlação dos retornos. Essa é a medida do comportamento dos ativos. Lembre-se de que a correlação será um número entre -1 e +1. Então, você já pode eliminar a alternativa ""b"", pois indica um número acima desse intervalo.

Agora, você precisará lembrar que a correlação varia do máximo ao mínimo de efeito de diversificação, ou seja, -1 indica o máximo efeito de diversificação e +1 indica que os ativos se movimentam em sincronia e, por isso, não proporcionam os efeitos da diversificação.

A partir desse entendimento, você já pode concluir que um título que está atrelado a um indexador representa total SÍNCRONIA entre eles, certo? Portanto, a alternativa correta é a ""a"".

14. a) mercado e liquidez.

Esta questão testará a sua memória. Todos os investimentos financeiros apresentam riscos em medidas diferentes. E os principais riscos são os de mercado, de crédito e de liquidez - alternativa ""a"".

Você já percebeu que gostamos de sugerir associações de palavras e expressões, não é mesmo? Para os riscos, associamos à sigla MCL, com as iniciais das palavras - mercado, crédito e liquidez - para facilitar a memorização. Fica a dica.

15. a) de liquidez.

Você não pode errar esta questão. Perceba que o enunciado revela uma grande perda financeira sofrida ""devido à necessidade"". Isso quer dizer que a pessoa tinha pressa na venda e, por isso, aceitou uma proposta com valor bastante inferior ao valor de mercado. Esse é justamente o risco de liquidez, ou seja, a dificuldade de converter um ativo em dinheiro de forma rápida sem perda de valor - alternativa ""a"".

Lembre-se sempre de que o investimento em imóveis é considerado uma aplicação com alto risco de liquidez.

16. a) mais caro.

Você já deve ter em mente que liquidez se refere à agilidade com que um ativo é convertido em dinheiro sem perda de valor, certo? Então, um ativo com MENOR liquidez, como cita o enunciado, é aquele que NÃO é facilmente convertido em

dinheiro por um preço justo, não é mesmo. Agora, na comparação entre dois ativos, aquele que apresentar maior facilidade de liquidação será mais caro, por apresentar menor possibilidade de perdas - alternativa ""a"".

17. d) liquidação.

Para responder essa questão, você precisará ter clareza sobre o que é uma clearing house. Você pode fazer a seguinte associação: quando uma pessoa quer indicar a outra que ela pode entrar em determinado lugar porque ele está seguro, ela diria: ""a barra está limpa"" ou, em inglês, algo como ""it's clear"", não é mesmo?

Brincadeiras à parte, esse conceito representa bem a função das clearing houses, ou câmaras de compensação. São elas que garantem tanto a existência dos produtos financeiros oferecidos pelo ""vendedor"" como os recursos disponíveis na conta do ""comprador"" para a realização do negócio.

Então, se elas garantem que os produtos existem e que há dinheiro para pagar por eles, elas garantem que haverá a liquidação do processo, não é mesmo? Alternativa ""d"".

Em complemento, saiba que, ao controlarem as transações que circulam no mercado, as clearing houses são responsáveis por proporcionar segurança ao sistema financeiro.

18. d) de contraparte.

O ponto de partida aqui é refletir sobre a finalidade do "seguro prestamista". De modo simplificado, ele garante a quitação de uma dívida ou de planos de financiamento. Com isso em mente, você já pode concluir que ele será uma garantia, para quem emprestou os recursos financeiros, de que haverá o pagamento da dívida. Em outras palavras, ele garante que haverá o recebimento da outra "parte" envolvida no acordo ou seja, da contraparte - alternativa "d".

19. b) o risco das empresas não honrarem o pagamento das debêntures.

Lembre-se sempre de que as notas de rating indicam a probabilidade de inadimplência de uma empresa, ou seja, ela será atribuída conforme a situação financeira e às condições de honrar pagamentos, ou seja, está relacionada ao risco de crédito. Assim, já elimine as alternativas ""a"" e ""d"".

Agora, saiba que as notas emitidas pelas principais agências de risco do mercado global variam das letras A a D, conforme a capacidade do devedor de honrar seus compromissos e o risco de crédito, sendo atribuída nota AAA para a empresa que oferece risco mínimo, pois possui altíssima capacidade de pagamento; e D àquela que oferece elevadíssimo risco, pois a empresa já se encontra inadimplente no mercado. No exemplo do enunciado, a debênture Y, que recebeu nota B, apresenta

maior risco de crédito que a X, com nota A, ao contrário do que está descrito na alternativa ""c"". Portanto, a alternativa correta é a ""b"".

20. a) as debêntures emitidas pela empresa X possuem maior risco e maior retorno esperado.

Para responder a esta questão, você precisará recordar-se de que as notas emitidas pelas principais agências de risco do mercado global variam das letras A a D, conforme a capacidade do devedor de honrar seus compromissos e o risco de crédito, sendo atribuída nota AAA para a empresa que oferece risco mínimo, pois possui altíssima capacidade de pagamento; e D àquela que oferece elevadíssimo risco, pois a empresa já se encontra inadimplente no mercado. Então, o primeiro passo, aqui, é analisar as notas das debêntures: a X recebeu nota C e a Y recebeu nota CCC.

Agora, você precisa ter em mente que a quantidade de letras também representa variação no nível de risco. Quanto MENOS letras, MAIOR o risco. Isso quer dizer que a empresa que recebeu CCC oferece menos risco do que a que recebeu C. Assim, você já pode eliminar as alternativas ""b"" e ""d"".

O próximo passo é lembrar da nossa dica ""MAIOR-MAIOR"" na relação risco e rentabilidade, ou seja, quanto maior o risco de perdas, maior deverá ser a possibilidade de ganhos - alternativa ""a"".

21. a) nula.

Essa você não pode errar. Se o retorno do investimento é constante, ele não será inconstante, ou seja, volátil, não é mesmo? Alternativa "a".

22. a) diversificar seus investimentos em mais de uma ação.

Essa é muito fácil. A diversificação é considerada a melhor estratégia para qualquer investidor, independentemente do seu perfil, ou seja, ele pode reduzir o risco simplesmente ao diversificar sua carteira - alternativa ""a"".

Em complemento, tenha sempre em mente que a diversificação consegue reduzir, mas não eliminar, os riscos.

23. d) sistemático.

Antes de mais nada, lembre-se de que o risco total de um ativo ou de uma carteira é composto por dois elementos: o risco sistemático e o risco não sistemático. Então, já elimine as alternativas ""a"" e ""b"". Para identificar a alternativa correta, você precisará ter em mente que o risco sistemático é aquele que não é diversificável, ou seja, não pode ser reduzido ou eliminado por meio da diversificação. Já o risco não sistemático é aquele diversificável. Portanto, a alternativa correta é a ""d"".

Em complemento, sugerimos uma dica para memorização em relação ao risco não sistemático: o não é sim, ou seja o não sistemático é, sim, diversificável. Que tal?

24. b) N.

Essa você não pode errar. A média de uma quantidade de números será a soma de todos eles dividida pela quantidade total de dados - alternativa ""b"".

Como exemplo, no conjunto de números 1, 2, 1, 3, 1, a média será o resultado da soma desses números dividido por 5, que é a quantidade de dados. Assim, a média será $8/5 = 1,6$

25. c) B sobre A e B sobre C.

O primeiro passo aqui é você analisar a característica do investidor destacada no enunciado: racional. Esse tipo de investidor é mais cauteloso, certo? Ele deverá escolher investimentos de menor nível de risco, na comparação entre aqueles com o mesmo nível de retorno. O contrário também é verdadeiro: entre investimentos com o mesmo nível de risco, o investidor racional escolherá o que apresentar o maior retorno esperado.

26. d) no desvio-padrão da carteira.

Nesta questão, reflita, primeiramente, sobre o que pode indicar o nível de risco em uma carteira de ações. A sua instabilidade, certo? Quanto mais instável for o comportamento dos ativos da carteira, maior será o risco desse investimento.

Agora, lembre-se de que instabilidade é sinônimo de volatilidade. E qual indicador revela o grau de variação de um conjunto de elementos? O desvio-padrão. Até aqui, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""b"".

A partir daqui ficou fácil: o desvio-padrão considera um conjunto de elementos, e não apenas um ativo, certo? Então, a alternativa correta é a ""d""

Em complemento, tenha sempre em mente: quanto maior for o desvio-padrão, ou seja, a volatilidade, maior será o risco de mercado desse ativo.

27. d) $\sigma_b > \sigma_c > \sigma_a$

Esta questão é mais fácil do que pode parecer. Se você lembra que desvio-padrão é o parâmetro que indica o grau de variação de um conjunto de elementos, você precisará, apenas, analisar o comportamento de cada carteira para verificar qual apresentou maior volatilidade no período. Facilmente você perceberá que a maior variação foi apresentada pela B, seguida pela C e, por último, a A. Assim, a resposta correta é a ""d"".

28. a) próxima de 1.

O primeiro passo aqui é lembrar que a correlação será sempre um número entre -1 e +1, ok? Então, você já pode eliminar a alternativa "d", pois representa um número acima desse intervalo. Saiba que essa "escala" da correlação varia do oposto à sincronia, ou seja, o índice -1 indica que os ativos se comportam de maneira oposta e o +1 indica que eles se movimentam em sincronia. Agora ficou fácil, não é mesmo? A relação do fundo com o seu indexador será de sincronia, certo? Assim, a resposta correta é "a".

29. b) os ativos se movem em direção oposta.

Sempre que a questão tratar de correlação, lembre-se de que a ""escala"" da correlação, que é sempre um índice entre -1 e +1, varia do oposto à sincronia. Isso quer dizer que o índice -1 indica que os ativos se comportam de maneira oposta e o +1 indica que eles se movimentam em sincronia. Com esse entendimento, você já chega na resposta correta: alternativa ""b"".

Em complemento, acrescentamos que, entre ativos que se comportam de maneira oposta, há o máximo efeito de diversificação e, em consequência, menor risco. Já entre os que se movimentam em sincronia não proporcionam os efeitos da diversificação.

30. c) correlação.

Para medir o comportamento de um CONJUNTO de ativos é preciso estabelecer uma RELAÇÃO entre eles, certo? É preciso comparar um com o outro para verificar se eles se comportam de maneira oposta ou em sincronia, não é mesmo? E qual parâmetro estabelece essa CORRELAÇÃO entre ativos? O próprio nome já revela a resposta - alternativa "c".

31. a) menor risco de perdas e acompanha mais de perto as variações do benchmark do que o fundo A.

Aqui, vamos em partes. Primeiramente, analise o que o desvio-padrão do fundo está revelando. Tenha sempre em mente que, quanto maior for o desvio-padrão, ou seja, a volatilidade, maior será o risco de mercado desse ativo. A partir desse entendimento, você já pode concluir que o fundo B apresenta menor risco que o fundo A e pode partir para a eliminação das alternativas ""b"" e ""d"".

Agora, reflita sobre o que a correlação está revelando. Você precisará recordar que a correlação será sempre um número entre -1 e +1 e que essa ""escala"" indica se os ativos se comportam de maneira oposta ou em sincronia, ou seja, o índice -1 indica que os ativos se comportam de maneira oposta e o +1 indica que eles se movimentam em sincronia. Então, perceba que o fundo B apresenta um índice mais próximo de +1 do que o fundo A, indicando que ele está em maior sincronia com o seu benchmark. Agora, sim, você identifica a resposta correta: alternativa ""a"".

32. c) Beta.

Para responder a esta questão, você precisará lembrar de que o coeficiente Beta (β) tornou-se uma medida popular de risco no mercado financeiro. Ele simplifica o problema quando relaciona a variabilidade do retorno da carteira com a do retorno da carteira de mercado, ou seja, é uma importante medida de volatilidade, servindo para comparar o comportamento de diversos ativos diante de uma alteração no mercado - alternativa ""c"".

Em complemento, destacamos: lembre-se de que o Beta sempre estará associado exclusivamente ao mercado acionário."

33. c) igual ao retorno esperado do mercado.

Sempre que uma questão tratar do coeficiente Beta, lembre-se de que ele relaciona a variabilidade do retorno da carteira com a do retorno da carteira de mercado. Para identificar a alternativa correta, você precisará recordar que o Beta pode assumir vários valores, tendo o número 1 como ""ponto de partida"", o qual indica que o retorno esperado e o risco são iguais aos da carteira de mercado - alternativa ""c"".

A partir daí o coeficiente aumenta proporcionalmente ao retorno esperado e ao nível de risco, ou seja, quanto maior o Beta, maior será o retorno esperado e maior será o risco, indicando uma carteira arrojada.

34. b) 68%.

O enunciado desta questão está tratando da chamada distribuição normal, que é a possibilidade de calcular a probabilidade de um evento acontecer, também conhecida como curva de Gauss.

Para seu exame, você deve se recordar que, segundo a curva de Gauss, sempre que falarmos de 1 desvio-padrão estaremos falando de uma probabilidade de 68%, aproximadamente; quando falamos de 2 desvios-padrões, temos, aproximadamente, 95% de probabilidade; e quando falamos de 3 desvios-padrões, temos 99% de chance de um determinado evento acontecer. Como o enunciado já cita que se trata de 1 desvio-padrão, já podemos ir direto na alternativa que aponta a porcentagem de 68%. Assim, a alternativa correta é a ""b"".

35. c) 95%.

Esta questão é fácil! Você precisará recordar, apenas, qual a probabilidade equivalente para cada desvio-padrão:

$$1 \text{ desvio-padrão} = 68,26\%$$

$$2 \text{ desvios-padrões} = 95,44\%$$

3 desvios-padrões = 99,73%

4 desvios-padrões = 99,99%

Uma dica importante sobre este assunto é que, na prova, eles utilizam os números aproximados. Mas existe um único caso que eles podem fazer uma ""pegadinha"" com você. Lembre-se desta frase:

Para obter-se exatamente 95% de probabilidade, é necessário utilizarmos 1,96 desvio-padrão.

Às vezes, o aluno pode confundir-se por aparecer o valor do desvio-padrão com decimais.

Tenha em mente que 1,96 desvio-padrão sempre será igual a 95% exato de confiança. Enquanto 2 desvios-padrões será 95,44%. Assim, a resposta correta é a ""c"".

36. d) a perda máxima esperada da carteira.

O enunciado está fazendo referência à VaR, que significa Value at Risk, ou seja, Valor em Risco. Trata-se do valor máximo que uma carteira pode ter em um determinado intervalo de tempo. Essa é a metodologia adotada para verificação da pior perda esperada durante certo intervalo de tempo, sob condições normais de mercado, com um grau de confiança considerado adequado. A partir desse entendimento, você já pode concluir que a alternativa correta é a ""d"".

Em complemento, detalhamos a leitura da seguinte expressão:

“VaR de 1%, para 1 dia, com 95% de confiança.”

Na interpretação, está sendo informado que há possibilidade desse fundo perder, em um dia, 1% do total do seu Patrimônio Líquido, com 95% de confiança. Como medida de avaliação de risco, compara-se o VaR atual com o VaR de períodos anteriores para analisar se o risco da carteira está subindo ou diminuindo.

37. b) as perdas em uma estratégia de investimento, buscando a redução de posição de risco.

Essa você não pode errar. O próprio nome da ordem já revela o seu objetivo: a tradução literal de stop loss para o português é ""parar perda"". Então, você já pode eliminar as alternativas ""a"" e ""c"". Agora, lance mão do seu bom senso: se o gestor quer parar a perda, ele quer reduzir o nível de risco do investimento, não é mesmo? Portanto, a alternativa correta é a ""b"".

Em complemento, destacamos que, com uma ordem de stop loss, os traders determinam a venda de uma ação assim que ela atingir determinada cotação. Assim, limitam a perda a um valor preestabelecido. Em fundos de investimento, a técnica

de stop loss representa a venda de ativos com mais risco e a aplicação em ativos com menos risco. Em outras palavras, o gestor fará o movimento de reversão de posições para diminuição do risco.

38. d) aferir o modelo de risco que está sendo utilizado.

Essa é fácil. O nome do procedimento já indica a resposta: a tradução literal de back testing é ""voltar para testar"". Então, analisando as alternativas, a única que apresenta a prática de ""testar"" é a ""d"", pois aferir é sinônimo de testar.

Em complemento, saiba que back testing é o nome que se dá ao processo de testar estratégias de investimento a partir do uso de dados históricos relevantes. Em outras palavras, podemos dizer que back testing é o processo de "voltar para testar" a metodologia de risco adotada, ou seja, calcular o VaR para uma sequência de datas passadas utilizando-se os preços daquela época. O VaR obtido é comparado com a perda ocorrida.

39. b) para testar a eficiência do modelo de VaR.

Essa é fácil. O nome do procedimento já indica a resposta: a tradução literal de back test é ""voltar para testar"". Então, analisando as alternativas, a única que apresenta a prática de ""testar"" é a ""b"".

Em complemento, saiba que back testing é o nome que se dá ao processo de testar estratégias de investimento a partir do uso de dados históricos relevantes. Em outras palavras, podemos dizer que back testing é o processo de "voltar para testar" a metodologia de risco adotada, ou seja, calcular o VaR para uma sequência de datas passadas utilizando-se os preços daquela época. O VaR obtido é comparado com a perda ocorrida.

40. a) maior risco absoluto e menor risco relativo.

Nesta questão, perceba pelas alternativas apresentadas, que você precisará lembrar-se do que se trata o risco absoluto e o risco relativo. O relativo é aquele que considera uma referência ou benchmark. Já o risco absoluto é calculado a partir da média dos retornos do próprio ativo. Agora, sabendo que volatilidade é a principal medida de risco, você já pode concluir que, quanto maior a volatilidade, maior será o risco, você já pode eliminar as alternativas ""b"" e ""d"", pois apresentará maior risco absoluto o fundo que apresentar maior volatilidade, no caso, o fundo A.

O próximo passo será refletir sobre o que é o tracking error. É uma medida para saber o quão aproximado um portfólio replica o seu índice de referência ou benchmark: quanto maior o tracking error, menor aderente é o fundo e, consequentemente, menor será o risco relativo (que é o que considera o benchmark). Assim, a resposta correta é a ""a"".

41. a) o retorno em função do risco assumido de uma carteira.

Sempre que a questão tratar do índice de Sharpe, lembre-se de que ele é uma medida de performance, ou seja, do retorno de um investimento. Com esse entendimento, você já pode eliminar as alternativas ""b"" e ""c"". Agora, é preciso ter em mente que ele permite avaliar a relação entre o RETORNO e o RISCO de um investimento - alternativa ""a"".

Em outras palavras, o índice Sharpe mede quanto de prêmio é recebido pelo risco assumido. É um índice de eficiência, mostrando quanto se espera ganhar por unidade de risco assumido. Assim:

- quanto maior for o índice Sharpe de um fundo, melhor será sua relação risco-retorno;
- para dois fundos que apresentam a mesma rentabilidade, terá maior índice Sharpe aquele que apresentar menor risco;
- para dois fundos que apresentam o mesmo risco, terá maior índice Sharpe aquele que apresentar maior rentabilidade.

42. d) maiores e proporcionais ao risco de crédito dos emissores.

Essa você não pode errar. Basta você lembrar-se da nossa dica - MAIOR-MAIOR - quando a questão tratar da relação entre risco e retorno. Assim, a alternativa correta é a "d".

43. d) desvio-padrão e Beta.

Primeiramente, é importante você ter em mente que o Índice de Treynor é uma medida similar ao Índice de Sharpe, o qual mede quanto de prêmio é recebido pelo risco assumido. A diferença entre eles é justamente o indicador de medida de risco utilizado no cálculo. Enquanto o Sharpe utiliza o desvio-padrão, o Treynor adota o coeficiente Beta - alternativa ""d"".

Você também pode considerar que o Treynor é uma ""evolução"" do Sharpe, e, por isso, utiliza-se do Beta, pois é uma medida de excesso de retorno em relação ao risco sistemático da carteira, e não ao risco total – o que parece ser mais eficiente, já que o risco sistemático é o único que não pode ser controlado."

44. a) Fundo A e Fundo A.

A primeira análise, neste enunciado, é sobre o desvio-padrão. Se você lembrar que esta é uma medida de volatilidade, você já concluirá que quanto maior for o desvio-padrão, ou seja, a volatilidade, maior será o risco de mercado desse ativo.

Assim, ao analisar a tabela, perceba que o fundo A apresenta o menor desvio-padrão e, portanto, é o que apresentará menor risco. Com esse entendimento, você já poderá eliminar as alternativas ""c"" e ""d"".

Agora, analise o Índice de Treynor, lembrando que ele mede o quanto de prêmio é recebido pelo risco assumido, ou seja, a relação risco-retorno. Quando maior o índice, melhor será a relação. O fundo A apresenta um índice maior e, portanto, é o que oferecerá a melhor relação risco-retorno ao investidor. Assim, a resposta correta é a ""a"".

45. a) X é mais sensível a mudanças de taxas.

Como o nome já revela, Duration (duração, em português) está relacionada ao prazo médio ponderado de um ativo. Ela revela quantos anos, em média, o investidor levará para receber o valor investido e os juros pagos pelo título de renda fixa. Isso quer dizer que, quanto maior for a duration, ou seja, quanto maior for o prazo para o investidor receber o dinheiro, maior será a sensibilidade do investimento em relação às flutuações da taxa de juros e, consequentemente, mais exposto ele estará ao risco de mercado. Portanto, se a carteira X tem uma duration maior, mais sensível ela estará a mudanças de taxas - alternativa "a".

46. b) maior será a sensibilidade do preço deste título em função das variações da taxa de juros.

Sempre que uma questão tratar de duration, associe-a, imediatamente, a prazo, pois, como o nome já revela, duration (duração, em português) está relacionada ao prazo, no caso, o prazo médio ponderado de um ativo. Ela indica quantos anos, em média, o investidor levará para receber o valor investido e os juros pagos pelo título de renda fixa. Isso quer dizer que, quanto maior for a duration, ou seja, quanto maior for o prazo para o investidor receber o dinheiro, maior será a sensibilidade do investimento em relação às flutuações da taxa de juros e, consequentemente, mais exposto ele estará ao risco de mercado - alternativa "b".

47. a) à flutuação de preços.

Para responder a esta questão, lembre-se de que risco de mercado, como o próprio nome diz, está relacionado às oscilações da economia, que podem influenciar de forma positiva ou negativa. Juros, câmbio ou preço das ações podem fazer variar, para mais ou para menos, o valor do investimento. Sendo assim, das alternativas apresentadas, a única que faz referência a esse tipo de influência é a "a".

48. c) Fundo com resgate diário > ações > imóveis.

Você já sabe que a liquidez se refere à agilidade com que um ativo é convertido em dinheiro sem perda de valor, certo? Então, se um dos investimentos oferece resgate DIÁRIO, sem dúvida, esse é o que apresentará maior liquidez. A única alternativa que o coloca em primeiro lugar é a "c". Mas, como complemento, saiba que o investimento em imóveis é considerado uma aplicação com alto risco de liquidez. Isso porque dificilmente será possível negociar um imóvel de forma rápida sem que haja redução do seu valor de mercado.

49. b) maior risco de crédito.

Sempre que uma questão tratar da relação entre rentabilidade e risco, lembre-se da dupla "MAIOR-MAIOR", ou seja, quanto maior a rentabilidade, maior será o risco. Com esse entendimento, você já pode eliminar as alternativas "a" e "d". Agora, precisará refletir sobre qual risco o investimento está exposto.

50. c) apresenta maior volatilidade o fundo que apresentar maior prazo médio dos títulos.

Para responder a essa questão, vamos ajudá-lo a fazer uma análise. Quanto menor for o prazo de um título, menor será o tempo que ele estará exposto às oscilações da economia, certo? Em outras palavras, ele ficará menos exposto às variações de juros, câmbio ou preços das ações do mercado, ou seja, será menos variável, instável, volátil. Então, você já pode concluir que, quanto menor for o prazo, menor será a volatilidade e, consequentemente, menor será o risco de mercado, e vice-versa. Assim, você já pode concluir que a resposta correta é a ""c"".

Lembre-se sempre de que a relação entre volatilidade e prazo médio é diretamente proporcional, quanto maior o prazo médio dos títulos, maior será a volatilidade.

51. c) de crédito.

Essa é muito fácil. Quando o crédito está associado a perdas, ele está sob risco. E o risco é justamente o risco de crédito, que, em outras palavras, pode ser definido como o risco de levar calote - alternativa "c".

52. b) terem perdas financeiras devido ao risco de crédito existente.

Para não errar esse tipo de questão, você pode associar sempre o "não conseguir honrar seus pagamentos" com inadimplência. O que acontece com os inadimplentes no comércio, por exemplo? Ficam sem acesso a crédito para realizarem novas compras. Isso quer dizer que o risco relacionado ao não pagamento dos títulos é o risco de crédito. Agora, lance mão do seu bom senso para identificar a resposta correta: se a empresa não conseguiu honrar os seus pagamentos, os investidores sofreram perdas, e não ganhos. Portanto, a alternativa correta é a "b".

53. d) Desvio-Padrão.

Caso você não consiga responder, de bate-pronto, a esta questão, você pode partir para a exclusão de alternativas. Desvio médio, como o nome já revela, é uma medida de dispersão em relação à média de uma sequência de dados. Ele apenas representa a média das distâncias entre cada elemento da amostra e seu valor médio; portanto, a alternativa "a" não está correta. Volatilidade, como o nome também já indica, representa a medida de oscilação dos retornos de um ativo, o que significa que a "b" também não é a correta. Benchmark, como você já estudou, é o parâmetro de

referência de um ativo. Assim, você identifica a resposta correta: desvio-padrão - alternativa "d".

54. b) Elevados, sem que as negociações alterem significativamente seus preços.

Atenção nesta questão. Ao citar "mercado líquido", o enunciado está tratando de liquidez. Então, como você já sabe, a liquidez está relacionada à agilidade no processo de transformar um investimento em dinheiro vivo sem perda de valor, certo? Assim, a liquidez pode ser entendida como a medida de interesse que o mercado tem em negociar esse ativo. Isso quer dizer que o mercado será líquido se os títulos forem negociados em grande quantidade, sem alterações significativas de valor - alternativa "b".

55. c) da diversificação.

Esta você não pode errar. Perceba que o enunciado cita que foram "DIFERENTES" alocações. Essa palavra é sinônimo de DIVERSAS, ou seja, o investidor alocou seus recursos em diversos ativos. Isso quer dizer que ele diversificou sua carteira, certo? E a diversificação é justamente o principal benefício dessa estratégia - resposta "c".

56. a) Ação: risco de mercado e de liquidez. CDB: risco de crédito, de mercado e de liquidez.

Para responder a esta questão, você pode seguir por eliminação de alternativas. Perceba que o enunciado cita um instrumento de renda variável - ações - e um instrumento de renda fixa - CDB. Analisando a natureza desses tipos de investimento, lembre-se de que um título de renda fixa representa uma promessa de pagamento ao investidor. E, se há obrigação de pagamento, sempre haverá a chance de uma das partes não cumprirem com o acordo, ou seja, há risco de crédito. No caso das ações, essa promessa não existe e, portanto, esse investimento não oferece risco de crédito. A partir dessa análise, a única alternativa que não relaciona as ações ao risco de crédito é a "a".

57. d) o fundo D.

Primeiramente, analise o parâmetro de comparação entre os fundos. Refere-se a prazo, certo? Então, lembre-se de que quanto menor for o prazo, menor será o tempo que o fundo estará exposto às oscilações da economia. Em outras palavras, menos exposto estará às variações de juros, de câmbio ou aos preços das ações do mercado. Sendo assim, considerando o inverso, quanto maior o prazo, maior será o risco de mercado, ou seja, de elevação dos juros - alternativa "d".

58. d) mediana.

Esta questão é fácil, mas você precisa tomar cuidado para não se confundir. O enunciado quer saber como se chama o elemento central, ou seja, o que está no meio de uma amostra. Esse elemento que ""divide"" um conjunto em dois subconjuntos é a mediana - alternativa ""d"".

Fique atento para não se confundir com a média - que é a soma de todos os elementos dividida pela quantidade de elementos. Em complemento, saiba que moda é como é chamado ao elemento que mais se repetir no conjunto.

59. c) 95%

Essa você não pode errar! O enunciado desta questão está tratando da chamada distribuição normal, que é a possibilidade de calcular a probabilidade de um evento acontecer, também conhecida como curva de Gauss. Lembre-se sempre da relação entre probabilidade equivalente para cada desvio-padrão:

$$1 \text{ desvio-padrão} = 68,26\%$$

$$2 \text{ desvios-padrões} = 95,44\%$$

$$3 \text{ desvios-padrões} = 99,73\%$$

$$4 \text{ desvios-padrões} = 99,99\%$$

Uma dica importante sobre este assunto é que, na prova, eles utilizam os números aproximados. Mas existe um único caso que eles podem fazer uma ""pegadinha"" com você. Lembre-se desta frase:

Para obter-se exatamente 95% de probabilidade, é necessário utilizarmos 1,96 desvio-padrão.

Às vezes, o aluno pode confundir-se por aparecer o valor do desvio-padrão com decimais.

Tenha em mente que 1,96 desvio-padrão sempre será igual a 95% exato de confiança. Enquanto 2 desvios-padrões será 95,44%. Assim, a resposta correta é a ""c"".

60. c) negativa.

Aqui, vamos por partes. Inicialmente, lembre-se de que a correlação será um número entre -1 e +1, variando do máximo ao mínimo de efeito de diversificação, ou seja, -1 indica o máximo efeito de diversificação e +1 indica que os ativos se movimentam em sincronia e, por isso, não proporcionam os efeitos da diversificação.

A partir desse entendimento, considerando que a relação entre a taxa de juros e as ações é inversamente proporcional, ou seja, a queda de juros estimula o investimento em ações e vice-versa, você já pode concluir que eles se movem em direções opostas, certo? Portanto, a correlação será negativa - alternativa ""c"".

61. a) sistemático.

Antes de mais nada, lembre-se de que o risco total de um ativo ou de uma carteira é composto por dois elementos: o risco sistemático e o risco não sistemático. Então, já elimine as alternativas ""c"" e ""d"". Para identificar a alternativa correta, você precisará ter em mente que o risco sistemático é aquele que não é diversificável, ou seja, não pode ser reduzido ou eliminado por meio da diversificação. Já o risco não sistemático é aquele diversificável. Portanto, a alternativa correta é a ""a"".

Em complemento, sugerimos uma dica para memorização em relação ao risco não sistemático - o não é sim, ou seja, o não sistemático é, sim, diversificável. Que tal?

62. b) da rentabilidade em relação ao benchmark.

O primeiro passo é refletir sobre o que é o tracking error. É uma medida para saber o quanto aproximado um portfólio replica o seu índice de referência ou benchmark - alternativa ""b"".

Em complemento, saiba que, quanto maior o tracking error, menor aderente é o fundo e, consequentemente, menor será o risco relativo (que é o que considera o benchmark). "

63. a) o maior índice de Sharpe.

Em tese, um investidor procura sempre a maior rentabilidade possível com o menor nível de risco, certo? Em outras palavras, ele vai preferir o fundo mais eficiente, ou seja, a melhor relação entre retorno e risco na comparação entre dois fundos. Então, a resposta correta será aquela que apresentar uma medida da melhor relação entre retorno e risco. Das alternativas apresentadas, as únicas que apresentam medidas de performance são a ""a"" e a ""b"". Agora, você precisa ter em mente que, quanto maior for o índice de performance, melhor será a relação risco-retorno. Portanto, a alternativa correta é a ""a"".

Em complemento, lembre-se de que:

- quanto maior for o índice Sharpe de um fundo, melhor será sua relação risco-retorno;
- para dois fundos que apresentam a mesma rentabilidade, terá maior índice Sharpe aquele que apresentar menor risco;

- para dois fundos que apresentam o mesmo risco, terá maior índice Sharpe aquele que apresentar maior rentabilidade.

64. a) País.

O nome do índice já dá a dica para a resposta. O EMBI+ (Emerging Markets Bond Index Plus) é o principal índice de risco-país - alternativa "a".

65. b) rentabilidade passada, rentabilidade relativa e rentabilidade nominal.

Muita atenção nesta questão. Você precisará analisar o enunciado por partes.

Quando nos referimos a quanto um investimento rendeu, estamos nos remetendo ao passado, certo? Portanto, rentabilidade passada é uma das respostas. Quando comparamos o rendimento do CDB a um determinado benchmark (no caso, o CDI), estamos tratando da rentabilidade relativa. Até aqui você já pode concluir que a alternativa correta é a "b", pois é a única que apresenta essas duas respostas.

Em complemento, lembre-se de que, ao constatar um determinado rendimento sem descontar a inflação do período, estamos, necessariamente, tratando da rentabilidade nominal.

66. d) Empresa D, rating AAA

Esta questão quer testar o seu conhecimento em relação à classificação de risco. Lembre-se sempre de que as notas de rating indicam a probabilidade de inadimplência de uma empresa, ou seja, ela será atribuída conforme a situação financeira e às condições de honrar pagamentos, ou seja, está relacionada ao risco de crédito. Assim, considerando que quanto maior a rentabilidade, maior é o risco, pagará a menor taxa de juros aquela que apresentar o menor risco, certo?

Agora, para identificar a resposta correta, você precisará lembrar-se que as notas emitidas pelas principais agências de risco do mercado global variam das letras A a D, conforme a capacidade do devedor de honrar seus compromissos e o risco de crédito, sendo atribuída nota AAA para a empresa que oferece risco mínimo, pois possui altíssima capacidade de pagamento; e D àquela que oferece elevadíssimo risco, pois a empresa já se encontra inadimplente no mercado. Portanto, a empresa que oferece o menor risco é a D - alternativa "d"".

67. a) Sim, pois há diversificação do risco em qualquer correlação abaixo de +1.

Ao questionar sobre o "grau de diversificação", lembre-se de que a correlação será um número entre -1 e +1, variando do máximo ao mínimo de efeito de diversificação, ou seja, -1 indica o máximo efeito de diversificação e +1 indica que os ativos se movimentam em sincronia e, por isso, não proporcionam os efeitos da diversificação. Portanto, a resposta correta é a "a".

68. a) Fundo A e Fundo B.

Esta questão é mais fácil do que parece. Você precisará lembrar-se apenas de que o Sharpe utiliza o desvio-padrão como medida de risco, enquanto o Treynor adota o coeficiente Beta na avaliação da relação entre o retorno e o risco de um investimento. Então, considerando que a taxa de juros é igual para ambos, apresentará o melhor índice, como pede o enunciado, aquele fundo que apresentar a menor medida de risco: desvio-padrão (Sharpe) e beta (Treynor). Agora, basta você verificar qual fundo apresenta as menores medidas de risco e você já identificará a resposta - alternativa ""a"".

Em complemento, lembramos que o Treynor pode ser considerado uma ""evolução"" do Sharpe por utilizar-se do beta, pois é uma medida de excesso de retorno em relação ao risco sistemático da carteira, e não ao risco total – o que parece ser mais eficiente, já que o risco sistemático é o único que não pode ser controlado."